

**CADERNOS  
CANDIDO MENDES**

'Bon-Dieu' e os ritos de passagem no Haiti rural

Origens da poesia afro-brasileira

Características sociais dos trabalhadores Informais

Diferenças raciais no processo de formação de família

Segregação espacial na escola paulista

Movimento negro e etnicidade

Movimentos reivindicatórios na África do Sul

A África do Sul e seus vizinhos

As relações Estados Unidos-Angola

O novo ciclo do Investimento japonês e o Brasil

O legado de Mário de Andrade

estudos

**19**  
**AFRO-ASIÁTICOS**





CADERNOS  
CANDIDO MENDES

TS



estudos **19**  
**AFRO-ASIÁTICOS**

**Centro de Estudos Afro-Asiáticos**

*Diretor*  
Candido Mendes

*Vice-Diretor*  
Carlos A. Hasenbalg

estudos  
**AFRO-ASIÁTICOS**

Nº 19 – Dezembro de 1990

ISSN 0101-546x

**Publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos – CEEA**

Do Conjunto Universitário Candido Mendes

**Diretor**

Candido Mendes

**Editor**

José Maria Nunes Pereira

**Conselho Editorial**

Candido Mendes, Carlos A. Hasenbalg, Denise Ferreira da Silva, Jacques d'Adesky, José Maria Nunes Pereira, Juarez Pinheiro Coqueiro, Luiz Cláudio Barcelos, Nelson do Valle Silva, Olívia Maria Rodrigues Galvão, Olívia Maria dos Santos Gomes, Tereza Cristina Nascimento Araujo e Yvonne Maggie.

**Conselho Consultivo**

Beatriz Góis Dantas, Carlos Moreira Henriques Serrano, Climério Joaquim Ferreira, Clóvis Moura, Eduardo J. Barros, Fernando A. Albuquerque Mourão, João Baptista Borges Pereira, João José Reis, Joel Rufino dos Santos, Juana Elbein dos Santos, Júlio Braga, Kabengele Munanga, Luísa Lobo, Manuela Carneiro da Cunha, Maria Beatriz Nascimento, Marisa Corrêa, Milton Santos, Octávio Ianni, Roberto Motta e Robert W. Slenes

**Supervisão Gráfica**

Carlos Augusto de Oliveira Lima

**Secretaria de Redação**

Patrícia Campos

**Serviços de Tradução**

Anne Marie Millon e Diane Grosklaus

**Produção Gráfica**

Hamilton Magalhães Neto (produtor e revisor), José Carlos Lopes (revisor), Tarciso Pereira (compositor) e Diimo Milheiros (arte-finalista)

*Os conceitos emitidos em artigos assinados são de absoluta e exclusiva responsabilidade de seus autores*

*We ask for exchange*

*Price:*

*Single copies: US\$ 8.00*

*Annual Subscription (two issues): US\$ 15.00 (air mail)*

Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à:  
*Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addresses to:*  
Sociedade Brasileira de Instrução – Centro de Estudos Afro-Asiáticos  
Rua da Assembléia, 10 – Conjunto 501 – Tel.: 224-8622 – Ramal 59  
20011 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

**Estudos Afro-Asiáticos** tem o apoio da Fundação Ford

# SUMÁRIO

## **'Bon-Dieu' e os ritos de passagem no Haiti rural: determinantes estruturais da teologia e dos rituais pós-coloniais 5**

*Gerald F. Murray*

Estuda, a partir da descrição das crenças e rituais numa comunidade de 250 famílias camponesas, dois aspectos do vodu: a adaptabilidade interna ao sentido de aldeia e as relações externas com as forças institucionais. Analisa suas origens históricas e suas implicações.

## **Origens da poesia afro-brasileira: condicionamentos lingüísticos 29**

*Alberto Baeta Neves Mussa*

Analisa em que medida aspectos da história lingüística do escravo no Brasil influíram na gênese e desenvolvimento da poesia afro-brasileira. O autor sustenta que essa poesia caracteriza um processo de ruptura com a continuidade poético-lingüística africana.

## **Características sociais dos trabalhadores informais: o caso das áreas metropolitanas no Brasil 61**

*Edward E. Telles*

Examina, através da análise de dados do Censo de 1980, em que extensão fatores sociais como educação, gênero, idade, raça e situação de migrante influenciam a inserção dos indivíduos no setor de trabalho formal ou informal nas áreas metropolitanas brasileiras.

## **Diferenças raciais no processo de formação de família no Brasil 81**

*Ana Maria Goldani*

Procura determinar os principais padrões de formação de família por raça, constatando que não há uma relação necessária entre casamento e nascimento do primeiro filho, mesmo porque a importância do casamento varia acentuadamente entre os grupos raciais e sociais no Brasil.

## **Segregação espacial na escola paulista 97**

*Fúlvia Rosemberg*

Investiga, a partir de uma pesquisa baseada no Censo de 1980 e na PNAD de 1982, a responsabilidade da escola na trajetória escolar de brancos e negros, através de três indicadores: escola pública ou privada, turno e frequência. Observa que tais indicadores atestam uma tendência de os negros freqüentarem escola de pior qualidade, o que suscita a hipótese de segregação espacial.



**Movimento negro e etnicidade** 109

*Regina Pahim Pinto*

Reflete sobre o movimento negro que ocorreu nas quatro primeiras décadas do século em São Paulo e procura desvendar as bases étnicas dessa mobilização, a fim de obter subsídios para entender de modo amplo o movimento negro no Brasil, que, cada vez mais, se articula em torno da identidade étnica e da cultura.

**Movimentos reivindicatórios na África do Sul: estrutura para uma análise comparativa** 125

*Randolph C. Horn*

Estabelece um quadro comparativo entre os movimentos negros de oposição na África do Sul e o movimento dos direitos civis nos Estados Unidos e analisa especialmente os diferentes níveis de rebelião em duas cidades sul-africanas durante campanhas induzidas pelo Congresso Nacional Africano.

**A África do Sul e seus vizinhos: estratégias regionais em confrontação** 149

*Thomas Ohlson*

Analisa a guerra não declarada da África do Sul aos seus vizinhos, considerando-a, pelo seu aspecto reativo, uma contra-estratégia, e indica que para a solução do conflito é necessária a continuação da pressão firme, interna e externa, sobre o governo sul-africano.

**As relações Estados Unidos-Angola: estudo do processo decisório na crise angolana** 181

*Maria Guadalupe Moog Rodrigues*

Compara os elementos que norteiam os processos decisórios dos Estados Unidos, de Angola e da Unita no contexto da crise angolana entre 1975 e 1989: a estratégia de confrontação EUA-URSS da administração Reagan, a preocupação do governo angolano com a linha ideológico-partidária e com a posição de Angola no conflito Leste-Oeste e os interesses pessoais de Savimbi.

**O novo ciclo do investimento direto japonês e o Brasil** 205

*Ernani Teixeira Torres Filho*

Identifica um novo ciclo dos investimentos diretos japoneses, que, após 1986, passam a predominar em setores manufatureiros não só do Sudeste Asiático como dos Estados Unidos, e considera que o Brasil, alijado por enquanto desse novo processo, pode reverter esse cenário.

**O legado de Mário de Andrade** 217

*José Maria Nunes Pereira*

# 'BON-DIEU' E OS RITOS DE PASSAGEM NO HAITI RURAL: DETERMINANTES ESTRUTURAIS DA TEOLOGIA E DOS RITUAIS PÓS-COLONIAIS\*

Gerald F. Murray\*\*

\* A tradução do original inglês "Bon-Dieu and the rites of passage in rural Haiti: Structural determinants of post colonial theology and ritual" é de autoria de Carlos Alberto Medeiros.

\*\* Professor associado de antropologia da Universidade da Flórida.

## Introdução

O catolicismo praticado por mais de um grupo pós-colonial no Novo Mundo tem sido descrito como um verniz superficial mascarando um comprometimento muito mais profundo com formas e valores culturais não-europeus. Tem-se produzido uma série de estudos cuidadosos sobre o vodu haitiano e os autores geralmente aludem de passagem à natureza superficial dos elementos católicos do culto (ver, por exemplo, Deren, 1970; Herskovits, 1937; Métraux, 1972; Price Mars, 1928; Courlander, 1960; e Leyburn, 1960). Minha própria pesquisa entre camponeses haitianos revelou uma série de importantes elementos não-cristãos. Neste trabalho, porém, mostrarei que mesmo as vidas religiosas dos mais ardentes praticantes do vodu não são apenas permeadas, mas claramente *dominadas* pelos ritos e crenças do catolicismo institucional de uma forma que torna empiricamente insustentáveis e teoricamente questionáveis quaisquer afirmações a respeito de "religiões não-ocidentais". Mostrarei ainda que tal subordinação religiosa foi criada não pela própria Igreja Católica, mas pelos governantes haitianos. E sustentarei que a convencional subestimação desses elementos ocidentais na análise dos cultos populares do Novo Mundo cria obstáculos teóricos à identificação precisa de um importante mecanismo da dependência pós-colonial. Ao propor tal análise, eu mesmo estarei abordando o tema mais amplo das funções sociais e políticas da religião em geral e, ao que espero, contribuindo para uma reavaliação de outros cultos pós-coloniais do Novo Mundo que têm sido rotulados, talvez prematuramente, como "não-ocidentais".

Dos muitos fatores que têm alterado a conduta da investigação antropológica nos anos recentes, um dos mais poderosos é o crescente consenso disciplinar de que, na maioria dos ambientes contemporâneos, os padrões locais não podem ser compreendidos sem referência a várias forças externas que podem ter moldado, ou talvez engendrado, esses mesmos padrões. O uso de tal perspectiva não se restringe à análise dos fenômenos econômicos ou po-



líticos. Mesmo a religião – especialmente ela, alguém poderia dizer – pode ser examinada à luz dos laços funcionais com outras esferas.

Mas, ainda que o analista aceite uma ou outra variante dessa perspectiva geral de pesquisa, logo se verá numa encruzilhada, forçado a escolher entre dois caminhos conceituais que parecem levar a direções opostas. Uma opção, numa forma extrema, veria a religião como simples ferramenta de dominação política. Com respeito à América Latina, as origens coloniais do catolicismo, a continuada proveniência européia ou norte-americana da maioria do clero, os demonstrados laços históricos e contemporâneos entre a Igreja e os grupos dominantes, as mensagens generalizadas pregando paciência e submissão no contexto de uma perspectiva voltada para o outro mundo – tudo isso injeta combustível numa visão que caracteriza a religião tradicional como um obstáculo à mudança.

Mesmo nessa perspectiva, contudo, poderia encontrar apoio uma visão oposta de religião. Observando-se a variedade e os detalhes dos cultos populares na América Latina e no Caribe, percebem-se manifestações do que poderia ser facilmente identificado como formas de resistência e manobra de fato. Nessa visão, o jogo entre religião institucional e religião popular poderia ser interpretado como mais uma janela pela qual se pode ver o drama mais amplo de grupos menos poderosos competindo, adaptando-se e sobrevivendo em face de forças externas. Os elementos não-institucionais podem ser a sobrevivência de alguma tradição ancestral ou novas criações que emergem como resposta à presença de forças estranhas. Mas em ambos os casos sua persistência e vigor podem ser interpretados como manifestação, no nível simbólico, de uma vitalidade cultural, uma recusa a “sucumbir”, que tem também dimensões políticas e econômicas. Longe de invalidar tal interpretação, o cômico desdém com que tais cultos podem ser tratados por membros do clero estabelecido ou pelas elites locais apenas reforça a percepção de que importantes dinâmicas estratificacionais se estão refletindo nas esferas ritual e teológica.

Seria tolice insistir no comprometimento exclusivo com uma ou outra das visões acima – a religião como mecanismo de integração/subjugação ou como instrumento para a autonomia da comunidade. Nenhuma das duas visões é inerentemente mais forte ou correta que a outra. Cada uma das estruturas sujeita-se ao abuso – a ridicularização dogmática, de um lado, o romantismo indiscriminado, de outro. Uma abordagem empiricamente mais consistente do dilema levaria em consideração as dimensões instrumentais deste ou daquele culto como matéria a ser estabelecida pela pesquisa empírica. Mesmo essa abordagem aberta, porém, esbarra em obstáculos, pois os cultos em geral não podem ser globalmente associados, com qualquer grau de permanência ou convicção, a um ou outro desses amplos quadros instrumentais. Não apenas pode um culto mudar ao longo do tempo, mas mesmo num determinado ponto forças internamente integrativas e dinâmicas localmente adaptativas se encontrarão operando lado a lado num único e mesmo culto.

As páginas seguintes tratarão desse problema examinando a maneira pela qual cada uma dessas funções é distintamente facilitada no vodu haitiano e descrevendo a natureza do ajuste que se alcança quando ambos os temas se desenvolvem claramente no mesmo culto. O material será extraído de um exame do vodu camponês haitiano, tal como praticado na aldeia de Kinanbwa, onde realizei quase dois anos de trabalho de campo.<sup>1</sup> Embora o vodu não fosse o principal foco da pesquisa nessa aldeia de cerca de 1.200 habitantes, no curso do trabalho de campo assisti a várias dezenas de cerimônias de diversos tipos (muitas das quais foram gravadas em fita), recolhi dados quantitativos sobre a participação religiosa de todos os lares da aldeia e entrevistei sistematicamente aldeões escolhidos, pedindo explicações e interpretações de ocorrências ligadas ao culto. Essas entrevistas, que freqüentemente compreenderam diversas sessões, foram gravadas e transcritas *verbatim*. Logo ficou claro que uma versão modificada do paradoxo integrativo/adaptativo era um traço marcante do vodu doméstico praticado na aldeia. Embora

as funções abertamente revolucionárias do culto – tal como relatado durante a revolta de escravos da década de 1790 e, muito mais tarde, nos movimentos *caco* que seriam esmagados pelos *marines* no século XX<sup>2</sup> – houvessem recuado no contexto de uma vida aldeã estabilizada, havia certo número de funções – impressionantes e, de certa forma, surpreendentes – de serviços à comunidade que o culto viera a incorporar, adaptando-se a determinadas dimensões da existência local agrária. Mas igualmente marcante era o tema oposto, acima mencionado, o da continuada integração a estruturas “ocidentais” mais amplas.

Dos detalhes desse culto particular, portanto, tentarei extrapolar algumas questões gerais e formular certas hipóteses genéricas, especificando quais elementos de uma religião tendem a ser usados por grupos locais para resolver problemas locais e quais os traços que, em contraste, parecem ser usados para atar grupos locais a estruturas externas. Essa questão é especialmente adequada no caso de sociedades pós-coloniais em que crises geradas pela pobreza em termos de saúde, condições de vida e outras esferas acionam uma atividade religiosa local, por um lado, mas em que as demandas de integração a estruturas nacionais, simultaneamente, abrem caminho para as funções integrativas e subordinadoras da religião.

Minha posição neste artigo será de que a dualidade instrumental dos cultos populares – seu serviço simultâneo aos grupos locais e a forças sociais mais amplas – pode ser empiricamente deslindada em áreas distintas que se especializam em uma ênfase ou outra. Essa posição será desenvolvida da seguinte maneira: com respeito aos *rituais*, parece que a persistente dominância de elementos institucionalizados ocorrerá mais provavelmente no subconjunto de rituais genericamente denominado Ritos de Passagem. Em outras palavras, embora haja certa margem de manobra disponível aos praticantes de rituais de cura, domésticos e outros, parece haver restrições mais fortes nos Ritos e Passagem sociais, e tais ritos, por seu

turno, servirão como as “alavancas de comando” rituais usadas por grupos externos para impor comportamentos e atitudes a grupos locais.

Em termos de *teologia*, parece haver um nicho especial no panteão dos cultos pós-coloniais reservado à preservação de poderosos símbolos coloniais. Trata-se do nicho do *Ser Supremo*. Embora o domínio dos espíritos inferiores seja animado por uma variedade de entidades locais e africanas, o Ser Supremo de muitos cultos pós-coloniais parece permanecer como um reflexo e um legitimizador das forças externas da sociedade, e é menos sujeito à incorporação ou manipulação pelos ritos populares. Esse ponto de vista é basicamente compatível com as visões gerais antropológicas sobre a religião em sociedades-Estados com subgrupos culturalmente distintos. Mas foi a estrutura do vodu camponês haitiano que gerou as hipóteses específicas, e é para esse culto que me dirigirei agora.

### O vodu na vida camponesa contemporânea

O Haiti apresenta condições especialmente adequadas à exploração da dualidade funcional na religião popular. Os 5,5 milhões de pessoas – na grande maioria de ascendência africana – que se amontoam nos 28 mil quilômetros quadrados do território haitiano encontram-se envolvidas em ambas as correntes acima discutidas. Predominantemente rural (cerca de 85%), geralmente isolada do fácil acesso a modernos serviços médicos, a população do Haiti teve amplas razões para elaborar um sistema ritual voltado para a solução de problemas locais. Mas a presença de um governo central, o *status* – objetivamente mantido e subjetivamente percebido – do camponês haitiano como membro de um Estado-nação têm simultaneamente mantido as condições para a preservação da dimensão centrípeta e integrativa da religião.



## Panorama teológico e ritual

Uma exposição sobre o vodu provavelmente deveria começar com um comentário sobre o próprio termo *vodu*. Essa palavra geralmente invoca imagens de bruxaria e morte provocada por magia. Embora tais crenças estejam presentes na religião popular do Haiti rural, elas desempenham um papel subordinado em relação a outros elementos que aqui serão examinados. Para evitar conotações incorretas, muitos analistas têm adotado a prática de chamar o culto pelo nome *créole vodou*. Essa prática, contudo, pode levar à impressão igualmente incorreta de que os camponeses haitianos chamam sua religião de *vodou*. Não chamam. Em seu vocabulário, *vodou* é simplesmente um tipo de mudança, tanto religioso quanto recreativo, que é meramente um elemento do culto.<sup>3</sup> Eles não têm um nome para o culto enquanto tal. Se alguém deseja indagar se um indivíduo é "praticante do vodu", a questão é mais bem formulada como: "*èske ou kon sèvi Iwa*" (você serve os Iwa)? Os Iwa são os principais espíritos do vodu, e daqueles que praticam o culto se diz estarem servindo os Iwa.

Quantas pessoas no Haiti servem os Iwa? É difícil obter estatísticas, e estas não são confiáveis. Nem todo mundo no Haiti — nem mesmo no Haiti rural — serve os Iwa. Além do grande número de convertidos a uma ou outra seita protestante, há um número substancial de católicos que publicamente rejeitam os Iwa e os serviços a eles prestados. Esses indivíduos referem-se a si mesmos como "católicos puros" (*katolik frâ*). Na aldeia de Kinanbwa, a maioria dos praticantes do vodu era relativamente aberta quanto à sua adesão aos Iwa ancestrais. Ao serem indagados sobre seu comportamento religioso, cerca de 85% de todos os adultos da vila (N = 421), de ambos os sexos, revelaram ser católicos. Entretanto, menos de três em cada dez desses católicos se proclamaram "puros". Os outros afirmaram abertamente que, além disso, eram servos dos Iwa de suas famílias. Não é possível afirmar quão representativos são esses números extraídos de uma única comunidade. Podemos

suspeitar, por outro lado, de que sejam subestimados. Em vista de ataques historicamente recentes ao vodu por parte de diferentes governos, a dissimulação tende a tomar a forma de negar o vodu quando este é praticado, mais do que proclamá-lo quando não o é. É bom lembrar que Kinanbwa está situada numa região que tem a reputação de ser excepcionalmente forte em matéria de vodu. Uma estimativa conservadora afirmaria que, quase com certeza, mais da metade da população do Haiti rural, mas provavelmente não mais que 3/4 dela, compõe-se de servos declarados de seus Iwa.

Quem são esses Iwa e como é que alguém os serve? Quaisquer descrições breves do vodu devem ser usadas com cautela. Mais de um *houngan* (sacerdote vodu) me preveniu contra explicações do culto que me haviam sido dadas por seus competidores (ou aldeões comuns). "Há alguns [significando ele mesmo] que sabem mais que os outros." Mas tais proclamações de um *insight* especial não se restringem aos *houngans*. Um dos traços centrais do culto parece ser um enigmático poder de converter em cegos mesmo seus estudiosos, cada qual convencido de que sua própria alavanca de controle do culto finalmente penetra em sua essência, em seus segredos, livres dos pontos escuros que levaram inevitavelmente seus antecessores a becos sem saída periféricos em relação à análise.<sup>4</sup>

Uma exposição equilibrada começaria com a importante distinção feita pelo antropólogo Alfred Métraux entre "vodu público" e "vodu doméstico" (Métraux, 1972, p. 61). O vodu público praticado nos centros especiais de culto, geralmente dirigidos por *houngans* dotados de proeminência local, freqüentemente se caracteriza por uma parafernália esmerada e por uma impressionante elegância ritual. Apenas uma fração percentual dos servos dos Iwa está de alguma forma filiada a tais centros. A grande maioria das pessoas que servem os Iwa o faz em sua própria terra, usando seus próprios lares, terreiros e santuários domésticos. Esse é o vodu *doméstico*. Em termos de ritual e crença, ele difere substancialmente do vodu público a que se assiste nos centros urbanos (e

sobre o qual geralmente se lê na literatura). O vodou a ser examinado aqui é o doméstico – talvez seja melhor a expressão “vodou camponês”.

É difícil, mas não impossível, sumarizar o vodou camponês, tal como praticado na aldeia de Kinanbwa. Atravessando-se um pântano de detalhes rituais e teológicos, podem-se divisar os contornos de um culto que tem como um dos principais temas focais *contactar e apaziguar*, de forma ritual, *os espíritos ancestrais*.<sup>5</sup> Os Iwa são concebidos pelos aldeões como ancestrais distantes cujos nomes pessoais foram esquecidos. Além de servir os Iwa, os praticantes também rendem vários tipos de homenagem aos seus pais mortos. Em termos de foco teológico, portanto, o vodou pode ser visto como uma combinação de culto aos ancestrais e culto aos mortos (traços de provável derivação africana). Há elementos não-ancestrais no vodou; algumas pessoas adquirem Iwa estranhos com a finalidade de enriquecer, causar malefícios ou uma série de outras razões. Mas nas áreas rurais esses são caminhos colaterais considerados secundários e, de certo modo, temidos. A maior parte da ênfase ritual em Kinanbwa é sobre a interação da pessoa com os próprios ancestrais.

Da mesma forma que para a maioria das religiões populares, há “especialistas” locais que são mais habilidosos que a média na interpretação do mundo espiritual e no trato com ele. Esses especialistas são geralmente conhecidos como *houngans* (ou *mambos*, tratando-se de mulheres). Os camponeses de Kinanbwa distinguem dois tipos de *houngans*. Há um pequeno número de especialistas formalmente iniciados chamados *ougdã asô*, onde *asô* é a moeda sagrada dada aos que passam pela cerimônia de iniciação chamada *kâzo*. Há também muitos *houngans* cujos poderes foram ganhos unicamente pela iluminação concedida pelos Iwa de sua própria família. A esses os aldeões chamavam *ouga makout* (*houngans* da cesta) ou, significativamente, *ougdã Ginê* (*houngans* africanos). Esses dois tipos de *houngans* diferem entre si em muitos aspectos.

Mas, em termos organizacionais, nenhum deles pertence a qualquer hierarquia. E embora os *houngans* iniciados tendam a possuir centros de culto mais refinados, adjacentes a suas casas, nem eles nem os *houngans makout* têm qualquer tipo de “congregação” na comunidade.

Para esclarecer o papel do *houngan*, é importante apontar que, no interior da estrutura de ênfase nos espíritos ancestrais acima mencionada, são a *doença* e a *morte* que, não obstante, provêm os principais contextos de crise existencial em que na verdade se realiza o ritual vodou. O vodou de Kinanbwa assume as dimensões de um sistema de medicina popular em que a doença tende a ser atribuída a ancestrais zangados e os rituais desempenhados funcionam num nível manifesto para apaziguar os ancestrais e curar a moléstia. Podem-se distinguir diversos tipos de rituais. Há rituais divinatórios, cujo propósito é determinar a causa da doença e a forma de apaziguamento. Há rituais de cura, em que um especialista interage diretamente com o doente para curá-lo. Há rituais propiciatórios, em que se oferecem comida e bebida a espíritos específicos para fazê-los interromper o ataque. Há rituais preventivos, em que – mesmo na ausência de doença – se oferecem sacrifícios aos ancestrais de uma pessoa, de maneira geral, para evitar uma possível zanga. E há rituais recreativos cujo propósito declarado é permitir aos Iwa dançar, representar (*bâbôché*) e, em geral, divertir-se (*prâ amizmâ-yo*). Essas últimas cerimônias são as famosas danças “vodou” que tanto atraem os turistas que, embora pensem estar vendo “a coisa verdadeira”, geralmente testemunham uma versão embelezada de um ritual que é de fato um alegre *finale* social de rituais domésticos muito mais sérios em que se oferecem comida e bebida aos ancestrais.<sup>6</sup>

Para resumir o vodou camponês numa concha antropológica, portanto, o quadro que emerge de Kinanbwa é o de uma forma bem pouco misteriosa de culto aos ancestrais cujas principais atividades rituais têm seu foco nos fenômenos da doença, da morte, da cura e do funeral.<sup>7</sup>



## Teologia camponizada

Um sumário descritivo é meramente um primeiro passo na compreensão de um culto. Os dados etnográficos que permitem tal descrição, quando reexaminados à luz das proposições teóricas adiantadas na introdução deste artigo, também revelarão o modo como opera a dinâmica mais profunda. Foi proposto que um culto popular como o vodu tem duas faces. Uma delas dirige seu olhar para as necessidades das comunidades locais, às quais se adapta. A outra dirige o olhar para fora e fornece uma porta pela qual forças externas à comunidade garantem o controle sobre certos aspectos da vida e do pensamento locais.

A ausência de forças eclesásticas formais durante o período formativo da sociedade haitiana dotou o rito e as crenças locais de uma margem de segurança que talvez seja incomum mesmo no contexto caribenho. De muitas maneiras, o ritual popular haitiano tem seguido seu próprio curso. Uma manifestação dessa margem de segurança pode ser encontrada, talvez paradoxalmente, no fenômeno que primeiro impressionou os estudiosos da religião popular haitiana – a retenção de africanismos. A virtual ausência de reforços eclesásticos europeus durante a maior parte do século XIX encorajou um quociente muito maior de retenções culturais africanas diretas do que se encontra, por exemplo, na religião jamaicana, onde a emancipação teve lugar sob a tutela de vários grupos religiosos britânicos.

A busca de africanismos, tão avidamente liderada por Herskovits no início deste século, caiu em desgraça antropológica em algumas áreas. Mas o trabalho de campo em Kinanbwa fornece um apoio de peso à noção de que alguns traços conseguiram atravessar o Atlântico relativamente intactos. A ênfase teológica no ritual ancestral parece ser incontestavelmente africana, tão africana quanto os nomes de muitos dos espíritos que são servidos – Dâbala, Ogoû, Bosou. O papel central do batuque como principal modo musical, e de outros tipos de instrumentos de percussão como apêndices, é de clara derivação africana, assim como a dança e o canto coral que acompanham o batuque. Estou convencido de que a possessão

pelos espíritos como importante traço do culto é também uma retenção africana. Certamente não havia modelos para esse fenômeno no catolicismo francês.

Mas a análise pode deixar escapar áreas importantes, caso se permita que a atenção dedicada às derivações africanas de muitos elementos nos desvie o olhar de muitas adaptações novas e criativas que tiveram lugar. Ou seja, a ausência da Igreja no Haiti do século XIX removeu certas restrições teológicas e rituais ao comportamento religioso e permitiu a emergência de um sistema popular finamente sintonizado à estrutura e às demandas do contexto agrário particular em que ele fincou raízes. Em suma, o que mais impressiona quanto ao ritual do vodu haitiano não é a derivação africana de tantos elementos, mas antes a penetração geral de um *foco camponizado* tanto na teologia quanto no ritual, um foco produzindo na medida em que a população rural adaptou sua religião às realidades da vida diária.

Os resultados dessa adaptação podem ser vistos na teologia de aldeia, naquele conjunto de conceitos que guiam a compreensão local do mundo espiritual. A literatura refere-se aos principais Iwa como sendo espíritos universais. Dâbala Wedo, por exemplo, é retratado como um deus-serpente africano. Ogoû Féray é mostrado como o deus do metal e da guerra. Presume-se haver um Dâbala Wedo e um Ogoû Féray. O Dâbala que possui uma pessoa em Kinanbwa é o mesmo que possui alguém em Porto-Príncipe. Mas não é dessa maneira que os aldeões conceituam as coisas.

Na teologia aldeã, não existe algo como o Dâbala Wedo ou o Ogoû Féray. Há milhares e milhares de Iwa – e cada família tem o seu. O que aconteceu é que nomes de espíritos como Dâbala Wedo ou Ogoû Féray, que na África se referiam a espíritos singulares (análogos ao termo cristão São Miguel, por exemplo), agora, na teologia de Kinanbwa, se referem a *tipos* – ou nações – de espíritos, e os ancestrais de alguém podem tornar-se membros desta ou daquela nação. O nome Dâbala, assim, em vez de ser como o nome São Miguel – um determinado anjo –, é agora mais análogo ao termo judaico-cristão “querubim” ou “serafim”, um tipo de anjo e não um anjo específico.

Assim, na teologia aldeã, cada família tem ancestrais que se tornaram *dâbalas*, ancestrais que se tornaram *ogouls* e ancestrais que se tornaram todos os outros tipos de espíritos – tais como Bosou, Ezili, Azaka e assim por diante através de todo o panteão vodu. Mas o assunto vai mais longe: cada indivíduo tem ancestrais *dâbala* do lado paterno e um contingente distinto de ancestrais *dâbala* do lado materno. Quando uma criança está doente, o aldeão em geral não diz: “Bosou pegou meu filho”. Em vez disso dirá: “É um *bosou* do meu lado paterno”. O uso geral do artigo indefinido antes do nome do Iwa é indicativo de uma metamorfose teológica com raízes profundas. Em sua essência, essa metamorfose consistiu numa completa *familiarização* da teologia local. Espíritos como Dâbala e Ogoû, que na África eram concebidos co-espíritos singulares venerados por diferentes grupos de parentesco, tornaram-se teologicamente fragmentados no Haiti rural, de tal maneira que cada indivíduo ou grupo de irmãos é concebido como tendo herdado *dâbalas* e *ogouls* distintos, da mesma forma como herdaram distintos lotes de terra.

A gênese dessa metamorfose teológica talvez possa ser encontrada na transformação estrutural que teve lugar no Haiti rural no século XIX. A *plantation* centralmente controlada cedeu lugar à pequena propriedade de controle individual. Como parte da mesma transformação, o próprio ritual tendeu a se tornar familiarizado, na medida em que os membros mais velhos de cada grupo de parentesco assumiam o papel de líderes do culto de seu terreiro particular. Mas se cada grupo de parentesco tinha sua própria terra particular, como parte da mesma dinâmica, cada grupo de parentesco passou a ser visto como tendo seus próprios espíritos particulares. Os espíritos não foram repartidos pelo nome – um grupo de parentesco tendo Ezili, outro Bosou, ou coisa desse tipo. Em vez disso, cada grupo de parentesco possui o complemento total de todos os espíritos localmente venerados. Mas cada um tem um contingente distinto, os Bosous que eu sirvo sendo similares mas *distintos* dos espíritos servidos por meus vizinhos. Estou sugerindo, em suma, que a mudança radi-

cal para um panteão composto de distintos contingentes de espíritos pode ter sua base estrutural na emergência, no século XIX, de um interesse, baseado no parentesco, por lotes específicos de terra. A antiga abundância de terras cedera lugar à escassez. Os rituais de hoje, conduzidos pelos membros mais velhos das famílias, têm sido crescentemente substituídos por rituais em que um especialista remunerado exerce os principais papéis. Na aldeia de Kinanbwa, porém, subseqüentes mudanças de ritual adaptaram-se elas próprias a um núcleo teológico altamente familiarizado que pode, ele próprio, ter sido o produto de uma adaptação à transformação econômica que deu à luz uma sociedade camponesa.

## Ritual adaptativo

A familiarização da maior parte do panteão relaciona-se a uma alteração adaptativa que teve lugar na esfera *teológica*. Talvez mais notável, entretanto, seja um padrão recentemente observado pelo qual os rituais ancestrais do Haiti rural, especialmente aqueles relacionados à cura e à morte, servem à função latente de manter uma corrente constante de terra disponível para compra, enquanto ao mesmo tempo milita contra a perpetração intergeracional de diferenciais de posse de terra no seio da comunidade rural. A dinâmica dessa fonte de recursos ritualmente governada foi examinada em outro trabalho e será brevemente delineada aqui (Murray, 1977).

O crescimento populacional tem colocado diversos tipos de pressão sobre o sistema agrário local. A ênfase não se manifestou, contudo, sob a forma de carências absolutas de comida. O primeiro efeito sistemático do crescimento populacional foi, em vez disso, dificultar aos pais seguir os padrões tradicionais com respeito à ajuda aos filhos homens na obtenção da autonomia econômica. Tradicionalmente, os pais emprestavam por algum tempo aos filhos homens no final da adolescência um ou mais lotes de terra. Esse costume, que começou nos dias de terras abundantes do século



XIX, foi se tornando mais difícil a cada geração, com a redução do tamanho médio das propriedades. O resultado foi uma situação em que os indivíduos têm de esperar a morte dos pais para terem acesso a uma porção de terra, mesmo diminuta, por meio da herança.

Longe de reagir passivamente a tal situação, a população executou, por assim dizer, uma manobra sistemática em que depositou uma confiança cada vez maior numa diferente estratégia de transferência de terras, baseada mais nos mecanismos da parceria e aquisição. Os dados quantitativos indicam que agora os homens jovens atingem a autonomia econômica trabalhando como parceiros nas terras de outros membros da comunidade. Começam a adquirir terras quando têm de 35 a pouco mais de 40 anos e, quando chegarem aos 50, serão eles mesmos proprietários, emprestando parte de suas terras a jovens locatários na base da parceria. Embora o sistema ainda esteja sob pressão demográfica, essa forma de propriedade assegura uma constante circulação de terras que, por seu turno, sustenta a viabilidade da vida local, fazendo com que ao menos uma certa quantidade de terra se torne disponível para todas as famílias.

O papel do vodu nesse processo será descrito a seguir. Esse sistema de circulação de terras apresenta vários enigmas analíticos. O sistema, de fato, pressupõe que as pessoas começassem a adquirir terras durante a quarta e a quinta décadas de suas vidas. Mas existe um problema lógico-empírico que concerne à fonte da terra que é adquirida. Seria de imaginar que a terra, sendo tão valorizada no Haiti, fosse entesourada, usada e/ou acumulada, em vez de vendida. Quem, portanto, está vendendo toda a sua terra e por quê? Os dados quantitativos indicam claramente que são os próprios camponeses de Kinanbwa que estão vendendo a terra. De modo mais surpreendente, porém, os dados mostram que em cerca de 70% das transações o vendedor está liquidando parte de seus bens para financiar algum ritual obrigatório de cura ou morte imposto pelas demandas de um espírito ancestral. Antropologicamente falando, temos um caso

claro de sistema ritual interferindo nos padrões de alocação de recursos de uma comunidade camponesa. Esta sutil e até agora despercebida função de circulação de terras é que é um dos principais “segredos” do vodu haitiano, e uma impressionante demonstração da habilidade dos sistemas de ritual popular, quando guiados por sua própria dinâmica, em oferecer respostas, de maneiras importantes, aos problemas imediatos que confrontam as comunidades em que operam.

Os padrões acima expostos constituem, portanto, a face interna do vodu rural haitiano. Nessa mudança teológica na direção de um panteão cujos espíritos mais cultuados são familiares, e de um sistema ritual que sutilmente regula a relação entre homens e terra, a religião popular do Haiti amoldou-se à maneira de viver e aos problemas de seus praticantes, e se colocou, metaforicamente, a serviço deles. Nesse aspecto, o vodu emerge como ferramenta da comunidade. Tendo indicado os aspectos em que o vodu aparece a serviço da comunidade, estaríamos sendo desorientados pelo romantismo se ignorássemos os sólidos laços entre a religião e o poder externo nas vidas dos camponeses.

### Determinantes estruturais do vodu camponês

Os analistas do vodu raramente têm deixado de comentar as dimensões políticas do culto. Aos próprios governantes não tem faltado a consciência dessa dimensão. A despeito do papel desempenhado pelo vodu na revolta de escravos de 1791 – ou talvez por causa dele –, os primeiros governantes haitianos tomaram medidas para esmagar o culto. Uma similar atitude antivodu, embora menos enérgica, tem caracterizado a maioria dos governos através da história haitiana. Os ataques mais sistemáticos ao vodu aconteceram na década de 1940, num movimento liderado pela Igreja Católica. O movimento acabou e o vodu, ao que tudo indica, está tão forte quanto sempre esteve.

Nem todas as políticas públicas foram adversas. Pelo menos dois presidentes – Sòulu-

que (1843) e Antoine Simon (1908) – aceitaram publicamente o vodu, pelo que se relata. Mais recentemente, François Duvalier foi acusado (em geral por críticos de seu regime) não apenas de ser uma personalidade vodufista, mas também de usar o culto para suas próprias finalidades políticas. O fato de nem todos esses rumores serem meros boatos é documentado num estudo de Laguerre (1976) sobre um bairro de Porto-Príncipe. De acordo com esse estudo, todo *houngan* do bairro tornara-se um *ton ton makout* (membro da polícia secreta de Duvalier). Os *houngans* servem o regime espionando as casas de seus seguidores, suprimindo possíveis revoltas, informando e revelando os esconderijos de fugitivos da polícia e doutrinando crianças em favor do regime, para mencionar apenas alguns comportamentos abertamente políticos. Essa subordinação da religião popular a uma gangue de sacerdotes vodufistas com porte de arma e pagos pelo governo, extremamente atípica no país como um todo e mesmo em Porto-Príncipe, é atribuída por Laguerre à história política incomumente turbulenta do bairro em que realizou o estudo.

Alguns jornalistas já comprovaram o valor de interesse altamente macabro desse xamanismo dirigido pelo governo. Antes de iniciar meu próprio trabalho de campo, já tinha lido um terrível relato sobre o Haiti feito por Diederich e Burt (1969). Ao compilarem sua longa lista de história de horrores sobre o regime de Duvalier, os autores aferram-se a diversos relatos religiosos de segunda mão para pintar um retrato repulsivo em que todo *houngan* do Haiti se tornou um ativo colaborador político e cada camponês sofreu uma lavagem cerebral para tremer de medo religioso ante o novo super-*houngan* instalado no palácio presidencial. Todo o relato revelou-se completamente estranho à realidade de Kinanbwa, onde a maioria dos *houngans* – especialmente o *houngan makout* – era formada de pequenos curandeiros sem maior ligação com o governo do que o camponês médio, onde os próprios camponeses parecem não ter ouvido falar da nova teologia e onde o silêncio geral a respeito de assuntos políticos é mantido mais pela polícia rural do que por uma lavagem cerebral pro-

movida pelo regime. A interação entre o credo religioso dos camponeses e as instituições públicas revela-se num nível mais profundo, não facilmente afetado pelas determinações de qualquer político contemporâneo. É precisamente essa interação mais profunda que pretendo examinar aqui.

Para apreender os elementos externamente subordinados da religião camponesa haitiana, será necessário ir além das dimensões puramente populares do culto vodu e investigar suas zonas de interação com a religião institucional. No Haiti rural, a religião institucional geralmente envolve a Igreja Católica. Eu indiquei acima que os praticantes do vodu não têm uma única palavra para descrever sua religião. O problema aqui é maior do que uma simples questão terminológica. Se não há um nome *créole* comumente usado para designar o culto, é provavelmente porque de fato não há uma *seita ou igreja distinta*. Assim, a palavra *culto* foi escolhida com cautela. Em primeiro lugar, como foi dito acima, a grande maioria não se liga a um *houngan* ou *houngfor* (centro de culto) em particular. Ao contrário, um elemento importante nas manobras religiosas dos camponeses é mudar sistematicamente de *houngans* a fim de minimizar o perigo de erro no diagnóstico de uma doença. Só uma reduzida minoria – quase certamente menos de 5% – dos que servem os Iwa torna-se iniciada num centro de culto como *pittit kay* (“filhos da casa”). O vodu rural é para a maioria um culto doméstico, e o uso de uma terminologia congregacional como “seita vodu” ou “igreja vodu” poderia ser desorientador.<sup>8</sup>

Essa ausência de afiliação obrigatória, por si mesma, tornaria inadequado qualquer contraste do catolicismo com o vodufismo como duas religiões distintas. Mas de maior importância ainda é o fato de os praticantes do vodu não rejeitarem a Igreja Católica, como é o caso dos convertidos ao protestantismo. Bem pelo contrário. Os camponeses de Kinanbwa mantêm seu *status* como membros da Igreja Católica. Isso é reconhecido, por um lado, pelo padre da cidade vizinha. Embora invective a congregação com denúncias semanais contra a



participação em tais ritos satânicos, ele reconhece os praticantes do vodu como membros de seu rebanho de uma forma que os batistas ou adventistas locais não o fazem. Mas os próprios membros do culto, quando indagados sobre sua religião, afirmam, na sua grande maioria, que são católicos. De forma alguma é isso apenas um modo tortuoso de encobrir sua “verdadeira” fé religiosa. Tais afirmações refletem objetivamente que, em seu contexto contemporâneo, o próprio culto impõe a seus membros a participação obrigatória numa religião ocidental institucionalizada. “Para servir os Iwa é preciso ser católico...” Essa declaração franca é tão verdadeira para o vodu de Kinabwa quanto o era para a comunidade do camponês que primeiro a fez a Alfred Métraux (1972). A importância estrutural e as implicações teóricas profundas desse padrão constituirão um dos principais temas das páginas seguintes.

Não é preciso ter muita imaginação para detectar a presença do catolicismo na maioria dos rituais vodu de Kinabwa, mesmo naqueles em que os participantes estão possuídos por seus Iwa ancestrais. As mesas são frequentemente preparadas à maneira de um altar católico, e dominando-as se encontram figuras de santos católicos. Muitos rituais começam com preces católicas, lidas em francês, de um livro de preces, por um aldeão alfabetizado que esparge água à sua volta do mesmo modo que um padre católico o faz com água-benta. Esse aldeão, que desempenha função similar em muitos rituais, é conhecido localmente como *pè savân* (padre-curandeiro). Ele não é um *houngan*. Nunca observei uma cerimônia com rituais preliminares católicos em que tais rituais não fossem realizados por um *pè savân* distinto (embora muitos *houngans* sejam pelo menos semi-alfabetizados e possam facilmente aprender a ler as orações). Da mesma forma, nunca observei um *houngan* funcionando, ainda que temporariamente, como *pè savân* em cerimônia de outro *houngan*. Ou seja, existe a exigência de uma abertura, em muitos rituais (geralmente no princípio), para preces católicas lidas em francês e para aspersões com água como se faz na Igreja Católica. E a comunidade

de depois institucionalizou um distinto papel ritual para um especialista encarregado desses ritos.

O fato de tais rituais católicos ocorrerem no princípio das cerimônias talvez pudesse, por si só, ser usado como argumento em defesa da primazia atribuída aos elementos institucionais. Não existe, evidentemente, qualquer lei garantindo esses rituais católicos. Nem existe uma pressão direta do clero católico para esse ritual vodu “catolicizado”. Ao contrário, o sacerdote comum o denuncia publicamente como ritos satânicos travestidos de ritual genuíno. É o próprio costume local que continua a garantir o primeiro lugar, ao menos cronologicamente, ao ritual católico francês.

Vistas sob outra luz, porém, essas questões podem ser percebidas como uma intrusão superficial do catolicismo institucional. Os participantes estão desatentos, entediados ou simplesmente ausentes nesses rituais preliminares. A maior parte do tempo, dos recursos, do entusiasmo e da participação de grupo será dirigida aos momentos finais da cerimônia, quando a inatividade entediada terá cedido vez ao batuque e às danças, e quando as litânicas em francês serão substituídas por cantos em *créole* (*châté Iwa*), preparados por intrigantes punhados de expressões ininteligíveis preservadas quase intactas de cantos africanos de um outro tempo. Se elementos como os acima descritos fossem as únicas manifestações de catolicismo na vida religiosa dos praticantes do vodu, o lugar do catolicismo seria realmente pequeno e o vodu poderia muito bem ser descrito como um culto basicamente “não-cristão”. Tal modelo, contudo, seria uma grande distorção.

### Bon-Dieu como governante

A distinção tradicional entre a “teologia” e os “rituais” de um culto é conveniente ponto de partida para se fazer uma análise mais de perto. Primeiramente no domínio da teologia, a literatura sobre o vodu tende a dedicar grande dose de atenção ao exame das concepções populares com respeito aos Iwa: os nomes dos

Iwa, sua classificação em grupos, as cores, roupas, comidas e bebidas que cada grupo prefere, as características distintivas de personalidade que as pessoas possuídas por este ou aquele Iwa tipicamente apresentam.

Mas uma abordagem estruturalmente sensível da teologia vodu deve começar citando a fortíssima evidência etnográfica apontando a existência de um Ser Supremo cuja autoridade e cujo poder, acreditam os praticantes do culto, são bem maiores que os dos Iwa e de outros espíritos inferiores (ver, por exemplo, Dereu, 1970; Herskovits, 1937; Métraux, 1972; Price-Mars, 1928; Simpson, 1954). Esse Ser Supremo é geralmente tratado em um ou dois parágrafos rápidos, quando então a análise pula para a tarefa mais excitante de descrever as personalidades e truques dos Iwa. Aqui, porém, vamos examinar esse Ser Supremo um pouco mais de perto.

Sabe-se que ao panteão de muitas religiões faltam os conceitos de “Ser Supremo”. Antropólogos vêm há muito apontando a tendência de os espíritos supremos serem mais frequentes em sociedades com certo nível de complexidade organizacional e centralização política. Em tais contextos, os espíritos locais e ancestrais continuam a existir e, de fato, a ocupar a maior parte da atenção do crente comum. Mas esses espíritos inferiores estão agora colocados nos níveis mais baixos de um panteão governado por um poder maior que o deles.

Deixar de perceber essa dimensão estrutural resultaria numa distorção aguda da teologia popular pós-colonial. No caso do Haiti, as tradições-fonte – europeias e também africanas ocidentais – que forneceram os antecedentes teológicos do vodu contemporâneo baseiam-se em sociedades estruturalmente diferenciadas cujo nível de complexidade sócio-política se faz de fato acompanhar de panteões encimados por Grandes Espíritos.

As crenças teológicas específicas dos escravos de São Domingos são, evidentemente, desconhecidas. Mas à vista da complexidade social das sociedades antecedentes, bem como da complexidade dos Estados-nações que acabaram emergindo, teria sido altamente impro-

vável que tomasse corpo uma teologia em que não houvesse um Ser Supremo, mas apenas espíritos inferiores. E isso de fato não ocorreu.

Mas o que de fato ocorreu deveria agora ter evocado maior quantidade de comentários e admiração entre os analistas do que tem sido o caso. Se jamais houve uma nação do Novo Mundo em que um espírito não-cristão poderia ter sido entronizado como o ser mais elevado do panteão, essa nação é o Haiti – onde os brancos foram ejetados, seus sacerdotes expulsos junto com eles, e a nação era governada por descendentes de africanos.

Mas o indiscutível e universalmente reconhecido governante do panteão vodu é, enfaticamente, um espírito não-africano. Em vez disso, mesmo o mais devoto dos servos dos Iwa rende homenagens a ninguém menos que o Deus judaico-cristão – o “*Bon-Dieu*” – como o criador e governante de todos. É o *Bon-Dieu*, o Deus objeto das pregações do *pè* (padre) e do *pastè* (pastor) locais, que se acredita ter criado os espíritos inferiores, e é Ele que os governa. As manobras e más ações desses espíritos inferiores, bem como a atenção propiciatória que recebem de seus devotos, ocorrem todas sob a tolerância do *Bon-Dieu*. Nunca ouvi um *houngan* desafiar a supremacia do *Bon-Dieu*, nem tal desafio foi jamais relatado por qualquer outro observador – o Deus judaico-cristão foi admitido no panteão, não como um espírito entre muitos, mas como o grande mestre, o *Gran-Met*.

Estárfamos dando aqui demasiada ênfase a uma questão terminológica? Ou seja, o fato de os aldeões chamarem o Ser Supremo pelo mesmo nome usado pelos padres não significa que eles o concebiam da mesma forma. Por que então chamá-lo “o Deus judaico-cristão”? Dilemas de definição – e o perigo obscurecedor das discussões sobre definição – podem ser contornados focalizando-se comportamentos e processos. Permanece surpreendente o fato de que, a despeito da marginalização sócio-política do período pós-revolucionário e da proliferação de espíritos autóctones e de origem africana nos níveis inferiores do panteão, a posição de Ser Supremo foi alocada a uma Deidade chamada por um nome europeu



e, mais importante, *cujos ministros não são especialistas populares, mas um clero europeu (ou americano)*.<sup>9</sup> Por qualquer operacionalização razoável, o Ser Supremo na teologia vodu é “o Deus judaico-cristão”, visão que recebe extraordinária evidência – embora, estranhamente, pouca ênfase – na literatura etnográfica.

Mas uma outra objeção é possível: por que se referir aos Iwa como ocupando os “níveis inferiores” do panteão? O *Bon-Dieu* da literatura é um ser remoto, virtualmente inativo. A maioria das intervenções sobrenaturais nos assuntos humanos vem, ao que se crê, dos Iwa, não do *Bon-Dieu*. Será que seu nicho é realmente o “mais elevado” em qualquer sentido operacional?

Sim, é. Por um lado, os próprios aldeões muitas vezes aludem a ele especificamente como estando acima – ou, com maior frequência, “à frente” (*dévé*) – de todos os Iwa. Além do mais, sua distância não era tão grande na teologia dos aldeões de Kinanbwa como eu esperava a partir da literatura sobre vodu (amplamente escrita em contextos urbanos ou no de centros de culto especiais). Por exemplo, foram necessários vários meses de trabalho de campo para que se revelasse a inaplicabilidade de certos pressupostos teológicos que eu vinha fazendo. Muitos relatos escritos sobre o vodu generalizam o poder dos Iwa para o mundo não-humano, atribuindo-lhes o controle sobre as águas, o vento, o relâmpago, o trovão, as plantações e assim por diante. Acabou ficando claro, contudo, que os aldeões de Kinanbwa, em geral, não adotavam esse modelo. É *Deus que faz as plantações crescerem, o vento soprar, cair o relâmpago*. Se os Iwa tinham algum poder nesse terreno, tendia a ser de tipo negativo. Um Iwa não pode criar a chuva – mas pode impedir que caia uma chuva normal (*maré lapli*). Um Iwa não pode fazer crescer uma plantação num terreno cansado – mas pode fazer a plantação transferir-se magicamente para a terra de um outro (*ralé jade*).

Mais importante, os Iwa dos aldeões não tinham o poder de criar a vida humana, de colocar uma criança no útero de uma mulher. Só

Deus pode pôr ali a vida. De modo bem significativo, a mulher que se crê estéril é enviada não a um *houngan*, mas a uma capela católica, onde vai acender uma vela. Tão poderosa é essa associação da fertilidade com o *Bon-Dieu* que é necessário fazer uma redefinição diagnóstica para dar conta da ausência de crianças no contexto dos úteros. As mulheres sem filhos são freqüentemente diagnosticadas como tendo ficado grávidas mas subseqüentemente perdido a criança, apanhada (*képé*) no útero por um Iwa enraivecido. Em tais casos, um *houngan* pode intervir. Mas é significativo que os Iwa causadores dessa moléstia (geralmente chamada “perdição”) estejam retendo uma vida que já está lá no útero. Eles não podem criar a vida a partir da sua ausência, e a maioria dos aldeões indagados duvidava de que eles pudessem impedir que a vida fosse criada no útero após uma relação normal entre homem e mulher. O que um Iwa podia fazer era “agarrar” e prender o feto só depois de ele estar lá.

Em suma, o poder dos Iwa em Kinanbwa era visto especificamente como não atingindo certos domínios reservados ao *Bon-Dieu*. Embora diferentes indivíduos tenham modelos ligeiramente diferentes do sobrenatural, um grupo de pressupostos comumente compartilhados tendia a enfatizar a atividade direta dos Iwa nos seres humanos. Para se vingar da falta de atenção, os Iwa geralmente não fazem cair um raio ou desabar o teto; antes, fazem o ofensor, ou seus filhos, ficar doente. Para ajudar financeiramente um aldeão, os Iwa não criam sacos de dinheiro. Preferem iluminar um devoto (*ba-l jé*) para que este descubra dinheiro escondido ou perdido por alguém. Para ajudar um aldeão a se vingar de um roubo, geralmente não devolvem a propriedade perdida. Preferem entrar na cabeça do ladrão e inspirá-lo a prosseguir em suas malfetorias num crescendo até que seja preso. Resumindo, a teologia aldeã tende a conceber um confinamento funcional de fato da atividade dos Iwa aos corpos e mentes dos seres humanos. Num panteão encimado por um Ser Supremo, o criador da vida e governante do mundo não é outro senão o Deus judaico-cristão.

## Os ritos de passagem

A discussão precedente tratava de ideologia. Mas a predominância estrutural de elementos cristãos pode ser vista com igual clareza no domínio do ritual. Ao descrever as formas de vida de qualquer grupo, os etnógrafos geralmente dedicam parte de sua monografia àquele subconjunto de rituais que marca a transição de um indivíduo de um estágio da vida localmente reconhecido para o seguinte. As culturas diferem não apenas quanto aos detalhes das cerimônias, mas também quanto aos estágios particulares do percurso humano que são selecionados para receberem atenção no ritual. A maioria das culturas, porém, sejam simples ou complexas, institui algum tipo de cerimonialização do ingresso em novos estágios da vida. Embora os ritos possam ser seculares em sua natureza, provavelmente estão ligados aos conceitos teológicos e às tradições rituais prevalentes em determinado grupo.

Não surpreende em absoluto que a religião do camponês de Kinanbwa inclua noções sobre a conveniência de se passar por certos rituais ligados ao ciclo de vida como afirmações da identidade e do valor de um indivíduo. Isso, afinal de contas, é comum na maioria das religiões etnograficamente registradas. O que demanda um exame mais aproximado, contudo, é o fato de as cerimônias escolhidas serem as *cerimônias da Igreja Católica*. O tipo de cerimônia católica a que estou me referindo aqui não é aquela modificada que o padre-curandeiro realiza em muitos ritos vodu. Para os importantes ritos de passagem, mesmo o mais devoto dos servos dos Iwa em Kinanbwa não aceita que se substituam os rituais públicos realizados por sacerdote católico formalmente ordenado, nos limites da igreja católica local.

A primeira de tais cerimônias é o rito do batismo. Poucos meses depois do nascimento, os pais da criança convidam duas pessoas para serem os padrinhos, e o pai obtém uma certidão de nascimento (*batistè*) relatando o fato e pagando a taxa exigida no Bureau de l'Etat Civil da cidade mais próxima. No dia indicado, os padrinhos – o homem de paletó e gravata, a

mulher com suas melhores roupas – seguem para a igreja católica local, onde a certidão de nascimento é mostrada ao padre. Dos padrinhos se exigem promessas de que protegerão a criança do envolvimento nos ritos satânicos do vodu, e então ela será devidamente batizada.

Esse batismo era visto como absolutamente obrigatório pelos aldeões de Kinanbwa, e de fato todas as crianças que sobrevivem às primeiras semanas são batizadas. Por um lado, a obtenção de uma certidão de nascimento com o nome de ambos os pais é condição *sine qua non* para uma futura herança das propriedades paternas. Mas, de um ponto de vista puramente teológico, a criança não é encarada como um ser plenamente humano – dotado de alma (*nâm*) – até que seja batizada. Uma criança que morra antes disso será enterrada no mato com uma pequena cerimônia. De modo muito significativo, não se acredita que *qualquer sacerdote-curandeiro ou houngan seja capaz de dar à criança a sua nâm*. Para esse rito de passagem, até os servos dos Iwa devem atravessar os portais da igreja católica local.

O próximo rito de passagem importante é o matrimônio.<sup>10</sup> Ele difere do rito de batismo pelo fato de nem todos no Haiti rural passarem por um ritual formal de matrimônio. Ao contrário, quem o faz são principalmente os aldeões de melhor condição, que na verdade o utilizam, até certo ponto, como demonstração pública de seu *status* econômico. Em Kinanbwa, a maioria dos casais – cerca de 70% – não era legalmente unida, mas vivia em uniões livres, geralmente chamadas *plasaj* no *créole* haitiano. A predominância estatística das uniões livres (em muitos outros pontos do Caribe além do Haiti rural) levou pelo menos alguns analistas a subestimar a importância local do matrimônio. Essa visão constitui uma violência à situação de Kinanbwa. O *status* e o prestígio local dos indivíduos aumentam intensamente quando abandonam a situação de *plasaj* pelo matrimônio legal. E embora os cidadãos haitianos possam casar-se apenas no civil, o *status* se eleva quando o casal é unido na igreja por um padre (ou ministro) e assume outras pesadas obrigações impostas pela força, informal, não codificada, mas poderosa, das

expectativas da comunidade. Os custos diretos da cerimônia, pagos ao sacerdote, são minúsculos se comparados com esses gastos socialmente impostos, que incluem a aquisição de roupas e móveis caros, a construção e ornamentação de uma casa e o entretenimento da comunidade tanto na noite que precede o casamento como na própria manhã da cerimônia.

Embora o matrimônio não possa ser descrito como um rito de passagem obrigatório, de vez que apenas alguns aldeões se casam legalmente, não obstante continua a ser uma porta de entrada impositiva para certas formas de prestígio local. Quando uma mulher da aldeia se casa, os vizinhos (e até os irmãos) passam a se dirigir a ela publicamente como *madâm*. Os pais afirmam com satisfação que uma ou outra de suas filhas “deixou o lar com uma coroa” — uniu-se formalmente ao seu primeiro esposo. Ao se referirem aos próprios pais, os adultos fazem questão de dizer que “*papa té marié ak mômâ-m*” (“papai era casado com mamãe”). E, ao coletar informações, os entrevistadores logo aprendem que a maneira de indagar se um casal está vivendo em união livre é perguntar “*ou poko marié?*”, permitindo ao indivíduo dar a resposta, delicada e não-depreciativa: *No, nou poko marié* (“Não, ainda não estamos casados”). Embora a maioria dos casais nunca se una legalmente, os que o fazem são vistos como tendo dado um passo acima, e os outros explicam sua atual união livre como condição temporária que acabará sendo remediada. E o remédio pode ser aplicado, não por um especialista popular, não importa quão poderoso ou respeitado, nem mesmo por um juiz de paz, legalmente habilitado a unir pessoas, mas por um padre católico. Em outras palavras, a ênfase no casamento na igreja tem uma dimensão especificamente religiosa que ultrapassa o cumprimento de exigências administrativas para a legalização de matrimônios.

Isso é igualmente visto de modo bem claro em outros domínios da teologia popular. Por exemplo, quando uma união conjugal se baseia no informal *plasaj* e não no matrimônio, os Iwa do marido e da mulher permanecem distintos. Isso significa que um homem não pode

ser possuído numa cerimônia doméstica realizada pelo grupo de parentesco de sua mulher, e vice-versa. O casamento na Igreja altera essa situação. Doravante, os espíritos ancestrais de ambos os membros do casal estarão unidos de tal maneira que poderão possuir seus filhos nas cerimônias (e nas propriedades) dos dois. Essa fusão teológica é efetivada por um sacerdote católico (em geral, evidentemente, sem que este tenha consciência disso) num Rito de Passagem Católico.

O último dos grandes ritos de passagem — o funeral cristão — nada compartilha da natureza opcional do matrimônio, mas é tão central para o ciclo de vida local como o batismo cristão. Em razão da força do culto local aos ancestrais, muitos dos eventos que cercam a morte, inclusive a própria estrutura da *véyé* (vigília), pouco têm a ver com as orientações institucionais da Igreja. Mas, a despeito da presença de elementos não-católicos, até os mais ardentes devotos dos Iwa não podem ser enterrados sem que seus corpos tenham sido levados à Igreja Católica. As missas de defuntos não são prática geral na região pesquisada. Cerimônias mais breves são realizadas sobre o caixão. Mas não existe um substituto local para essa passagem final, socialmente orientada, pelos ritos funerários cristãos. Uma das ameaças mais sérias que os sacerdotes locais podem fazer aos *houngans* é a da recusa a um funeral cristão. Seria tão séria uma recusa como essa, contudo, que de fato raramente ela é feita pelo padre da cidade próxima a Kinabwa. Paradoxalmente, e de modo muito significativo, não é portanto a pressão eclesial, mas antes a forte pressão popular que mantém o funeral cristão como um último passo obrigatório no ciclo de vida local.

Em suma, a vida religiosa do camponês haitiano manifesta uma profunda clivagem cultural entre ritos de passagem inegavelmente cristãos e rituais domésticos/comunitários dominados por elementos locais ou não-ocidentais. Conquanto a maioria das funções religiosas comuns — como o contato com espíritos ancestrais e a cura de moléstias sobrenaturais — seja realizada no contexto dos rituais e da

teologia populares e em desafio às orientações institucionais da Igreja Católica, os principais ritos de passagem continuam a ser colocados à parte e atravessados no contexto de um simbolismo totalmente ocidentalizado.

Por um lado, essa clivagem cultural é imediatamente evidente nos detalhes das cerimônias. Nas danças vodú, as mulheres usam lenços e trajes locais de diferentes cores, de acordo com a cerimônia. Os homens usam roupas limpas — mas são chapéus e calças de camponeses, com uma tendência ao uso de camisas de mangas compridas de colorido um tanto luminoso. A linguagem dos cantos comuns é o *créole*. O tom cultural dos ritos de passagem é totalmente diferente. Nos batismos, os padrinhos usam roupas ocidentais — os homens de paletó e gravata. Nos casamentos, a noiva e o noivo usam igualmente trajes ocidentais — ele de terno e até luvas brancas, ela com vestido branco de noiva e peruca de cabelos negros e lisos. Na recepção, o padrinho do noivo, vestido de maneira similar, faz um discurso e um sermão dirigido ao casal num francês elegante. E ao morrer o homem é enterrado de terno e gravata — mesmo que jamais os tenha usado em vida.

Mas, de ainda maior peso diagnóstico do que a roupa ou a linguagem é, creio eu, a questão do *especialista responsável pelo ritual*. Conquanto grande parte da vida religiosa — mesmo elementos católicos, como orações perante figuras sagradas em altares domésticos — seja hoje manipulada por especialistas locais, nesse subconjunto fundamental de rituais, os ritos de passagem, a comunidade não aceita substitutos para os representantes formais da religião institucionalizada.

Várias questões podem ser aqui levantadas. Essa distinção entre elementos “ocidentais” e “não-ocidentais” constituiria uma dicotomia alienígena sobreposta a um sistema que é visto por seus próprios participantes como um todo unificado? Será que as próprias pessoas fazem tal distinção? Mesmo que as pessoas não fizessem essa distinção cognitiva, a análise poderia ainda ser válida. Mas a questão é acadê-

mica, de vez que até os próprios atores se mantêm constantemente conscientes da distinção entre elementos cristãos e não-cristãos na sua vida religiosa. Os padrinhos no batismo, os jovens na Primeira Comunhão, a noiva e o noivo na igreja para o casamento — todos ouvem sermões e são exortados a confinar sua religião às tradições cristãs, a abandonar os rituais satânicos que o sacerdote sabe que eles ou suas famílias praticam lá na roça. Na verdade não houve uma fusão suave entre as duas tradições, uma unificação que reduzisse a consciência dos limites originais na mente dos crentes. Alguns aspectos do ritual vodú podem ser adequadamente tratados sob a rubrica do sincretismo. Mas os padrões agudos de uma dualidade e de uma estratificação constantemente percebidas continuam a informar mesmo as camadas mais profundas do culto.

Mas outras questões poderiam ser levantadas aqui. Por exemplo, será então o vodú de Kinabwa um culto totalmente desprovido de seus próprios ritos de passagem? A resposta é um firme *não*. Certos rituais descritos na literatura, tais como a cerimônia de iniciação para *houngans* (*kâzo*) e a retirada de espíritos da cabeça de um devoto na hora da morte (*désouné*), são também conhecidos na aldeia. Mas enfatizar tais rituais a ponto de excluir os ritos de passagem católicos, menos exóticos, seria uma distorção etnográfica. Por um lado, a maioria dos devotos do culto nunca passa por esses ritos locais, menos ainda que os que se casam no cristianismo. O que, porém, é de maior importância classificatória é que esses rituais não substituem os rituais cristãos. Assim, relativamente poucos aldeões passam pelos ritos de iniciação *kâzo*, embora virtualmente toda criança receba o batismo cristão. Bem poucos aldeões, na hora da morte, serão *désouné*; quase todos terão seus funerais iniciados numa igreja. E mesmo os que são *kâzo* ou *désouné* devem também ter recebido o batismo cristão e ter um funeral cristão. Os etnógrafos têm-se mostrado mais interessados, previsivelmente, em descrever ritos como o *désouné* e o *kâzo*. Mas meu argumento aqui é de que, em termos da estrutura global da vi-



da religiosa do camponês haitiano, tal ênfase pode ser enganadora. Os únicos rituais de passagem que se poderiam considerar como estruturando o curso de vida da maioria dos camponeses haitianos são os ritos do batismo, do funeral e, para alguns, do casamento na igreja. Mas nesses rituais a Igreja continua a exercer sua influência sem qualquer ameaça.

A primeira parte desta exposição mostrou que, no reino da teologia, o nicho do Ser Supremo continua a ser ocupado pelo *Bon-Dieu* do panteão judaico-cristão. Está claro agora que, além disso, os ritos de passagem sociais constituem outro ponto focal de que emana o poder da religião ocidental. Em suma, embora o processo de "sincretização" tenha resultado na mistura igualitária de tradições culturais em alguns aspectos, pelo menos em duas esferas os espíritos e especialistas do catolicismo institucional continuam em posição de clara predominância cultural.

### Análise e conclusão

A tarefa final é a de formular hipóteses que possam levar em conta um ou outro aspecto desta explanação sincrônica e "estrutural", assinalando que a predominância de símbolos judaico-cristãos em certas crenças e ritos é meramente um reflexo adequado dos continuados padrões de dependência pós-colonial nas esferas política e econômica. Tal análise, embora não totalmente destituída de verdade, evita algumas importantes questões de causalidade. Mas as questões relacionadas à possível origem causal trazem a discussão para o domínio da história colonial e pós-colonial.

Não há evidência de que os escravos de São Domingos fossem menos religiosos que suas contrapartes de outras ilhas do Caribe. Mas de fato parece que eram menos sujeitos ao proselitismo cristão direto. O Code Noir de 1685 exigia a instrução religiosa dos escravos. Tal instrução, porém, devia vir do clero ou dos senhores de escravos. A falha do primeiro grupo em cumprir sua missão pode ser ao menos par-

cialmente entendida observando-se quem o constituía. A queixa de Wimpffen de que a maioria do clero que ele via na colônia fora enviado para lá como punição por algum delito cometido na terra pátria tem tido o apoio dos historiadores mais recentes (Girod, 1972, p. 161; Wimpffen, 1871, p. 280-1). Além de um pequeno número de clérigos seculares, pelo menos quatro ordens religiosas – carmelitas, capuchinhos, dominicanos e jesuítas – tinham representantes na ilha. À vista do evidente *status* da colônia como local de punição para a maioria deles, a falta geral de zelo apostólico que demonstravam não deveria causar surpresa. Deve muito bem ter havido pouco reforço eclesiástico direto à vida religiosa de grandes grupos de escravos em São Domingos.

Os próprios senhores não correram a preêcher o lapso catequético. A reação dos donos de *plantations* à instrução religiosa dos escravos pareceu oscilar entre a indiferença e a hostilidade. Parece que todos os escravos eram batizados – tanto africanos quanto crioulos.<sup>11</sup> Além disso, breves preces matinais e vespertinas parecem ter sido a prática padrão em pelo menos algumas *plantations*, assim como a missa dominical, quando se dispunha de um padre. Mas a crueldade e a imoralidade, abundantemente documentadas, dos senhores de escravos de São Domingos justificam o ceticismo em relação à intensidade de seus esforços de cristianização. Debien introduz sua análise da instrução religiosa na colônia com um comentário revelador: "Este capítulo será breve" (Debien, 1962). Em seu alentado manual, escrito em favor dos proprietários de escravos de São Domingos, Ducoeurjoly entra em grandes detalhes sobre todos os aspectos do trato com escravos. Em lugar algum encontroi menção à instrução religiosa dos escravos, seja como tática positiva ou negativa (Ducoeurjoly, 1802). A matéria é conspícua pela ausência. A expulsão dos jesuítas na década de 1760 parece indicar o medo da cristianização. Pelo menos um historiador sugere que, nos anos finais da colônia, os proprietários de *plantations* tentaram usar o catolicismo

como instrumento de pacificação, uma espécie de "*gendarmérie spirituelle*" (Girod, 1972, p. 168). Mas, com poucas exceções, a balança das evidências parece pender mais fortemente para a indiferença e a negligência religiosa da parte dos proprietários.<sup>12</sup>

A ausência de reforço aos quadros eclesiásticos no período colonial foi, sem dúvida, intensificada durante e após a revolução haitiana. Cabon (1933) relata que diversos sacerdotes que se haviam juntado aos escravos em seu levante não apenas foram tolerados, mas de fato vieram a exercer algum tipo de poder. Toussaint Louverture tinha um capelão anexado ao seu exército e era solícito para com o batismo de crianças. Mesmo Dessalines interveio para salvar a vida de um padre ameaçado. Mas esses incidentes isolados dificilmente serão suficientes para suplantarem a evidência em favor da partida de todo o clero na trilha dos proprietários em fuga. Se o número de padres no Haiti colonial era modesto, tornou-se virtualmente inexistente no período imediatamente subsequente à revolta. Esse estado de coisas, que começou como uma espécie de ausência de igreja de fato, oficializou-se quando o Vaticano rejeitou certas cláusulas da Constituição haitiana de 1805. Tal situação, que deveria perdurar por quase 60 anos, ocorreu precisamente durante as décadas críticas em que emergia na ilha uma base econômica camponesa e a vida religiosa local se estava cristalizando no culto camponês de que surgiu o vodu contemporâneo.<sup>13</sup>

Tudo isso só torna mais intrigante o papel dominante que a teologia e o ritual católicos vieram a desempenhar na vida do camponês haitiano. Retornemos então a uma questão anterior. Por que a singular situação de "ausência de igreja" do Haiti pós-revolucionário não levou à emergência de uma religião dominada por uma Deidade africana (ou autóctone)? Por que a sociedade recém-liberta não instituiu ritos de passagem que tivessem sido purgados de toda reminiscência do passado colonial. O caso do Haiti força-nos a elaborar um modelo teórico mais refinado que não proponha o proselitismo eclesiástico direto como

o único mecanismo da dependência religiosa pós-colonial.

Examinemos primeiro o *Bon-Dieu*. Espíritos africanos certamente sobreviveram à travessia do Atlântico. Ao menos alguns deles eram espíritos superiores em sua terra natal. Por que nenhum deles manteve o *status* no Haiti? Essa questão em particular não parece difícil. A realidade social da vida na *plantation* e o agrupamento proposital de escravos lingüisticamente diferentes teriam militado contra a preservação de um Ser Supremo vindo da África. Sob tais condições, seria de esperar um processo de "homogeneização" teológica – a redução, por ajustamento, de vários Seres Supremos ao nível de espíritos menores num novo panteão colonial.

Esse processo deve ter ganhado maior ímpeto com as diferenças institucionalizadas de riqueza e poder que constituíam um traço central na organização da *plantation*. A história política e militar humana está cheia de exemplos de Seres Supremos que foram depostos de seus tronos. Poucas coisas ameaçam a posição teológica de uma Deidade de modo tão efetivo como a subjugação política a uma sociedade com um Ser Supremo diferente. Se examinarmos um padrão antropológico anteriormente mencionado que envolve a "prontidão" para um Ser Supremo entre grupos cuja organização social atingiu certo nível de diferenciação interna, não é de todo surpreendente que o *Bon-Dieu* dos senhores tenha emergido como o favorito na competição pelo posto mais elevado. As transformações intervenientes específicas – como de fato todo o processo – possivelmente jamais superarão o estágio da especulação. No entanto o fracasso de um espírito africano em atingir o *status* de governante, no contexto material e organizacional da vida nas *plantations* de São Domingos, certamente não surpreende.

Mas então por que, depois da revolução, a nova nação não assistiu à ascensão de símbolos africanos ou locais a uma posição de proeminência? Sabe-se que deuses de povos subjugados ressurgiram depois de ocorrida a liberta-



ção política. Por que, depois da libertação, os escravos de São Domingos continuaram a venerar o aparentemente não-tão-*Bon-Dieu* dos europeus expulsos? Por que incorporaram ritos de passagem totalmente ocidentalizados ao seu próprio ciclo de vida? A situação política e militar parecia permitir a completa deseuropeização da crença e do comportamento religiosos. Por que isso não ocorreu, mesmo a despeito da falta de uma presença eclesiástica européia?

Para começar, a ocidentalização da vida religiosa deve ser vista contra o pano de fundo da ocidentalização geral da vida econômica, política e social, ao menos nos níveis de comando da nascente república. O plano econômico básico dos primeiros líderes haitianos envolvia um retorno de fato a um trabalho coletivo ao estilo da *plantation*, eliminando a escravidão mas mantendo um estado de quase servidão para a maioria do povo. Embora o esquema nunca tenha funcionado realmente, é de fundamental importância histórica para se observar que os líderes tentaram implementar um esquema econômico basicamente ocidental.

Mas os líderes também tentaram galicizar outras áreas da vida. As leis que regiam a terra eram imitações diretas do Código Napoleônico. A organização das forças militares também seguia padrões franceses, incluindo títulos e postos. Dois dos primeiros líderes declararam-se imperadores à la Napoleão, e um deles, Henri Christophe, estabeleceu uma nobreza no seu reino setentrional. O francês era falado em público onde fosse possível; a música e a dança também eram francesas. Os líderes ficavam de certo modo embaraçados pelos elementos africanos que os visitantes podiam ver nas regiões rurais e tentavam apresentar ao mundo uma imagem de respeitabilidade européia.

Essas evidentes inclinações francófilas da parte dos primeiros líderes têm claros fundamentos situacionais. De que setor social surgiram esses líderes? Os três generais negros mais importantes – Toussaint, Dessalines e Christophe – pertenciam todos à categoria dos escravos “crioulos”, nascidos na colônia, não

na África. Mas, além disso, Toussaint e Christophe eram membros de um subgrupo privilegiado de escravos – os “escravos domésticos” – que não só não realizavam trabalhos no campo, mas também tinham contato diário com senhores e feitores que os expunham à linguagem, maneiras e preferências declaradas do dominador francês. Sabe-se que os escravos domésticos copiavam, quando possível, o comportamento dos franceses. Certamente não estavam imbuídos do gosto pelas coisas africanas. Os presidentes mulatos que se seguiram a Dessalines tinham, é claro, ainda menos afinidade com os elementos africanos da vida haitiana. Pétion foi educado na França; seu sucessor, Boyer, entrou para a história como o presidente que comprou da Mãe-Pátria a independência do Haiti várias décadas depois de seus antecessores a terem ganho no campo de batalha. Em suma, por motivos que valem uma investigação mais profunda, as rédeas da liderança desde os primeiros momentos da revolta haitiana caíram nas mãos de indivíduos cujos antecedentes os faziam pender para a admiração geral, se não dos franceses como indivíduos, ao menos das instituições, maneirismos e linguagem franceses.

Essas considerações podem ser vistas como fatores predisponentes. Mais importante ainda em assegurar um forte elemento gálico na nascente sociedade haitiana foram os imperativos organizacionais que subitamente confrontaram os novos líderes. Eles viram-se com uma sociedade para governar. Ao procurar modelos organizacionais, voltaram-se para as *instituições que haviam prevalecido na colônia*.

Aos fatores origens sociais e exigências da organização interna pode-se acrescentar um terceiro imperativo – os problemas das relações externas – pressionando no sentido de uma ocidentalização da vida pública. Os primeiros líderes haitianos não eram os dirigentes de um bando *maroon* isolado no interior. Eram, isso sim, líderes de uma nação que precisava estabelecer sua *legitimidade como nação igual* aos olhos de seus vizinhos a fim de converter potenciais invasores e reconquista-

dores em aliados e parceiros comerciais. A notável “compra” da independência à França por Boyer foi, quanto a isso, um incrível símbolo de manobra política. Mas a igualdade também tem dimensões simbólicas. Dito simplesmente, a estrutura objetiva em que operavam os primeiros líderes induziu-os a cortejar a aprovação não da África, mas da Europa e da América, e a valorizar os símbolos que, segundo acreditavam, os afastariam da identificação com aquela. Fatores como esses é que são responsáveis, diria eu, pela rejeição pública das coisas africanas e pela idealização das coisas francesas por parte da elite pós-colonial.<sup>14</sup>

Mas vamos agora dar um último passo analítico e retornar ao camponês haitiano. Afirmar que os governantes aderiam publicamente aos símbolos culturais e religiosos franceses não explica o motivo por que o camponês devesse fazê-lo. Em particular, deixa sem resposta a questão do motivo pelo qual alguns aspectos da vida ritual camponesa ficam fora dos limites do cristianismo institucional, enquanto outros permanecem firmemente encaixados nele. Colocado de outra forma, por que o camponês capitulou ao exemplo francófilo de seus governantes com respeito aos ritos de passagem, mas segue outros modelos culturais para outros rituais? Haverá algo inerentemente diferente quanto aos ritos de passagem? Poderiam esses ritos gozar de alguma qualidade simbólica especial, algum significado psicológico inerente, que inclinaria os crentes a insistir em formas culturais “adequadas” para a sua realização?

Pode muito bem ser o caso. Mas tal hipótese poderia conduzir os analistas a um beco sem saída. Os ritos de passagem no Haiti rural seguem modelos ocidentais institucionalizados menos pelo significado simbólico dos rituais ou do crente do que por seu *significado prático para o governo*. A maioria dos governos está interessada no tamanho da população que controlam. Além disso, os primeiros governos haitianos preocupavam-se em colocar ordem na transmissão de propriedade, tarefa que

pressupõe mecanismos para o estabelecimento da paternidade e da legitimidade social. Os eventos vitais mais diretamente relacionados ao tamanho da população e à legitimidade são *nascimento, matrimônio e morte*. São precisamente esses os eventos cercados pelos rituais do batismo, matrimônio e funeral cristãos.

Há convincentes evidências históricas apontando ser aqui, nessa dinâmica das manobras governamentais, que devem ser encontradas as raízes dos ritos de passagem ocidentalizados. Já no início do século XIX, a crença e o ritual no Haiti rural estavam seguindo sua própria dinâmica centrífuga. Embora mostrasse pouco interesse pela maioria dos aspectos da vida religiosa camponesa, num ponto o governo fincou firmemente os pés no chão. Em 1816, o ministro da Justiça de Pétion fez circular um edito que quebrava a autonomia religiosa local e, especificamente, colocava três rituais sob o controle direto do Estado. O edito proibia os sacerdotes “de realizar cerimônias de *batismos, matrimônios ou funerais*, a menos que possuam evidência de que os documentos exigidos pela lei foram tirados no *bureau* [local] de l’État Civil” (citado por Cabon, 1933, p. 100; trad. e grifos meus).

A coincidência é chocante e, decerto, não accidental. Os atuais ritos de passagem ocidentalizados são os mesmos que os primeiros governantes haitianos colocaram especificamente sob seu controle direto.<sup>15</sup> Apenas quatro anos depois do decreto inicial, o sucessor de Pétion, Boyer, ecoou o predecessor numa lei que diz o seguinte:

“Nem sacerdotes nem vigários podem administrar batismos, celebrar matrimônios ou realizar o funeral de uma pessoa falecida, a menos que tenham primeiro recebido das partes em questão os documentos do registro civil tirados de acordo com a lei. Qualquer ato de seu ministério em desafio ao que reza este artigo será sujeito a punição, visto que isso comprometerá os interesses das famílias envolvidas” (citado por Cabon, 1933, p. 108; trad. minha).

Que interesses? Legitimidade, direitos de propriedade, direitos de herança e outras áreas do controle do Estado sobre os lares camponeses. Onde tais interesses vitais foram ligados a rituais específicos, e tais rituais foram colocados sob controle público, a vida religiosa do camponês adaptou-se de modo correspondente.

Com respeito ao Haiti, isso significou que os camponeses haitianos, como membros de um Estado-nação, entraram em periódicas interações administrativas com os poderes constituídos, e esses poderes – como muitos outros dirigentes no nível do Estado – demonstraram um agudo interesse administrativo em nascimentos, matrimônios e mortes, e mantiveram um olhar atento sobre os rituais que cercam esses eventos. Se neles o camponês porta seus melhores trajes ocidentais e se faz cercar de símbolos de propriedade também ocidentais, é porque ele e seus ancestrais foram, desde o início, governados por dirigentes pós-coloniais orientados para o Ocidente. Foi esse aparato institucional que colocou limites de fato às dimensões autonomistas da religião popular, do que resultou um culto vodu dominado sutilmente pelos ritos e símbolos do cristianismo. Mas a dinâmica do processo é teoricamente tão fundamental quanto o próprio resultado. Pois paradoxalmente – ou talvez nem tanto – foram do Estado, muito mais que de qualquer Igreja, as decisões que deram forma e ímpeto à sobrevivência continuada dessas formas religiosas ocidentais.

## Conclusão

Há dois caminhos teóricos de que deveriam provavelmente ter cuidado os analistas dos cultos populares. Uma abordagem enfatiza a dimensão sincrética da religião popular do Novo Mundo, o amálgama de diferentes tradições. Eu já disse, contudo, que, embora a mistura de diferentes formas culturais tenha de fato ocorrido, esta não assumiu a forma de um simples sincretismo, mas o processo como

um todo envolveu também uma dimensão estratificacional. Em certas esferas teológicas e rituais fundamentais, o sincretismo não ocorreu. Os símbolos dos antigos governantes coloniais permaneceram claramente dominantes.

Mas há um outro beco sem saída teórico que também deve ser abordado com cautela – o da rotulação indiscriminada como “não-ocidental” ou “não-cristã” da vida religiosa dos grupos economicamente marginais praticantes de algum dos muitos cultos populares que têm sido estudados. A pesquisa focalizada em certas dimensões não-institucionais de tais cultos sensibiliza-nos para o potencial e a persistência das manobras adaptativas locais. No entanto a pesquisa presta pouco serviço se simultaneamente obscurece a persistência de fortes laços institucionais ligando os crentes, de várias maneiras, a poderosas forças externas. Como no caso do vodu haitiano, quantas das chamadas “religiões africanas do Novo Mundo” não se revelariam, a um exame mais próximo, encimadas por um Ser Supremo totalmente cristão e dominadas por ritos de passagem plenamente ocidentais?

Isso significa que o pesquisador do Haiti rural que dirige sua câmera para crentes possuídos por espíritos, atabaquistas cobertos de suor ou a face de um *houngan* apontando para a garganta de um bode a ser sacrificado deveria incluir pelo menos uma ou duas tomadas de um noivo de aldeia de *smoking* escoltando uma noiva de roupa branca e peruca ocidental pelos degraus desbotados da igreja católica local. E que não haja legendas apologéticas descartando a cena como uma espécie de charada pública, mero baile de máscaras complacente executado por aldeões cuja “verdadeira” fidelidade cultural se expressa em danças à meia-noite dedicadas aos Iwa ancestrais. Não há baile de máscaras aqui. Se os rostos dos pais dos noivos traem evidente satisfação, e se o padrinho da noiva está evidentemente orgulhoso, é porque, herdeiros de formas políticas e econômicas do Ocidente, de fato aceitaram como suas certas dimensões importantes da teologia e do ritual ocidentais.

## NOTAS

1. Kinanbwa é pseudônimo. As informações em que se baseia este *paper* foram coletadas durante um trabalho de campo realizado entre outubro de 1971 e julho de 1973. O trabalho de campo teve o apoio de uma Overseas Population Internship (do Departamento de Planejamento Populacional da Universidade de Michigan) sob a supervisão acadêmica da Divisão de Ciências Sociais e Administrativas do Instituto Internacional para o Estudo da Reprodução Humana da Universidade de Columbia. O apoio local foi dado pelo Centre d'Hygiène Familiale, e o primeiro rascunho deste *paper* foi escrito enquanto o autor era pesquisador associado sênior no Instituto para Educação Urbana e de Minorias da Faculdade de Pedagogia da Universidade de Columbia.
2. O papel revolucionário do vodu na década de 1790 tem sido mencionado em diversos trabalhos que tratam do culto. Uma afirmação representativa é a de Price-Mars, (1928, p. 112), que, discutindo os escravos, diz que "*leurs croyances ancestrales furent le levain de la révolte contre l'odieuse oppression*". Ver também Dorsainville, (1931), Herskovits (1937), Métraux (1972) e Laguerre (1976).
3. Para uma discussão ampliada do termo, ver Price-Mars (1928, p. 46-50). Cf. também Leyburn (1960, p. 137) e Herskovits (1937, p. 139). No Daomé, o termo é usado como um substantivo referindo-se ao espírito. No *créole* haitiano, teve lugar uma interessante alteração semântica. Usado como substantivo, o termo nunca se refere a um espírito do Haiti. Usando-o como adjetivo, porém, os aldeões de Kinanbwa de fato o empregavam para descrever um tipo de espírito. Os *Iwa voodoo* de Kinanbwa estavam entre os espíritos designados na literatura como *iwa rada*. Na palavra *voodoo*, bem como em outras neste texto, o circunflexo sobre uma vogal indica nasalização.
4. Etnógrafos mais antigos, como Price-Mars e Herskovits, criticaram as primeiras análises psiquiátricas do vodu, que descartavam a possessão como um tipo de neurose. Mas o cineasta Deren e o folclorista Campbell afirmaram que os próprios antropólogos são incapazes de perceber o verdadeiro significado do vodu, os "fatos da mente" que só são acessíveis aos que realmente experimentam a possessão e se vêem pessoalmente "transformados" pelo culto. Deren afirma ter sido possuído pelo *Iwa Ezili*.
5. As informações aqui apresentadas foram adaptadas de Murray e Alvarez (1973). Esse relatório de campo não publicado discute diversos aspectos subenfaturados do vodu rural a serem examinados aqui, inclusive a forte ênfase na cura, a natureza altamente familiarizada da teologia popular rural, as similaridades estruturais entre a subsistência e a posse da terra pelos camponeses, por um lado, e o processo de fragmentação e herança governando a relação entre o mundo espiritual e o crente, de outro, e o papel de "Iwa branco", e a falta de nome para o culto (o termo "vodu" sendo usado para isso mais por *outsiders*). O problema da generalização de padrões encontrada numa única aldeia surge imediatamente. O autor também realizou breve trabalho de campo nas partes norte e sul da península. De igual importância, o trabalho de campo atualmente realizado em outras partes do Haiti por vários estudiosos com que o autor compartilhou o manuscrito acima tem produzido descobertas preliminares que são surpreendentemente semelhantes ao vodu de Kinanbwa. Diversas analogias quase *verbatim* relatadas em pelo menos uma dessas outras comunidades parecem prognosticar a possibilidade de generalização de pelo menos alguns dos padrões a serem aqui discutidos.
6. Rotular um evento como "recreativo" não exclui a presença de uma dinâmica não-recreativa. Os franceses reconheceram isso ao proibirem, desde o princípio do século XVIII, as danças noturnas dos escravos que, embora apresentadas como recreativas, eram vistas como possíveis oportunidades para se tramar uma revolta. Mesmo no contexto contemporâneo, padrões mais profundos podem estar se revelando no contexto das aparentemente divertidas danças vodu de sábado à noite. Mas o mesmo pode ser dito do que acontece nas *cocktail parties* e nos cursos de golfe americanos, bem como em muitas outras situações que os etnógrafos classificam corretamente sob a rubrica "recreação". A tarefa é encontrar um meio termo entre descartar as danças vodu, por um lado, e ler nelas, de outro, toda sorte de significados forçados – simbólicos, psicológicos, sociais ou políticos. O fato de as danças vodu serem de conteúdo altamente recreativo tem sido reconhecido por alguns observadores (Herskovits, 1937; Simpson, 1954; e Huxley, 1966). Talvez o primeiro analista a reconhecer isso tenha sido Price-Mars, que as rotula como festivais noturnos, criações coreográficas. Ele diz com muita propriedade que o culto poderia perder as próprias danças vodu, com seus batuques e, frequentemente, eventos de possessão apalhaçados, sem afetar os ritos básicos, que são os de sacrifícios de animais aos ancestrais.
7. Temas focais como esses provavelmente não devem ser imaginados como traços permanentes da "essência" do culto, mas como ênfases cambiantes que precisam ser empiricamente determinadas em cada caso. É claro que importantes mudanças de ênfase já devem ter ocorrido. Embora as razões não sejam claras, o desempenho do papel de cobra, os espíritos de cobras e a veneração desse animal hoje em dia praticamente desapareceram. Cf. Price-Mars (1928, p. 119).



8. As metáforas podem ser mais aplicáveis a Porto-Príncipe. Os dois estudos que parecem aderir mais totalmente a um modelo congregacional foram ambos realizados em Porto-Príncipe ou nas proximidades, onde se relatou que servos dos Iwa se organizavam em grupos distintos sob a liderança de *houngans* específicos, quase do mesmo modo que convertidos ao protestantismo se ligam a um *pasteu* específico. Deren (1970), em diversas ocasiões, refere-se aos servos dos iwa como "paroquianos" deste ou daquele *houngan*. E Laguerre (1976, p. 215), comparando o vodú às seitas protestantes negras urbanas dos Estados Unidos, refere-se em várias passagens à "Igreja Vodú" e à "congregação vodú". Nesse último estudo, alguns outros traços da vida haitiana são implicitamente adaptados ao idioma da América urbana. O bairro pesquisado, por exemplo, é descrito como um "gueto negro" e o vodú, caracterizado como uma espécie de "ideologia separatista do tipo Black Power" (Laguerre, 1976, p. 212). Os estudiosos do vodú camponês provavelmente se encontrarão na necessidade de uma terminologia analítica um tanto diferente daquela usada nos estudos urbanos acima mencionados.
9. Cf. a afirmação de Leyburn (1960, p. 129) de que o "Deus e os santos do cristianismo precisam da interseção dos homens brancos".
10. O rito da primeira comunhão parece estar crescendo em importância entre os filhos dos casais um pouco mais bem de vida. Mas ainda não foi incorporado à teologia popular da maneira como o batismo e o matrimônio estão agora incluídos.
11. As evidências sobre o batismo de escravos são um tanto ambíguas. Alguns autores crêem que era feito mecanicamente e aceito com tranquilidade ou indiferença pelos escravos (Price-Mars, 1928; Wimpffen, 1871, p. 132-3). Mas há outras evidências indicando que os escravos vieram a levar bem a sério o batismo católico. O batismo cristão era usado pelos escravos crioulos como uma das marcas que os distinguiam dos recém-chegados e não-batizados escravos africanos, como se chamavam de "boçais" ou mesmo de cavalos até receberem o batismo. Assim, os escravos adultos vieram a insistir no batismo católico, e alguns o atrasavam por vários anos até encontrarem um padrinho rico ou de prestígio (Wimpffen, 1871, p. 293-4). Todos os observadores concordam em que o batismo de escravos era prática universal na colônia. De vez que os proprietários desconsideravam muitas outras prescrições do Code Noir, a aceitação universal desse item indica de fato o interesse pelo batismo católico da parte dos próprios escravos.
12. A ausência de exposição direta da maioria dos escravos ao ritual católico (fora do batismo) parece incoerente com o fato de, mesmo durante o período colonial, cerimônias vodú já serem temperadas com a parafernália dos rituais católicos e com a imitação comportamental desses rituais (Métraux, 1972). Mas essa presença católica teria ocorrido mesmo que apenas os líderes do culto tivessem sido percebidos como imitações dos rituais católicos. O que os estranhos percebiam como imitações de ritos católicos podia não ser visto da mesma forma por muitos dos escravos participantes. De qualquer modo, a presença do ritual católico nos ritos populares coloniais não constitui evidência segura da observação direta de cerimônias católicas por todos os escravos.
13. A nova nação não era totalmente desprovida de sacerdotes. Muitos autores dizem que, durante esse período, o clero era amplamente composto de impostores estrangeiros. Mas a explanação ampliada de Cabon indica que, em vez disso, muitos desses padres tinham caído em desgraça por má conduta nas terras natais e haviam sido mandados ao Haiti por seus superiores como forma de exílio (Cabon, 1933, p. 276-86). Durante os anos em que o Haiti governou a parte espanhola da ilha, grande parcela do clero do país era espanhol ou, pelo menos, de sobrenome espanhol (Mackenzie, 1971, p. 130). Mas o número era pequeno.
14. Para uma intensa crítica das tendências francófilas entre as elites do novo país, ver Price-Mars (1928, p. 11 e 111).
15. Em ambientes ocidentais convencionais, o matrimônio é uma cerimônia que assegura a legitimidade dos filhos. No Haiti, o batismo ainda leva a maior parte do peso da legitimidade. Sendo a maioria das uniões conjugais consensuais, é no batismo que o pai reconhece o filho como seu. O batismo continuou, é claro, sendo importante no período pós-colonial. O matrimônio fora ativamente desencorajado entre os escravos da colônia e ainda não era comum nas décadas que se seguiram à independência. Mas há evidências de que os funerais católicos adquiriram substancial importância nesse período (Mackenzie, 1971, p. 15 e 131). A ausência de documentação sobre o assunto torna difícil dizer se esse era um fato novo ou a continuação, como o batismo, de uma tradição colonial. O último modelo é provavelmente mais preciso.
16. Embora sua visão do processo seja um tanto diferente, Price-Mars (1928, p. 166) também reconhece a importância das primeiras políticas governamentais como alicerces do papel desempenhado pelo catolicismo na vida haitiana. Ele chega a fazer a afirmação, um pouco menos sustentável, de que o próprio conceito de Ser Supremo veio como resultado da política governamental pós-colonial. Por motivos apresentados anteriormente, isso é antropológicamente improvável.

## BIBLIOGRAFIA

- CABON, P.A. (1933), *Notes sur l'histoire religieuse d'Haiti*. Porto-Príncipe, Petit Seminaire Collège Saint-Mar-tial.
- COURLANDER, H. (1960), *The drum and the hoe*. Berkeley, University of California Press.
- DEBIEN, G. (1962), *Plantations et esclaves à Saint-Dominique*. Dacar, Publications de la Section d'Histoire.
- DEREN, M. (1970), *Divine horsemen: voodoo gods in Haiti*. Nova Iorque, Chelsea.
- DIEDERICH, B. e BURT, A. (1969), *Papadoc: the truth about Haiti*. Nova Iorque, McGraw-Hill.
- DORSAINVILLE, J.C. (1931), *Voudou et nervose*. Porto-Príncipe, Imprimerie La Presse.
- DUCOEURJOLY, S.J. (1802), *Manuel des habitants de Saint-Dominique*. Paris, Lenoir.
- GIROD, F. (1972), *La vie quotidienne de la société créole*. Paris, Hachette.
- HERSKOVITS, M.J. (1937), *Life in a Haitian valley*. Nova Iorque, Knopf.
- HUXLEY, F. (1966), *The invisibles*. Nova Iorque, McGraw-Hill.
- LAGUERRE, M. (1976), The black ghetto as an internal colony: socio-economic adaptation of a Haitian urban community. Dissertação de Doutorado, Universidade de Illinois.
- LEYBURN, J.G. (1960), *The Haitian people*. New Haven, Yale University Press.
- MACKENZIE, C. (1971), *Notes on Haiti*. Londres, Frank Cass.
- MÉTRAUX, A. (1972), *Voodoo in Haiti*. Nova Iorque, Schocken Books.
- MURRAY, G.F. (1977), The evolution of Haitian peasant land tenure: a case study of agrarian adaptation to population growth. Dissertação de Doutorado, Universidade de Columbia.
- MURRAY, G.F. e ALVAREZ (1973), Childbearing, sickness, and healing in a rural Haitian community. Porto-Príncipe, Centre d'Hygiène Familiale.
- PRICE-MARS, J. (1928), *Ainsi parle l'oncle*. Porto-Príncipe, Imprimerie de Compiègne.
- SIMPSON, G.M. (1954), "Magical practice in North Haiti". *Journal of American Folklore*, n. 67.
- WINPFEN, F.A.S. (1871), *A voyage to Saint Domingo*. Londres, Cadell.

## SUMMARY

### Bon-Dieu and the rites of passage in rural Haiti

In the course of its evolution, rural Haitian Voodoo has adapted itself to the changing pragmatic needs of different social groups. This article describes the beliefs and rituals found in a community of 250 households of farmers and marketwomen in the Cul-de-Sac Plain of Haiti.

As is true of many religions, the evolution of village Voodoo has been shaped by two somewhat contradictory forces. Because it is a religion with no centralized hierarchy nor formally codified beliefs, villagers have been free to shape folk theology and folk ritual in directions that serve their own personal and pragmatic needs. This has produced a folk theology closely adapted to the agrarian economy by which the farmers live. The *loua* are conceptualized as spirits

that are bilaterally transmitted through maternal and paternal lines and inherited separately by each descendant, much as the land itself is bilaterally transmitted and inherited. Voodoo-related healing and funerary rituals are used as the occasion for circulating land within the village. And many of the rituals of Voodoo have come to focus on the diagnosis and healing of illness. In short, Voodoo has been used by villagers for their own purposes.

On the other hand, however, the forces of colonial and postcolonial states have also had a profound impact on the internal structure of Voodoo belief and ritual. Even in popular belief, the African-derived spirits are viewed as lesser spirits; the niche of Su-

preme Being in village theology is occupied by Bon-Dieu, who is not only labelled by this Western name, but is conceived as the same Spirit who is worshiped and preached by the priests and ministers of the local Catholic and Protestant Churches. And several important Catholic rites of passage – Baptism, Marriage, funerals – that can be performed only by institutional

specialists continue to be of great personal religious importance to villagers.

The article describes these two faces of Voodoo – the internal village adaptiveness and the external linkages with institutional forces – and attempts to discuss their historical origins and theoretical implications.

## RÉSUMÉ

### Bon-Dieu et les rites de passage à la campagne en Haïti

Au cours de son évolution, le Vaudou rural haïtien s'est adapté aux besoins pragmatiques changeants de différents groupes sociaux. Cet article décrit les croyances et les rituels observés dans une communauté de 250 familles de fermiers et vendeuses de marché de la plaine de Cul-de-Sac, à Haïti.

Comme il en est vrai de beaucoup de religions, l'évolution du Vaudou villageois a subi l'influence de deux forces quelque peu contradictoires. Du fait qu'il s'agit d'une religion dépourvue d'une hiérarchie centralisée ou de croyances formellement codifiées, les villageois ont pu librement établir une théologie et des rituels populaires dans le but de pourvoir à leurs propres besoins pragmatiques. Il en résulte une théologie populaire étroitement adaptée à l'économie agraire qui domine la vie des fermiers. Les *Loua* y figurent comme des esprits transmis de façon bilatérale selon l'ascendance paternelle et maternelle et dont chaque descendant hérite séparément, de la même façon bilatérale don la terre elle-même est transmise et héritée. Les rituels connus de guérison et d'enterrement sont utilisés comme des occasions de circuler dans les terres du village. Beaucoup de rites de Vaudou sont centrés sur le diagnostique et la guérison de maladies. En

résumé, les villageois utilisent le Vaudou dans leur propre intérêt.

Mais d'un autre côté, les forces des états coloniaux et post-coloniaux ont aussi eu un impact profond sur les structures des croyances et des rituels de Vaudou. Même dans la croyance populaire, les esprits d'origine africaine sont vus comme des esprits de moindre importance. La niche de l'Être Suprême, dans la théologie du village, est occupée par Bon-Dieu qui, non seulement est désigné sous ce nom occidental mais apparaît comme étant le même esprit que révèrent et annoncent les prêtres et les pasteurs des églises catholique et protestantes locales. En outre, plusieurs importants rites catholiques de passage, tels que le baptême, le mariage et les obsèques, qui ne peuvent être exécutés que par des spécialistes institutionnels, continuent à avoir une grande importance religieuse personnelle pour les villageois.

L'article décrit ces deux aspects du Vaudou: l'adaptabilité interne au sein du village et les liens externes avec les forces institutionnelles. L'auteur s'efforce d'analyser leurs origines historiques et leurs implications théoriques.



# ORIGENS DA POESIA AFRO-BRASILEIRA: CONDICIONAMENTOS LINGÜÍSTICOS\*

Alberto Baeta Neves Mussa\*\*

"engenho novo, moenda,  
quero vê zoêra"  
(Samba do São Francisco)

Durante muito tempo, os que trataram do registro e da história das formas artísticas dos escravos e negros em geral estiveram à procura da essência da alma popular, do *ethos* afro-brasileiro, como uma espécie de soma algébrica do "caráter" europeu com o "caráter" africano. Ao falar em poesia afro-brasileira não estou, evidentemente, tomando um ponto de vista similar.

Conceituo poesia afro-brasileira apenas como o conjunto das peças poéticas compostas por escravos no Brasil, o que não envolve necessariamente as idéias de autenticidade, nativismo ou *Volksgeist*. Também não faço qualquer menção à tradicional controvérsia "cultura afro-brasileira" *versus* "cultura negra" do Brasil, ou à polémica a respeito do predomínio banto sobre os nagôs, ou vice-versa. O que importa considerar é que, durante o período escravista, os escravos produziram arte poética e que essa arte teve uma forma definida e desempenhou uma determinada função, o que ocorre, aliás, universalmente.

O objetivo preciso do presente artigo é determinar as técnicas de composição dessa poesia, assim como avaliar a inter-relação entre seus padrões formais e as funções assumidas socialmente, procurando entender em que medida certos aspectos da própria instituição da escravatura puderam influenciar a gênese e o desenvolvimento da arte poética entre os escravos.

## Posição do problema

Data de 1643 o mais antigo registro que possuímos de uma dança de roda entre escravos (Tinhorão, 1988). Ainda no século XVII e durante os séculos posteriores, novas referências a essas rodas, logo conhecidas como batuques, a par dos cortejos bailados, em geral ligados às Irmandades de Pretos, e dos cantos de trabalho, vão de uma maneira mais ou me-

\* Relatório final de pesquisa financiada pelo III Concurso de Dotações para Pesquisa sobre o Negro no Brasil, promovido pelo Centro de Estudos Afro-Asiáticos.

\*\* Aluno do Curso de Mestrado em Literatura da UFRJ.

nos homogênea compor o cenário do que parece ter sido a essência da vida artística escrava no Brasil.

A descrição dessas diversas formas de manifestação artística, contudo, é muito sumária; as fontes sobre o seu aparato técnico estão praticamente restritas ao acervo que se começou a coletar a partir do século passado. Sendo assim, a solução metodológica parece-me, portanto, o estudo comparativo dos principais gêneros e subgêneros de poesia afro-brasileira.

Tomando a função como critério classificatório, e tendo como pressuposto teórico o fato de que cada função deve corresponder a um único padrão formal, pude identificar quatro grandes gêneros, quais sejam:

a) *gênero lúdico*, formado pelas peças destinadas ao apoio da recreação coletiva, geralmente ligadas às rodas de batuque;

b) *gênero litúrgico*, constituído pelas peças inseridas nas atividades rituais;

c) *gênero érgico\**, que inclui peças de acompanhamento do trabalho; e

d) *gênero dramático*, isto é, as peças constantes de autos e cortejos bailados.

Contrariando certas teorias, o exame comparativo dos aspectos formais desses quatro gêneros revelou uma acentuada identidade entre eles. De uma maneira geral, esses aspectos são:

a) dístico (menos freqüentemente quadra) amétrico e sem rima repetido *ad infinitum*;

b) estrofes responsórias, com coro fixo e solo livre, em monósticos, dísticos ou quadra, em regra amétricos e sem rima;

c) vocabulário rural;

d) ataxe, em regra com enumeração nominal;

e) metáforas "supra-sintáticas" (ou seja, toda a unidade frásica - e não apenas uma parte - é uma metáfora);

f) figuras de repetição, como anáfora, anadiplose e diácope.

No gênero lúdico, esses seis itens aparecem com maior freqüência e parecem ser mais característicos dos subgêneros fundamentalmente rurais, como a batucada (pernada-carioca), o jongo (caxambu, catambá) e o samba (samba-rural, samba-batido, samba-de-roda, samba-raiado, partido alto, coco-de-zambê, coco-de-roda, coco-de-palma, tambor-de-crioula, bambelô etc.). À medida que essas modalidades rurais ganham terreno nos núcleos urbanos, dando nascimento ao lundu (baiano, chorado, samba-chulado), ao coco (coco-de-embolada, embolada), à capoeira e à chula (samba-corrido, chula-de-samba, coco-de-pé-furtado), novos recursos estilísticos se insinuam em sua técnica de composição. Em linhas gerais, são eles:

g) rimas (em geral agudas) entre versos pares;

h) predomínio de quadra e de oitava;

i) predomínio amplo de verso redondilho;

j) emprego de refrão como coro e de estrofe em solo de no mínimo quatro versos;

k) sintaxe logicamente encadeada, com embrião de narrativa;

l) ampliação do âmbito vocabular, notadamente urbano;

m) ampliação de tropos e figuras.

Ora, precisamente os itens *g*, *h*, *i*, e *j* são aspectos técnicos da poesia popular portuguesa, enquanto os demais denotam uma extensão do próprio âmbito contextual dos subgêneros.

Assim, os subgêneros do gênero lúdico podem ser subdivididos em dois grandes grupos: o rural (batucada, samba e jongo) e o urbano (coco, lundu, chula e capoeira). A linha demarcatória pode ser traçada com clareza com base no parâmetro versificação. O primeiro grupo engloba os aspectos referidos nos itens *a* e *b*, que inexistem no segundo. Ocorre, todavia, que o item *j* é formado a partir dos itens *a* e *b*, principalmente no subgênero coco.

O coco, de fato, assim como o lundu, naquilo que se distancia dos aspectos do primeiro grupo, segue padrões da versificação portuguesa, como a quadra com rima par e os esquemas de rima interna. Não é difícil perceber,

pois, que o coco e o lundu mantiveram no refrão um padrão versificatório mais antigo que corresponde à estrutura da batucada, do jongo e do samba, ao passo que desenvolveram suas glosas na direção da poética popular portuguesa.

Essa hipótese pode ser confirmada por um dado importante do processo retórico dos subgêneros do primeiro grupo: o item *c*. Com efeito, o uso de um vocabulário rural como traço retórico pressupõe uma ligação íntima, havida ao menos no passado, entre os subgêneros samba, jongo e batucada e a vida dos engenhos, ambiente que presenciou a floração da poesia afro-brasileira.

É possível, portanto, traçar uma trajetória evolutiva do gênero lúdico. Em seu estágio ancestral, este possuía uma versificação baseada nos dísticos e quadras amétricos e sem rima *ad infinitum* e nas estrofes responsórias, bem como uma estrutura retórica calcada num vocabulário relativo ao mundo rural, no discurso atático\*, nas metáforas supra-sintáticas e nas figuras de repetição. Com esse fundo formal, os diversos subgêneros se desenvolveram, ora conservando os aspectos primitivos, ora assimilando recursos da versificação portuguesa, o que tem como contrapartida a adoção de novas técnicas retóricas e de temas atinentes à experiência urbana. Vale notar que o samba se apresenta como subgênero de transição por excelência.

No gênero litúrgico, os aspectos essenciais são os mesmos do lúdico, ou seja, os itens de *a* a *f*. Os subgêneros que mais se caracterizam pela presença desses itens são os pontos de Caboclo, Boiadeiro, Preto Velho e Povo da Rua. Os pontos de Orixá, principalmente na umbanda, além de incorporarem algumas vezes os aspectos referidos de *g* a *m*, têm como característica principal o emprego de um vocabulário cristão e um estilo discursivo similar às loas populares. É nítido, portanto, o paralelismo da história formal dos gêneros lúdico e

litúrgico, gêneros intrinsecamente relacionados com a urbanização.

O gênero érgico é, na quase totalidade dos subgêneros (toadas de farinhadas, de remeiros, pescadores, carregadores etc.), absolutamente idêntico ao subgrupo rural do gênero lúdico. Apesar de terem sido documentadas em contexto urbano no século passado, as peças érgicas atualmente parecem estar confinadas à área rural, em processo de extinção. As únicas que formalmente se distanciam do lúdico são os vissungos recolhidos em São João da Chapada. Não apenas sua absoluta singularidade técnico-compositiva mas também a língua (ou línguas) em que estão compostos destacam os vissungos dos processos históricos gerais que envolveram a interpenetração dos demais gêneros e subgêneros.

O gênero dramático distingue fundamentalmente dois subgêneros: os relativos à coroação dos Reis do Congo ou dela derivados e o Auto dos Quilombos.

Os Quilombos, tanto pela versificação quanto pelos processos retóricos, estão próximos à conformação geral do subgrupo rural do gênero lúdico. Nos autos e cortejos bailados oriundos do rito de coroação dos Reis do Congo (maracatus, taieiras, cambindas, moçambiques, cucumbis e congadas) verificamos tanto os aspectos referidos nos itens de *a* a *f*, quanto a presença de rimas pares, versos redondilhos, quadras e, significativamente, um vocabulário cristão misturado a certos elementos estilísticos derivados dos autos medievais portugueses de cristãos e mouros.

Dessa forma, fica bastante claro que os fundamentos técnico-compositivos dos quatro grandes gêneros da poesia afro-brasileira estão caracterizados nos itens de *a* a *f* e apontam para a origem rural comum a todos eles, independentemente de serem a continuação de tradições ou criações autóctones. As técnicas de extração portuguesa, notadamente as relativas à versificação, estão associadas à chegada desses gêneros à cidade e sua respectiva adoção pelas classes não-escravas, como no caso exemplar do lundu, constantemente referido na literatura como o oposto do batuque, por ser praticado entre homens livres, incluindo

(\*) *De ergo*.

(\*) *Por oposição a sintático*.



brancos (Tinhorão, 1988). Particularmente no que se refere aos autos de coroação dos Reis do Congo, pode-se nitidamente perceber uma influência direta da Igreja na adaptação dessas peças aos autos ibéricos medievais.

Uma outra questão que não pode ser negligenciada refere-se à língua ou línguas em que a poesia afro-brasileira foi composta. De uma maneira geral, as peças estão em língua portuguesa, língua essa que apresenta uma série de características (a serem examinadas a seguir) pertencentes aos dialetos rurais e populares do português do Brasil.

Peças em língua africana (certamente adulteradas) estão basicamente restritas ao gênero litúrgico, não obstante sejam as freqüentes, o que é bastante significativo. Ocorre, por vezes, superposição de línguas (e não mescla de sistemas lingüísticos) em algumas peças dos diversos gêneros. Os textos em que se pode supor ter havido mescla lingüística são raríssimos, sendo visíveis em sua quase totalidade.

Ocorre que, diferentemente de outros níveis de técnica compositiva, como o melódico e o rítmico, o conhecimento empírico de uma técnica poética depende do conhecimento prévio da língua em que essa técnica se assenta. Exemplificando: para que um indivíduo aprenda e domine um código musical conhecido e praticado por outro indivíduo, basta apenas entrar em contato com esse código musical (ou seja, escutar as músicas) e daí a um tempo estará apto a reproduzi-lo, independentemente de qualquer entendimento lingüístico. Isso se estende, naturalmente, a outros códigos artísticos. Entretanto, para o aprendizado de um determinado código poético – que é essencialmente um código lingüístico numa função específica – o conhecimento da língua desse código é indispensável. Quem não falar português, por exemplo, jamais entenderá os fundamentos empíricos do verso português e será capaz de reproduzi-lo; não poderá “sentir” as figuras de linguagem e muito menos perceber as sutilezas sintáticas de um estilo. Só se tem acesso ao que é “poético” num texto se se tem acesso à língua em que foi escrito esse texto.

Além disso, o estabelecimento de uma tradição poética só se faz através do armazenamento e transmissão sucessiva, de geração a geração, de um *modus faciendi*. Dessa forma, a tradição poética que podemos identificar nos textos afro-brasileiros – itens de *a a f* – só se generalizou e expandiu no território em virtude de ter sido constantemente reproduzida. E a homogeneidade dos padrões formais não deixa dúvidas quanto à origem comum.

O problema histórico da poesia afro-brasileira, portanto, para ser colocado em bases sólidas, tem de ser inserido na questão mais geral que diz respeito à transmissão e retenção do saber coletivo entre os escravos.

Disso tudo se conclui que a história poética afro-brasileira está aprioristicamente ligada à própria história lingüística do escravo negro, africano ou crioulo.

Mais especificamente falando, é preciso responder a perguntas como:

a) por que os recursos técnico-compositivos dos diversos gêneros apresentam uma homogeneidade tão acentuada?;

b) em que época as línguas africanas foram abandonadas (se chegaram a ser) para dar lugar ao português?;

c) houve, de fato, um crioulo ou *pidgin* afro-português extensivo a grandes áreas?;

d) que funções desempenharam as diversas línguas faladas no Brasil Colônia?;

e) quando se estabeleceu o contato da poesia afro-brasileira com a técnica portuguesa?;

f) quais os motivos da conservação (ou não) de peças em língua africana?;

g) por que razões certos gêneros se mostraram muito produtivos, projetando-se na poesia popular contemporânea, e outros perderam sua fecundidade, ossificando-se?;

h) qual foi a efetiva possibilidade de criação de um mecanismo de memória coletiva?

Tentarei agora traçar um breve quadro do que foi, lingüisticamente, a escravidão brasileira, procurando avaliar o papel das línguas africanas e do português na sociedade escravista, assim como a possibilidade de formação de *pidgins* ou línguas crioulas.

Antes, porém, é necessário repensar e reordenar as fontes internas (propriamente lingüísticas) e externas que nos permitirão reconstituir, em parte, essa faceta ainda obscura da história do escravo no Brasil.

## Conflito interno

Desde as idéias de Jacques Raimundo (1933) e Renato Mendonça (1933), que defendiam a influência das línguas africanas na língua portuguesa, passando pelas contestações confusas e contraditórias de filólogos como Serafim da Silva Neto (1986), Gladstone Chaves de Melo (1981) e Sílvia Elia (1979), o debate sobre a presença ou não de substrato africano nas transformações sofridas pelo português do Brasil estacionou por algum tempo na idéia de que não houve influência africana e de que todas as diferenças existentes entre as normas lingüísticas européia e americana são frutos das próprias “tendências” estruturais do português precipitadas no Brasil.

Essa última posição, que tem sua forma mais bem elaborada nos trabalhos de Révah (1963) e Mattoso Camara Jr. (1972), apresenta duas falhas fundamentais: de um lado, como muito bem argumenta Eugênio Coseriu (1979), uma *estrutura*, um *sistema*, por sua própria natureza matemática de conjunto de relações, não pode possuir tendência alguma. As noções de “pressão interna”, “instabilidade” e “deriva”, muito comuns na lingüística histórica estruturalista (Sapir, 1954), estão totalmente desprovidas de fundamento. Já se pôde provar sem dar margem à controvérsia (Bynon, 1981) que as línguas têm história porque variam sincronicamente, e essa variação é uma propriedade intrínseca do *uso* lingüístico, que é externo à língua, como se entende nos próprios modelos estruturalistas. A noção de sistema é, pois, uma noção teórica – e não empírica – que corresponde exatamente a um uso idealizado da língua por falantes também idealizados – precisamente o que fazem os físicos, por exemplo, quando, para calcular a aceleração da gravidade, “desprezam” a resistência

do ar ou, para dar um exemplo lingüístico, os teóricos da gramática gerativa, que, para analisar a língua, prescindem da fala.

O segundo ponto diz respeito ao próprio conceito de influência. Para que haja influência de qualquer língua sobre outra não é necessário que elementos do sistema da língua influenciante se transfiram para a língua influenciada. Quando um determinado fator concorre de alguma forma para que um processo produza o resultado *x* e não *y*, esse fator *influencia* o processo em pauta. Assim, se as “tendências” do português se “precipitaram” no Brasil, e essa precipitação se deve à presença de uma população não-falante de português, essa população influenciou o processo histórico da língua portuguesa e, portanto, o próprio português.

Na verdade, todo esse debate esteve mais ligado a problemas ideológicos do que propriamente lingüísticos (não se podia admitir influência africana na língua portuguesa porque isso estaria indicando um “influxo espiritual” africano na “alma” brasileira). O que, de fato, importa é saber se houve ou não influência das línguas da África no português do Brasil, pois isso revela certas circunstâncias lingüísticas da história do país, e, principalmente, se houve ou não falares crioulos formados no amplo contexto de bilingüismo e plurilingüismo que a história do Brasil propiciou.

Estudos bastante recentes na área da crioula, como os de Foley (1989) e Holm (1988), embora dêem relevo às propostas universalistas, tais como as defendidas por Bickerton (1977), têm demonstrado que, ao contrário do que se chegou a pensar, os substratos desempenham um papel crucial na formação de *pidgins* e crioulos. Em síntese, não há verdadeiramente uma incompatibilidade entre o que é universal e o que é substrático, já que tanto os universais lingüísticos quanto os substratos mostram estar inseridos na gênese das línguas crioulas e dos *pidgins*.

Partindo desse ponto de vista, esta análise das influências africanas no português do



Brasil será feita através de uma comparação entre os sistemas lingüísticos envolvidos, tomando separadamente os níveis lexical, fonológico e morfossintático.

## Léxico

O único ponto indiscutível na questão das influências africanas são os empréstimos lexicais ao português do Brasil. Os debates ficam por conta da extensão e da importância desses empréstimos, em regra avaliados como de pouca monta.

Metodologicamente, a apreciação do peso dos itens lexicais de origem africana no português do Brasil esbarra em dois problemas básicos: o da impossibilidade de determinar com precisão se um dado empréstimo se deu na própria África, se em Portugal ou se no Brasil; e o da escassez de levantamentos exaustivos desse vocabulário, principalmente no âmbito regional, onde é mais provável a permanência de itens lexicais de origem africana.

Do ponto de vista histórico, a análise de empréstimos sempre foi tida como uma excelente fonte para a avaliação do grau e do tipo de contato entre duas sociedades ou povos distintos. Estudando a história das palavras e reconstituindo seus empréstimos sucessivos a outras línguas, pode-se determinar, por exemplo, o foco de expansão de uma dada técnica metalúrgica, de uma certa forma de relação social, ou da fauna e da flora pré-históricas de uma determinada região.

Em nosso caso específico, a análise de empréstimos africanos à língua portuguesa, até pela não-abundância de documentos escritos do ponto de vista do escravo relativos à história da escravidão, pode revelar certos aspectos interessantes da vida escrava e das relações raciais durante o período escravista.

Dadas as dificuldades apontadas acima a respeito da recolha de listas de empréstimos, resolvi elaborar um quadro estatístico de apenas uma amostra de itens lexicais africanos entrados na língua portuguesa.

Tomei como fonte a obra etimológica de Antônio Geraldo da Cunha (1987), extraindo todas as palavras por ele apontadas como de origem africana. Reuni três grupos: palavras cujo étimo pertence a uma língua do grupo kwa, identificada ou não; palavras cujo étimo pertence a uma língua banta, identificada ou não; e palavras cujo étimo não é certamente nem banto nem kwa ou tem origem duvidosa.

Em seguida distribuí as palavras segundo o século em que foram documentadas pela primeira vez e segundo seu campo semântico. Identifiquei os seguintes: religião (*rel*; ex: *balalaô*); medicina (*med*; ex: *ainhum*); culinária (*cul*; ex: *acarajé*); música (*mus*; ex: *puíta*); genético (*gent*; ex: *nagô*); engenharia (*eng*; ex: *monjolo*); ecologia (*eco*; ex: *camundongo*); artefato (*artf*; ex: *quibando*); sexo (*sex*; ex: *bunda*); tabacaria (*tab*; ex: *maconha*); ludologia (*lud*; ex: *coringa*); escravidão (*esc*; ex: *libambo*); geral concreto (*conc*; ex: *cubata*); geral abstrato (*abst*; ex: *cafuné*).

Evidentemente, não foram computados itens de origem africana que entraram no português através de outras línguas, como *Baobá*, oriundo do francês. Vale ressaltar que sob a rubrica *abst* se incluem tanto verbos quanto adjetivos.

Para completar a metodologia analítica, verifiquei se as palavras possuíam um derivado morfológico (como *macumbeiro*, de *macumba*) ou uma extensão semântica (como *capanga*, "espécie de soldado particular", estendido a partir de *capanga*, "bolsa de couro usada a tiracolo"). Esses dados nos permitem avaliar não só o tempo de entrada do item na língua mas também a importância e a extensão do seu emprego, como se pode observar no Quadro 1.

O cômputo de 228 itens lexicais emprestados por línguas africanas ao português do Brasil está de fato muito abaixo do número real de empréstimos, que certamente supera a marca de três mil palavras. Entretanto, poucos desses itens pertencem ao vocabulário básico da língua, entendendo-se por vocabulário básico aquele composto pelos itens mais frequentes e de uso em contextos não-específicos.

Por outro lado, esses itens possuem, no geral, um grau de penetração na língua bastante ponderável, já que cerca de 25% dos empréstimos produziram ao menos um derivado morfológico (56 em 228) e também cerca de 25% tiveram ao menos uma extensão semântica (55 em 228).

Em torno de 25% (56 em 228) fica o percentual de itens abstratos emprestados às línguas da África, o que também dá um razoável relevo à contribuição africana no português. É importante perceber que um termo abstrato tem sempre menor probabilidade de entrada numa língua do que um termo concreto, em geral aceito com menos resistência.

Uma conclusão importante a que se chega a partir do Quadro 1 é que os empréstimos africanos, verificados desde o século XVI, só se documentam maciçamente a partir do século XIX. Se se considera que esses empréstimos só se tornaram historicamente possíveis em função do bilingüismo, os 77 itens registrados no século XX entraram de fato ao menos no século anterior, quando ainda havia um percentual razoável de africanos na população brasileira.

Isso significa que, de uma forma geral, os empréstimos ocorrem muito antes do seu registro. Os números do século XIX se explicam porque só nessa época houve um interesse expresso em coletar palavras regionais no português do Brasil. Entretanto, esses itens, ou no mínimo uma boa parte deles, já deviam ser correntes há pelo menos cem anos, uma vez que esses empréstimos primeiramente circulam no âmbito dos bilingües e, só depois, num processo que pode ser lento, ascendem ao vocabulário mais geral. E essa ascensão é, evidentemente, uma prova da importância do item no léxico comum.

Dessa forma, os quatro parâmetros aqui considerados – derivação morfológica, extensão semântica, campo semântico e data de entrada – são capazes de "medir" o peso de um dado item de origem africana no léxico do português do Brasil. Com os dados extraídos do quadro, podemos concluir que o grau de influência é ponderável, embora não deva ser superestimado.

Entretanto, o quadro nos permite tirar conclusões bem mais interessantes se compararmos a importância relativa dos empréstimos kwa e bantos.

Com efeito, observando apenas os itens que têm um étimo kwa, podemos verificar que suas derivações morfológicas e suas extensões semânticas são apenas cerca de 10% (ambos três em 36), muito abaixo da média e dos empréstimos bantos, em torno de 25% (ambos 46 em 166).

O número de campos semânticos atingidos por empréstimos kwa é também reduzido em relação aos empréstimos bantos – cinco contra 14 –, além do que, entre os itens kwa, nenhum pertence ao campo que denominamos "geral abstrato", sendo a maioria termos bastante concretos.

Em relação à data de entrada, os empréstimos kwa são mais tardios que os bantos: só foram documentados pela primeira vez no século XIX. É significativo observar que todos os itens entrados nos anos 1800 pertencem ao campo *cul*, o que revela uma aceitação dessas iguarias pela sociedade em geral já nesta época, ao passo que os itens relativos ao campo *rel* se mantiveram no círculo fechado dos terreiros por muito mais tempo, empregados apenas por africanos e seus descendentes, sendo apenas descobertos no século XX.

Não seria legítimo imaginar que os empréstimos kwa que se documentam no século XIX tiveram entrada efetiva no século anterior, uma vez que, segundo Pierre Verger, a importação de africanos da região do golfo do Benin – região de línguas kwa – tornou-se verdadeiramente intensa a partir do último quartel do século XVIII.

Com certeza, o grande foco de irradiação dos empréstimos kwa pode ser tranquilamente localizado na Bahia – muitos são regionalismos baianos –, mais especificamente, nos candomblés.

De fato, não é difícil verificar que os próprios campos semânticos *cul* e *mus* são compostos indiretamente de itens provenientes do campo *rel*, uma vez que palavras como *agôgô*

ou *caruru*, respectivamente classificadas em *mus* e *cul*, estão estreitamente ligadas às atividades rituais. Se desejássemos expandir a lista de empréstimos kwa – que poderia crescer no mínimo cem vezes –, tomaríamos quase todos à terminologia dos terreiros.

Cabe aqui uma última observação: a quase totalidade dos itens kwa emprestados ao por-

tuguês tem étimo identificado como ioruba. São raros os itens a que se pode atribuir étimo jeje (ou ewe). Disso se pode inferir que foi o ioruba de fato uma língua amplamente falada no Brasil à época da escravidão, especialmente na Bahia, detendo uma importância fundamental na organização dos candomblés, o que a destaca na história lingüística brasileira.

QUADRO 1

ÉTIMO	CAMPO	SÉCULOS					DERIVAÇÕES MORFOLÓGICAS	EXTENSÕES SEMÂNTICAS
		XVI	XVII	XVIII	XIX	XX		
Kwa	<i>rel</i>	–	–	–	–	19	2	1
Kwa	<i>cul</i>	–	–	–	10	3	1	2
Kwa	<i>mus</i>	–	–	–	–	2	–	–
Kwa	<i>med</i>	–	–	–	–	1	–	–
Kwa	<i>gent</i>	–	–	–	–	1	–	–
<b>Total kwa</b>		–	–	–	10	26	36	3
Banto	<i>rel</i>	–	1	–	6	2	5	4
Banto	<i>cul</i>	1	2	1	9	–	2	2
Banto	<i>mus</i>	–	1	1	4	6	4	3
Banto	<i>med</i>	–	–	–	3	–	2	1
Banto	<i>eng</i>	1	–	–	5	4	1	–
Banto	<i>eco</i>	1	2	–	14	4	2	3
Banto	<i>gent</i>	1	–	–	2	3	1	2
Banto	<i>artf</i>	1	2	–	10	2	2	4
Banto	<i>conc</i>	1	1	–	2	–	–	1
Banto	<i>sex</i>	–	1	–	1	1	1	1
Banto	<i>tab</i>	–	–	2	1	2	3	–
Banto	<i>lud</i>	–	–	–	1	–	1	1
Banto	<i>esc</i>	4	1	–	3	–	4	4
Banto	<i>abst</i>	1	7	–	29	19	18	20
<b>Total Banto</b>		11	18	4	90	43	166	46
Afro	<i>rel</i>	–	–	–	2	1	–	–
Afro	<i>cul</i>	1	–	2	3	–	2	1
Afro	<i>mus</i>	–	1	–	2	5	1	–
Afro	<i>gent</i>	–	–	–	2	1	2	2
Afro	<i>eng</i>	1	–	–	–	–	–	–
Afro	<i>eco</i>	2	–	–	2	–	2	3
Afro	<i>lud</i>	–	–	–	–	1	–	–
<b>Total Afro</b>		4	1	2	11	8	26	7
<b>Total geral</b>		15	19	6	111	77	228	56
								55

Contrariamente aos itens *kwa*, os itens de étimo banto, além de serem mais numerosos (166 contra 36), terem mais derivados morfológicos, sofrerem mais extensões semânticas e abrangerem maior número de campos semânticos, campos esses mais abstratos, têm entrada mais antiga, documentada já no século XVI, no início do tráfico para o Brasil. Não há, também, qualquer região brasileira especialmente rica em regionalismos bantos.

Conclui-se, assim, pela maior profundidade e extensão da contribuição banta, o que sobrepõe o papel das línguas bantas na história lingüística do país.

Segundo Yeda Pessoa de Castro (1980), os étimos bantos das palavras do português do Brasil são fundamentalmente de três línguas, a saber: quimbundo, quicongo e umbundo. Cumpre destacar que, dentre os étimos identificados com precisão por Antônio Geraldo da Cunha (1987), os itens derivados do quimbundo são ampla maioria.

Uma conclusão óbvia é que, forçosamente, houve um maior peso demográfico de falantes dessas três línguas na população do Brasil, pelo menos até o século XVIII. Podemos também formular a hipótese de que esse peso foi homogêneo, ao menos nas áreas onde predominou o trabalho escravo, contrariamente ao localismo mais acentuado da presença *kwa*.

É de se supor, da mesma forma, que as possíveis influências nos outros níveis lingüísticos – fonético-fonológico e morfossintático – apresentarão também uma origem banta. Nas seções que se seguem, darei um relevo especial à fonologia e à morfossintaxe das línguas bantas – notadamente as três referidas –, tentando identificar possíveis influências dessas línguas no português do Brasil. É importante salientar que a seleção dessas línguas bantas como termo de comparação se baseia no critério exclusivo do *peso* demográfico, não havendo, inclusive, qualquer conteúdo antropológico ou “cultural” na terminologia lingüística. Caso não se verifique influência lingüística banta, pode-se presumir que também não houve influência *kwa*, *gur*, *mande* etc.

## Fonologia

Uma das principais contribuições da obra clássica de Uriel Weinreich (1979) foi a de ter demonstrado que, nas situações de contato lingüístico, os falantes tendem a adaptar os dados do sistema fonológico da língua estrangeira ao seu próprio padrão. A vasta exemplificação desse fato ao longo do texto nos permite postular que, durante os primeiros momentos de bilingüismo, quando o falante nativo de uma dada língua ainda não tem uma proficiência relativa num segundo idioma, a adaptação fonológica é máxima, “corrigindo-se” progressivamente em função do grau e do tipo de contato.

A influência de substrato, ou de uma língua sobre outra, ao menos no plano fonológico, quando de fato ocorre, tem necessariamente sua origem numa adaptação máxima não-corrígida ou apenas parcialmente corrigida.

Para avaliarmos possíveis influências fonético-fonológicas no português do Brasil pela presença de substrato banto, é necessário reconstituir o que foi a adaptação máxima dos falantes bantos (de quimbundo, quicongo e umbundo) sobre o português e observar a situação sincrônica da fonética e fonologia da língua portuguesa no Brasil. O modelo preciso desse método pode ser deduzido da análise de Weinreich, que consiste basicamente em reclassificar cada elemento do sistema fonológico a ser apreendido em função do sistema de relações da língua nativa.

Tomemos, inicialmente, os quadros fonológicos do quimbundo (Kukanda, 1974), do quicongo (Laman, 1964), do umbundo (Valento, 1964) e do português contemporâneo do Brasil (Camara Jr., 1985). Os dados não incluem tons e quantidades vocálicas.

Reconstituindo a adaptação máxima do consonantismo português por falantes quimbundos, quicongos e umbundos, teríamos os seguintes resultados:

● Port. /p/ tem correlato com umb. /p/, mas não com qb. e qc. Entretanto, há qb. e qc. /ɸ/. Os falantes de qb. e qc. adaptariam port.



/p/ para /p̄/, mantendo as oposições distintivas.

• Port. /b/ tem correlato qb. e qc., mas não umb. Os falantes de umb. adaptariam port. /b/ para umb. /mb/, mantendo as oposições distintivas.

• Port. /m/ tem correlato em qb., qc. e umb.

• Port. /f/ tem correlato em qb., qc. e umb.

• Port. /v/ tem correlato em qb., qc. e umb.

### Quimbundo (qb.)

	OCLUSIVA	FRICATIVA	NASAL	LÍQUIDA	SEMIVOGAL
bilabial	b	ɸ β	m		w
com pré-nasal.	mb	mɸ			
lábilodental		f v			
com pré-nasal.		mv			
alveolar	t	s z	n	l	
com pré-nasal.	nt nd	nz			
com aspiração	th				
com asp. e pré-nasal.	nth				
palatal		ɣ ʒ			y
com pré-nasal.		nɣ			
velar	k		ŋ		
glotal		h			
.....					
slaba: (C) (S) V		i u			
		e o			
		a			

### Quicongo (qc.)

	OCLUSIVA	FRICATIVA	NASAL	LÍQUIDA	SEMIVOGAL
bilabial	b	ɸ	m		w
com pré-nasal.	mp mb				
lábilodental		f v			
com pré-nasal.		mɸ mv			
alveolar	t d	s zd	n	l	
com pré-nasal.	nt nd	ns nz			
palatal					y
velar	k				
com pré-nasal.	nk ng				
.....					
slaba: (C) (S) V ou N		i u			
		e o			
		a			

### Umbundo (umb.)

	OCLUSIVA	AFRIC.	FRICATIVA	NASAL	LÍQUIDA	SEMIVOGAL
bilabial	p			m		w
com pré-nasal.	mb					
lábilodental			f v			
alveolar	t		s	n	l	
com pré-nasal.	nd					
palatal		tʃ		ɲ		y
com pré-nasal.		ndʒ				
velar	k			ŋ		
com pré-nasal.	ng					
glotal			h			
.....						
sfaba: (C) (S) V		i u				
		e o				
		a				

### Português do Brasil (port.)

	OCLUSIVA	FRICATIVA	NASAL	LATERAL	VIBRANTE	SEMIVOGAL
bilabial	p b		m			
lábilodental		f v				
alveolar	t d	s z	n	l	r r̄	
palatal		ʃ ʒ	ɲ	ʎ		y
velar	k g					w
.....						
sfaba: (C)(C)(S)V(S)(C)						
• pretônicas:		i u				
		e o				
		a				
• tônicas:		i u				
		e o				
		é ó				
		a				
• postônicas:		i u				
		a				
• nasais:		ĩ û				
		ẽ õ				
		ã				

● Port. /u/ tem correlato em qb., qc. e umb.

● Port. /d/ tem correlato em qc., mas não em qb. e umb. Seria possível adaptar port. /d/ para qb. e umb. /nd/; ocorre, todavia, que, ao menos para o qb., [d] é alofone de /l/. Dessa forma, os falantes de qb. interpretariam port. /d/ como qb. /l/, neutralizando a oposição distintiva /d/-/l/ em port.

● Port. /s/ tem correlato em qb., qc. e umb.

● Port. /z/ tem correlato em qb. e qc., mas não em umb. Os falantes de umb. adaptariam port. /z/ para umb. /s/, neutralizando a oposição distintiva /s/-/z/ em port.

● Port. /n/ tem correlato em qb., qc. e umb.

● Port. /l/ tem correlato em qb., qc. e umb. Entretanto, qb., qc. e umb. /l/ pode ser foneticamente /r/, o que neutraliza oposição distintiva /l/-/r/ em port.

● Port. /r/ não tem correlato em qb., qc. e umb. Os falantes adaptariam port. /r/ para qb., qc. e umb. /l/, o que, como já foi dito, neutraliza a oposição distintiva /r/-/l/ em port.

● Port. /r̄/ não tem correlato em qb., qc. e umb. É, inclusive, foneticamente instável em port., tendo um alofone [h]. Os falantes qb., qc. e umb. adaptariam, em princípio, port. /r̄/ para qb., qc. e umb. /l/, o que neutraliza a oposição distintiva /r/-/r̄/ em port. Os falantes qb. e umb. poderiam identificar port. /r̄/, quando [h], com qb. e umb. /h/. Parece, todavia, que à época dos primeiros contatos não havia ainda o alofone [h] para port. /r̄/.

● Port. /ʃ/ tem correlato em qb., mas não em qc. e umb. Os falantes de qc. adaptariam port. /ʃ/ para qc. /s/, o que neutraliza a oposição distintiva /s/-/ʃ/ em port., enquanto os de umb. adaptariam port. /ʃ/ para umb. /ts/, o que mantém a oposição distintiva.

● Port. /ʒ/ tem correlato em qb. mas não em qc. e umb. Os falantes de qc. adaptariam port. /ʒ/ para qb. /z/, neutralizando a oposição distintiva /z/-/ʒ/ em port., enquanto os de umb. adaptariam port. /ʒ/ para umb. /ndʒ/, o que mantém a oposição distintiva.

● Port. /ñ/ tem correlato em umb., mas não em qb. e qc. Os falantes de qb. e qc. adaptariam port. /ñ/ para qb. e qc. /y/, o que neutraliza a oposição distintiva /ñ/-/y/ em port.

● Port. /l/ não tem correlato em qb., qc. e umb. Os falantes adaptariam port. /l/ para qb., qc. e umb. /y/, o que neutraliza a oposição distintiva /l/-/y/ em port.

● Port. /y/ tem correlato em qb., qc. e umb.

● Port. /k/ tem correlato em qb., qc. e umb.

● Port. /g/ não tem correlato em qb., qc. e umb. Os falantes de qb. adaptariam port. /g/ para qb. /ñ/ e os de qc. e umb. para qc. e umb. /ng/, o que mantém as oposições distintivas.

● Port. /w/ tem correlato em qb., qc. e umb.

Podemos distinguir, de imediato, três grupos de fonemas portugueses segundo o resultado do processo de adaptação máxima, a saber:

a) mantidos (port. /m/, /f/, /v/, /t/, /s/, /n/, /y/, /k/, /w/);

b) adaptados com manutenção das oposições distintivas (port. /p/, /b/ e /g/);

c) adaptados com neutralização das oposições distintivas (port. /d/, /z/, /l/, /r/, /r̄/, /ʃ/, /ʒ/, /n/ e /l/).

É interessante notar que os fonemas incluídos no item b acima não têm representação no "português de negro", tanto o que se pode investigar nos registros de poesia popular quanto, indiretamente, pela imitação de escritores não-populares. E isso facilmente se compreende em virtude do fato de não neutralizarem oposições distintivas. Entretanto, todos os fonemas do item c acima, que neutralizam essas oposições, se acham, à exceção de /z/, registrados em suas formas adaptadas nessas mesmas fontes. Isso significa que está historicamente comprovada a adaptação máxima sofrida pelos fonemas portugueses entre os africanos bilingües. A exceção do /z/ - exceção essa que é apenas documental - com certeza decorre do fato de ter sido o port. /z/

adaptado somente por falantes de umbundo, que, como confirma Yeda Pessoa de Castro (1980), tiveram menos impacto que os de quimbundo e quicongo.

Entre os fonemas adaptados que neutralizam oposições distintivas, apenas a neutralização de /n/ e /l/ com /y/ se mantém regionalmente, às vezes urbanamente nos estratos econômicos inferiores, enquanto os demais são característicos apenas do "português de negro". A compreensão correta desse fato é de vital importância para o problema aqui abordado.

André Martinet (1955), quando trata dos fatores que desempenham algum papel nas mudanças fonéticas, identifica dois fundamentais: *integração* e *rendimento*. Dizemos que um fonema está integrado quando o traço distintivo que o torna marcado em relação a outro também é marca de outros fonemas; e dizemos que um fonema tem maior ou menor rendimento se pode formar maior ou menor número de pares mínimos, ou seja, pares de vocábulos que se opõem apenas por um único fonema (como pato e gato). De uma forma sintética, os fonemas mudam na razão inversa da sua integração e do seu rendimento.

É fácil perceber que os fonemas menos integrados do português são exatamente /n/, /l/ e /r̄/, pois são triplamente marcados em relação aos seus correlatos (/ñ/ em relação a /n/, /l/ a /l/, /r̄/ a /r/), todos marcados em relação a /d/, por sua vez marcado em relação a /t/. Entre os três, porém, /r̄/ é um fonema de grande rendimento, enquanto /ñ/ e /l/ têm rendimento fraco. Ora, são precisamente /ñ/ e /l/ os fonemas maximamente adaptados que ainda se registram dialetalmente no português do Brasil.

Disso tudo podemos concluir que a adaptação máxima dos falantes bantos só se conservou nos fonemas pouco integrados e de baixo rendimento - /l/ e /ñ/ - por ter certamente havido uma restauração (cujas causas ainda serão discutidas) dos pontos mais importantes do sistema. De qualquer forma, a passagem de /ñ/ e /l/ para /y/ é devida à influência africana.

Em relação ao vocalismo, a adaptação máxima produziria os seguintes resultados:

● Port. /i/ tem correlato em qb., qc. e umb.  
● Port. /e/ tem correlato em qb., qc. e umb.

● Port. /é/ não tem correlato em qb., qc. e umb. Os falantes adaptariam port. /é/ para qb., qc. e umb. /e/, o que neutraliza a oposição distintiva /e/-/é/ em port.

● Port. /a/ tem correlato em qb., qc. e umb.

● Port. /ó/ não tem correlato em qb., qc. e umb. Os falantes adaptariam port. /ó/ para qb., qc. e umb. /o/, o que neutraliza a oposição distintiva /o/-/ó/ em port.

● Port. /o/ tem correlato em qb., qc. e umb.

● Port. /u/ tem correlato em qb., qc. e umb.

O grande problema colocado pela adaptação máxima do vocalismo português refere-se às vogais tônicas. Maximamente adaptadas, as sete vogais se reduziram a cinco, com a neutralização das vogais médias anteriores e posteriores. O fato de serem essas neutralizações, em posição tônica, inexistentes no português do Brasil é devido tanto à integração quanto ao rendimento; aliás, principalmente em relação a este. Com certeza, o sistema maximamente adaptado sofreu uma rápida "correção", para restaurar sua funcionalidade.

O vocalismo átono não apresenta problemas, pois está em correlação perfeita com o quadro vocálico das três línguas bantas.

O aspecto mais importante, no entanto, não advém do problema da adaptação. Sabemos que um dos pontos que mais distingue o português do Brasil do português europeu é precisamente o vocalismo. O português europeu apresenta um quadro com oito vogais fonológicas e nove fonéticas - as sete "cardinais" do português do Brasil e mais duas centralizadas. A vogal baixa central (/ã/) opõe pares mínimos como *amâmos* (presente) e *amâmos* (pretérito), o que não ocorre no português do Brasil, onde há homonímia. A centralização



que o vocalismo átono sofre em Portugal também se desconhece no Brasil.

Ora, esses fatos são extremamente coerentes com o quadro de vogais das línguas em questão, que não apresentam vogais centralizadas. Ao menos por hipótese, a ser discutida adiante à luz de outros dados, já que a vogal centralizada /â/ com valor fonológico aparece em Portugal a partir do século XVI, é possível admitir que houve resistência a essa centralização devido a uma influência das línguas bantas (e de outras línguas não-bantas que também não utilizam vogais centralizadas, como várias línguas kwa). Cumpre observar que alguns aspectos fonéticos inovadores surgidos em Portugal após o século XVI se difundiram amplamente no Brasil, como a simplificação das terminações em /ãw/ e a simplificação do sistema de sibilantes, o que dá margem à suposição de que a não-expansão da centralização vocálica se deveu a alguma pronúncia já cristalizada anteriormente.

Resta analisar as adaptações dos padrões silábicos. Como se pode perceber, a estrutura da sílaba dessas línguas bantas não permite encontro consonantal e nem travamento. A sílaba portuguesa permite ambos. Portanto, a sílaba portuguesa maximamente adaptada sofrerá apócope de consoantes e semivogais de travamento, síncope de consoantes ou epênteses de vogais nos grupos consonantais e epêntese, também para anular o travamento.

Todos esses aspectos aparecem documentados na literatura em "língua de negro". As epênteses e epênteses, assim como as síncofes, registram-se episodicamente nos falares regionais contemporâneos do português do Brasil, enquanto as apócopes, principalmente de /l/ e /r/ em sílaba final, são mais frequentes.

Embora ainda não tenhamos elementos para julgar esses fatos com precisão, é ao menos plausível admitir influência africana na simplificação da sílaba em português do Brasil. De uma forma geral, contudo, todas as influências aqui apontadas como possíveis são bastante superficiais, restringindo-se ao nível fonético. Não houve empréstimo de fonemas

bantos à língua portuguesa. As neutralizações mais graves que o "português de negro" provocou não chegaram a se expandir, o que contribuiu para o aspecto pouco "crioulóide" do dialeto americano da língua.

### Sintaxe

Em princípio, seria possível pensar numa metodologia semelhante à da adaptação máxima para confrontar os padrões sintáticos das línguas bantas e do português do Brasil.

Ocorre que, inversamente do que se dá em fonologia, há certos elementos sintáticos que não possuem correlatos em outra língua e que nem poderiam ser encaixados ou reinterpretados nesse segundo idioma. É precisamente o caso, por exemplo, dos prefixos nominais, que têm uma função essencial na sintaxe das línguas bantas e que são totalmente desconhecidos e sem paralelo em língua portuguesa.

Para avaliarmos uma possível influência das línguas bantas no português do Brasil, tomarei cinco aspectos deste que se distanciam do português europeu, confrontando-os com a sintaxe banta. Se se verificar que o fato que desvia o português do Brasil do de Portugal corresponde a um padrão banto, será possível reclamar influência das línguas bantas na língua portuguesa.

### Próclise de clíticos

A colocação dos pronomes átonos é um dos aspectos que mais diferencia o português do Brasil do de Portugal. No Brasil, o padrão de colocação é preferencialmente próclítico, enquanto em Portugal ênclise e próclise são determinadas segundo contextos específicos. Uma frase como "te amo", no português do Brasil, corresponde a "amo-te" em Portugal.

Nas línguas bantas, em qb. por exemplo, a frase correspondente seria "nekuzola", onde:  
ña . . . . . morfema de 1ª pessoa singular sujeito;

ku . . . . . morfema de 2ª pessoa singular objeto;  
zol . . . . . radical "amar"  
a . . . . . morfema de indicativo.

Em qc., por exemplo, a frase "ele nos ama" é "Katutonda", onde:

ka . . . . . morfema de 3ª pessoa singular sujeito;  
tu . . . . . morfema de 1ª pessoa plural objeto;  
tond . . . . . radical "amar";  
a . . . . . morfema de indicativo.

Uma análise precipitada poderia atribuir a próclise do português do Brasil ao padrão banto, que antepõe o morfema "pronominal" objeto ao radical do verbo (qb. "ku" e qc. "tu").

Entretanto, não é possível identificar plenamente os morfemas qb. "ku" e qc. "tu" com os port. "te" e "nos". Nas línguas bantas, esses morfemas pertencem às palavras "nakuzola" e "katutonda", da mesma forma que o "o" – morfema de 1ª pessoa singular em port. – pertence à palavra "amo". Estão eles, inclusive, submetidos a regras de harmonia e contraste tonal no interior do vocábulo, o que os distingue das formas pronominais do port. que, embora presas, têm estatuto vocabular.

Na verdade, esse morfema "pronominal" infixo no verbo não é um pronome de fato, mas um concordante, que indica a classe nominal a que pertence o objeto (ou o sujeito). Dessa forma, teríamos, por exemplo, para port. "cortei aquele pau", umb. "uti una ndautimbula", literalmente "pau aquele eu-o-cortei", onde "u" é o concordante infixo em posição objetiva da classe de "uti" (pau).

A explicação da próclise de pronomes átonos no português do Brasil é puramente fonossintática. Com efeito, é sabido que os chamados pronomes átonos são na verdade semitônicos. A ênclise, como ocorre em Portugal, é posicionalmente incompatível com essa semitonicidade, daí sua anteposição. Não há, portanto, adoção de um modelo sintático das línguas bantas.

### "Ele" como acusativo

Uma construção típica do português popular do Brasil (doravante PPB) é a que mantém "ele" em posição objetiva em frases como "eu amo ele". Em Portugal, como no português padrão do Brasil (doravante PP), tem-se a frase correspondente "eu o amo".

Como se pode facilmente deduzir dos exemplos do item anterior, as línguas bantas não têm esse tipo de construção; basta confrontar qb. "nakuzola", equivalente ao port. "eu amo ele/ela" ou a "eu o/a amo".

É importante, todavia, para entender o que se passa no PPB, analisar a questão com mais cuidado.

A representação das sentenças "eu amo ele" e "eu o amo" na estrutura profunda é rigorosamente a mesma. A diferença de estrutura superficial é devida ao fato de a frase "eu amo ele" não possuir uma regra do componente interpretativo Forma Fonética (FF), que transforma "ele" em "o", além da não-aplicação de uma transformação que antepõe "ele" da estrutura profunda de "eu o amo" ao verbo.

A frase "eu amo ele" está mais próxima da estrutura profunda do que "eu o amo", que necessita de duas operações a mais para gerar essa estrutura de superfície. A frase "eu amo ele" certamente representa uma simplificação da gramática, mas não pode ser atribuída à adoção de um modelo banto.

### Ausência de plural em substantivo determinado

Outro aspecto típico do PPB face ao PP e ao português europeu (doravante PE) é a marca de plural que só se aplica aos determinantes dos substantivos, que permanecem no singular, como em "os bicho", em contraste com "os bichos".

A categoria de número está presente nas línguas bantas. Cada classe nominal possui um prefixo singular e outro plural, como qb. "mu"/"a" para a classe dos seres humanos,

donde se tem "muthu" (homem) e "athu" (homens); ou qc. "mu"/"ba", o que dá "muleke" (servo) e "baleke" (servos).

A concordância se faz através dos prefixos. Por exemplo, para qb. "muthu yund" (aquele homem - literalmente "homem aquele") tem-se o plural qb. "athu ana" (aqueles homens - literalmente "homens aqueles"). É importante perceber que o radical do demonstrativo "aquele" - qb. "na" - mudou de prefixo: do singular "yu" para plural "a", da mesma forma que o radical "homem" - qb. "thu" - mudou o prefixo qb. "mu" para qb. "a".

Não há, claramente, paralelo algum com o fenômeno que se dá em PPB. Adotando uma perspectiva derivacional, para gerarmos port. "os bichos" partimos de uma estrutura profunda: "o bicho-PLURAL". No nível da estrutura de superfície ocorre a concordância, ou seja, há o espalhamento do traço "PLURAL" aos determinantes, o que gera "o-PLURAL bicho-PLURAL". Em seguida, o componente interpretativo FF fornece a forma derivada "os bichos".

A única diferença entre a derivação de "os bichos" e "os bicho" está na supressão de uma regra do componente interpretativo FF, que não transforma "bicho-PLURAL" em "bichos".

A questão é descobrir o porquê da simplificação. Na verdade, o caminho derivacional feito para gerar "os bicho", com a não-aplicação de uma regra interpretativa sobre o núcleo da projeção, é precisamente o mesmo que se percorre para produzir a concordância nominal.

Com efeito, para gerar o singular "o bicho" parte-se da estrutura profunda "o bicho-MASC". Na estrutura de superfície, faz-se a concordância, com o espalhamento dos traços de gênero, gerando "o-MASC bicho-MASC". O componente interpretativo FF aplica a transformação sobre "o-MASC", gerando "o", mas não sobre "bicho-MASC".

Isso se dá porque, em verdade, não há flexão de gênero em português (e é possível que não haja em qualquer língua natural), pois essa categoria independe de qualquer marca formal

em sua forma fonética. Para demonstrar isso, basta proceder à derivação de "a tribo" ou "o poeta".

Após a concordância, na estrutura de superfície, teríamos as seguintes estruturas: "o-FEM tribo-FEM" e "o-MASC poeta-MASC". O componente FF, então, aplica-se aos determinantes apenas, fazendo "o-FEM" passar a "a" e "o-MASC" passar a "o". Não há modificação de "tribo" em "triba" ou de "poeta" em "poeto".

Há, pois, um processo analógico entre as concordâncias de gênero e número que leva a uma simplificação da gramática, embora ainda não seja possível falar em adoção do modelo banto.

### Redução da flexão verbal

A conjugação verbal no PPB é bastante instável. Podemos encontrar apenas uma oposição entre a 1ª pessoa do singular e as demais, como segue:

eu como . . . . . nós come  
tu/você come . . . . . vocês come  
ele come . . . . . eles come

ou um sistema de quatro oposições, da seguinte forma:

eu comi . . . . . nós comemo  
tu/você comeu . . . . . vocês comero  
ele comeu . . . . . eles comero

Na "língua de negro" é possível encontrar a redução total da flexão, o que resulta no seguinte quadro:

eu come . . . . . nós come  
tu/você come . . . . . vocês come  
ele come . . . . . eles come

No PP e talvez no PE apenas o uso da 2ª pessoa do plural é bastante raro e tende a desaparecer. A distinção, porém, entre as 2ª e 3ª pessoas no singular ou entre as 1ªs pessoas têm um rendimento muito grande e não se anulam como no PPB, muito menos no "português de negro".

Nas línguas bantas há distinção de seis pessoas verbais e o modelo de conjugação pode ser inferido a partir, por exemplo, do umb.:

ndilya . . . . . ndi - lya "eu-comer"  
olya . . . . . o - lya "tu-comer"  
ólya . . . . . ó - lya "ele-comer"  
tulya . . . . . tu - lya "nós-comer"  
vulya . . . . . vu - lya "vós-comer"  
valya . . . . . va - lya "eles-comer"

Ocorre no PPB uma simplificação nos próprios parâmetros da gramática, simplificação essa bem mais profunda do que as referidas anteriormente, chegando até, como se verifica no "português de negro", a alterar o parâmetro PRO-drop, fazendo com que a gramática passe a não admitir, como o PP admite, a queda do pronome sujeito ("amo", "amas" etc. em vez de "eu amo", "tu amas" etc.).

Contudo, como também deve ter ficado claro, essa simplificação não pode ser atribuída à adoção de modelo banto.

### Ausência de concordância de gênero

Ocorre, com menos frequência que os aspectos citados acima, uma perda na concordância de gênero no PPB, principalmente nas regiões mais ruralizadas, em frases como "a rosa é bonito". A literatura da "língua de negro" documenta abundantemente esse tipo de fenômeno, incluindo casos de oscilação como "meu terra" ou "minha pai".

As línguas bantas, no entanto, mesmo não possuindo a categoria de gênero como em português, têm uma categoria correlata, que são as classes nominais, ficando claro que o gênero nada mais é do que uma classe nominal. O sistema banto de classificadores nominais consiste em morfemas prefixados, cujo número varia de língua para língua. Os verbos, determinantes e adjetivos concordam em classe com os substantivos, tomando o prefixo concordante relativo ao prefixo classificador, como nesses exemplos em qb.:

mulózi umósi . . . . . "um feiticeiro",  
kyenze kímósi . . . . . "um grilo",  
hómbó ímósi . . . . . "uma cabra",

que se decompõem morficamente em:

mu-lózi u-mósi . "u" concorda com "mu"  
ky-enze kí-mósi . . "kí" concorda com "ky"  
ø-hómbó í-mósi . . . "í" concorda com "ø"

A não-concordância de gênero jamais poderia ser atribuída à adoção de modelo banto. Como deve ter ficado explícito com o que foi dito em itens anteriores, a não-concordância de gênero é também uma simplificação na gramática que consiste na supressão da regra de espalhamento do traço de gênero, que se dá na estrutura de superfície ou mesmo no apagamento da própria categoria no nível lexical.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que o léxico de uma língua é o seu ponto mais vulnerável a influências estrangeiras. A rigor, toda língua possui itens lexicais emprestados a outras línguas, quando não são estes a maioria. Em seguida, vêm a fonética e a fonologia, menos vulneráveis que o léxico mas não tão defensivas como a sintaxe.

Retomando a análise que fizemos sobre as influências (ou possíveis influências) das línguas africanas sobre o português do Brasil, verificamos que o léxico apresenta uma influência ponderável, os níveis fonético e fonológico sofrem uma influência de pouca importância, e a sintaxe absolutamente não sofre influência, embora seja acentuadamente simplificada.

Isso está em perfeito acordo com o que seria presumível e nos permite afirmar que as influências das línguas africanas, em particular das três línguas bantas referidas (qb., qc. e umb.), não tiveram um caráter profundo.

Por outro lado, os documentos diretos ou indiretos da "língua de negro" revelam que essas influências são mais intensas no léxico e na fonologia e na simplificação da sintaxe, o que nos leva a crer que há um *continuum* entre a "língua de negro" e o PPB que pode se estender, inclusive, ao PP.

Na verdade, esses dados apontam para um processo de convergência, para uma "correção" do português maximamente adaptado por africanos na direção do PP, correção essa que foi apenas parcial, embora relevante, e que conduziu ao PPB.



Estamos, pois, munidos do material lingüístico básico para proceder à discussão sobre a história lingüística do escravo negro, particularmente sobre a questão dos *pidgins* e crioulos e do estatuto do português do Brasil. Antes, porém, é necessário reunir alguns dados extralingüísticos.

### Conflito externo

A história das línguas humanas é essencialmente uma história demográfica. Uma das grandes falhas dos que se voltaram para o estudo do português do Brasil foi negligenciar a diacronia populacional do país. Tentarei recompor, brevemente, o que deve ter sido o quadro sociolingüístico evolutivo da sociedade profundamente plurilingüe que foi a do Brasil escravista.

Segundo os cálculos que se têm feito (Hansenbalg, 1979), na altura de 1600 a população do Brasil estaria em torno de 100 mil pessoas, sendo aproximadamente 50 mil índios, 30 mil brancos e 20 mil negros. A ocupação era praticamente costeira e a maior densidade demográfica pertencia ao Nordeste, notadamente Bahia e Pernambuco.

Esse perfil, contudo, não era homogêneo. Se tomamos, apenas como ilustração, o censo de Anchieta para o ano de 1583 (cf. Silva Neto, 1986), temos a clara percepção de que a população negra, por exemplo, estava bastante

concentrada e a de brancos e índios, mais dispersa espacialmente, embora com uma distribuição irregular. Evidentemente, não se trata dos índios não-aldeados e dos escravos fugidos.

Do ponto de vista social, o contingente branco, eminentemente português, apresentava uma estratificação mais ampla, tendo representantes desde as classes dominantes até a plebe, enquanto negros e índios mantinham-se em dois blocos socialmente bem definidos: os negros como escravos, com raros alforriados integrados à classe dos livres pobres; e os índios como que tutelados pelos jesuítas, cujos aldeamentos tinham uma configuração bem diferente da dos engenhos de açúcar, ou no máximo engajados no precário serviço militar da Colônia.

O que se pode concluir em termos lingüísticos é que, em virtude da própria estrutura social, já se puderam formar desde essa época fronteiras dialetais (não-diatópicas, mas diatráticas) relativamente nítidas no âmbito do português e fronteiras das línguas bastante estáveis.

Sabemos que a origem dos colonos portugueses era diversificada, o que, de uma forma geral, promoveu uma confluência entre os vários dialetos do português europeu. Por outro lado, a mobilidade social na Colônia era bastante restrita, o que nos leva a crer que essa confluência dialetal deve ter produzido resultados diferentes conforme o estrato social em

População

	BRANCOS	NEGROS	ÍNDIOS	TOTAL
Bahia	12.000	4.000	8.000	24.000
Pernambuco	8.000	10.000	2.000	20.000
São Vicente	1.500	—	1.000	2.500
Rio de Janeiro	750	100	3.000	3.850
Espírito Santo	750	—	4.500	5.250
Porto Seguro	750	—	—	750
Ilhéus	750	—	—	750
Itamaracá	250	—	—	250
<b>Total</b>	<b>24.750</b>	<b>14.100</b>	<b>18.500</b>	<b>57.350</b>

questão, uma vez que cada especificidade tópicaportuguesa comportava uma diversidade estrática, ainda que menos intensa. Dessa maneira, temos, de um lado, o contato entre os respectivos dialetos regionais dos estratos superiores — senhores de engenho, lavradores de partido, clero, militares e altos funcionários da administração colonial — e, de outro, os dialetos regionais correspondentes dos estratos inferiores — mascates, oficiais mecânicos e trabalhadores rurais em geral. Certamente, toda a evolução que se opera a partir desse quadro tende a manter, quando não a reforçar, as fronteiras dialetais.

O escravo negro ocupava sociolingüísticamente uma posição profundamente diferenciada. Dentre os 20 mil estimados no fim do século XVI, a grande maioria era de negros boçais, fundamentalmente destinados ao eito, com um percentual menor de ladinos, empregados nas capatazias dos engenhos e nos serviços dos incipientes núcleos urbanos. Os escravos africanos ainda deviam superar de muito o número de crioulos, e entre os africanos é possível acreditar que havia um percentual significativamente maior de escravos sobre o de libertos.

Apesar de não dispormos de uma história detalhada do tráfico negreiro, é possível deduzir que houve um certo desequilíbrio numérico entre os negros das diversas nações africanas aqui chegados. Pelo menos desde a fundação do Forte de São Paulo de Luanda, em 1575, o que fez decair a importância do comércio negreiro nas feitorias da costa da Guiné, nas da costa dos Escravos, em São Tomé, e no próprio porto de Mpinda, no reino do Congo, tornando o território conhecido por Angola o maior fornecedor de escravos para o Brasil.

Segundo um estudo de Antônio Carreira (1981), o tráfico controlado por Portugal teria extraído 350 mil pessoas da costa da Guiné durante o século XVI e no máximo 300 mil do Congo e Angola durante o mesmo período. Se se tem em mente que a maior parte do contingente humano destinado ao Brasil embarcava em navios portugueses, e que era prática política dos traficantes evitar a união de escravos

da mesma etnia, seria de esperar o equilíbrio entre as nacionalidades africanas aqui aportadas e, conseqüentemente, uma pluralidade de línguas também equilibradas numericamente.

Entretanto, como informa Dalby (1982), a zona da costa da Guiné pertence ao que ele chama de “zona de fragmentação lingüística”, que abrange toda a extensão de terra de leste a oeste entre o Saara e a floresta tropical. Para dar apenas uma idéia do que representa essa zona de fragmentação, de 120 unidades lingüísticas que o continente africano possuía, segundo o mesmo Dalby, cem se localizariam nessa zona. A costa da Guiné é, pois, uma região muito diversificada lingüísticamente, o que permite que se deduza que houve um certo equilíbrio lingüístico entre os escravos de lá trazidos e, conseqüentemente, entre línguas dos grupos oeste-atlântico, kwa, gur, mande etc.

Já na região do Congo e Angola, os portugueses se estabeleceram — nesse primeiro século — em duas zonas lingüísticas: quicongo e quimbundo. A África subequatorial não é uma região de fragmentação e, afora os bolsões khoisan, não muito amplos, é maciçamente banta. Assim, o predomínio quimbundo e quicongo, embora não muito acentuado, já então se fez sentir.

Não é seguro opinar sobre a existência ou não de línguas gerais africanas no século XVI; o que se pode afirmar com certeza é que grande parte dos escravos africanos acabava por aprender o português. Houve, porém, graus diferentes de aprendizagem, conforme a posição do escravo no quadro social. Dessa forma, os negros ladinos e os escravos domésticos e urbanos tendiam mais a abandonar definitivamente a língua materna (quando não serviam esporadicamente de “línguas” ou intérpretes), o que certamente os levava a expandir as funções do português, enquanto o grupo de negros boçais e escravos rurais, a maioria, como dissemos, devia ter no português apenas uma língua de intercurso com a sociedade branca, sendo admissível que conservasse as respectivas línguas maternas nos vários e pequenos grupos lingüísticos que se formavam nas sen-



zalas, guardando para elas algumas funções fundamentais.

A questão básica é saber em que língua se deu a comunicação entre os grupos não-colônias. Há ao menos três hipóteses: uma língua geral africana, necessariamente prestigiosa na África; um *pidgin* ou crioulo de base portuguesa; ou o próprio português, naturalmente diferenciado.

Conseqüentemente, a par dos dialetos portugueses dos estratos superiores e inferiores, o português dos escravos, se de fato existiu, com seus variados matizes, constituiu um terceiro grupo dialetal fortemente delimitado.

A situação indígena diferiu profundamente da africana. Quando não se interiorizavam, escapando ao contato com o português, os índios foram integrados na sociedade colonial através, fundamentalmente, da intervenção jesuítica. Foi nos aldeamentos da Companhia de Jesus que a língua geral ou brasílica (que sabemos ter sido uma diferenciação do tupinambá) teve seu núcleo de expansão. Todavia, a presença indígena nos engenhos era ocasional; o comércio negreiro passou a interessar à própria Companhia, que foi, inclusive, responsável por parte considerável do tráfico em Angola. Havia, pois, no Nordeste de então, duas "sociedades" distintas: a dos engenhos — encimada pelos donos de terras e habitada principalmente por negros e portugueses — e a dos aldeamentos indígenas, dominada pelos jesuítas e constituída de índios, portugueses e até escravos negros.

Uma relativa autonomia desses aldeamentos face ao poder real garantia aos missionários de Jesus o controle de uma preciosa frente de colonização. A língua geral foi, assim, a língua difundida nessa frente; não apenas língua de intercurso, mas a língua materna das famílias luso-indígenas, enquanto o português era a língua da sociedade dos senhores de engenho. É importante lembrar que foi exatamente o "monopólio" da língua geral e sua conseqüente implicação na estratégia colonial o que motivou a reação pombalina no século XVIII.

Na conjuntura do século XVI, destaca-se o caso particular de São Vicente. O estabelecimento de portugueses no local é anterior à viagem de reconhecimento chefiada por Tomé de Souza, em 1530. Segundo Aryon Rodrigues (1986), a língua geral paulista era diferente da língua geral da costa, embora fosse calcada sobre um idioma do mesmo tronco, de parentesco provavelmente próximo. É evidente que tanto os portugueses ali chegados antes de 1530 quanto os seus descendentes mestiços não falariam o português; o contato dos jesuítas e da língua geral de base tupinambá deu-se posteriormente.

Não podemos avaliar com segurança o alcance desse influxo sobre a situação lingüística anterior. O certo é que, em São Vicente, a difusão da língua geral local foi muito mais profunda que a da língua geral da costa e, de certa forma, independente da atuação jesuítica, daí ter resistido por mais tempo.

A língua geral da costa começa a declinar no século XVII. Estima-se para 1700 uma população de cerca de 300 mil pessoas, sendo no máximo 100 mil brancos, 125 mil negros e 75 mil índios (Hasenbalg, 1979). Respectivamente, esses contingentes teriam crescido 233%, 525% e 25%.

Do ponto de vista distribucional, a situação não difere muito da do século anterior: Bahia e Pernambuco mantêm-se como os centros econômicos mais importantes, o que lhes garante maior densidade demográfica. São Vicente também prospera; o Maranhão, com seu povoamento incrementado a partir de 1615, irá desenvolver-se ao longo do período.

Salta aos olhos o baixíssimo crescimento da população indígena face às outras duas, o que se deve atribuir ao extermínio gradual a que fora submetida. A grande concentração indígena estava com certeza no Maranhão; é lá, pois, que se estabelece um novo foco de expansão da língua geral de base tupinambá, no sentido do interior amazônico, expansão essa ainda ligada à atuação dos jesuítas, sendo seu resultado lingüístico o atual *nheengatu*.

O contingente negro, de maior crescimento, tanto absoluto quanto relativo, alcança essa

posição basicamente em virtude do tráfico de escravos. Evidentemente, incluem-se nesses totais a população mulata, em regra livre, que já devia ser considerável, o que nos permite falar numa parcela de crescimento vegetativo devido à miscigenação. Todavia, no âmbito específico da população escrava, o crescimento vegetativo teve sempre taxas negativas; a vida média do escravo no eito girava em torno dos cinco anos, ou seja, os escravos morriam anualmente a uma taxa de 20%. Esses números, aliados a uma taxa de mortalidade infantil não muito menor que 80% e a um quadro onde a proporção de mulheres era de uma para três homens, permitem concluir que foi a importação de africanos, atingindo a cada ano maiores volumes, a grande responsável pela elevação do contingente negro.

A população branca, por sua vez, também cresceu com a imigração portuguesa, embora em proporções menores e de uma forma mais regular. O crescimento vegetativo, contudo, ao contrário do que ocorreu entre os negros, teve aí uma importância efetiva.

As transformações operadas no quadro populacional têm imediatas implicações lingüísticas: em primeiro lugar, o aumento do tráfico negreiro indica aumento nas proporções e no número de engenhos; em conseqüência, conclui-se que um percentual importante de imigrantes portugueses se dirige às áreas onde se localizam esses engenhos. O século XVII, portanto, já assiste ao predomínio gradual e à afirmação definitiva do português como língua da sociedade que se desenvolve no Nordeste: o patriarcado rural.

A língua geral de base tupinambá fica como que acantonada no Maranhão, à exceção de uma ou outra aldeia indígena controlada pela Companhia de Jesus, e a geral paulista se restringe à região de São Paulo. A expansão das bandeiras para o sul e o centro-oeste não chegou a constituir núcleos lingüísticos nativos de língua geral, ao contrário do que se deu na Amazônia.

Com relação à população negra, a situação é similar à do século precedente: há uma grande massa bilingüe, principalmente rural, que

tem o português apenas como língua de intercurso, e um grupo menor, em regra doméstico e urbano, lingüisticamente integrado à sociedade portuguesa. As diferenças fundamentais são: o aparecimento de uma população mulata (que para efeito estatístico tem sido embutida no grupo negro), cujo comportamento lingüístico será o grande tema da nossa discussão, e o desequilíbrio na proporção das nações e línguas africanas trazidas ao Brasil, com a acentuação do predomínio do tráfico na costa de Angola (zonas quimbundo, quicongo e umbundo, em ordem decrescente de importância).

No século XVIII novas transformações irão ocorrer. A descoberta do ouro e dos diamantes em Minas Gerais desencadeia uma fortíssima onda imigratória portuguesa. Há divergência quanto aos números: Furtado estima entre 300 mil e 500 mil imigrantes (Hasenbalg, 1979); Carreira (1981), 800 mil. O importante, no entanto, é observar o resultado dessa imigração ao fim do século, para o qual já dispomos de um censo oficial, do ano de 1798:

brancos . . . . .	1.010.000
mestiços livres . . . . .	406.000
índios . . . . .	250.000
mestiços escravos . . . . .	221.000
escravos negros . . . . .	1.361.000
Total . . . . .	3.248.000

Como se verifica, o crescimento da população branca foi de 910%. Não é seguro precisar o número de reinóis face ao de mazombos, embora seja viável admitir um predomínio desses últimos, cujo contingente aumentou naturalmente por um crescimento vegetativo, co-responsável pelo índice final alcançado.

Os mestiços, quase 1/5 da população total, têm seu crescimento devido igualmente à imigração portuguesa. Não é possível, contudo, avaliar a taxa exata desse crescimento, a não ser com suposições bastante imprecisas.

O trabalho nas minas não vai propiciar melhor expectativa de vida para o escravo. Assim, o crescimento do contingente negro, entre 1.000 e 1.200%, ainda deve ser atribuído à importação. Quanto à origem, a mão-de-obra africana tende a um certo equilíbrio,



principalmente na região das minas. Enquanto o tráfico em Angola e em outros portos de língua banta continua intenso e destinado precipuamente para o Rio de Janeiro, de onde segue para a zona do garimpo, o comércio negreiro na costa da Mina e no noroeste africano em geral passa a depender do fumo da Bahia. Dessa forma, a Bahia intensifica a importação da costa da Mina, que também fornece escravos para o Maranhão, repassando parte considerável para Minas Gerais.

A população negra e escrava, nesse período, vai se concentrar portanto na região mineira, assim como a branca e mestiça.

Diversa é a situação dos índios. O crescimento de 233% não deve ser entendido como o fim da prática de extermínio; a taxa reflete apenas que a expansão colonizadora dirigida para o interior amazônico, além de algumas outras frentes, logrou assimilar um número maior de indígenas. Todavia, relativamente aos demais grupos étnicos, o crescimento da população indígena foi ainda menor que o do século precedente.

Em termos lingüísticos, o século XVIII marca o declínio da língua geral paulista, declínio esse associado à própria decadência da atividade bandeirante e ao influxo migratório português. As ordenações do Marquês de Pombal, às quais se tem atribuído papel preponderante na afirmação do português como língua do Brasil, foram apenas uma contraparte da sua política de centralização do poder, que teve como consequência a expulsão da Companhia de Jesus, até então no comando da ocupação portuguesa do Maranhão à Amazônia. Na verdade, Pombal afastou os jesuítas mas não destruiu a língua geral de base tupinambá, que continuou seu processo histórico, evoluindo para o atual *nheengatu*.

A consolidação do português na costa já era um processo evidente desde o século XVII. O deslocamento de grande massa populacional para Minas Gerais e de contingentes relevantes para o sul expandiu ainda mais a área onde o uso do português era a regra.

O fato lingüístico mais importante é com certeza o contato entre os dialetos reinóis e os

dialetos mazombos. Do ponto de vista sociolingüístico, o português dos estratos superiores tendia para os falares reinóis, uma vez que grande parcela dos que encimavam a sociedade colonial era portuguesa. Já nos estratos inferiores, é provável que falares mais caracteristicamente brasileiros já tivessem despontado, diferindo do português europeu, embora não infensos à sua influência.

Nada faz crer que os mestiços — quando livres — constituíssem um grupo sociolingüístico diferenciado. Não por estarem economicamente em igualdade com os brancos pobres, o que não é ponto pacífico, haja vista só terem tido acesso pleno às profissões em 1774, mas por haver muitos brancos que socialmente pertenciam ao mesmo nível. A diferença, pois, estava numa maior ou menor oportunidade de ascensão, e não na condição social em si mesma. De qualquer maneira, ainda que houvesse alguma fronteira lingüística entre os dois grupos étnicos no nível desse estrato, tal fronteira seria evidentemente mais fluida.

Um enigma em relação aos mestiços das zonas rurais é saber se foram também bilingües, adotando a língua ou línguas que serviram de intercurso entre os escravos ou a língua africana de grupos específicos de colônias.

A situação lingüística dos negros permanecia praticamente a mesma. O português era a língua de intercurso com a sociedade branca, sendo que cada grupo colônica matinha internamente o idioma materno. É ao menos duvidoso postular a existência de uma única língua geral africana, empregada na zona do garimpo, durante o século XVIII. Sabemos que o fon (ou fongbe) foi largamente utilizado na área (Castro, 1980); contudo, isso não é o bastante para o admitirmos como língua geral entre os escravos. Por outro lado, temos também informação de que, no século XX, sobrevivem espécies lingüísticas (cujo estatuto ainda iremos discutir) na região outrora correspondente à zona de mineração.

O que se pode concluir é que algumas línguas, por já terem à época um emprego mais extenso no território africano, ou por serem

línguas de povos que participaram do tráfico em contingentes mais numerosos, lograram ter no Brasil um grupo mais amplo de indivíduos colíngües, o que efetivamente tem implicações no quadro lingüístico geral.

Ainda em relação aos escravos, apesar de não possuímos percentuais precisos, sabemos que ao fim do século XVIII o número de crioulos, se não superava o de africanos, já estava bastante próximo ao desse contingente. Esses escravos crioulos, quando não gozavam do estatuto de escravos domésticos ou urbanos, caso em que seriam provavelmente falantes nativos de português, teriam ou exclusivamente o português como língua materna ou, no máximo, o português, uma língua africana e a língua que teria servido à intercompreensão dos africanos não colíngües.

O século XIX assiste a um novo deslocamento do eixo econômico, centrado então no vale do rio Paraíba, com o desenvolvimento da lavoura cafeeira. O deslocamento populacional será, pois, consequência natural do econômico, o que se vai somar a outros acontecimentos fundamentais, como a Independência e o processo de extinção do trabalho escravo.

O Censo de 1890 permite avaliar a evolução demográfica no período:

brancos . . . . .	6.302.198
índios e mestiços . . . . .	5.934.291
negros . . . . .	2.097.426
Total . . . . .	14.333.915

Evidentemente, a distribuição geográfica desses totais não era homogênea. O Sudeste, que a partir de então se constituiu no centro econômico do país, passa a atrair os maiores contingentes, o que em pouco tempo irá transformá-lo na região demograficamente mais importante.

Cabe lembrar que desde essa época há proporcionalmente um número maior de brancos concentrados no Sudeste, ao passo que negros e mestiços predominam no Nordeste (Hasenbalg, 1979).

O grupo branco cresceu cerca de 500%, o que ainda se deve à imigração portuguesa e ao crescimento vegetativo. O impacto lingüístico

do português europeu foi mais importante em certas áreas do que em outras, como no caso do Rio de Janeiro, que desde a chegada da Corte, em 1808, foi um dos pólos de atração de imigrantes. Entre os brancos, cumpre salientar que é nesse século que se inicia propriamente a imigração européia não-portuguesa, cuja importância relativa também dependerá da região.

O crescimento do grupo de mestiços foi o maior, ficando em torno de 800%. O português era ao menos uma das línguas nativas do grupo, que se alocava fundamentalmente nos estratos inferiores e com certeza predominava nas zonas rurais.

O Censo não indica os números respectivos de índios integrados e mestiços; sabemos, contudo, que em 1869 o contingente indígena foi orçado em 215 mil indivíduos (Houaiss, 1985). Portanto, em 1890, esse número não ultrapassaria 250 mil pessoas, o que significa que a taxa de crescimento indígena ficou em torno de 0%.

Apesar de haver nesse total uma parcela falante de português (principalmente na costa), a maioria era lingüisticamente nheengatu, localizada na região amazônica, tendo o português no máximo como língua de intercurso, quando não era o próprio nheengatu a ser utilizado.

O crescimento do contingente negro deve ser avaliado com maior cautela. Ao contrário do que sucedeu com os demais grupos étnicos, a curva demográfica não foi sempre ascendente: ela se apresenta ascendente até cerca de 1850, quando começa a cair. O fato, evidentemente, está ligado à extinção do tráfico negreiro. Esse tráfico tomou proporções assustadoras na primeira metade do século, apesar de proibido. A importação se fazia principalmente da região do golfo do Benin para a Bahia (zona de línguas kwa, especialmente ioruba) e de Angola para o Rio de Janeiro.

Em torno a 1850, calcula-se que o total de escravos ficou entre 2.000.000 e 2.500.000, não sendo mais de 800 mil os beneficiados pela Lei Áurea em 1888.



Os números do Censo, como é óbvio, incluem ex-escravos e negros já livres à época da Abolição. O que é importante destacar, do ponto de vista lingüístico, é que, embora o ioruba tivesse sido amplamente utilizado como língua geral entre os escravos baianos, o número de crioulos já ultrapassava com certeza o de africanos entre os negros livres ou escravos.

O problema crucial é conhecer a língua ou línguas desses escravos crioulos no século XIX. Dependendo do comportamento desse contingente, a importância relativa dos idiomas africanos ou dos hipotéticos *pidgins* e crioulos aumenta ou diminui.

Recapitulando esquematicamente, os quatro séculos de história do Brasil que passamos em revista teriam tido – repisando que esse cálculo é apenas uma tentativa aproximada de reconstrução que está longe de ser precisa – a seguinte configuração sociolingüística:

Século XVI			Século XVIII		
Índios	50%	Línguas gerais	Índios	9%	Línguas gerais
Branços	30%	Português	Branços	30%	Português
Negros	20%	5% qb. 5% qc. 10% diversas línguas nígero-congolesas não-bantos (doravante NC)	Africanos	21%	3% qb. 3% qc. 3% umb. 2% outros bantos 10% NC
Século XVII			Negros crioulos	21%	?
Índios	25%	Línguas gerais	Mestiços	19%	?
Branços	33%	Português	Século XIX		
Negros africanos	22%	5% qb. 5% qc. 4% umb. 8% NC	Índios	2%	(Línguas gerais, port. etc.)
Negros crioulos	10%	?	Branços	45%	Português
Mestiços	10%	?	Africanos	4%	Diversos bantos e NC
			Negros crioulos	9%	?
			Mestiços	40%	?

## Língua e escravidão

Ainda há pouco consenso entre os lingüistas sobre a verdadeira natureza dos processos de *pidginização* e crioulição e sobre o próprio caráter dos *pidgins* e crioulos. Há, contudo, um aspecto que é unanimemente atribuído aos *pidgins* e crioulos: a simplificação.

Uns acreditam que essa simplificação advém do próprio processo de formação de *pidgins*, como algo intencionalmente provocado pelos falantes da língua-base; outros a atribuem ao pequeno *input* da língua a ser aprendida; há também os que ligam a “redução” na complexidade gramatical dos *pidgins* à sua redução funcional etc.

Os crioulos, como *pidgins* nativizados, naturalmente expandem sua complexidade estrutural, mas ainda conservam marcas da simplificação, principalmente se confrontados com a língua-base.

Ora, é precisamente simplificação da gramática o que detectamos estar ocorrendo na sintaxe do português do Brasil, embora não se possa falar em influência banta. Além disso, podemos constatar que há um *continuum* entre o que deve ter sido o português dos escravos, representado direta ou indiretamente, e o português popular contemporâneo, o que sugere o processo de “correção”, convergência ou mesmo descrição.

É, pois, suficientemente seguro afirmar que as estruturas lingüísticas do PPB derivam historicamente de uma espécie lingüística crioula, ou ao menos criouliçada, uma vez que não há como explicar essa simplificação sintática de outra forma.

Tomando os quadros sociolingüísticos estimativos aqui traçados para os quatro séculos de escravismo, verifica-se que o percentual de falantes nativos de português mantém-se em torno de 30% nos três primeiros séculos e cresce para 45% no século XIX, enquanto o de falantes nativos de línguas africanas fica em torno de 20% nos três séculos iniciais, caindo para 4% no último.

Ora, não seria plausível tentar explicar a convergência apenas com o quadro que se apresenta no século XIX, ou seja, com a redução brusca do número de africanos, até porque ela só se dá com o fim do tráfico, em 1850. Para que houvesse esse *continuum* foi necessária a presença de um contingente intermediário entre a língua-base ou padrão (no caso, o português europeu, popular ou não) e a “língua de negro”. E esse contingente é exatamente a população crioula, tanto negra quanto mestiça.

Se observarmos que o crescimento desses contingentes vai de 0% (idealizado) no século XVI a 20% no século XVII, passando para 40% no século XVIII e alcançando finalmente 49% no século XIX, não ficará difícil perceber aí as razões demográficas do processo de convergência, precisamente devido à *não-adoção de uma língua africana como primeira língua pela população crioula*.

Se os negros crioulos e os mestiços tivessem adotado uma língua africana como língua

materna, com certeza a situação lingüística brasileira seria muito diferente: ainda haveria sobrevivências dessas línguas, talvez até em grande escala, superando o português, e não teria havido convergência por não ter havido dialetos intermediários entre o português maximamente adaptado e o português-padrão.

Ainda há duas hipóteses a serem consideradas: ou os crioulos negros e mestiços foram falantes nativos de português, ou nativizaram um *pidgin* de base portuguesa, independentemente do local de surgimento desse *pidgin* (Brasil, África ou Portugal).

Para alguns crioulistas, um crioulo é necessariamente um *pidgin* nativizado. Não entrarei no mérito dessa conceituação, dado o limite do presente estudo. Importa destacar, no entanto, que estou considerando espécie lingüística crioula ou criouliçada tanto os crioulos oriundos de *pidgin* quanto as formas denominadas semicrioulos, pós-crioulos, criouloídes, jargões e línguas mistas por Holm (1988), que englobam a “hibridização secundária” de Whinnom (1971).

A hipótese de um *pidgin* de base portuguesa falado no Brasil para permitir a comunicação entre senhores e escravos me parece profundamente destituída de sentido. Em primeiro lugar, não é tão pacífico que os senhores tivessem tanta necessidade de se comunicar com *todos* os seus escravos. Parece mais lícito acreditar que essa comunicação se podia fazer indiretamente, por intermédio dos feitores e capatazes. Há, inclusive, referências constantes aos negros ladinos (ou seja, já falantes de português) como aqueles que eram destacados precisamente para esse serviço de capatazia.

Por outro lado, os quadros populacionais nos revelam que os portugueses não constituíram de fato uma *minoría* lingüística; pelo contrário, exceto durante o século XVI, quando houve predomínio das línguas gerais, a língua portuguesa foi sempre a língua com maior percentual de falantes nativos no total da população. Além disso, do ponto de vista estratificacional e da distribuição geográfica, o português foi a língua com maior raio de penetração.



Se a existência de minorias lingüísticas com o controle do poder sócio-econômico é uma condição social da *pidginização*, a situação brasileira não propiciou a formação de *pidgins*.

Outra condição social reclamada pela *pidginização* é a estabilidade da situação de contato. Não me parece ter havido essa estabilidade na sociedade escravista, tanto pela alta movimentação interna de contingentes escravos, quanto pelas sempre muito altas taxas de mortalidade – o que acarretava a importação de novos africanos unilingües que teriam de começar a aprender o português –, além das próprias condições de vida nos engenhos, da não-constituição plena de famílias escravas etc.

Também não temos notícia, ao menos até onde vai meu conhecimento, de qualquer referência, ainda que implícita, a esse *pidgin* na literatura relativa à Colônia. Se o *pidgin* teria sido utilizado entre brancos e negros, seria ao menos plausível esperar alguma menção a ele, uma vez que seria explicitamente conhecido como língua destinada à comunicação com os escravos.

Além disso, há um fato lingüístico que também nos faz rejeitar a hipótese do *pidgin*: a inexistência de qualquer aspecto no PPB que seja de fato uma inovação sintática. O que há é apenas a simplificação, seja por analogia a um padrão já existente, seja por supressão de regras.

Se uma das características básicas atribuídas a *pidgins* e crioulos é possuírem elementos não-deriváveis das línguas que concorreram para sua formação, fica patente que o PPB não teve um *pidgin* em sua gênese.

Conclui-se, portanto, que os africanos se comunicaram com as camadas livres e os escravos crioulos em português, embora com pouca proficiência nessa língua, caracterizada por uma certa instabilidade dos padrões utilizados e pela influência das línguas nativas – o substrato –, e que a população crioula negra e mestiça foi exclusivamente falante nativa do português, não adotando as línguas africanas. O fato, porém, de estar sociolingüísticamente entre o PP e o português crioulo dos es-

cravos fez com que esse contingente incorporasse e desse expansão aos aspectos simplificados da gramática – mas que não comprometiam a comunicação com os falantes-padrão –, às adaptações fonológicas de baixo rendimento e pouca integração – que, da mesma forma, não comprometiam a inteligibilidade geral do idioma – e aos empréstimos lexicais.

O predomínio desse grupo no âmbito rural – cujos falares têm conexão histórica direta com o português popular – é mais uma evidência desse fato.

Se se considera influência não apenas a transferência de elementos de uma língua a outra, mas qualquer fator que interfira no resultado de um processo, é forçoso admitir que houve influência dos falantes africanos no português do Brasil.

Em relação à situação lingüística no interior do grupo escravo, sabemos que as línguas africanas foram mantidas entre os colingües. O costume de separar os escravos em nações quando da promoção de batuques, tanto urbanos quanto rurais, é uma prova dessa conservação.

Contudo, a importância relativa de cada um desses grupos no quadro geral com certeza diferiu. Como foi dito, o quimbundo e o quicongo predominaram, seguidos pelo umbundo. O ioruba, particularmente na Bahia, e o jeje (ewe ou fon) no Maranhão tiveram também um papel relevante.

O alçamento de uma dessas línguas à língua geral, entendendo-se por língua geral a língua utilizada nas comunicações interétnicas ou internacionais (como o inglês o é atualmente), é que não pode ser tido como certo, com exceção, parece, do ioruba na cidade de Salvador durante o século XIX.

Como se pode verificar pelo quadro fornecido na seção precedente, houve grande fragmentação entre os falantes de línguas africanas, o que não dá margem à adoção de uma dessas línguas pelos demais grupos, até porque teria faltado o que via de regra é necessário para que uma língua se torne geral: o poder político-econômico de um grupo sobre outros

(como ocorre com o inglês), o que certamente foi neutralizado pela escravidão comum.

É claro que as línguas com maior contingente de falantes destacaram-se na situação geral, mas sempre como línguas intragrúps. Assim, um dos principais papéis sociais desempenhados por línguas africanas no Brasil foi o de possibilitar a constituição dos candomblés de várias “nações” da África, baseados na identidade lingüística, como Congo (quicongo), Angola (quimbundo), Queto (ioruba), Mina (jeje) e Malê (hauçã).

Convém notar, todavia, que, embora um percentual ponderável de negros crioulos e mestiços devesse participar dessas comunidades, estes não foram capazes de manter a tradição lingüística, fazendo com que fosse herdada de gerações posteriores.

Essas línguas funcionam contemporaneamente, e já deviam assim ter funcionado no passado, apenas como línguas litúrgicas, sem que os membros dos terreiros, à exceção de um ou outro, exceções essas que já rareiam, tenham nelas qualquer proficiência.

Quanto à comunicação entre os não-colingües, é muito provável que ela se tenha dado no mesmo português crioulo – a língua de negro – que servia de instrumento comunicativo entre escravos e os estratos livres.

Como a proficiência em português desses escravos nunca deve ter sido incrementada, diversas formas de interação social que só uma língua comum propicia sofreram um sério impedimento. A política de segregação lingüística ideada pelos europeus como técnica de controle social teve com certeza um resultado positivo em muitas situações, principalmente fora dos centros urbanos.

É importante, todavia, chamar a atenção para um ponto ainda obscuro da história lingüística do escravo negro. Sabemos que nas regiões que correspondem à antiga zona do garimpo e em suas adjacências registram-se espécies lingüísticas, por vezes consideradas crioulos ou dialetos crioulos, cuja natureza precisa ainda não se descobriu. O que singulariza essas espécies lingüísticas é que, contrariamente ao que ocorre com os crioulos co-

nhecidos, seu léxico não deriva da língua do povo econômica ou politicamente dominante, mas de línguas bantas, ou seja, dos povos dominados.

Para postular uma relexificação de um antigo crioulo português seria preciso explicar por que, então, não foram as línguas africanas readotadas, formando uma espécie de crioulo banto – o que seria plenamente possível.

Acredito ser mais plausível pensar exatamente num *pidgin* de base banta – daí essas línguas possuírem um vocabulário derivado das três línguas supracitadas – surgido na antiga região mineira, destinado à comunicação entre escravos não-colingües – daí a morfossintaxe dessas línguas ser portuguesa, língua em que tinham alguma proficiência –, mas que não devia ser compreendido pelos brancos. Vale ressaltar que as línguas bantas em geral, e particularmente as três a que me referi, por serem faladas em regiões próximas na África, têm um léxico básico comum, o que facilitaria a formação desse *pidgin*.

Quatro fatos podem servir de apoio à hipótese: em primeiro lugar, há referências de que havia entre os escravos, seja diretamente, seja em forma de lenda (Machado Filho, 1985), uma linguagem particular em que podiam falar qualquer coisa sem que os senhores descobrissem, como combinar fugas, roubos etc.

Em segundo lugar, é importante notar que as comunidades que conservam essas espécies lingüísticas têm o português como língua nativa, o que absolutamente não é característico de comunidades que falam uma língua crioula. Ao contrário, esse bilingüismo é precisamente peculiar aos grupos que, tendo uma língua nativa, conservam um *pidgin* para situações especiais de comunicação. Além disso, essas línguas parecem ter um vocabulário muito reduzido e de amplo campo de emprego, o que também caracteriza os *pidgins* por oposição aos crioulos.

Em último lugar, o ambiente das antigas minas, que de fato colocou em contato estreito diversos grupos lingüísticos, propiciou condições mais favoráveis ao estabelecimento de



*pidgins* do que os engenhos, cuja dispersão e menor intensidade de contato social prejudicaram a *pidginização*.

Restaria analisar o caso dos quilombos. Infelizmente, são escassas as informações disponíveis sobre essas organizações. O que parece certo, em termos lingüísticos, é que a língua portuguesa teve uma circulação no seu interior, devido ao fato de estas organizações estarem circunscritas a uma sociedade onde o português predominava, e também por serem forçadas a um intercâmbio com essa sociedade. Esse fato deve ter sido ainda mais característico dos quilombos surgidos do século XVIII em diante, quando o número de crioulos já era mais significativo.

No caso clássico de Palmares, talvez tanto o português quanto uma ou mais línguas bantas (mais provavelmente o quimbundo) tenham detido alguma função no complexo lingüístico do quilombo. Ainda é cedo, contudo, para qualquer afirmação definitiva, pelo que prefiro ficar nessas considerações superficiais.

Sinteticamente, a história lingüística da escravidão brasileira assistiu desde cedo ao domínio da língua portuguesa, cujos falantes nativos detinham o poder político e econômico. As línguas gerais indígenas se mantiveram relativamente bem afastadas dos núcleos onde o português dominava, tendo sua história basicamente ligada à atuação jesuítica e bandeirante, o que as levou à extinção, não chegando a interferir no processo da escravidão negra. As línguas africanas não lograram êxito no conflito com o português, sendo fundamentalmente restritas ao âmbito intragrupal dos seus próprios falantes nativos. Sem sombra de dúvidas, o fator decisivo para a afirmação desse estado de coisas foi a assimilação lingüística da população crioula negra ou mestiça, que tornou sua assimilação social mais fácil devido ao sentimento de superioridade, uma vez que a hierarquia social tinha uma correlata hierarquia de línguas, contribuindo para a diminuição da capacidade de revolta da população escrava em geral e para dificultar o estabelecimento de um vínculo ideológico entre crioulos e africanos.

## Um gênero crioulo

A cisão lingüística que se observa entre os contingentes crioulo e africano tem implicações diretas e profundas na gênese da poesia afro-brasileira.

A não-adoção das línguas africanas como línguas maternas pelas gerações descendentes de africanos provoca, além de outras consequências, uma ruptura com o conhecimento armazenado só transmissível lingüisticamente. A assimilação lingüística representa a perda da memória coletiva, ao menos no que tange ao seu acervo literário: mitos de fundação, epopeias históricas, genealogias, tradições de família e linhagem, fórmulas rituais, adivinhas, provérbios, poemas líricos, sátiras etc.

Sem pretender discutir que espécies de consequências sociais e ideológicas a inacessibilidade aos conteúdos desse patrimônio pôde produzir, é fácil perceber que os procedimentos formais da composição poética afro-brasileira primitiva não puderam ser herdados à poesia africana.

É óbvio que diversos elementos das técnicas compositivas musicais ou coreográficas, que, como foi dito, prescindem da língua como veículo de transmissão, acham-se atualmente incorporados ao conhecimento técnico da música e dança populares, como o canto nasalado, a síncope, a escala de sétima abaixada, a umbigada etc.

Os aspectos presentes na poesia afro-brasileira que se assemelham às técnicas observáveis no pequeno acervo precariamente conservado em língua africana — como alguns visungos e pontos de macumba — são precisamente consequências dos padrões rítmicos e melódicos, que independem dos processos mais especificamente poéticos (ou seja, lingüísticos), como a estrutura estrófica em distico ou quadra, a técnica responsorial e a própria ametricidade (uma vez que a música dessas peças dispõe preferencialmente de figuras de duração diferentes em número e posição diferentes em cada sequência de dois compassos).

Recursos como o da ataxe e o das figuras de repetição são universais e caracterizam em

regra os textos de curta extensão, não sendo, pois, necessário reclamar uma origem africana para explicar sua presença nesse acervo.

É importante ressaltar, inclusive, que os referidos textos em línguas africanas apresentam também uma maior variedade de recursos face aos da poesia afro-brasileira.

O constrangimento técnico e a acentuada homogeneidade dos gêneros afro-brasileiros são a prova mais contundente da ruptura com a tradição africana, ao mesmo tempo que apontam para a existência, na verdade, de apenas um gênero – e não quatro como foi teoricamente estabelecido –, surgido nos primeiros momentos da história artística da escravidão, simultaneamente ao aparecimento do escravo crioulo.

Esses escravos, inicialmente participando das rodas de batuques dos africanos, assimilaram o aparato técnico-compositivo da música e da dança africanas, “criando” a poesia afro-brasileira, cujo aspecto formal consiste dos seis itens (de *a* a *f*) já referidos no início deste artigo.

Posteriormente, conforme a literatura registra, essas rodas de batuque foram ganhando espaço entre mestiços e negros livres (quase sempre nascidos no Brasil) e até entre os brancos pobres. Esse contato vai coincidir com a incorporação paulatina dos aspectos apontados nos itens de *g* a *m*, característicos da poesia popular portuguesa.

O poder de expansão dessa forma artística na sociedade brasileira foi de fato muito amplo, uma vez que quase todas as modalidades de danças de roda populares derivam desses batuques antigos, assim como outros gêneros, entre os quais o do samba urbano carioca, também desenvolvidos a partir da técnica dos batuques.

Essa expansão tem uma razão lingüística: como o fundamento dos batuques é a própria atividade recreativa – o canto, a música, o ritmo e a dança em si mesmos –, o desconhecimento das línguas africanas e do conteúdo das peças, por conseguinte, não descaracterizou o gênero lúdico nem prejudicou sua funcionalidade, exatamente o inverso do que ocorreu com os gêneros érgico e dramático.

Com efeito, os cantos de trabalho africanos, se chegaram a ser introduzidos no Brasil, não deixaram herança. As peças em português cantadas durante o trabalho dos carregadores, remeiros, pescadores e outros são as mesmas que se cantam nos batuques, tanto formal quanto tematicamente. Não podemos vislumbrar nelas qualquer caráter ritual ou propiciatório, sendo talvez essa própria ausência de função específica, causada pela não-continuidade da tradição e decorrente, por sua vez, da não-continuidade lingüística, o motivo central do seu processo de extinção. Os vissungos, que parecem ser cantos de trabalho em grande parte, não só porque se conservam numa regição lingüisticamente especial (a dos *pidgins* de base banta), mas principalmente por sua total disparidade formal com a poesia afro-brasileira, são um caso à parte.

As peças inseridas nos autos e cortejos bailados são também peças de batuques, valendo lembrar que diversas são documentadas nos dois contextos. Assim como no caso dos cantos de trabalho, a interrupção da tradição lingüística não permitiu que os escravos crioulos assimilassem o conteúdo épico dos autos africanos originais, o que tornou possível a ação perversora da Igreja, que adaptou-os aos modelos ibéricos, descaracterizando-os por completo, a ponto de se tornarem, muitos deles, a própria chacota de Estados e reis africanos, particularmente no episódio histórico da Rainha Nzinga. Cumpre observar que o auto dos quilombos, evidentemente não-oriundo de autos africanos, em tudo se identifica com o gênero lúdico.

Em relação ao gênero litúrgico, a situação foi um pouco diferente. Como foi dito, as línguas africanas tiveram um papel preponderante nas comunidades que se formaram em torno de atividades rituais. Como a função das peças poéticas nesses contextos independe ou pode independe do seu sentido, a conservação de textos africanos foi francamente regular, o que pode ser verificado contemporaneamente, a exemplo do que ocorria com as peças latinas em ritos católicos. Quando, porém, houve necessidade de se incorporarem aos rituais enti-



dades não-africanas como os caboclos, o boia-deiro, os pretos velhos e o povo da rua, as peças que a eles se referem foram compostas em português, com os recursos técnicos tomados ao batuque primitivo.

Mais tardiamente, quando da introdução das entidades iorubas e da ascensão social desses cultos, é que se compuseram peças para os orixás – já utilizando um vocabulário cristão e técnicas da poesia popular portuguesa – e se expandiu o acervo de textos das outras entidades – com o recurso às mesmas técnicas portuguesas –, sempre no sentido de captarem valores cristãos, como se pode notar em diversos pontos de preto velho e caboclo em terreiros urbanos de umbanda, que diferem profundamente do estilo “rural” e aparentemente sem nexos das peças tradicionais.

É interessante observar que o repertório litúrgico não é periodicamente renovado, co-

mo o lúdico. A expansão do acervo só se fez quando historicamente necessária e, uma vez supridas as “deficiências”, retornou-se à estabilidade típica do gênero.

A poesia afro-brasileira é, pois, uma criação eminentemente crioula, originada no momento da cisão linguística entre escravos africanos e seus descendentes. Sua função primitiva foi unicamente lúdica, função essa irradiada, inclusive, para os cantos de trabalho e as peças dramáticas. A história desse gênero crioulo marca fundamentalmente a descontinuidade das tradições poético-linguísticas entre um mundo e outro. A história poética dos escravos africanos, que ficaram à margem do processo, cantando para si e entre si, ainda permanece calada no enigma dos seus textos indecifrados, cujo sentido tem de vir à luz até para que, talvez, um dia, se possa medir a profundidade desse silêncio.

## BIBLIOGRAFIA

- BICKERTON, Derek. (1977), “Pidginization and creolization: language acquisition and language universals”. In A. Valdman (ed.), *Pidgin and creole linguistics*, Bloomington, Indiana University Press, p. 49-69.
- BYNON, Theodora. (1981), *Linguística histórica*. Tradução de José Melena, Madri, Ed. Gredos.
- CAMARA JR., J. Mattoso. (1972), “Línguas européias de ultramar: o português do Brasil”. In J. Mattoso Camara Jr., *Dispersos*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- . (1985), *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Ed. Padrão.
- CARREIRA, António. (1981), “Situação das pesquisas acerca do tráfico em Portugal”. In Unesco, *O tráfico de escravos negros: séculos XV-XIX*, tradução de Antonio Luz Correia, Lisboa, Edições 70.
- CASTRO, Yeda Pessoa de. (1980), *Os falares africanos na interação social do Brasil-Colônia*. Salvador, UFBA.
- COSERIU, Eugênio. (1977), *Sincronia, diacronia e história*. Tradução de Carlos Fonseca e Mário Ferreira, Rio de Janeiro/São Paulo, Ed. Presença/Eduap.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. (1987), *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Ed. revista, Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- DALBY, D. (1982), “Mapa linguístico da África”. In Ki-Zerbo (org.), *História geral da África*, vol. I (Metodologia e pré-história da África). Tradução de Beatriz Turqueti et alii, São Paulo, Ática, p. 325-31.
- ELIA, Sívio. (1979), *A unidade linguística do Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Padrão.
- FOLEY, William. (1989), “Language birth: the processes of pidginization and creolization”. In Frederick Newmeyer (ed.), *Linguistics: the Cambridge survey*, Cambridge, Cambridge University Press, p. 162-83.
- HASENBALG, Carlos. (1979), *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Tradução de Patrick Burglin, Rio de Janeiro, Ed. Padrão.
- HOLM, John. (1988), *Pidgins and creoles*. Cambridge, Cambridge University Press, 2 vols.

- HOUAISS, Antônio. (1985), *O português no Brasil*. Rio de Janeiro, Unibrade.
- KUKANDA, Vatomene. (1974), *Esquisse grammaticale du kimbundu*. Monografia apresentada para a obtenção do grau de licenciado em Filosofia e Letras, Universidade Nacional do Zaire, mimeo.
- LAMAN, K. E. (1964), *Dictionnaire kikongo-français: avec une étude phonétique décrivant les dialectes les plus importants de la langue dite kikongo*. Londres, Gregg Press.
- MACHADO FILHO, Aires da Mata. (1985), *O negro e o garimpo em Minas Gerais*. Belo Horizonte/São Paulo, Ed. Itatiaia/Edusp.
- MARTINET, André. (1955), *Économie des changements phonétiques*. Berna, Francke.
- MELO, Gladstone Chaves de. (1981), *A língua do Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Padrão.
- MENDONÇA, Renato. (1933), *A influência africana no português do Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Sauer.
- RAIMUNDO, Jacques. (1933), *O elemento afro-negro na língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Ed. Renascença.
- RÉVAH, I.S. (1963), "La question des substrats et superstrats dans le domaine linguistique brésilien". *Romania*, n. 84, p. 433-50.
- RODRIGUES, Aryon. (1986), *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo, Ed. Loyola.
- SAPIR, Edward. (1954), *A linguagem: uma introdução ao estudo da fala*. Tradução de J. Mattoso Camara Jr., Rio de Janeiro, INL.
- SILVA NETO, Serafim da. (1986), *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Presença.
- TINHORÃO, José Ramos. (1988), *Os sons dos negros no Brasil*. São Paulo, Ed. Art.
- VALENTE, José Francisco. (1964), *Gramática umbundu: a língua do centro de Angola*. Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.
- WEINREICH, Uriel. (1979), *Languages in contact: findings and problems*. Haia, Mouton.
- WHINNOM, Keith. (1971), "Linguistic hybridization and the 'special case' of pidgins and creoles". In Dell Hymes (ed.), *Pidginization and creolization of languages*. Cambridge, Cambridge University Press, p. 91-115.

## SUMMARY

### The origins of Afro-Brazilian poetry: linguistic influences

The article analyzes to what extent some aspects of the linguistic history of black slaves in Brazil have influenced the genesis and development of their poetic art, designated Afro-Brazilian poetry.

Based on the finding that genres of Afro-Brazilian poetry display a common formal foundation and that these genres begin to incorporate technical resources from popular Portuguese poetry when they are adopted within urban environments and by non-slave classes, it was hypothesized that this is historically related to the linguistic assimilation of the black slave.

An analysis of linguistic data at the lexical, pho-

nological, and syntactical levels shows that current popular, rural Brazilian Portuguese is located at an intermediate point between 'Black Portuguese' and standard Portuguese and is derived historically from the former by a process of de-creolization.

Data on historical demographics register the growth of the mulatto population and the shrinking of the African population, ratifying linguistic findings.

On the basis of this evidence, it is concluded that Afro-Brazilian poetry appears precisely among native-Portuguese-speaking mulatto, black, or mestiço slaves, characterizing a process of rupture with African poetic-linguistic continuity.



## RÉSUMÉ

### Les origines de la poésie afro-brésilienne: conditionnements linguistiques

L'auteur de cet article cherche à analyser dans quelle mesure certains aspects de l'histoire linguistique des esclaves noirs du Brésil ont pu influencer la genèse et le développement de l'art poétique qui leur est propre et qui porte le nom de poésie afro-brésilienne.

Les genres de la poésie afro-brésilienne présentent un fond formel commun et, à mesure que ces genres sont adoptés en milieu urbain par les classes non esclaves, ils incorporent peu à peu des recours techniques propres à la poésie populaire portugaise. En constatant ce fait, l'auteur émet l'hypothèse qu'il est historiquement lié à l'assimilation linguistique des esclaves noirs.

L'analyse des données linguistiques, aussi bien au niveau lexical, phonologique que syntaxique, permet de démontrer que le portugais populaire et rural parlé

actuellement au Brésil se situe à un point intermédiaire entre le "portugais des noirs" et le portugais standard. Il a dérivé du premier par un processus par lequel se sont peu à peu effacées ses caractéristiques de langage propre aux noirs nés au Brésil.

Les données fournies par la démographie historique ratifient les constatations linguistiques puisqu'elles enregistrent la croissance de la population noire née au Brésil et la diminution de la population africaine.

Basé sur de telles preuves, l'auteur conclut que la poésie afro-brésilienne a vu précisément le jour parmi les esclaves dont la langue maternelle était le portugais, qu'ils soient des noirs nés au Brésil ou des métis. Elle représente donc un processus de rupture par rapport à la tradition poétique et linguistique africaine.

# CARACTERÍSTICAS SOCIAIS DOS TRABALHADORES INFORMAIS: O CASO DAS ÁREAS METROPOLITANAS NO BRASIL\*

*Edward E. Telles\*\**

\* A tradução do original inglês "The social characteristics of informal workers: the case of Brazilian metropolitan areas" é de autoria de Carlos Alberto Medeiros.

\*\* Professor de sociologia da Universidade da Califórnia, Los Angeles, e professor visitante da Unicamp.

## Introdução

Grande parte da população urbana brasileira, em rápido crescimento, tem sido excluída do moderno desenvolvimento industrial do país (Cacciamalli, 1988; Hirata e Humphrey, 1989; Merrick e Graham, 1979; *Veja*, 1989). Muitos trabalhadores brasileiros têm sido absorvidos pelo mercado de trabalho dito informal, desprotegido ou oculto, que são as várias denominações que recebe.<sup>1</sup> O setor de trabalho informal é muitas vezes considerado uma forma de subemprego que possibilita que os países em desenvolvimento mantenham taxas de desempenho desorientadoramente baixas (De Soto, 1989; Roberts, 1989b; Portes, Blitzer e Curtis, 1986; Marshall, 1987). Embora grande dose de esforço tenha sido despendida na busca de uma definição do modo como os mercados de trabalho formal e informal se estruturam e de como a absorção de trabalhadores está ligada ao desenvolvimento, pouco se sabe das características que distinguem os trabalhadores de ambos os setores.

Este artigo examina a extensão em que fatores sociais como educação, gênero, idade, raça e situação de migrante influenciam a inserção dos indivíduos no setor de trabalho formal ou informal nas áreas metropolitanas brasileiras. Os poucos estudos que analisam as características sociais dos trabalhadores informais geralmente são bivariados e baseados na evidência empírica de levantamentos realizados à base de pequenas amostras, geralmente representativas de um único bairro, indústria ou área urbana. Através da análise multivariada de dados do Censo de 1980, este estudo busca superar tais limitações apresentadas em trabalhos anteriores.

## 'Background' teórico

Um pressuposto comum entre os economistas tanto neoclássicos quanto marxistas é que os candidatos a empregos nas áreas urbanas dos países em desenvolvimento geralmente buscam trabalho assalariado de tempo integral.



Em consequência, afirmam os economistas, o setor informal compõe-se daqueles malsucedidos, predominantemente com baixo nível educacional, e/ou de migrantes recentes para o mercado de trabalho urbano. Trabalhadores com pouca instrução freqüentemente são considerados não-empregáveis pelas empresas do setor formal em razão de sua alegada instabilidade no desempenho de tarefas ou no aprendizado de modernos hábitos de trabalho. Presumivelmente, a instrução é o principal critério pelo qual o mercado de trabalho filtra o excesso de oferta de trabalhadores, dirigindo os excedentes para o setor informal (Todaro, 1985).

Estudos mais antigos sobre a economia urbana dos países em desenvolvimento mostram que os migrantes recentes, com ênfase naqueles de origem rural, também estão altamente representados no setor informal. Depois da chegada, os migrantes tornam-se cada vez mais familiarizados com os mercados de trabalho locais e conseqüentemente vêem aumentar suas chances de obter emprego no setor formal (Harberger, 1971; Roberts, 1978; Todaro, 1969). Pelo menos um estudo, entretanto, apontou para o fato de que os nativos, na verdade, podem ter tantas probabilidades quanto os migrantes de participar do setor informal em razão de seu maior acesso a determinados setores da economia informal (Roberts, 1989a). Muitos estudos têm enfatizado os migrantes "rurais" pelo fato de seu conhecimento do emprego industrial urbano precisar ser obtido, em geral, depois da chegada, ao lado do conhecimento das particularidades do mercado de trabalho local que todo migrante deve conseguir. Entretanto, no Brasil e em grande parte da América Latina, as áreas rurais abrangem proporções cada vez menores das populações nacionais e, conseqüentemente, a migração de uma área urbana para outra tem se tornado a principal forma de migração (Martine e Camarano, 1984). Assim, no Brasil e gradualmente em outros países em desenvolvimento, a migração de uma área urbana para outra é o modo prevaiente. Trata-se também de um setor sobre o qual pouco se sabe, espe-

cialmente se comparado à migração de áreas rurais para urbanas.

Até recentemente os analistas do desenvolvimento prestavam pouca atenção ao papel das mulheres, dos jovens e das minorias raciais-étnicas nos mercados de trabalho dos países em desenvolvimento. Nos Estados Unidos, esses grupos têm-se mostrado particularmente vulneráveis à discriminação e à exploração no trabalho. Em consequência, tais trabalhadores tornaram-se candidatos potenciais ao trabalho no setor informal dos Estados Unidos (Fernandez-Kelley, 1983; Sassen-Koob, 1984). De modo semelhante, na América Latina, o gênero (Benería e Roldan, 1987; Gonzalez, 1986; Hirata e Humphrey, 1989; Jelin, 1980) e a idade (Prealc, 1978; Roberts, 1989a) estão sendo cada vez mais reconhecidos como determinantes fundamentais da participação no setor informal. Infelizmente, o fator raça tem sido praticamente ignorado no estudo do setor informal na América Latina.

Os empregadores do setor formal muitas vezes preferem os homens por pressuporem que estes se dedicam mais ao trabalho e podem executar as tarefas pesadas exigidas em certas circunstâncias (Anker e Hein, 1985). Há uma evidência contrastante apontando uma crescente preferência por mulheres nas "indústrias leves", setor que está em expansão, na crença de que as mulheres são, de fato, mais confiáveis (Benería e Roldan, 1987). As mulheres são geralmente consideradas trabalhadores secundários (aqueles que não são chefes de família) porque, por seu *status* de esposa, são vistas como provendo uma renda complementar para a família. Conseqüentemente, as esposas trabalhadoras são percebidas como menos comprometidas com o emprego formal remunerado e são forçadas a encontrar um emprego informal. No Brasil, contudo, uma ampla e crescente proporção de mulheres é mãe solteira ou vive sozinha, e grande parte de suas vidas se passa na situação de solteira, divorciada ou viúva (Goldani, 1989). Assim, muitas mulheres no Brasil tornam-se trabalhadores primários (aqueles que são chefes de família), mas participam, como se tem mostra-

do, do setor informal (Jelin, 1980; Taube, 1986). O grau em que sua participação depende de sua situação com respeito à família não é bem compreendido.

A situação de remuneração das mulheres na família, porém, é apenas uma explicação do motivo pelo qual elas podem estar no setor informal. As mulheres podem escolher o trabalho informal porque este permite maior flexibilidade quanto ao número de horas de trabalho e facilita que se entre e saia da força de trabalho remunerada. Isso permite que as mulheres equilibrem as tarefas domésticas que lhes são atribuídas com o trabalho fora de casa e que possam ausentar-se por motivo de gravidez, cuidar das crianças ou outras demandas domésticas. Claramente, o número de horas que as mulheres devotam às tarefas domésticas é altamente variável e depende de uma série de fatores, incluindo se a família é nuclear ou ampliada, o estágio da família com relação ao ciclo de vida, o número e a idade das crianças, a disponibilidade de assistência de dentro ou fora do núcleo familiar e a renda de outros membros da família (Roldan, 1985). A disponibilidade de ajuda em tarefas domésticas pode ser particularmente limitada nas famílias pobres porque estas geralmente não podem pagar serviços pessoais ou tecnologia doméstica para poupar trabalho. Ao mesmo tempo, a necessidade, nas famílias pobres, de que as mulheres participem da força de trabalho é especialmente grande porque frequentemente sua renda é fundamental para a subsistência da família. Assim, há uma lamentável correlação positiva entre as tarefas domésticas e a necessidade de trabalhar. Finalmente, os empregos mais acessíveis às mulheres pobres e de baixa qualificação são muitas vezes aqueles do setor informal caracterizados como trabalhos de mulher, tais como os de empregada doméstica e costureira.

De modo semelhante, no que se refere à idade, os fatores colaterais tanto da demanda quanto da oferta de mão-de-obra são importantes. Embora a renda advinda do trabalho seja muitas vezes necessária para os jovens trabalhadores, frequentemente o trabalho re-

munerado não é fundamental em suas vidas e, por conseguinte, os jovens muitas vezes procuram empregos que lhes permitam ter tempo para outras atividades, inclusive a instrução e o lazer. Também a população economicamente ativa com menos de 20 anos é, em média, menos instruída que o restante de sua coorte porque os de maior escolaridade ainda estão frequentando os bancos escolares e, em consequência, não fazem parte da população economicamente ativa. Recentemente, porém, tem havido uma participação em rápido crescimento dos jovens na força de trabalho, devido principalmente às dificuldades econômicas enfrentadas por suas famílias e à incapacidade do sistema educacional em absorver todos aqueles que buscam instruir-se (Ribeiro e Barbosa, 1987). Finalmente, os jovens podem estar no setor informal porque os empregadores do setor formal os desprezam na crença de que têm pouco compromisso com o trabalho.

A literatura em inglês sobre relações raciais no Brasil tem sido escassa desde a década de 50, quando uma série de estudos, embora desmascarando o mito da democracia racial, relatou que as relações raciais no Brasil eram melhores que nos Estados Unidos (ver Skidmore, 1985, para um retrospecto da literatura sobre o assunto). No entanto, uma nova onda de pesquisa, na maior parte em português e amplamente baseada em estatísticas oficiais pela primeira vez disponíveis (particularmente o Censo de 1980), tem mostrado que os trabalhadores não-brancos<sup>2</sup> estão desproporcionalmente representados entre as classes sociais inferiores (Oliveira, Porcaro e Costa, 1983), recebem salários consideravelmente menores que os dos brancos (Silva, 1985) e têm menos mobilidade social do que estes (Hasenbalg, 1985).<sup>3</sup> Apesar da grande quantidade de trabalhos produzidos no Brasil sobre marginalidade e setor informal, pouco se sabe sobre a relação entre raça e setor informal. Um argumento comum que se ouve no Brasil tem um som familiar aos leitores de algumas antigas obras americanas sobre capital humano e se baseia na onda anterior (décadas de 40 e 50)



de literatura sobre relações raciais no Brasil. Ou seja, os modernos empregadores capitalistas selecionam seus empregados na base das qualificações e da produtividade dos candidatos; assim, o ato de empregar tende a ser cego em relação à cor. Se os trabalhadores não-brancos não recebem os benefícios dos empregos no setor formal é porque têm baixo nível educacional, tendem mais que os brancos a serem recém-chegados ao mercado de trabalho local e se concentram em áreas urbanas menos desenvolvidas.

### Trabalho no setor informal

A ausência de seguro-desemprego ou outros tipos de proteção social para a maioria dos trabalhadores do Terceiro Mundo, ao lado da falta de empregos em número suficiente, compele os desempregados em potencial a aceitarem empregos que oferecem pouca ou nenhuma segurança, baixa remuneração e poucas horas de trabalho. O crescimento da força de trabalho resultante do incremento natural, da migração proveniente de áreas urbanas e rurais e da crescente participação das mulheres enfraqueceu ainda mais a capacidade de absorção de mão-de-obra das economias urbanas do Terceiro Mundo, como é o caso do Brasil. Por outro lado, há o crescente reconhecimento de que mesmo grandes empresas do setor formal usam mão-de-obra informal, tanto diretamente (empregando-a) quanto indiretamente (através de subcontratação) (Portes e Sassen-Koob, 1987). Assim, muitos empregos do setor informal podem estar ligados ao moderno desenvolvimento industrial, tornando importante examiná-los, mais do que os empregos nas empresas do setor informal.

No mundo em desenvolvimento, o conceito de "mercado de trabalho formal-informal" tinha originalmente o objetivo de estabelecer a distinção entre os trabalhadores que são diretamente absorvidos pela moderna economia capitalista e a força de trabalho "excedente" que era forçada a lançar mão de expedientes ou formas de emprego "pré-capitalistas" (Souza e Tokman, 1976). Esse conceito de

setor informal substituiu o termo previamente usado, "marginal", que erradamente descrevia os pobres urbanos em virtude de suas condições de vida e o conseqüente alto nível de alienação, embora fizesse pouca tentativa de relacionar tais condições à política econômica mais ampla. Os critérios com respeito à formalidade do mercado de trabalho desde então têm ido além dessa definição vaga para abarcar muitas outras, desde as que enfatizam a produtividade das empresas até as que favorecem a estabilidade e a natureza assalariada do trabalho.

A definição de setor informal que hoje parece ter o maior consenso refere-se ao aspecto jurídico. Desde o primeiro estudo da OIT sobre o assunto, os analistas têm enfatizado a presença ou ausência de regulação pelo Estado, freqüentemente indicada pelo pagamento da seguridade social (Hart, 1973; Portes, 1985; Roberts, 1978). As categorias de emprego baseadas na ausência de seguridade social geralmente significam uma produção mais barata porque os trabalhadores não são cobertos pela legislação protetora, os empregados e os empregadores evitam os custos relativos aos benefícios de saúde e desemprego, os empregadores geralmente pagam menos que o salário mínimo e os atos de contratar e despedir podem ser feitos numa base informal. No Brasil, como no restante da América Latina, o acesso à seguridade social também caracteriza um contrato de trabalho oficialmente reconhecido assinado por empregadores e empregados (Merrick, 1976; Malloy, 1985; Portes, 1985).

Este estudo usa uma definição similar à de Portes e Castells (1989, p. 12):

"(...) um processo de geração de renda que se caracteriza por um único aspecto: o fato de não ser regulado pelas instituições da sociedade, num ambiente jurídico e social em que se regulam atividades similares".

Tal definição exclui o trabalho autônomo regularizado<sup>4</sup> e assim parece refletir o conceito de classe trabalhadora informal tal como definido no trabalho anterior de Portes (Portes, Blitzer e Curtis, 1986; Portes, 1985). No Brasil, essa definição é reforçada pela desco-

berta, baseada num intenso trabalho de campo etnográfico, de que a falta de pagamento da seguridade social, mais do que ocupação, indústria ou emprego autônomo, era de longe o melhor indicador para diferenciar os empregos entre os favelados e a média da população (Silva, 1981). Todos os trabalhadores domésticos remunerados também se colocam sob essa definição de setor informal, quer recebam ou não seguro social, porque mesmo as proteções da seguridade social que cobrem uma pequena parte deles são consideravelmente menos efetivas do que as oferecidas aos outros trabalhadores (Merrick, 1976).

### Dados e métodos

Os dados utilizados nesta análise vêm da amostra micronível de 3% do Censo de 1980 produzido pelo IBGE. Inclui toda a população economicamente ativa (exceto "Asiáticos" e "Outros"<sup>5</sup>) com renda positiva e empregada em empresas não-extrativas situadas nas nove maiores áreas metropolitanas do Brasil. A população economicamente ativa determina a idade de dez anos como o limite etário inferior e não inclui pessoas que atualmente freqüentam os bancos escolares. As nove áreas metropolitanas são aquelas consideradas como tal pelo Censo e representam 44% da população urbana do Brasil. Além disso, o crescimento populacional das áreas metropolitanas constitui não menos de 44% do crescimento total para o Brasil, enfatizando a importância cada vez maior dos grandes centros urbanos brasileiros (Martine e Camarano, 1984). O grau de confiabilidade e cobertura do Censo de 1980 é relativamente bom (em particular no que se refere às áreas metropolitanas) e reflete uma antiga tradição dos censos brasileiros e sua reputação internacional em matéria de coleta de dados.

Para definir o setor informal, utilizo as informações disponíveis no Censo de 1980 sobre proteção da seguridade social, um indicador dos direitos trabalhistas garantidos pelo Estado. A disponibilidade dessa variável torna a fonte de dados deveras singular, enquanto a

omissão das variáveis que medem a "falta de proteção" aos trabalhadores nas estatísticas da maioria dos outros países levou à subestimação da população economicamente ativa em formas de emprego abaixo do padrão (Portes, 1985; Roberts, 1978; Silva, 1981). Em suma, os trabalhadores do setor informal incluem todos os empregados domésticos remunerados e os trabalhadores que não pagam nem recebem os benefícios da seguridade social, exceto profissionais liberais ou administradores com alto nível educacional.<sup>6</sup>

Para analisar os efeitos dos vários fatores sócio-econômicos em assegurar o emprego no setor formal, utilizo um modelo logarítmico cujos parâmetros são estimados usando-se um método de máxima probabilidade, para acomodar a variável dicotômica dependente - trabalhar no setor formal (=1) ou no setor informal (=0) (Maddala, 1983).<sup>7</sup> Assim, os parâmetros logarítmicos referem-se às estimativas do efeito de cada variável sobre a (o log da) probabilidade de o setor formal ser comparado ao informal. Os parâmetros correspondentes a estar no setor informal comparados ao setor formal seriam os mesmos, exceto pelos sinais invertidos. O primeiro destes foi usado por ser conceitualmente mais fácil de interpretar.

Os dois modelos apresentados comparam (1) toda a força de trabalho do setor formal com a do setor informal e (2) a classe trabalhadora do setor formal (empregados com proteção trabalhista) com o setor informal. Pode-se argumentar que a primeira comparação contrasta dois grupos bem distintos, em que o setor formal seria consideravelmente mais heterogêneo, de modo que a segunda comparação é mais válida. A variável logarítmica dependente entra em regressão sobre um vetor de variáveis independentes representando educação, gênero, raça, idade, situação de migrante, e duas variáveis de controle - situação da família e área metropolitana. Com exceção da variável contínua representando anos de instrução (0 a 17), todas as variáveis independentes foram incluídas no modelo como variáveis *dummy*.



## Características dos trabalhadores informais: resultados bivariados

Os resultados bivariados que mostram a relação entre características sociais e trabalho no setor informal são apresentados na Tabela 1. A primeira coluna descreve a composição do setor informal, mas não indica o grau em que o grupo é desproporcionalmente representado no setor informal. Mostra apenas que tanto as mulheres quanto os não-brancos constituem a maioria do setor informal, enquanto outro amplo componente deste é formado de migrantes de origem rural. A segunda coluna, por outro lado, ilustra a proporção de cada grupo que está no setor informal. Enquanto apenas 22,4% de todos os trabalhadores estão no setor informal, esse setor abriga um número desproporcionalmente grande de jovens (38,4%), mulheres (33,8%) e não-brancos (29,2%). Os migrantes de origem rural estão ligeiramente super-representados (25,4%) no setor informal, enquanto os de origem urbana (19,9%) e nativos (19,4%) têm uma possibilidade relativamente menor do que a população total de estar nesse setor.

A Tabela 1 também mostra que uma proporção maior de migrantes recentes do que mi-

grantes em geral tende a estar no setor informal. Isso aplica-se tanto aos de origem rural quanto aos de origem urbana. Isso parece apoiar a tese de que os migrantes têm maior possibilidade de encontrar empregos no setor formal com o passar do tempo; entretanto, o maior tempo de residência também implica a seletividade de migrantes cujas características são mais desejáveis no mercado de trabalho. Na ausência de dados longitudinais, a apresentação de tabelas que fazem o cruzamento do tempo desde a migração com a participação no setor formal pode induzir a erro, de vez que há evidências de que os menos instruídos, e presumivelmente de menor êxito, voltaram ao lugar de origem, desse modo inflando os níveis educacionais das coortes de migrantes mais recentes<sup>9</sup> (Martine, 1976). Quer os migrantes com idades acima da faixa de frequência à escola regular (mais de 25 anos) estejam ou não melhorando seu nível educacional, se os menos instruídos retornaram, inflando desse modo os níveis de escolaridade daqueles que permaneceram, ou se ocorre uma combinação de ambos os efeitos, o efeito do tempo decorrido desde a migração, por si mesmo, não é evidente. Embora as coortes de migrantes chegadas possam de fato

TABELA 1  
Relações bivariadas entre características sociais e emprego no setor informal

CARACTERÍSTICAS SOCIAIS	PERCENTAGEM DO SETOR INFORMAL QUE É MEMBRO DO GRUPO SOCIAL	PERCENTAGEM DO GRUPO SOCIAL QUE ESTÁ NO SETOR INFORMAL
Total	—	22,4
Mulheres	53,8	33,8
Jovens (10-19)	24,7	38,4
Não-brancos	53,4	29,2
Situação de migrante:		
• Migrante de origem rural	42,0	25,5
— Recém-chegado (0-2)	5,4	32,9
• Migrante de origem urbana	26,5	19,9
— Recém-chegado (0-2)	8,3	24,2
• Nativos	31,5	19,4

FONTE: Censo de 1980, Amostra de 3% para Uso Público.

obter sucesso com o passar do tempo, a extensão desse sucesso que se deve ao tempo passado no mercado de trabalho local pode ser superestimada. Através dos modelos multivariados utilizados neste estudo, tal problema é atenuado (mas não evitado) com o uso de covariantes que controlam fatores de seletividade tais como educação, idade e sexo; assim, essencialmente, contribuem para minimizar a distorção dos dados amostrais resultante dos fatores seletividade e não-migração.

## Características dos trabalhadores informais: resultados multivariados

A heterogeneidade de cada um dos grupos acima mencionados leva o analista a imaginar em que medida gênero, educação, raça, idade e situação de migrante, por si mesmos, explicam a participação no setor formal (ou, inversamente, no informal). Por exemplo, dado que jovens, não-brancos e migrantes de origem rural têm níveis mais baixos de instrução, será que a sua participação no setor informal difere da de outros grupos sociais, uma vez que a instrução e outros fatores pertinentes estejam controlados? A análise estatística multivariada procura responder essa e outras questões similares. Os resultados dessa análise são apresentados na Tabela 2. Coeficientes logarítmicos, erros-padrão e qui-quadrados são apresentados para os dois modelos. Observe-se que os resultados para ambos os modelos são semelhantes. Em consequência, vou comentá-los como se fossem um só, exceto quando divergirem.

Ao lado da instrução, o gênero parece explicar a maior parte da variação da participação no emprego no setor formal, e assim é uma das principais dimensões definidoras da participação no emprego no setor formal ou informal. O que é mais importante, os efeitos do gênero permanecem fortes mesmo com controles para a situação de trabalhador primário-secundário (chefe de família). Evidentemente, o tempo de escolaridade também é importante, em particular quando se considera

que a unidade de valor para essa variável são os anos singulares de instrução. No entanto, requer-se uma vantagem de cinco anos de escolaridade para igualar o efeito de ser homem no que se refere à probabilidade de obter emprego no setor formal. Dado que a média de escolaridade é de seis anos, o efeito do gênero é substancial, mesmo se comparado ao nível de instrução.

O conjunto de variáveis *dummy* referentes à situação de migrante fornece algumas evidências, embora fracas, de que com o tempo os migrantes melhoram suas chances de obter trabalho no setor formal. Os efeitos logarítmicos para os migrantes são pequenos e frequentemente insignificantes quando comparados aos nativos. Controles para fatores como escolaridade reduziram a forte relação bivariada entre tempo decorrido desde a migração e emprego no setor formal (Tabela 1). Os resultados mostram que, no pressuposto de que as características dos migrantes não mudam com o tempo, suas chances de emprego no setor formal só aumentam ligeiramente. Tal efeito pode ser ainda mais reduzido se houver dados disponíveis capazes de controlar a motivação ou a sorte que podem acompanhar a aquisição de um emprego no setor formal.

As redes de busca de emprego formal e informal disponíveis aos migrantes mesmo antes de sua chegada à cidade parecem explicar a falta de uma desvantagem significativa para eles na obtenção de um emprego no setor formal. São pequenas as diferenças entre os coeficientes para os migrantes urbanos e rurais, uma vez que se empreguem controles tais como nível de instrução, o que enfatiza ainda mais a importância das redes. Assim, este estudo demonstra que os efeitos do tempo decorrido desde a migração sobre a obtenção de emprego no setor formal podem ser exagerados, ao menos no caso das áreas metropolitanas brasileiras, e a alta taxa de participação informal dos migrantes é muito mais função do baixo nível educacional daqueles de origem rural. Essa descoberta com respeito ao Brasil e a de Roberts (1989) com referência ao México podem indicar que os amplos sistemas de transportes e comunicações em ambos os paí-



TABELA 2  
**Parâmetros logarítmicos estimados ( $\beta$ ), erros-padrão (ep) e qui-quadrados das características individuais e dos efeitos das áreas metropolitanas sobre estar empregado no setor formal**  
 (População empregada, 1980)

VARIÁVEIS INDEPENDENTES	TODOS OS TRABALHADORES FORMAIS VERSUS INFORMAIS			EMPREGADOS SEM PROTEÇÃO TRABALHISTA VERSUS TRABALHADORES INFORMAIS		
	$\beta$	ep	Qui-Q.	$\beta$	ep	Qui-Q.
Mulheres (Homens)	-0,929 <sup>a</sup>	0,046	415,06	-0,929 <sup>a</sup>	0,048	373,70
Anos de instrução	0,253 <sup>a</sup>	0,009	845,74	0,234 <sup>a</sup>	0,009	626,02
Não-brancos (Branco)	-0,107 <sup>a</sup>	0,027	15,26	-0,080 <sup>b</sup>	0,028	8,17
Idade:						
10-19	-0,365 <sup>a</sup>	0,062	34,45	-0,217 <sup>a</sup>	0,064	11,50
20-29	0,166 <sup>a</sup>	0,112	2,21	0,548 <sup>a</sup>	0,051	116,19
30-34	0,059 <sup>a</sup>	0,063	0,89	0,432 <sup>a</sup>	0,051	73,23
45-59	0,185 <sup>a</sup>	0,077	5,84	0,195 <sup>b</sup>	0,065	9,07
(60+)						
Situação de migrante:						
0-2 anos, rural	-0,042	0,104	0,16	0,007	0,104	0,00
3-5 anos, rural	0,166	0,112	2,21	0,161	0,113	2,03
6+ anos, rural	0,059	0,063	0,89	0,059	0,063	0,89
0-2 anos, urb.	-0,185 <sup>c</sup>	0,077	5,84	-0,183	0,078	5,57
3-5 anos, urb.	-0,077	0,061	1,56	-0,004	0,094	0,00
0+ anos, urb. (Nativos)	-0,019	0,054	0,12	-0,025	0,055	0,21
Interações:						
Mulher x Instr.	0,092 <sup>a</sup>	0,008	125,51	0,095 <sup>a</sup>	0,009	117,30
Mulher x Não-br.	-0,078 <sup>b</sup>	0,026	9,19	-0,093 <sup>a</sup>	0,026	12,63
Controles:						
Chefe de fam. (Não-chefe)	0,306 <sup>a</sup>	0,033	84,50	0,285 <sup>a</sup>	0,034	69,85
Área metropol.:						
Belém	-0,518 <sup>b</sup>	0,167	9,61	-0,485 <sup>b</sup>	0,172	7,97
Fortaleza	-0,530 <sup>a</sup>	0,124	18,36	-0,696 <sup>a</sup>	0,131	28,04
Recife	-0,512 <sup>a</sup>	0,086	35,54	-0,492 <sup>a</sup>	0,088	31,19
Salvador	0,155	0,099	2,43	0,081	0,103	0,61
B. Horizonte	0,181	0,110	2,72	0,194	0,112	3,01
R. de Janeiro	0,068	0,055	1,53	0,112 <sup>c</sup>	0,057	3,92
São Paulo	0,461 <sup>a</sup>	0,053	74,39	0,535 <sup>a</sup>	0,055	95,86
Curitiba (Porto Alegre)	-0,041	0,104	0,15	-0,017	0,107	0,03
Intercepto	0,402	0,057	49,67	0,517	0,060	89,18
L <sup>2</sup>			4.783,95			4.296,19
df			4.993			4.632
N			12.956			10.624

FONTE: Censo de 1980.  
 Os parênteses indicam a categoria de referência.  
 Testes de importância: (a)  $p < 0,001$ , (b)  $p < 0,01$ , (c)  $p < 0,001$ .

ses tornam altamente acessíveis à população das áreas de origem informações sobre mercados de trabalho distantes. Em contraste, outros estudos que demonstraram a importância da origem do migrante e do tempo decorrido desde a migração na obtenção de emprego no setor formal geralmente se referiam a países menos desenvolvidos do Terceiro Mundo. A relação entre desenvolvimento infra-estrutural e integração do migrante ao mercado de trabalho é apenas uma explicação possível que iria exigir uma pesquisa além do âmbito deste *paper*.

O efeito da pouca idade (10-19 anos) é altamente negativo, indicando que, mesmo na ausência de outras variáveis, é muito mais provável que os jovens participem do mercado de trabalho informal. Para outros grupos etários, a participação no setor formal é muito mais consistente, decaindo com o passar do tempo até a idade de 60 anos e mais (categoria de referência), quando a participação no setor informal torna-se novamente elevada para os que ainda permanecem na força de trabalho. O efeito da idade na obtenção de emprego no setor formal diverge um pouco entre ambos os modelos. Como se mostrará na próxima seção, isso ocorre aparentemente porque os jovens estão praticamente ausentes das posições não pertencentes à classe trabalhadora no setor formal, tornando altamente negativo o efeito de sua participação quando se incluem todos os trabalhadores formais.

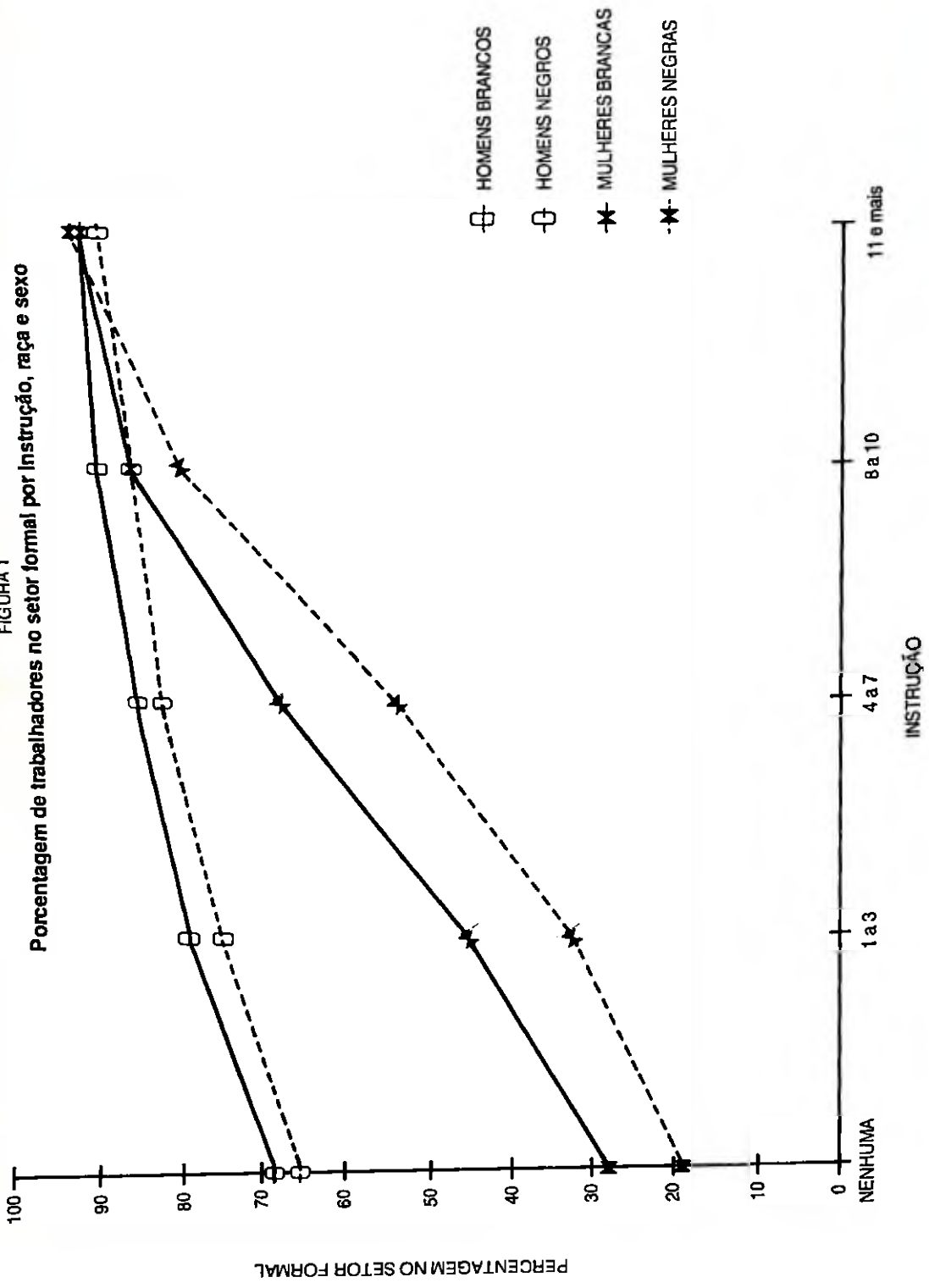
Ser não-branco tem um efeito brando, porém significativamente negativo, sobre a probabilidade de alguém ser um trabalhador do setor formal. Assim, a raça faz diferença na participação no setor formal, apesar de amplos controles para fatores comumente usados na explicação do baixo *status* dos não-brancos no Brasil, isto é, nível educacional, situação de migrante e desenvolvimento econômico local. Ademais, é importante notar que esse efeito se mantém em relação ao grupo formado predominantemente por trabalhadores "pardos" (30,6% da população da amostra) e pretos (7,7%), em que se poderia esperar um maior efeito negativo recaindo sobre os últimos.

De modo interessante, duas interações — mulher com nível de instrução e mulher com raça — passaram num teste importante para inclusão no modelo.<sup>9</sup> Essas interações, embora inesperadas com base na análise de trabalhos anteriores, fazem sentido do ponto de vista conceitual. As interações demonstraram que o efeito combinado de suas variáveis vai significativamente além do esperado com base nos efeitos somados das duas variáveis que compreendem a interação. Por exemplo, a interação de gênero e raça mostra que a taxa de participação das mulheres no emprego no setor formal aproxima-se daquela relativa aos homens com o aumento da escolaridade. Ao que parece, mulheres com maior nível de instrução tornam-se mais orientadas para uma carreira profissional e são vistas como trabalhadores cujo capital humano é mais valorizado do que aquilo que geralmente se lhes atribui com base apenas no gênero. Igualmente, essas mulheres estão mais aptas a ter famílias pequenas e podem pagar por auxílio nas tarefas domésticas, desse modo reduzindo suas responsabilidades no lar e tornando mais viável a opção por trabalhar no setor formal. A outra interação, gênero e raça, revela que as mulheres não-brancas são especialmente propensas a ter um emprego no setor informal, ainda mais do que seria de esperar a partir dos efeitos singulares tanto de raça quanto de gênero, indicando a existência de uma discriminação especialmente severa de que são vítimas as mulheres não-brancas.

A amplitude das diferenças raciais ou mesmo de gênero na participação no setor formal é mais bem compreendida vendo-se o gráfico a seguir, que apresenta categorias comparáveis em termos de instrução. O gráfico ilustra a proporção da presença no setor formal de quatro grupos de raça-gênero por nível de instrução. Três aspectos importantes emergem desse exercício. Primeiro, como era de esperar, a participação no setor formal aumenta com o nível de instrução para todos os grupos de raça-gênero, embora a taxa de aumento seja substancialmente maior para as mulheres. Em segundo lugar, as mulheres têm taxas enormemente mais baixas de participação no



FIGURA 1  
 Percentagem de trabalhadores no setor formal por instrução, raça e sexo



setor formal nos níveis inferiores de instrução (19 e 28%) em comparação com os homens (65 e 68%), mas o hiato entre homens e mulheres se reduz com o aumento da escolaridade, situação em que as mulheres com segundo grau ou mais atingem níveis comparáveis com os homens em cerca de 90%. De modo surpreendente, as mulheres com 4-7 anos de instrução têm taxas mais baixas de participação no setor formal do que os homens com zero ano de escolaridade. Em terceiro lugar, tanto homens quanto mulheres não-brancos têm menor probabilidade que suas contrapartes brancas de estar no setor formal, qualquer que seja o nível de escolaridade, mas esse hiato racial é especialmente amplo entre as mulheres. As duas últimas descobertas uma vez mais apontam para as interações que ocorrem entre gênero e escolaridade e entre gênero e idade.

### Características sociais das posições na estrutura de emprego

Até este ponto, este estudo se tem focalizado nas características dos trabalhadores do setor formal *versus* os do setor informal. Dada a heterogeneidade de ambos os setores, particularmente o primeiro, é adequado apresentar algumas análises sobre segmentos importantes de ambos os setores. Os dados disponíveis permitem distinguir duas importantes categorias de emprego que, ao lado do setor de emprego, também refletem classe e remuneração na forma de salários (empregados) ou lucros (empregadores ou autônomos). A estrutura de emprego que emerge de tais distinções, para o setor formal, consiste em grandes e médios empregadores, profissionais liberais e administradores com alto nível de instrução (trabalhadores técnico-burocráticos), pequenos empregadores e autônomos com proteção trabalhista (juntos estes representam uma pequena burguesia) e empregados protegidos (que representam aproximadamente a classe trabalhadora do setor formal). O setor informal consiste em empregados sem proteção trabalhista, trabalhadores autônomos sem proteção

trabalhista e trabalhadores domésticos remunerados.

As características sociais da estrutura de emprego são mostradas na Tabela 3. O número médio de anos de escolaridade varia amplamente dos trabalhadores técnico-burocráticos (14,7) aos trabalhadores domésticos remunerados (2,7). Os anos de escolaridade para todas as categorias do setor de emprego informal estão abaixo daqueles de todas as categorias do setor de emprego formal. As demais características sociais apresentadas na Tabela 3 são representadas pela distribuição dos vários grupos sociais ao longo da estrutura de emprego.

A distribuição de todos os trabalhadores na amostra é apresentada na coluna 2. A maioria dos trabalhadores é de empregados com proteção trabalhista (60,9%), enquanto as outras grandes categorias incluem os trabalhadores técnico-burocráticos (8%), os trabalhadores domésticos remunerados (7,9%), os empregados sem proteção trabalhista (6,6%), os trabalhadores autônomos com proteção trabalhista (6,4%) e os autônomos sem proteção trabalhista (6,2%). Os grandes e médios empregadores e os pequenos empregadores (distinção feita com base na renda) compreendem, respectivamente, apenas 1,5 e 1,3% da força de trabalho.

Essas distribuições variam amplamente de acordo com o grupo social. As mulheres (coluna 3) são altamente representadas entre os trabalhadores domésticos remunerados (22,5%), refletindo o fato de essa ocupação ser considerada feminina. As mulheres também estão mais representadas na categoria técnico-burocrática (10,5%) do que o total dos trabalhadores, o que apóia a interação de gênero e escolaridade encontrada na seção anterior, indicando maior polarização entre as trabalhadoras do que entre os trabalhadores. As mulheres também estão mais notavelmente ausentes das categorias de empregadores e trabalhadores autônomos com proteção trabalhista, o que indica um pequeno número de mulheres na área empresarial. Finalmente, elas também têm maior probabilidade do que a totalidade da amostra de estar em formas de em-



prego sem proteção trabalhista, além do trabalho doméstico remunerado.

Os jovens (coluna 4) estão altamente representados no setor informal, particularmente como empregados desprotegidos (18,3%) e trabalhadores domésticos (19,9%). Também estão grandemente ausentes de todas as categorias de empregadores e trabalhadores autônomos, refletindo o fato de a carreira empresarial geralmente ter início mais tarde, após se ter alguma experiência como empregado e freqüentemente depois de se acumular algum capital. Finalmente, a falta de jovens na categoria técnico-burocrática se deve simplesmente ao fato de os membros dessa coorte

etária que se destinam a tais empregos estarem ainda nos bancos escolares.

Os não-brancos (coluna 5) estão super-representados em todos os tipos de trabalho informal e altamente sub-representados nas classes mais altas do setor de trabalho formal. As diferenças entre brancos e não-brancos são especialmente evidentes entre as mulheres não-brancas (coluna 6), como seria de esperar dada a interação de raça e gênero encontrada na seção anterior. Mais de 1/3 (34,6%) de todas as mulheres não-brancas compõe-se de trabalhadoras domésticas remuneradas, em comparação com apenas 14,5% das mulheres brancas (dados não apresentados). As mulhe-

TABELA 3  
Média de anos de instrução e distribuição ao longo da estrutura de emprego de grupos sociais escolhidos da população trabalhadora remunerada nas áreas metropolitanas brasileiras por posição na estrutura de emprego (1980)

	MÉDIA DE ANOS DE INSTR. (1)	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL						
		TOTAL (2)	MULHERES (3)	JOVENS (4)	NÃO-BR. (5)	MULH. NÃO-BR. (6)	MIGR. RUR. (7)	MIGR. URB. (8)
Setor formal	6,7	78,2	66,2	57,4	70,8	52,1	74,5	80,1
Grandes e médios empregadores	10,8	1,5	0,5	0	0,3	0,1	0,7	1,9
Trabalhadores técnico-burocr.	14,7	8,0	10,5	0,5	2,3	3,4	2,0	9,3
Pequenos empreg. Autônomos com proteção	6,2	1,3	0,8	0,1	0,6	0,3	1,3	1,6
Empregados com proteção	5,0	6,4	3,2	0,5	5,2	2,5	7,3	7,2
Setor informal	3,9	21,8	33,8	42,5	29,2	47,9	25,5	19,9
Autônomos sem proteção trab.	3,6	6,2	6,3	4,3	8,1	8,0	7,2	6,0
Empregados sem proteção trab.	4,9	6,6	5,0	18,3	8,4	5,3	6,1	6,0
Trabalhadores domést. remun.	2,7	7,9	22,5	19,9	12,7	34,6	12,2	7,9
<b>Total</b>	<b>6,1</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

FONTE: Censo de 1980, Amostra de 3% para Uso Público.

res não-brancas também estão altamente representadas entre os autônomos sem proteção trabalhista, o que pode refletir tipos de ocupações em que os trabalhadores alugam sua mão-de-obra, freqüentemente fornecendo serviços pessoais. Além disso, as mulheres não-brancas, diferentemente dos não-brancos em geral, estão altamente sub-representadas entre os empregados com proteção trabalhista. Por fim, as mulheres não-brancas têm menor probabilidade de estar nas classes superiores do setor formal do que as mulheres como um todo (e portanto do que as mulheres brancas) e do que todos os não-brancos (logo, do que os homens não-brancos). A única exceção é terem maior probabilidade do que os homens não-brancos de serem trabalhadores técnico-burocráticos.

As duas últimas colunas (7 e 8) da Tabela 3 revelam que os migrantes de origem tanto rural quanto urbana podem ser encontrados em todas as categorias de emprego dos setores formal e informal. De fato, não diferem tanto do padrão predominante (total) quanto as mulheres, os jovens, os não-brancos ou as mulheres não-brancas. As notáveis exceções estão entre os migrantes rurais, que estão super-representados entre os trabalhadores domésticos remunerados (12,2%) e sub-representados nas categorias de trabalhadores técnico-burocráticos (2%) e grandes e médios empregadores (0,7%). Mesmo para essas exceções, os desvios em relação ao padrão dominante raramente são tão grandes quanto os de outros grupos sociais.

### **Indicadores econômicos das posições na estrutura de emprego**

Depois de termos apresentado as características sociais dos setores do mercado de trabalho e da estrutura de emprego, pode-se ficar imaginando em que medida essas categorias estão ligadas a outros indicadores tais como renda, ocupação, estabilidade no emprego e pobreza. Conceitos como setor formal e setor informal freqüentemente se relacionam de alguma forma a renda, ocupação e estabilidade.

A Tabela 4 mostra como esses indicadores se relacionam com a estrutura de emprego.

As rendas médias mensais das categorias de empregos (em dólares americanos) demonstram que os empregos do setor informal são os de pior remuneração, enquanto os grandes e médios empregadores e os trabalhadores técnico-burocráticos recebem maiores rendas. Tanto os pequenos empregadores (US\$ 358 por mês) quanto os trabalhadores autônomos com proteção trabalhista (US\$ 346 por mês) têm rendas bem acima da média dos trabalhadores em geral (US\$ 254 por mês), o que dá um apoio adicional ao argumento de que os autônomos com proteção trabalhista têm uma posição de classe bem distinta daquela dos não-protegidos, que ganham US\$ 147 por mês. Mesmo os empregados com proteção trabalhista (US\$ 213 por mês) ganham muito menos que os autônomos com proteção trabalhista, mas ainda assim substancialmente mais do que todas as categorias do setor de emprego informal.

A percentagem referente à pobreza (coluna 2) diz respeito à proporção de cada categoria que recebe menos que um salário mínimo, o qual era de US\$ 90 por mês em setembro de 1980, quando se fez o Censo. Pouco mais da metade (51,5%) do setor informal ganha abaixo do salário mínimo, o que expressa a posição econômica muito tênue desses trabalhadores. Em contraste, só uma pequena proporção da classe trabalhadora formal (11,8%) ganha mensalmente menos que o mínimo legal, o que novamente evidencia alguma proteção trabalhista.

Escores de prestígio ocupacional foram atribuídos às 356 ocupações, reproduzindo a escala de prestígio internacional de Donald Treiman de modo tão aproximado quanto possível (Treiman, 1977). Esses escores refletem tanto o *status* quanto o prestígio ocupacionais, que estão relacionados de perto à escolaridade e à renda. A coluna 3 da Tabela 1 mostra que a hierarquia da estrutura de emprego reflete o prestígio ocupacional, embora as categorias autônomas se desviem ligeiramente desse padrão, refletindo os baixos escores atribuídos ao trabalho autônomo.



TABELA 4  
Características econômicas escolhidas da população trabalhadora remunerada nas áreas metropolitanas brasileiras por posição na estrutura de emprego (1980)

	RENDA MENSAL MÉDIA <sup>1</sup> (1)	PERCENT. QUE VIVE NA POBREZA (2)	PRESTÍGIO OCUPACIONAL MÉDIO <sup>2</sup> (3)	PERCENTAGEM QUE TRABALHA EM TEMPO PARCIAL (4)
Setor formal	294	10,7	40,3	9,9
Grandes e médios empregadores	1.386	0,7	55,9	11,6
Trabalhadores técnico-burocráticos	729	2,4	58,9	27,0
Pequenos empregadores	358	2,9	53,1	7,2
Autônomos com proteção trabalhista	346	8,9	36,6	13,1
Classe trabalhadora formal	213	11,8	37,0	7,9
Setor informal	109	51,5	25,8	22,6
Autônomos sem proteção trabalhista	147	37,9	32,3	35,2
Empregados sem proteção trabalhista	130	46,5	33,8	19,4
Trabalhadores domésticos remunerados	62	70,6	17,0	15,1
<b>Total</b>	<b>254</b>	<b>19,6</b>	<b>37,1</b>	<b>12,7</b>

FORNTE: Censo de 1980, Amostra de 3% para Uso Público.

(1) Renda expressa em dólares americanos de 1980 (1 cruzeiro = 0,0177 dólar).

(2) Escores de prestígio ocupacional de Treiman (Treiman, 1977).

Finalmente, a proporção dos que trabalham em tempo parcial (coluna 4) talvez seja o melhor indicador de estabilidade no emprego que se conseguiu obter no Censo. É definida como a proporção de pessoas que trabalhavam menos de 40 horas semanais antes do Censo de 1980. O trabalho em tempo parcial é mais comum entre os trabalhadores do setor informal, particularmente os autônomos não-protégidos. Um grande número de trabalhadores técnico-burocráticos também é de tempo parcial, o que se deve amplamente à grande presença de professores dentro desse grupo, os quais em geral trabalham cerca de 30 horas por semana.

As ocupações mais comuns de homens e mulheres tanto no setor formal quanto no informal são mostradas na Tabela 5. Além de serem trabalhadores domésticos remunerados, as mulheres do setor informal freqüentemente trabalham como costureiras (na maioria dos casos, uma ocupação amplamente baseada no trabalho doméstico e na subcontratação), em serviços pessoais e em ocupações ligadas a

vendas. As mulheres do setor formal estão mais provavelmente empregadas em ocupações de escritório e como professoras, embora uma grande quantidade esteja também em serviços pessoais e vendas. Para os homens, as ocupações mais comuns no setor informal são os empregos de baixa qualificação na construção civil. No setor formal, as ocupações mais comuns para os homens são as de "motorista" e "auxiliar de escritório".

### Resumo

Este artigo, através da análise empírica com dados extraídos do Censo Brasileiro de 1980, tentou compreender melhor as características dos trabalhadores formais e informais. A análise mostrou que esses setores, bem como as categorias de emprego por eles compreendidas, diferem marcadamente por características tanto econômicas quanto sociais. A análise dos indicadores econômicos demonstrou que os

TABELA 5  
As dez ocupações mais comuns para mulheres e homens nos setores formal e informal nas áreas metropolitanas brasileiras

SETOR INFORMAL	%	SETOR FORMAL	%
<b>Mulheres:</b>			
1. Empregada doméstica	69,4	1. Auxiliar de escritório	11,0
2. Costureira	7,1	2. Secretária	6,6
3. Lavadeira, passadeira	4,0	3. Costureira	6,5
4. Vendedora	1,7	4. Servente	6,4
5. Vendedora ambulante	1,7	5. Professora primária	5,8
6. Servente	1,7	6. Vendedora	5,6
7. Comerciante	1,5	7. Enfermeira sem registro	4,0
8. Manicure e pedicure	1,5	8. Cozinheira	2,4
9. Bordadeira	1,0	9. Recepcionista	2,2
10. Auxiliar de escritório	1,0	10. Caixa	2,2
<b>Homens:</b>			
1. Pedreiro	11,8	1. Motorista	7,0
2. Servente de pedreiro	7,8	2. Auxiliar de escritório	5,6
3. Motorista	5,8	3. Pedreiro	4,1
4. Empregado doméstico	5,1	4. Vendedor	3,8
5. Vendedor	5,1	5. Gerente de escritório	2,9
6. Comerciante	5,0	6. Ajudante	2,4
7. Trabalhador braçal, n.e.	4,6	7. Servente de pedreiro	2,4
8. Vendedor ambulante	4,6	8. Comerciante	2,4
9. Pintor	4,1	9. Trabalhador na ind. de transp. não classificado anteriormente	1,9
10. Mecânico de automóveis	3,0	10. Operadores de máquinas	1,8

FORNTE: Censo de 1980, Amostra de 3% para Uso Público.

empregos no setor informal geralmente são de baixa remuneração, altamente instáveis e concentrados em ocupações de baixa qualificação. A análise bivariada e multivariada das características sociais revelou que escolaridade, gênero, idade e raça são importantes para determinar a participação no setor informal e em várias formas de emprego.

O gênero parece ser tão importante para determinar a participação no setor de emprego informal quanto a escolaridade — que freqüentemente é vista como o critério utilizado pelo mercado de trabalho para canalizar o excesso de oferta de mão-de-obra para o setor de trabalho informal. A força da variável gênero, mesmo quando comparada a fatores de

capital humano tais como escolaridade, indica que as preferências das empresas do setor formal por trabalhadores do sexo masculino, por si, não podem dar conta da baixa participação das mulheres no setor de emprego formal. Parece ter mais apoio uma razão ligada ao aspecto da oferta de mão-de-obra. Especificamente, as mulheres arranjam empregos no setor informal em resultado de papéis sociais determinados, os quais requerem que elas dêem prioridade a tarefas domésticas, enquanto aos chefes de família do sexo masculino se atribui o papel de provedores básicos. Sendo esse o caso, o emprego no setor informal representa uma decisão individual ou de família, seja ela desejável ou não, não podendo



ser visto meramente como uma incapacidade da indústria moderna em absorver a força de trabalho.

Este estudo aponta a insuficiente atenção que se tem dedicado à raça e a excessiva atenção atribuída à situação de migrante na compreensão do emprego informal no Brasil. Mostrou-se que os não-brancos ocupam desproporcionalmente empregos no setor informal mesmo depois da aplicação de controles importantes, o que torna a raça um fator crucial para determinar a participação no setor informal. Em contraste, a origem dos migrantes ou o tempo decorrido desde a migração pesa pouco sobre o fato de virem a trabalhar no setor formal ou informal. Os migrantes de origem tanto rural quanto urbana estavam bem representados através de toda a estrutura de emprego.

Dois conjuntos de interações forneceram resultados interessantes. A interação de gênero com escolaridade demonstrou que esta afetava muito mais a participação das mulheres do que a dos homens no setor formal de emprego. As mulheres com baixa escolaridade têm taxas impressionantemente mais baixas de participação no setor formal do que os homens com mesmo nível de instrução. No entanto, as mulheres com diploma de segundo grau têm tanta probabilidade quanto os homens de participar do setor formal. Outra interação importante, gênero e raça, revelou que as mulheres não-brancas são especialmente propensas a estar no setor de emprego informal, mais ainda do que seria de esperar unicamente por seu *status* de não-brancas e de mulheres. Em outras palavras, o hiato branco-não-bran-

co entre as mulheres é significativamente maior do que entre os homens. Essas interações revelam que os efeitos da escolaridade e da raça sobre a possibilidade de obter emprego no setor formal são especialmente fortes para as mulheres.

Este estudo contribuiu para ampliar a compreensão das características da posição na estrutura de emprego e serviu para estabelecer uma relação entre a estrutura de emprego e variáveis sócio-demográficas pouco entendidas em nível nacional. A abordagem quantitativa aqui usada tira proveito de um conjunto de dados nacionalmente representativos que estabelece relações importantes entre características individuais e emprego. Uma vez que a maior parte da pesquisa a respeito do setor de emprego informal, em geral, tem sido focalizada sobre os homens e sua suposta racionalidade econômica na busca de emprego, há pouca noção sobre o que significa o emprego no setor informal para as mulheres dos países em desenvolvimento, particularmente as que são pobres e fazem parte de minorias. A forma pela qual os membros femininos das famílias escolhem entre várias formas de emprego em face das limitações impostas tanto pelo mercado de trabalho quanto por outros membros da própria família requer novas pesquisas, particularmente com base em trabalho de campo, que poderão deslindar os efeitos das decisões individuais das mulheres sobre as pressões exercidas pela família e pelo mercado de trabalho que as limitam ao setor informal. Este estudo tornou claro que as características sociais contribuem grandemente para tais escolhas, tanto da parte das mulheres quanto dos homens.

## NOTAS

1. A definição de informal usada neste estudo refere-se mais de perto à regulação do trabalho pelo Estado indicada pelo pagamento do seguro social.
2. Neste estudo, a expressão trabalhadores não-brancos refere-se apenas aos pretos e pardos, não incluindo o reduzido número de asiáticos.
3. Os três recentes estudos citados, publicados em inglês, são traduções do português e se encontram num único volume, organizado pelo Departamento de Estudos Afro-Americanos da Universidade da Califórnia em Los An-



geles (Fontaine, 1985). Esse único trabalho sobre o tema e sua editora especializada refletem o recente lapso de atenção sobre o assunto da parte da ciência social americana.

4. A alocação dos autônomos tanto no setor formal quanto no informal representa uma notável exceção aos trabalhos mais antigos, nos quais todos os autônomos eram agrupados no setor informal (Portes, 1985; Roberts, 1989b; Preale, 1982). Essa alternativa é compatível com trabalhos de campo anteriores que observaram as diferenças entre as pequenas empresas de países em desenvolvimento nas quais o conceito de "propriedade" separa duas classes de trabalhadores autônomos (Koo, 1976; Prandi, 1978; Bremen, 1985).

5. Os asiáticos foram omitidos da amostra por serem altamente concentrados em São Paulo e praticamente inexistentes nas áreas metropolitanas do Nordeste. A categoria "outros" representa um número muito pequeno.

6. A expressão trabalhadores informais inclui apenas empregados e autônomos, pois praticamente todos os empregados relataram contribuir para o sistema de previdência social.

7. Devido à grande quantidade de memória necessária para produzir uma estimativa de máxima probabilidade para toda a amostra e à indisponibilidade de um computador tão grande, tomou-se uma amostra representativa do conjunto de dados. Uma análise das amostras que usou cada 10º caso, começando a cada vez com um número diferente entre 1 e 10, revelou resultados semelhantes ao longo de todas elas.

8. O tamanho muito maior das coortes de migrantes com menos de dois anos de residência em relação àqueles chegados há muito tempo, para 1970 e 1980, indica um número substancial de remigrações nos primeiros dois anos, e os crescentes níveis agregados de escolaridade dos migrantes de longa data indicam que os menos instruídos tinham maior probabilidade de retornar à origem.

9. Embora muitas interações fossem interessantes no sentido conceitual, só duas forneceram um poder explicatório adicional significativo ao modelo de principais efeitos por grau de liberdade. Essas duas interações acrescentaram, cada uma, pelo menos duas vezes mais ao modelo  $G^2$  por grau de liberdade perdida em comparação com a inclusão de qualquer outro efeito de interação. Notavelmente, interações como gênero por status da família ou raça por escolaridade não passaram no teste de relevância para inclusão no modelo.

## BIBLIOGRAFIA

- ANKER, Richard e HEIN, Catherine. (1985), "Why Third World urban employers usually prefer men". *International Labour Review*, 124(5), p. 73-90.
- BENERÍA, Lourdes e ROLDAN, Marta. (1987), *The crossroads of class and gender: industrial homework, subcontracting and household dynamics in Mexico City*. Chicago, University of Chicago Press.
- BREMEN, Jan. (1985), "A dualistic labor system: critique of the 'informal sector' concept". In Ray Bromley (org.), *Planning for small enterprises in the Third World cities*, Elmsford, Pergamon Press, p. 43-64.
- CACCIAMALLI, Maria Cristina. (1988), "Produção e emprego na primeira metade da década de 80". In Diana Oya Sawyer (org.), *PNAD's em foco*, Belo Horizonte, Associação Brasileira de População.
- DE SOTO, Hernando. (1989), *The other path: the invisible revolution in the Third World*. Nova Iorque, Harper and Row.
- FERNANDEZ-KELLEY, Maria Patricia. (1983), *For we are sold: women and industry in Mexico's frontier*. Albany, State University of New York Press.
- FONTAINE, Pierre-Michel (org.). (1985), *Race, class and power in Brazil*. Los Angeles, Center for Afro-American Studies, UCLA.
- GOLDANI, Ana Maria. (1989), *Women's transitions: the intersection of female life course, family and demographic transition in twentieth century Brazil*. Ph.D. Dissertation, The University of Texas at Austin.
- GONZALEZ, Mercedes. (1986), *Los recursos de la pobreza: familias de bajo ingreso de Guadalajara*. Guadalajara, El Colegio de Jalisco.

- HARBERGER, Arnold C. (1971), "On measuring the social opportunity cost of labor". *International Labour Review*, n. 103, junho.
- HART, Kenneth. (1973), "Informal income opportunities and urban employment in Ghana". *Journal of Modern African Studies*, n. 11, p. 61-89.
- HASENBALG, Carlos. (1985), "Race and socio-economic inequalities in Brazil". In Pierre-Michel Fontaine (org.), *Race, class and power in Brazil*, Los Angeles, Center for Afro-American Studies, UCLA, p. 25-41.
- HIRATA, Helena e HUMPHREY, John (1989), "Worker's response to job loss: female and male industrial workers in Brazil". *World Development*.
- JELIN, Elizabeth. (1980), "A baiana na força de trabalho: atividade doméstica, produção simples e trabalho assalariado em Salvador". *Cadernos Cebrap*, n. 34, p. 167-84.
- KOO, Hagen. (1976), "Small entrepreneurship in a developing society: patterns of labor absorption and social mobility". *Social Forces*, 54(4), p. 775-87.
- MADDALA, G.S. (1983), *Limited-dependent and qualitative variables in econometrics*. Nova Iorque, Cambridge University Press.
- MALLOY, James M. (1985), "Politics, fiscal crisis and social security reform in Brazil". *Latin American Issues*, n. 2, Meadville, Pennsylvania.
- MARSHALL, Adriana. (1987), Non-standard employment practices in Latin America. *International Institute for Labor Studies Discussion Papers*.
- MARTINE, George. (1976), "Adaptation of migrants or survival of the fittest: the Brazilian case". *The Journal of Developing Areas*, 14(1), p. 23-42.
- MARTINE, G. e CAMARANO, Ana Amélia. (1984), "Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes". *Revista Brasileira de População*, 1 (1/2), São Paulo, ABEP.
- MERRICK, Thomas W. (1976), "Employment and earnings in the informal sector in Brazil: the case of Belo Horizonte". *Journal of Developing Areas*, vol. 10, n. 3, p. 337-53.
- MERRICK, T. e GRAHAM, Douglas H. (1979), *Population and economic development in Brazil: 1800 to the present*. Baltimore, The Johns Hopkins University Press.
- OLIVEIRA, Lúcia Elena Garcia de, PORCARO, Rosa Maria e COSTA, Tereza Cristina N. Araújo. (1983), *O lugar do negro na força de trabalho*. Rio de Janeiro, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- PORTES, Alejandro. (1985), "Latin American class structures". *Latin American Research Review*.
- PORTES, A. e CASTELLS, Manuel. (1989), "World underneath: the origins, dynamics and effects of the informal economy". In Alejandro Portes, Manuel Castells e Lauren A. Benton, *The informal economy: studies in advanced and less developed countries*, Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- PORTES, A., BLITZER, Sílvia e CURTIS, John. (1986), "The urban informal sector in Uruguay: its internal structure, characteristics and effects". *World Developments*, vol. 14, n. 6, p. 727-41.
- PORTES, A. e SASSEN-KOOB, Saskia. (1987), "Making it underground: comparative material on the informal sector in Western market economies". *American Journal of Sociology*, 93(1), p. 30-61.
- PRANDI, José Reginaldo. (1978), *O trabalhador por conta própria sob o capital*. São Paulo, Ed. Símbolo.
- PREALC. (1978), *Sector informal: funcionamiento y políticas*. Santiago do Chile, Organização Internacional do Trabalho.
- . (1982), *Planificación del empleo*. Santiago do Chile, Organização Internacional do Trabalho.
- RIBEIRO, Ivette e BARBOSA, Maria de Lourdes. (1987), *Menor e sociedade brasileira contemporânea: família e valores*. Rio de Janeiro, Ed. Loyola.
- ROBERTS, Bryan. (1978), *Cities of peasants: the political economy of urbanization in the Third World*. Beverly Hills, Sage Publications.



- . (1989a). "Employment structure, life cycle and life chances: formal and informal sectors in Guadalajara". In A. Portes, M. Castells e L. Benton, *The informal economy: studies in advanced and less developed countries*, Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- . (1989b). "The other working class: uncommitted labor in Britain, Spain and Mexico". In Melvin L. Kohn (org.), *Cross-national research in sociology*, Newbury Park, Sage Publications/American Sociological Association Presidential Series, . 352-72.
- ROLDAN, Marta. (1985), "Industrial outworking, struggles for the reproduction of working-class families and gender subordination". In Nanette Redcliff e Enzo Mingione (orgs.), *Beyond employment: household, gender and subsistence*, Nova Iorque, Basil Blackwell.
- SASSEN-KOEB, Saskia. (1984), "Growth and informalization at the core: the case of New York City". In *The Urban informal sector: recent trends in research and theory*, Johns Hopkins University, mimeo, 492-518.
- SILVA, Luis Antonio Machado da. (1981), *Mercados de trabalho metropolitanos e marginalidade*. Tese de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- SILVA, Nelson do Valle. (1985), "Updating the cost of being non-white in Brazil". In Pierre-Michel Fontaine (org.), *Race, class and power in Brazil*, Los Angeles, Center for Afro-American Studies, UCLA, p. 42-55.
- SKIDMORE, Thomas E. (1985), "Race and class in Brazil: historical perspectives". In Pierre-Michel Fontaine (org.), *Race, class and power in Brazil*, Los Angeles, Center for Afro-American Studies, UCLA, p. 11-24.
- SOUZA, Paulo R. e TOKMAN, Victor E. (1976), "The informal urban sector in Latin America". *International Labour Review*, 114(3), nov-dez, p. 355-65.
- TAUBE, Maria José de Mattos. (1986), *De migrantes a favelados: estudo de um processo migratório*. Campinas, Ed. da Unicamp.
- TODARO, Michael P. (1969), "A model of labor. Migration and urban unemployment in less developed countries". *American Economic Review*, 59(1), p. 138-48.
- . (1985). *Economic development in the Third World*. Nova Iorque, Longman Press.
- TREIMAN, Donald J. (1977), *Occupational prestige in comparative perspective*. Nova Iorque, Academic Press.
- VEJA. "O Brasil subterrâneo". 12.7.1989, p. 96-105.

## SUMMARY

### The social characteristics of informal workers: the case of Brazilian metropolitan areas

This study examines the extent to which social factors influence the insertion of individuals into formal or informal sector employment in Brazil. Using bivariate and multivariate analysis with data drawn from the 1980 Brazilian Census, this study shows that low education and being female are the primary characteristics determining participation in the informal sector. Youth and non-whites are also disproportionately represented in the informal sector, both with and without controls. The evidence that

migrant origins or time since migration are important to gaining formal sector employment is weak. Interestingly, significant interactions occur between gender and education and between gender and race. Finally, informal sector employment is shown to be highly associated with low incomes and job instability and concentrated among low-skilled occupations. These findings hold up across the various employment categories that comprise the formal and informal sectors.

## RÉSUMÉ

### Les caractéristiques sociales des travailleurs informels: le cas des grands centres urbains brésiliens

Cette étude analyse dans quelles mesure les facteurs sociaux influencent l'insertion des individus dans les secteurs formel ou informel de l'emploi au

Brésil. L'auteur réalise des analyses à deux variables et à multiples variables qu'il combine avec des données tirées du recensement brésilien de 1980 pour dé-

montrer que les caractéristiques primaires déterminant la participation au secteur informel sont: un bas degré d'instruction et l'appartenance au sexe féminin. Les jeunes et les non-blancs sont aussi sur-représentés dans le secteur informel, tous deux avec et sans contrôle. Il y a peu de preuves que le fait d'avoir, à l'origine, été migrant ou que le laps de temps écoulé depuis une migration constituent des variables importantes pour une future appartenance au secteur formel.

Il est intéressant d'observer que des interactions significatives se produisent entre le sexe et l'éducation ainsi qu'entre le sexe et la race. En dernier lieu, l'emploi informel doit être, comme le montre ce travail, étroitement associé à de bas revenus, à l'instabilité professionnelle et à des métiers peu qualifiés. Ces découvertes constituent des constantes, quelles que soient les catégories d'emploi faisant partie des secteurs formel et informel.



# DIFERENÇAS RACIAIS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DE FAMÍLIA NO BRASIL\*

Ana Maria Goldani\*\*

\* Comunicação apresentada na Sessão Informal sobre Demografia das Minorias da XXI Conferência da União Internacional para o Estudo Científico da População (IUSSP), Nova Délhi, Índia, 20-27 de setembro de 1989. [A tradução do original inglês "Racial differences in the process of family formation in Brazil" é de autoria de Carlos Alberto Meireiros.]

\*\* Professora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Na análise da seqüência e espaçamento dos eventos na formação de família, o pressuposto geral é que este processo é influenciado, ao menos em parte, pelas condições e pelos papéis anteriores das mulheres.<sup>1</sup> Entre estes destacam-se: papéis sócio-econômicos pré-maritais (educação, emprego), tipo de escolha do parceiro, arranjos residenciais pós-nupciais, idade ao casar e emprego pós-marital. Entretanto, como enfatizam Hirschman e Rindfuss (1982), nenhuma dessas características individuais varia aleatoriamente através das sociedades, mas antes se relacionam às oportunidades e limites que cada uma apresenta. Segundo eles, três fatores sociais exógenos são importantes: a estrutura da economia familiar, as oportunidades no setor não-familiar, o conhecimento/disponibilidade do controle da natalidade (incluindo contracepção e aborto) e um conjunto de valores e normas culturais que resultam da estrutura de cada sociedade (Hirschman e Rindfuss, 1982, p. 664).

O exame do casamento ou do primeiro nascimento como um evento que marca o processo de formação de família relaciona-se à discussão mais ampla sobre o conceito de família e, de modo mais específico, ao conceito de casamento e ao padrão e seqüência esperadas dos eventos no curso de vida individual. Para a maioria das sociedades, o casamento seguido do parto é um padrão normativo e a idade à época do casamento formal é o indicador comum da formação de família. O conceito de idade à época do casamento formal, contudo, é enganoso, pois em muitas sociedades significa apenas a passagem da coabitação informal para o matrimônio legalizado. Também é enganoso pelo fato de a cerimônia de casamento formal frequentemente acontecer após vários meses de coabitação e, mesmo em sociedades em que o casamento formal é normativo, haver uma variação quanto à época dos ritos de passagem (Hirschman e Rindfuss, 1982, p. 661). Assim, a definição e a mensuração dos eventos que dizem respeito à formação de família frequentemente se relacionam com as características culturais e outras características estruturais da sociedade em estudo.

Conclusões extraídas do World Fertility Survey (WFS) para os países em desenvolvimento reforçam os argumentos anteriores. Basear-se no ingresso numa primeira união legal como bom indicador da exposição ao risco de ter filhos é um erro e a data do nascimento do primeiro filho é relatada de modo mais confiável que a da primeira união (Hobcraft, 1985, p. 71). Esses resultados reforçam minha posição de que a época do nascimento do primeiro filho constitui indicador necessário e complementar da idade ao casar quando se estudam os eventos no curso de vida das mulheres que se relacionam ao processo de formação de família. Isso não significa descartar o conceito de época do casamento, mas reinterpretá-lo. A concepção e o nascimento pré-maritais são eventos importantes no processo de formação de família e não constituem necessariamente um desvio em relação a um comportamento "normativo" no curso da vida familiar.

Ter filhos e o exercício do papel de pai e mãe são aspectos centrais da definição de família neste *paper*. O casamento tem sido indistinguível da paternidade/maternidade no Brasil, a despeito da diluição dos laços entre ambos nas últimas décadas. Assim, esta análise procura determinar os principais padrões de seqüenciamento e determinação da época de transição para a maternidade, partindo do pressuposto de que não existe uma relação necessária entre o primeiro casamento e o nascimento do primeiro filho. A típica maneira pela qual as mulheres formam suas famílias e o modo como esse processo é diferenciado por raça, que são expostos neste estudo,<sup>2</sup> constituem uma tentativa de contribuir para a base do conhecimento sobre a demografia racial no Brasil. Apesar da múltipla formação étnico-racial da população brasileira, só recentemente os demógrafos começaram a se preocupar com as diferenças demográficas de acordo com a raça.<sup>3</sup>

Uma primeira constatação a respeito do seqüenciamento de casamento e parto mostra que cerca de 15% das mulheres brasileiras alguma vez unidas tiveram um parto ou gravidez

pré-maritais antes do casamento. Com base nesse resultado e no fato de cerca de 11% das mulheres que nunca se casaram, na faixa dos 15 aos 54 anos, haverem declarado ter pelo menos um filho, fica claro que a transição para a maternidade nem sempre é precedida do casamento. A importância deste varia acentuadamente entre os grupos raciais e sociais no Brasil. A percentagem de mulheres pretas que nunca se casaram e que declararam ter pelo menos um filho é particularmente elevada (20,6%) e entre as alguma vez unidas que iniciaram sua carreira de mães antes do casamento a percentagem é também mais elevada (18,6%) do que entre as brancas (Tabelas 1 e 2). Pelo fato de os primeiros partos serem definidos de maneira mais precisa e de a transição para a maternidade ser bem mais permanente (uma pessoa pode tornar-se ex-esposa, mas nunca ex-mãe), a maior parte de minha análise terá como foco a determinação da época do primeiro nascimento.<sup>4</sup>

## Carreiras de pai/mãe

Tornar-se pai ou mãe ainda constitui, em todas as sociedades, uma das mais importantes transições na trajetória de vida para um jovem adulto. A pressão normativa para se tornar pai ou mãe está presente de muitas formas. Na sociedade brasileira, a orientação pró-natalista do Estado, a Igreja Católica e os papéis sexuais tradicionais encorajam a paternidade/maternidade. No nível individual, a pressão para se tornar pai ou mãe vem principalmente do conhecido estilo de vida "familiar". Nos encontros de família, pais, avós, tios, primos etc. freqüentemente exercem tal pressão sobre os jovens casais sem filhos. No entanto, a pressão normativa mais forte para que a pessoa se torne pai ou mãe é a identificação, comum a muitas sociedades diferentes, entre transição para adulto e transição para a paternidade/maternidade (Rindfuss *et al.*, 1988).

A transição para a maternidade torna-se importante não apenas como ponto de refe-



rência para a formação de família, mas também por causa de suas implicações para indivíduos, família, instituições e sociedades como um todo. A decisão da mulher de se tornar mãe e a determinação da época do primeiro parto têm amplos efeitos sobre o nível de reprodução da sociedade (Ryder, 1975). Por

exemplo, os níveis periódicos de fecundidade têm conseqüências para as estruturas do mercado de trabalho, para as taxas de mobilidade e inclusive para as relações intergeracionais futuras. No nível individual, a época do nascimento do primeiro filho influencia a carreira da mulher como profissional e como mãe e até

TABELA 1  
Distribuição % das mulheres brasileiras com 15 a 54  
por cor e características da nupcialidade\*

TOTAL/COR	PERCENTAGEM DE MULHERES SOLTEIRAS COM FILHOS	PERCENTAGEM DE MULHERES ALGUMA VEZ UNIDAS POR NÚMERO DE UNIÕES		
		1	2	3+
• Brasil	10,70	92,1	7,3	0,6
Branças	7,63	93,8	6,0	0,2
Pardas	13,36	89,8	9,1	1,1
Pretas	20,60	87,9	10,7	1,4

FONTE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1984.

(\*) A amostra nesta pesquisa foi de 137 mil mulheres de 15 a 54 anos, distribuídas, por cor, em 57% brancas, 36% pardas e 6,5% pretas.

TABELA 2  
Idades no início do casamento e dos nascimentos das mulheres brasileiras  
segundo a cor em 1984

IDADES EM QUARTIS	CASAMENTO*	NASCIMENTOS				
		PRIMEIRO	SEGUNDO	TERCEIRO	QUARTO	QUINTO
• Brasil						
Q1	17,7	18,8	20,8	22,4	23,9	25,5
Q2	20,1	21,3	23,3	25,2	26,8	28,3
Q3	23,2	24,3	26,7	28,7	30,1	31,7
• Brancas						
Q1	18,0	19,2	21,2	22,8	24,3	25,8
Q2	20,3	21,6	23,8	25,6	27,1	28,6
Q3	23,3	24,7	27,2	29,1	30,6	31,8
• Pardas						
Q1	17,3	18,4	20,3	22,0	23,6	25,3
Q2	19,7	20,8	22,8	24,7	26,3	28,0
Q3	22,8	23,8	26,0	28,0	29,6	31,3
• Pretas						
Q1	17,5	18,7	20,8	22,5	24,2	25,8
Q2	20,3	21,3	23,4	25,5	27,2	28,8
Q3	24,0	24,9	27,0	29,0	30,6	32,3

FONTE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1984.

(\*) Casamento, neste trabalho, é definido como uma união estável, portanto, inclui tanto as uniões legais quanto as consensuais.

mesmo o risco de dissolução do matrimônio (Morgan e Rindfuss, 1985). Os efeitos da mudança da época de maternidade no nível da sociedade ficam claros a partir de seus efeitos sobre a fecundidade. O espaçamento dos nascimentos determina o nível de fecundidade em qualquer tempo e período, o que por sua vez determina o tamanho das novas coortes. As implicações dessas mudanças sobre o tamanho das coortes abrangem os sistemas de educação, mercado de trabalho e aposentadoria.

Portanto, do ponto de vista dos estudos "life course", ou trajetórias de vida, uma preocupação central é quando começa e termina a paternidade/maternidade, e não apenas o fato de a maioria dos indivíduos passar por esse estágio. Não obstante, o fato de um evento ou transição chegar de fato a ocorrer é tão importante quanto a época em que isso se dá. Em razão disso, descrevo igualmente a ocorrência ou não de um primeiro parto entre as mulheres brasileiras e quando esse evento teve lugar. Em seguida, examino a forma como essas mulheres construíram suas famílias, analisando o espaçamento de seus cinco primeiros intervalos de nascimento.

### **Padrões de transição para a maternidade no Brasil**

Metade de todas as mulheres brasileiras alguma vez unidas, em 1984, começou sua carreira de mãe por volta dos 21 anos. A relação entre a época da maternidade e o curso de vida é muitas vezes examinada em termos do comportamento nos dois extremos: maternidade "precoce" ou adolescente e maternidade "tardia", em que as mulheres se tornam mães depois de uma idade relativamente alta, em geral 30 anos. Por trás dessas qualificações de maternidade precoce ou tardia existe a concepção de um curso de vida normativo com respeito ao seqüenciamento e à época dos eventos e transições.

Deixando de lado a discussão do uso do conceito de normas na explicação do comportamento através do curso de vida (ver Marini,

1984, e Goldani, 1989), analiso aqui os padrões mais comuns de transição à maternidade das mulheres brasileiras. Identificando na faixa etária dos primeiros casamentos e primeiros nascimentos e suas variações por coorte e raça, caracterizo o que significa "transição precoce", "transição típica" e "transição tardia", no que se refere às transições para a maternidade entre as mulheres brasileiras. Basicamente, a referência a uma "transição precoce" ou "tardia" será a idade da mãe. A data do nascimento localiza o evento num tempo histórico, num período, e a comparação com outras coortes oferecerá a mudança no ritmo com que várias coortes realizam a transição para a maternidade.

Portanto, usando as médias estatísticas das idades relativas à época do primeiro parto,<sup>5</sup> não estou definindo um comportamento "normativo" da carreira maternal, mas apenas indicando os padrões mais comuns da transição para a maternidade no Brasil. Como mencionei acima, metade das mulheres brasileiras alguma vez unidas que tiveram um primeiro filho nas últimas quatro décadas o teve por volta dos 21 anos de idade. Essa idade média ao primeiro filho reflete a experiência da mulher média, mas não daquelas que ingressaram precoce ou tardiamente na maternidade. Assim, as idades das mulheres na época do primeiro nascimento (Tabela 2) variam de 18,8 a 24,3 com a média de 21,3. Como seria de esperar, essa faixa relaciona-se de perto com a das idades relativas das mulheres no primeiro casamento. A idade das mulheres no primeiro casamento varia de 17,7 a 23,2, com a média de 20,1. A partir dessas idades relativas, parece razoável presumir que as "transições típicas" para a maternidade ocorram na faixa dos 18 aos 25.

Assim, segundo os padrões etários definidos, as transições para maternidade no Brasil, em 1984, podem ser definidas como: "maternidade precoce" como aquela em que as mulheres têm o primeiro filho antes dos 18 anos, o que se aplica a cerca de 16% do total de mulheres que tiveram filhos; a "maternidade tardia" - mulheres que tiveram o primeiro



parto aos 25 anos ou mais – envolveu 21,5%; os outros 62,3% foram mulheres que tiveram uma transição típica, ou entre 18 e 25 anos de idade (Tabela 3).

Os padrões das idades relativas no primeiro casamento e no primeiro nascimento são ligeiramente diferentes segundo a raça,<sup>6</sup> o que implica diferenças em termos da faixa etária da transição para a maternidade “típica” entre os diversos grupos raciais: brancas, pardas e pretas (Tabela 3). Entretanto, ao comparar cada grupo com o comportamento médio da população brasileira como um todo, emerge um forte desvio por parte das mulheres pretas em sua transição para a maternidade. A proporção de mulheres pretas que passam por uma transição “típica” (56,4%) difere em cerca de 6% da média das mulheres brasileiras (62,3%). Similarmente, é interessante observar que as mulheres pretas apresentam as maiores proporções entre as que fazem uma transição tardia para a maternidade (25,3%). Isso parece

relacionar-se a idades de casamento mais tardias, mas também poderia ser interpretado como uma estratégia no processo mais recente de controle da natalidade entre os pretos (Goldani, 1989).

O processo de mudanças demográficas no Brasil, particularmente o forte declínio da fecundidade, indica alterações no padrão de transição para a maternidade. O padrão cambiante de transição para a maternidade é observado através do comportamento de dois grupos etários (45-49 e 30-34) na seção inferior da Tabela 3. As mulheres com primeiros nascimentos na coorte mais jovem (30-34) estão a retardá-los. Na coorte de mulheres mais velhas, cerca de 18% tiveram o primeiro filho depois dos 25 anos, enquanto na coorte mais jovem cerca de 25% das mulheres tiveram o primeiro filho depois dessa idade. Essa tendência é observada entre mulheres alguma vez unidas de todos os grupos raciais, embora seja particularmente forte entre as brancas.

TABELA 3  
Distribuição das mulheres brasileiras alguma vez unidas segundo as idades na transição “precoce”, “típica” e “tardia” para a condição de mãe

REGIÃO/TAXA E COORTE	PERCENTAGEM DAS MULHERES EM TRANSIÇÃO PARA O 'STATUS' DE MÃE E ESPOSA		
	"PRECOCE" (< 18)	"TÍPICA" (18-24)	"TARDIA" (25+)
• Brasil			
Branças	16,2	62,3	21,5
Pardas	13,8	63,6	17,5
Pretas	19,9	61,5	18,6
POR COORTE DE IDADE *	18,3	56,4	25,3
45-49			
• Brasil/total			
Branças	16,3	65,6	18,1
Pardas	14,3	66,1	19,5
Pretas	20,7	64,0	15,3
30-34	19,6	60,1	20,3
• Brasil/total			
Branças	11,9	63,4	24,7
Pardas	9,8	63,2	26,9
Pretas	15,3	63,9	20,8
	12,7	62,9	24,4

(\*) Para efeito de comparação entre as coortes de idade, somente as mulheres que tiveram o primeiro filho até os 30 anos estão consideradas. Registra-se que apenas 4,3% do total de mulheres na coorte mais velha tiveram o primeiro filho depois dos 30 anos.

A proporção de mulheres brancas que têm filhos depois dos 25 anos cresce cerca de 7%, enquanto entre as pardas e pretas esse crescimento é de 5,5% e 4,1%, respectivamente. Essas mudanças no padrão de transição para a maternidade indicam que o retardo dos primeiros partos operou como uma das estratégias de redução da fecundidade recente no Brasil.

### Trajétórias alternativas: tornar-se primeiro esposa ou mãe?

As tendências relativas à época dos eventos no processo de formação de família mostram que a esperada seqüência de casamento e primeiro filho mudou no Brasil, com um maior número de casamentos envolvendo concepções pré-maritais.<sup>8</sup> A porcentagem de casamentos com tal característica cresceu de 14,3% para 19,6% nos períodos de 1945 a 1954 e de 1975 a 1984 (Tabela 4). Essa mudança resulta de um ligeiro decréscimo na proporção de nascimentos pré-maritais, de

7,7% para 6%, mas com uma duplicação das gravidezes pré-maritais, que passaram de 6,6% para 13,6%.

A Tabela 4 também indica um retardo na transição para a maternidade no Brasil. Das mulheres que tiveram filhos no primeiro período (1945-1954), 42% tiveram um primeiro filho dentro de um ano e cerca de 77% dentro de dois anos depois do casamento. Esses números decresceram a cada período sucessivo. No período mais recente, 1975-1984, entre as mulheres que tiveram o primeiro filho nos cinco primeiros anos de casamento, apenas 36,6% o tiveram no primeiro ano e 69,9% nos dois primeiros anos. Como as concepções pré-maritais são incluídas na porcentagem de mulheres que deram à luz no primeiro ou nos dois primeiros anos de casamento, elas obscurecem a tendência ainda maior de retardar o primeiro filho entre as concepções pós-maritais.

As concepções pré-maritais e os retardos dos primeiros nascimentos variam de acordo com a raça. A proporção de mulheres pretas que tiveram concepções pré-maritais é de cerca de 19%, comparada com 16% das "pardas" e 14% das brancas. Essas diferenças devem-se

TABELA 4

Fecundidade pré-marital e espaçamento entre o primeiro nascimento e o casamento<sup>1</sup> por período em que ocorreu e por cor da mãe (Brasil - 1984)

PERÍODO/COR	PORCENTAGEM ENVOLVENDO:			MESES APÓS O MATRIMÔNIO EM QUE OCORRE O PRIMEIRO NASCIMENTO	
	NASCIMENTO PRÉ-MARITAL <sup>2</sup>	GRAVIDEZ PRÉ-MARITAL <sup>3</sup>	CONCEPÇÃO PRÉ-MARITAL <sup>4</sup>	12	24
1945-54	7,7	6,6	14,3	42,3	76,7
1955-64	6,4	6,5	12,9	40,8	74,0
1965-74	6,7	9,3	16,0	39,5	73,0
1975-84	6,0	13,6	19,6	36,6	69,6
Brasil (1980-84)	5,8	9,5	15,3	41,9	73,8
Branças	4,8	9,5	14,4	40,5	73,0
Pardas	7,0	9,5	16,5	44,1	75,4
Pretas	8,4	10,2	18,6	43,7	72,9

FONTE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1984.

1) Casamento é definido como uma união estável, portanto, inclui tanto as uniões legais quanto as consensuais. Neste estudo, mulheres que declararam viver em união consensual representam 8,3% do total de mulheres alguma vez unidas ou 14,4% das mulheres atualmente unidas.

2) Nascidos antes do casamento.

3) Nascidos nos primeiros sete meses de casamento.

4) Nascimentos pré-maritais mais gravidezes pré-maritais. Não inclui perdas fetais espontâneas ou aborto induzido.



principalmente à maior proporção de nascimentos pré-maritais entre as pretas (8,4%) do que entre as brancas (4,8%) e pardas (7%). O número de gravidezes pré-maritais entre as pretas é apenas ligeiramente maior (10,2%) do que entre as brancas (9,5%) e pardas (9,5%) (Tabela 4). A crescente proporção de concepções pré-maritais em períodos recentes é re-

forçada pelas diferenças observadas segundo a coorte (Tabela 6). Há uma correlação negativa entre coorte etária e concepção pré-marital. Quanto mais velha a mulher, menor a proporção das que declararam ter tido uma concepção pré-marital.

Assim, as diferenças observadas por coorte e período na proporção de concepções pré-

TABELA 5  
Fecundidade pré-marital e espaçamento do primeiro nascimento por período em que ocorreu o nascimento por cor das mulheres brasileiras

PERÍODO	PORCENTAGEM ENVOLVENDO UM (a):											
	NASCIMENTO PRÉ-MARITAL			GRAVIDEZ PRÉ-MARITAL			CONCEPÇÃO PRÉ-MARITAL			PRIMEIRO NASCIMENTO ATÉ 12 MESES APÓS A UNIÃO		
	B	Pd	Pt	B	Pd	Pt	B	Pd	Pt	B	Pd	Pt
1945-54	6,5	9,7	9,2	6,1	7,7	6,6	12,6	17,4	15,8	50,3	49,8	47,6
1955-64	5,3	7,7	9,7	6,1	9,5	7,9	11,4	17,2	17,6	47,3	47,1	45,4
1965-75	5,5	8,3	9,3	9,2	9,4	10,0	14,7	17,7	19,3	44,8	48,5	47,4
1975-84	5,1	6,9	8,8	14,2	12,6	14,0	19,3	19,5	22,8	40,3	45,8	47,1

FORNTE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1984.

B - Mulheres brancas:

Pd - Mulheres pardas:

Pt - Mulheres pretas.

TABELA 6  
Fecundidade pré-marital e espaçamento do primeiro nascimento após a união por coorte etária e idade ao casar das mulheres brasileiras

COORTE ETÁRIA	NASCIMENTO PRÉ-MARITAL				GRAVIDEZ PRÉ-MARITAL				CONCEPÇÃO PRÉ-MARITAL			
	BRASIL	B	Pd	Pt	BRASIL	B	Pd	Pt	BRASIL	B	Pd	Pt
15-24	5,6	4,7	6,4	9,6	14,9	16,3	12,7	15,5	20,5	21,0	19,1	25,1
25-29	6,5	5,6	7,6	9,2	12,7	13,2	11,7	12,9	19,2	18,8	19,4	22,1
30-34	5,9	4,8	7,3	8,4	9,9	9,5	10,4	11,4	15,8	14,3	17,7	19,8
35-39	5,4	4,3	6,9	9,0	7,9	7,5	8,3	9,4	13,3	11,8	15,1	18,4
40-44	5,8	4,9	7,1	7,4	6,2	5,7	7,0	7,0	12,0	10,6	14,1	14,4
45-49	5,8	5,0	7,0	8,1	5,2	5,0	5,5	5,9	11,0	10,0	12,5	14,0
50-54	4,8	4,0	6,3	5,8	5,4	4,8	6,3	6,4	10,2	8,8	12,6	12,2
• Idade ao casar *												
< 18	3,4				9,2				12,6			
18-19	4,7				11,0				15,7			
20-22	5,9				10,1				16,0			
23+	9,0				8,3				17,3			

\* As quatro categorias de idade ao casar foram determinadas pelos quartis da distribuição da idade na primeira união em toda a amostra. Os quartis utilizados são os da idade completa mais próxima (veja Tabela 2).

B = Mulheres brancas

Pd = Mulheres pardas

Pt = Mulheres pretas



maritais parecem ser mediadas pela idade ao casar. As concepções pré-maritais têm mais chance de ocorrer entre as mulheres que se casam com idades mais elevadas. A Tabela 6 mostra uma crescente relação positiva entre a idade ao casar e a proporção de mulheres que têm partos e gravidezes pré-maritais. A proporção de mulheres que se estima terem tido um primeiro filho antes do casamento vai de 3,4% para aquelas que se casaram relativamente cedo (menos de 18 anos) a 9% para as que se casaram relativamente tarde (23 anos ou mais). Em termos de concepção pré-marital, as proporções vão de 12,6% para as que se casaram cedo a 17,3% para as que se casaram tarde. Assim, existe no Brasil uma associação direta entre a crescente proporção de concepções pré-maritais e a tendência a retardar o casamento.<sup>9</sup>

As mudanças na seqüência de casamento e primeiro filho observadas no Brasil, assim como suas variações por coorte, idade ao casar e raça, não são particulares deste país. Uma comparação com os Estados Unidos ajuda a colocar nossas conclusões em perspectiva. Por exemplo, por volta de 1975 cerca de 20% de todos os primeiros casamentos no Brasil envolviam um nascimento ou gravidez pré-marital legitimado pelo matrimônio. Para os Estados Unidos, o número correspondente é mais elevado: cerca de 32% de todos os primeiros casamentos envolviam um nascimento ou uma gravidez pré-marital (Teachman, Polonko e Scanzoni, 1987, p. 14). Há diferenças significativas entre os dois países com respeito aos partos pré-maritais. Por volta de 1975, a proporção de partos pré-maritais era de 9,5% nos Estados Unidos e de 6% no Brasil. Tem havido um crescimento sistemático dos partos pré-maritais nos Estados Unidos desde a década de 50, enquanto no Brasil não há uma tendência clara no mesmo período. O que é claro é que a proporção de gravidezes pré-maritais dobrou no Brasil no período 1955-1984 e cresceu 34% nos Estados Unidos entre 1955 e 1974. Esses números indicam que a proporção de gravidezes legitimadas pelo casamento é maior no Brasil que nos Estados Unidos.

A tendência geral de adiar a idade ao ter o primeiro filho e a do primeiro casamento é compatível com a queda das taxas de fecundidade no Brasil. O casamento está perdendo lugar como determinante da fecundidade e os métodos de controle da concepção estão ficando mais efetivos e de uso mais amplo.<sup>10</sup> Esses correlatos demográficos das mudanças na fecundidade geram novas condições para a reprodução, com implicações importantes para os modelos de construção de família. Já se conhece os efeitos do decréscimo da fecundidade sobre o tamanho da família mas muito pouco sobre o processo de construção da família.

No processo de construção de família, o primeiro nascimento é reconhecido como um evento crucial na medida em que influencia de várias maneiras os subseqüentes intervalos entre partos, o tamanho total da família e as vidas das mulheres. A época do primeiro nascimento influencia as trajetórias de vida das mulheres, a acumulação de recursos e o risco de ruptura do casamento (Rindfuss *et al.*, 1984), e também tem forte impacto sobre o nível de reprodução da sociedade.

Na Tabela 7, dá-se uma visão geral do padrão de construção da família no Brasil. Os resultados da tábua de vida (*life table*) para paridades de um a cinco mostram que 92% das mulheres brasileiras têm o primeiro filho até cinco anos depois do casamento, com um intervalo médio entre os partos (*T*) de 14,5 meses e uma dispersão (*S*) de pouco mais de um ano.<sup>11</sup>

Os intervalos entre os nascimentos mostram que o intervalo do primeiro filho, evento praticamente universal para as mulheres alguma vez unidas, é semelhante para brancas, pardas e pretas. Quase todas as mulheres (de 90 a 92%) das três categorias raciais têm o primeiro filho nos cinco primeiros anos de casamento, com um intervalo médio (*T*) entre a união e o primeiro filho de cerca de 14,8 meses para as brancas e 14 meses, aproximadamente, para pardas e pretas. A dispersão (*S*) é de cerca de um ano para os três grupos (Tabela 8). O que distingue o comportamento dessas mulheres no processo de formação de

TABELA 7  
Medidas sumárias de nascimento no Brasil (1984)

MEDIDA SUMÁRIA	ORDEM DE NASCIMENTO				
	1	2	3	4	5
B7	0,153				
B9	0,221				
B15	0,541	0,202	0,155	0,149	0,160
B30	0,805	0,576	0,482	0,473	0,497
B60 ou Quintum (Q)	0,917	0,825	0,714	0,689	0,714
Trimean (T)	14,5	23,6	24,6	24,5	24,1
Spread (S)	12,2	17,7	18,28	17,5	17,3
N	86.517	77.730	63.134	44.935	30.743

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1984.  
Fonte: Dados da IIta da PNAD-1984.

Notas: As medidas (T) e (S) são os principais indicadores do tempo da fecundidade. O trimean (T) é uma espécie de medida central da distribuição, uma trimédia, uma vez que no cálculo também se considera valores extremos da distribuição. O spread é uma medida de dispersão. Por outro lado  $\sigma$  quantum da fecundidade é indicado pelas medidas referidas como Bn. Assim, Bn refere-se à proporção das mulheres que tiveram um nascimento dentro de n meses desde o começo do intervalo. Por exemplo, o quintum ou B60 refere-se a proporção de mulheres que tiveram filhos nos cinco primeiros anos de experiência reprodutiva.

família é a ordem dos eventos. É maior a proporção de mulheres pretas que se tornam mães antes do casamento do que a de brancas. Essas diferenças ocorrem tanto nos partos pré-maritais quanto nas concepções pré-maritais. A concepção pré-marital num período de sete meses depois do casamento (B7), que consideramos o melhor indicador das concepções pré-maritais no Brasil, mostra que a proporção de mulheres brancas que têm filhos ou ficaram grávidas antes de casar é de 14,4%, enquanto a das pardas e pretas é de 16,5% e 18,6%, respectivamente.

As diferenças por raça na maneira como as mulheres formam suas famílias mantêm-se quando o indicador de concepção pré-marital é B9 (concepção pré-marital num período de nove meses). A razão de mostrar os valores de B7 e B9 é manter a possibilidade de comparação com a maioria das conclusões do World Fertility Survey para os países da América Latina. Por exemplo, o valor da concepção pré-marital num período de nove meses (B9) depois do casamento foi de cerca de 22% no Brasil e 27% na Colômbia (em 1977) (Rodríguez e Hobcraft, 1980). A principal conclusão a partir desses resultados relativos aos primeiros partos é que as carreiras de esposa e de

mãe no Brasil guardam uma relação muito estreita. Aliás, para uma porcentagem significativa de mulheres brasileiras, especialmente pretas, a maternidade vem primeiro.<sup>12</sup>

O processo de construção de família observado através de intervalos de nascimentos de um a cinco mostra um declínio associado à paridade (Tabela 7). A proporção de mulheres que têm um parto subseqüente a cada duração declina até a paridade quatro. A maioria das diferenças é captada pelo Quintum (Q), ou seja, proporção de filhos tidos nos primeiros cinco anos de casamento, que varia de 92% para o primeiro filho a 82% para o segundo, 71% para o terceiro, 69% para o quarto e 71% para o quinto. O ligeiro aumento da proporção de mulheres na paridade cinco pode ser interpretado como um efeito da seletividade. Presume-se que as mulheres que alcançam paridades mais elevadas sejam mais férteis e provavelmente mais rápidas em seu comportamento reprodutivo do que as outras.

Como se pode ver na Tabela 8, parece que os intervalos de nascimento – com exceção do primeiro – se concentram entre 15 e 30 meses após o início de cada intervalo. Os valores da trimédia (*trimean*) mostram que os segundos nascimentos ocorrem, em média, aproximada-



TABELA B  
Medidas sumárias para os primeiros cinco intervalos de nascimento  
das mulheres brasileiras por cor em 1984

MEDIDAS	ORDEM DE NASCIMENTO														
	PRIMEIRO			SEGUNDO			TERCEIRO			QUARTO			QUINTO		
	B	Pd	Pt	B	Pd	Pt	B	Pd	Pt	B	Pd	Pt	B	Pd	Pt
B7	,144	,165	,186												
B9	,209	,238	,251												
B15	,527	,564	,546	,177	,245	,214	,127	,195	,180	,121	,183	,182	,131	,189	,190
B30	,799	,817	,790	,534	,643	,610	,415	,576	,553	,405	,553	,566	,434	,561	,556
B60	,917	,920	,904	,802	,863	,829	,651	,803	,782	,615	,780	,775	,643	,779	,800
T	14,8	14,0	14,1	22,1	21,9	22,5	25,7	22,6	23,7	25,4	23,6	23,4	25,0	23,2	23,9
S	12,4	11,7	12,5	13,2	15,9	15,8	19,1	21,8	16,8	18,6	16,7	15,6	18,1	16,4	17,2

FONTE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1984.

T - Trimean ou Trimédia;

S - Spread ou Dispersão;

B - Mulheres brancas;

Pd - Mulheres pardas;

Pt - Mulheres pretas.

mente dois anos depois do primeiro, enquanto o terceiro e o quarto acontecem dentro de um intervalo de 30 meses. A duração média do intervalo para o quinto filho é menor que a do terceiro, sugerindo que as mulheres com paridades mais elevadas têm seu filho subsequente num ritmo mais rápido do que as de paridades mais baixas.<sup>13</sup>

A tendência geral no sentido de baixas proporções de mulheres tendo um parto subsequente é compatível com as tendências de diminuição da fecundidade, nas quais se espera que o declínio ocorra primeiro nas probabilidades de transição em paridades elevadas e gradualmente atinja as paridades mais baixas. A medida usada nesta análise, o "Quintum", indica apenas a probabilidade de se ter um filho subsequente dentro de cinco anos, o que significa que o declínio na proporção de mulheres que têm filhos subsequentes também poderia ser interpretado como uma mudança no ritmo da fecundidade, com as mulheres tendo partos a intervalos maiores do que cinco anos. Entretanto, o acentuado declínio da proporção de mulheres com paridades elevadas, sugere que a última explicação não é plausível para paridades elevadas, embora o seja para baixas paridades. A alta prevalência da esterilização como método contraceptivo para interromper a fecundidade no Brasil apóia a idéia de uma alteração tanto na velocidade quanto no volume da fecundidade. Por volta de 1986, quase um terço das mulheres casadas, legalmente ou não, era esterilizada. Essa proporção é ainda maior entre as mulheres mais velhas, variando de 19% entre 25 e 29 anos a 42% entre 35 e 39 anos (Bemfam, 1987).

O processo de construção de família é diferenciado por raça, particularmente depois do segundo filho. A probabilidade de ter um terceiro filho é de apenas 0,65 para as mulheres brancas, enquanto para as pardas é de 0,80 e para as pretas, de 0,78. De modo semelhante, entre as mulheres que têm pelo menos quatro filhos, apenas 64,3% das brancas têm um quinto filho dentro de cinco anos depois do quarto, número que é de 77,9% para as pardas e de 80% para as pretas. O tempo médio entre

os partos é também maior para as brancas - quase 25 meses para essas paridades -, sendo de 23 meses para as pardas e de 24 meses para as pretas. Todas essas diferenças raciais em termos de construção da família são compatíveis com estudos anteriores na área da fecundidade (Bercovich, 1987; Goldani, 1989).

## Conclusões

As variações no processo de formação de família entre mulheres brancas, pardas e pretas aqui descritas estão em grande medida associadas às diferenças em seus padrões reprodutivos em geral, resumidos na Tabela 9. De fato, os níveis de mortalidade, que favorecem as mulheres brancas com 8,5 anos de esperança de vida, bem como as menores taxas de fecundidade total das mulheres brancas, cerca de 29%, são indicadores importantes das diferenças na condição de vida das mulheres e estão estreitamente relacionadas aos padrões de formação e construção da família por cor. Entre os efeitos demográficos sobre as diferenças raciais destaca-se a mortalidade - pelo potencial que representa uma maior longevidade em termos da continuidade dos papéis familiares da mulher - e as rupturas matrimoniais, que significariam descontinuidade desses papéis.

No Brasil como um todo, as mulheres pardas e pretas estão constituindo famílias mais amplas e com maior rapidez que as mulheres brancas. As diferenças mais pronunciadas a esse respeito ocorrem entre mulheres brancas e pretas. As pretas são mais suscetíveis que as brancas a vivenciarem concepções pré-maritais e primeiros partos mais rápidos. A proporção de mulheres pretas que tem concepções pré-maritais é de cerca de 19%, em comparação com 16% para as pardas e 14% para as brancas. Esses diferenciais se devem sobretudo à elevada proporção de partos pré-maritais entre as mulheres pretas (8,4%) em relação às brancas (4,8%), enquanto a proporção de gravidezes pré-maritais é só ligeiramente mais alta. A grosso modo, as mulheres pardas ficam entre pretas e brancas.

TABELA 9  
**Características demográficas das mulheres brasileiras  
segundo a cor no período 1980-1984**

INDICADORES	BRANCAS	PARDAS	PRETAS	TOTAL
Taxa de fecundidade total	3,14	4,42	4,37	3,64
Taxa de fecundidade marital	6,42	8,39	9,32	7,23
Esperança de vida (e <sup>0</sup> )	70,29	61,79	61,79	65,7
Taxas de nupcialidade:				
Primeira união	66,4	72,0	62,1	70,9
Divórcio/Separação	15,0	22,4	30,7	18,6
Viuvez	4,3	5,6	8,3	5,0
Recasamento pós-divórcio	60,0	64,0	62,0	62,1
Recasamento pós-viuvez	64,1	54,0	47,0	56,7

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1984.

A tendência, ao longo do tempo, de uma dissociação entre parto e casamento foi verificada para todos os grupos de mulheres por cor. Tais mudanças são indicativas das mudanças nos processos de formação de família bem como dos efeitos das transformações sociais e econômicas na sociedade brasileira. Já em termos do processo de construção da família, descrito através dos intervalos de nascimento dos primeiros cinco filhos, fica claro o declínio da fecundidade associado à paridade em todos os grupos de mulheres, ainda que de forma diferenciada.

As mudanças ocorridas no processo de construção da família em termos de sequência e tempo dos eventos bem como as diferenças por raça são relevantes pela relação que guardam com a dimensão trabalho na trajetória de vida da mulher. Estudos para diferentes con-

textos têm demonstrado a relação entre a duração e sequência dos eventos familiares e a flexibilidade e tempo disponível para as mulheres prosseguirem em carreiras profissionais. No caso do Brasil, apesar do substancial aumento da participação da mulher na força de trabalho, nas últimas décadas, muito pouco se sabe acerca da relação disso com as transformações na vida familiar. Na realidade, a combinação de aspectos de discriminação por sexo, idade e raça tem criado situações desvantajosas para a maioria das mulheres brasileiras no mercado de trabalho. Caberia enfatizar, finalmente, que as diferenças raciais no processo de formação e construção da família tem profundas implicações, não só em termos da desigualdade de oportunidades a nível das trajetórias de vida das mulheres, mas também a nível da reprodução social mais ampla.

#### NOTAS

1. Este *paper* é parte da minha dissertação de doutorado. Agradeço a meus orientadores, Frank Bean e Thomas Pullum, bem como aos outros membros da comissão, Harley Browning, Norval Glenn e Myron Gutmann, por comentários sobre uma versão anterior, e a Edward Telles por sugestões na preparação deste *paper*.
2. Os dados utilizados neste estudo são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, de 1984, realizada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - FIBGE. Em 1984, o suplemento da



PNDA foi planejado para obter informações sobre os níveis e tendências da fecundidade para mulheres de 15 a 54 anos de idade. A amostra incluiu cerca de 0,5% da população brasileira e procurou obter dados representativos das oito regiões do país.

3. Ver Berquó *et al.* (1986); Berquó (1987 e 1988); Bercovich (1987); Tamburo (1987); Pacheco (1987); Oliveira, Porcaro e Araújo (1987); Goldani (1989) e Goldani e Pullum (1989).

4. Pelo fato de tratar o casamento como condição para a paternidade, os estudos tradicionais de demografia social definem erroneamente o espaço de tempo entre o casamento e o primeiro nascimento como "primeiro intervalo de parto" (ver Rindfuss *et al.*, 1988).

5. A idade relativa refere-se àquela do início do intervalo do evento. Chama-se idade relativa porque se baseia na idade da respondente em relação a outras mulheres no mesmo estágio da vida reprodutiva (Rodríguez e Hobcraft, 1980; Ryder, 1975).

5. O total de amostra da pesquisa compreende cerca de 137 mil mulheres, distribuídas segundo a raça da seguinte maneira: 57% brancas, 6,5% pretas e 36% "pardas". Estas incluem um grande número de categorias racialmente mescladas, como mulatas, caboclas, mame-lucas, cafunzas etc.

7. Para fins de comparação de coortes, foram consideradas apenas as mulheres que tiveram o primeiro nascimento até os 30 anos. Aquelas com primeiro filho acima de 30 anos compreendem somente 4,3% do total de mulheres na coorte etária 45-49. Os primeiros acima de 30 anos para essa coorte representam 20% de todas as transições "tardias" (25+) para a maternidade, de modo que não constituem grande problema do ponto de vista censitário.

8. O pressuposto é de que, sendo o primeiro parto um fenômeno tão universal (cerca de 93% das mulheres brasileiras, independentemente de raça, tiveram um primeiro parto com até cinco anos de casamento), a ocorrência de gravidez logo após o primeiro casamento é fato comum no Brasil. Assim, em vez de usar B9, que significa a ocorrência do parto até nove meses depois do casamento, vou usar B7, ou seja, o primeiro filho dentro de sete meses, como indicador da concepção pré-marital. Portanto, meu indicador de gravidez pré-marital inclui os partos que ocorreram antes do casamento e aqueles que tiveram lugar até sete meses depois.

9. Um índice de fecundidade pré-marital à idade do primeiro casamento mostra um padrão similar a esse com referência ao México. A proporção total de mulheres com nascimentos antes do casamento é de 13,8%, mas ela varia de 10% para mulheres casadas antes dos 17 anos e 16% para as casadas aos 22 anos ou mais (Ojeda, 1987, p. 195).

10. O controle de fecundidade ( $m$ ) mensurado para as mulheres brasileiras segundo a raça em 1980-1984 revela que as mulheres brancas apresentam 0,923, as pardas 0,558 e as pretas 0,583. Esses valores de  $m$  baseiam-se na média de cinco grupos etários (20-44) e geralmente variam de 0,4 a 4 (sobre a metodologia, ver Knodel, 1977).

11. As medidas sumárias usadas como indicadores do ritmo da fecundidade são a trimédia (*trimean*),  $T$ , juntamente com a dispersão,  $S$ . A trimédia é uma medida do centro da distribuição, mas inclui o primeiro e o terceiro quartis, de modo que as assimetrias serão refletidas nos resultados. Essas medidas de localização e dispersão são consideradas mais sensíveis do que a média estatística comum, normalmente usada nos estudos demográficos (ver Rodríguez e Hobcraft, 1980, p. 12). O *quantum* de fecundidade baseia-se nas experiências das mulheres nos cinco primeiros anos da união e vou referir-me a ele como *quantum* de fecundidade,  $Q$ . Para os primeiros nascimentos, complementarei a trimédia e o *quantum* usando a proporção de mulheres que tiveram o primeiro parto até o sétimo (B7) ou nono (B9) mês depois do casamento como uma estimativa das concepções pré-maritais. As medidas B15 e B30 são subconjuntos de valores e denotam a proporção de mulheres que tiveram um filho até 15 e até 30 meses depois do início do intervalo.

12. Isso é ainda mais verdadeiro quando se consideram as mulheres solteiras com filhos. Do total de mães solteiras no Brasil (cerca de 11% do total de mulheres solteiras entre 15 e 54 anos em 1984), 47% eram pretas, 38% pardas e 15% brancas.

13. Resultados anteriores para o Brasil mostram tendências similares, embora o tempo médio de transição entre os eventos fosse muito maior. Berquó (1980) achou uma média de 21 a 22 meses entre o casamento e o primeiro parto e de 27 a 28 entre o primeiro e o segundo partos para mulheres casadas em 1955-1959 e 1960-1969 em áreas selecionadas do Brasil.

## BIBLIOGRAFIA

- BENFAM. (1987), *Pesquisa nacional sobre saúde materno-infantil e planejamento familiar*, Brasil, 1986. Rio de Janeiro, Benfam.
- BERCOVICH, Slicia. (1987), "Fecundidade da mulher negra: constatações e questões". *Textos NEPO*, n. 11, Núcleo de Estudos de População da Unicamp.
- BERQUÓ, Elza Salvatori. (1980), "Análise do ciclo vital visto da perspectiva do 'quantum' e do 'tempo' da fecundidade: estudo comparativo de contextos brasileiros". *Anais do Segundo Encontro Nacional da ABEP*, São Paulo.
- . (1987), "Nupcialidade da população negra no Brasil". *Textos NEPO*, n. 11, Núcleo de Estudos de População da Unicamp.
- . (1988), "Demografia da desigualdade: algumas considerações sobre os negros no Brasil". *Anais ABEP*, São Paulo.
- GOLDANI, Ana Maria. (1989), *Women's transitions: the intersection of female life course, family and demographic transition in twentieth century Brazil*. Ph.D. Dissertation, University of Texas, Austin.
- GOLDANI, Ana Maria e PULLUM, Thomas. (1989), "Changes in the life course of Brazilian Women". *Anais da XXI Conferência da União Internacional para o Estudo Científico da População (UIECP)*, Nova Délhi, setembro.
- HIRSCHMAN e RINDFUSS, R.R. (1982).
- HOBcraft, John. (1985), "Family building patterns". In John Cleland e John Hobcraft (orgs.), *Reproductive change in developing countries*, Nova Iorque, Oxford University Press.
- MARINI, Margaret M. (1984), "Age and sequencing norms in the transition to adulthood". *Social Forces*, n. 63, p. 229-43.
- MORGAN, S.P. e RINDFUSS, R.R. (1985), "Marital disruption: structural and temporal dimension". *American Journal of Sociology*, 90(5), p. 1055-77.
- OJEDA, Norma. (1987), *Family cycle and social classes in Mexico*. Ph.D. Dissertation, University of Texas, Austin.
- OLIVEIRA, Lucia Elena Garcia de, PORCARO, Rosa Maria e ARAÚJO, Tereza Cristina Nascimento. (1987), "Repensando o lugar da mulher negra". *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 13.
- PACHECO, Moema de Poli Teixeira. (1987), "A família negra: exame de algumas questões". *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 13.
- RINDFUSS, Ronald R., MORGAN, S. Phillip e SWICEGOOD, C. Gray. (1984), "The transition to motherhood: the interaction of structural and temporal dimensions". *American Sociological Review*, n. 49, p. 359-72.
- . (1988), *First births in America: changes in the timing of parenthood*. Berkeley, University of California Press.
- RODRIGUEZ, German e HOBcraft, John N. (1980), "Illustrative analysis: life table analysis of birth intervals in Colombia". *Scientific Reports. World Fertility Survey*, n. 16, maio.
- RYDER, Norman. (1975), "Fertility measurement through cross-sectional surveys". *Social Forces*, 54(1), p. 7-35.
- TAMBURO, Estela Maria Garcia. (1987), "Mortalidade infantil da população negra brasileira". *Textos NEPO*, n. 11, Núcleo de Estudos de População da Unicamp.
- TEACHMAN, Jay, POLONKO, Karen A. e SCANZONI, John. (1987), "Demography of the family". In Marvin B. Sussman e Suzanne K. Steinmetz (orgs.), *Handbook of marriage and the family*, Nova Iorque/Londres, Plenum Press.



## SUMMARY

### Racial differences in the process of family formation in Brazil

The acts of giving birth and of fathering or mothering are central aspects of the definition of family in this paper. Marriage has been indistinguishable from the performance of these roles in Brazil, despite the dilution of the ties between the two in recent decades. This analysis attempts to detect the main patterns in the sequencing of marriage/birth and in determining the time of transition to maternity, starting from the premise that there is no necessary relation between the first marriage and the birth of the first child. The present investigation of the typical manner in which Brazilian women form their families and the ways in which this process is differentiated by race are some of this study's contribution to an understanding of demography in Brazil.

An important discovery regarding the sequence of marriage and birth shows that in 1984 about 15% of all Brazilian women who had ever been married had had a pre-marital birth or pregnancy. Based on these results and on the fact that about 11% of never-married women between 15 and 54 had had at least one child, it is clear that the transition to fathering/mo-

thering is not always preceded by marriage. The importance of marriage varies sharply between racial and social groups in Brazil. The percentage of never-married black women who declared that they had had at least one child is especially high (20.6%); the percentage of black women who began to exercise the role of mother prior to marriage (18.6%) is also higher than among mulatto (16%) or white (14%) women.

Tendencies regarding the time of the first birth show that the sequence of marriage and birth has changed in Brazil, with a greater number of marriages involving pre-marital conception. The percentage of marriages displaying this characteristic increased from 14.3% to 19.6% between 1945-54 and 1975-84. Our findings also suggest a delay in the transition to maternity in Brazil.

Lastly, racial differences are sharper after the first birth. Although the likelihood of having another child drops for all groups as the number of children born rises, it drops most sharply among whites.

## RÉSUMÉ

### Différences raciales dans le processus de formation de la famille

L'acte de mettre un enfant au monde et l'exercice du rôle parental constituent des aspects centraux de la définition de la famille dans cette étude. Au Brésil, il est encore impossible de distinguer le mariage de l'exercice de ce rôle même si au cours des dernières décennies, les liens les unissant se sont relâchés. L'auteur de cette analyse s'efforce de déterminer les principaux modèles d'enchaînement et de définition de l'époque de transition vers la maternité. Son postulat est qu'il n'existe pas forcément de rapport entre le premier mariage et la naissance du premier enfant. Il décrit la façon dont les femmes brésiliennes ont l'habitude de constituer une famille et les différenciations de ce phénomène selon les races. Dans ce sens, il apporte une contribution aux fondements des connaissances sur la démographie raciale au Brésil.

Une importante découverte concernant l'enchaînement entre mariage et accouchement montre que près de 15% de toutes les femmes brésiliennes ayant déjà été mariées avaient, en 1984, eu un accouchement ou une grossesse avant le mariage. Sur la base de ces résultats et compte-tenu du fait que près de 11% des femmes entre 15 et 54 ans n'ayant jamais été mariées ont déclaré avoir au moins un enfant, il apparaît clairement que la transition vers l'exercice de la paternité ou de la maternité n'est pas toujours précédé du

mariage. L'importance du mariage varie de façon accentuée selon les groupes sociaux et raciaux au Brésil. Le pourcentage de femmes noires qui ne se sont jamais mariées et qui déclarent avoir au moins un enfant est particulièrement élevé (20,6%). En outre, si on considère les femmes qui ont commencé à exercer le rôle de mère avant le mariage, le pourcentage est aussi plus élevé chez les noires (18,6%) que chez les métisses (16%) et les blanches (14%).

Les tendances concernant la détermination de l'époque des premiers accouchements montre que l'enchaînement entre mariage et accouchement a changé au Brésil: un plus grand nombre de mariages est accompagné d'une grossesse pré-maritale. Le pourcentage de mariages présentant cette caractéristique a augmenté de 14,3% à 19,6% entre 1945-1954 et 1975-1984. Les découvertes de l'auteur suggèrent aussi un retard dans la transition vers la maternité au Brésil.

En dernier lieu, les différences raciales sont plus profondes après le premier accouchement. Même si la probabilité d'avoir un autre enfant diminue dans tous les groupes selon une échelle de plus en plus paritaire, les diminutions sont particulièrement grandes chez les blanches.





# SEGREGAÇÃO ESPACIAL NA ESCOLA PAULISTA\*

Fúlvia Rosemberg\*\*

\* Este artigo reproduz os resultados parciais da pesquisa "Diagnóstico sobre a situação educacional de negros (pretos e pardos) no Estado de São Paulo", apresentada no Seminário Internacional sobre Desigualdade Racial no Brasil Contemporâneo, Belo Horizonte, Cedeplar/UFMG/Fundação Ford, 1990.

\*\* Pesquisadora do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas, São Paulo, e professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Haveria alguma diferença entre a escola freqüentada pelo aluno branco e aquela freqüentada pelo aluno negro? Suspeitar é possível, pois alguns estudos mostram que, mesmo na rede pública, existe uma escola diferente para o aluno mais pobre.

Lia Rosenberg, estudando escolas da Grande São Paulo que a Secretaria Estadual de Educação considerou carentes, a partir de uma classificação sócio-econômica da clientela, afirma:

"Na verdade, as escolas que atendem ao alunado mais pobre, com menos recursos, deveriam estar mais bem equipadas, dispor de mais recursos técnico-pedagógicos, contar com maior apoio de material didático e, sem dúvida nenhuma, oferecer jornadas mais longas aos seus alunos.

No entanto, o que se constata na prática – e o que se insinua nos dados deste projeto – é exatamente o oposto: os alunos carentes estudam em escolas onde a jornada é mais curta, o número de turnos, maior, a rotatividade do professor, mais freqüente, as possibilidades de sucesso, enfim, menores. Não são, simplesmente, como alega a classificação da Secretaria da Educação, escolas *de* carentes, muito menos escolas *para* carentes: são escolas *carentes*." (Rosenberg, 1981, p. 71; grifos da autora.)

Talvez Lia Rosenberg, apesar do tom direto que imprimiu à última frase, não tenha traduzido por completo o que os dados de sua própria pesquisa sugeriram, ou seja: que a escola carente é também freqüentada, preferencialmente, por crianças pobres. Os dados que obtive junto à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE) sobre características das escolas freqüentadas pelos diferentes segmentos raciais permitem também que se afirme que a escola do negro não é a mesma do branco.<sup>1</sup> Analisemos essa caracterização das escolas, processada através de três indicadores: tipo de rede de ensino; turno freqüentado; horas diárias de aula.

## Tipo de rede

O estudantado negro paulista freqüenta quase que exclusivamente a escola pública: 97,1% dos estudantes negros (1.052.710). Aproximadamente um em cada quatro alunos<sup>2</sup> que freqüentam a rede pública é negro (ver Tabela 1).

Estes dados, além de refletirem a tendência das famílias brasileiras situadas em níveis superiores de renda de privilegiarem a rede particular de ensino nos 1º e 2º graus, salientam a responsabilidade do Estado (poderes federal, estadual e municipal) diante da clientela escolar negra. Mais de 1 milhão de crianças e adolescentes paulistas negros convivem numa rede de ensino insensível e temerosa de enfrentar a discriminação econômica e racial que reproduz e recria em seu próprio meio.

Para se entender essa concentração de estudantes negros na rede pública é importante lembrar que a distribuição da rede particular pelo espaço geográfico não é aleatória. Com efeito, Maria Laura P. B. Franco (1983), analisando as oportunidades de acesso ao ensino de 2º grau no Município de São Paulo, observou o número reduzido de escolas secundárias particulares estabelecidas em determinadas delegacias de ensino, em especial naquelas situadas nas zonas da periferia da capital paulista.

Por exemplo, na 1ª delegacia de ensino, responsável pelo subdistrito de Brasilândia, onde aproximadamente 40% da população residente são negros, a pesquisadora encontrou apenas duas escolas particulares que ofereciam cursos de 2º grau; já na região equivalente à 13ª delegacia de ensino, abrangendo subdistritos com menor densidade de população negra, a autora registrou 55 escolas do gênero.

Além da ínfima proporção observada, a escola particular do negro apresenta particularidades: em grande proporção provê cursos noturnos, como veremos a seguir.

## Turno

Os dados apresentados na Tabela 2 sugerem que:

a) proporcionalmente, um número maior de negros freqüenta o curso noturno – se eles constituem 33,3% dos alunos freqüentando um curso regular de 1º grau, no curso noturno eles representam 40,3% do alunado.

b) proporcionalmente, um maior número de alunos negros do turno noturno freqüenta a rede particular;

c) as mulheres brancas e negras tendem a freqüentar o turno noturno menos intensamente que os homens; porém, as negras o freqüentam em número proporcionalmente supe-

TABELA 1  
Porcentagem de pessoas de 7 anos ou mais que freqüentam o curso regular de 1º grau, por tipo de rede de ensino, segundo a raça (São Paulo – 1982)

REDE	RAÇA			TOTAL
	BRANCA	NEGRA*	AMARELA E SEM DECLARAÇÃO	
Pública	89,3%	97,1%	78,5%	91,0%
Particular	10,7%	2,9%	21,5%	9,0%
<b>Total</b>	<b>100 %</b> 3.165.045	<b>100 %</b> 1.052.710	<b>100%</b> 75.576	<b>100 %</b> 4.293.331

Fonte: Tabulações especiais da PNAD de 1982.

\* A população negra foi definida como o conjunto de pessoas que se autocalificaram como pretas e pardas na PNAD de 1982.



rior às brancas. É possível que a menor inserção das mulheres, em relação aos homens, no mercado de trabalho, sua atividade mais frequentemente desempenhada no espaço doméstico e sua maior fragilidade frente à violência urbana expliquem estas diferenças entre os sexos (Rosemberg, 1989).

Estudos recentes apontam as péssimas condições educacionais dos alunos do curso noturno. Ressalte-se, em primeiro lugar, a dupla jornada destes alunos, que, na grande maioria das vezes, associam à escola uma atividade remunerada. Gilbran e Pruks (1982) fornecem um quadro bastante tenebroso: 80% dos alunos chegam para a aula sem jantar; 20% dormem durante as aulas; 25% abandonam a escola no 1º semestre; 50% até o mês de outubro; finalmente, 50% dos alunos do turno noturno que frequentam as aulas até o final do ano não conseguem ser aprovados.

Poder-se-ia argumentar que tal situação independe das condições específicas da escola, e que seria inerente às dificuldades de vida desta população que se vê obrigada, por sua condição econômica e racial, a frequentar o

curso noturno. Estudos recentes, porém, mostram que a perda de alunos do curso noturno (alunos evadidos e alunos reprovados em dado ano letivo) diminui sensivelmente com a introdução de melhorias como, por exemplo, a diminuição da lotação das classes (ver Leme, 1982, e Gatti e Lapeiz, 1985).

Uma outra informação que merece destaque diz respeito ao número relativamente maior de alunos negros do turno noturno frequentando escolas particulares. É bom lembrar que os dados apresentados são relativos a 1982, e que, pela conceituação da PNAD, os cursos de 1º grau incluíam também o ensino supletivo. Neste período, em São Paulo, os supletivos noturnos públicos eram extremamente raros e previam um exame de seleção prévio. A alternativa para parte dos alunos que se consideravam com menores chances de aprovação, ou que fossem reprovados nas provas de seleção, era então fornecida por cursos supletivos particulares.<sup>3</sup> Estes dados enfatizam, uma vez mais, a perversidade do sistema de ensino, que, mesmo através das soluções alternativas criadas para suprir suas deficiências,

TABELA 2  
Pessoas de 7 anos ou mais que frequentam o curso regular de 1º grau noturno por raça, segundo a rede de ensino (São Paulo - 1982)

REDE	RAÇA	
	BRANCA	NEGRA
● Pública		
noturno (N)	322.863	134.780
total (T)	2.826.189	1.022.324
% (N/T)	11,4%	13,2%
● Particular		
noturno	38.505	10.956
total	338.856	30.386
% (N/T)	11,4%	36,0%
● Total		
noturno	361.368	145.736
total	3.165.045	1.052.710
% (N/T)	11,4%	13,8%

Fonte: Tabulações especiais da PNAD de 1982.

TABELA 3  
**Pessoas de 7 anos ou mais que freqüentam o curso regular de 1º grau,  
 por rede de ensino e turno, segundo o sexo e a raça  
 (São Paulo – 1982)**

REDE	RAÇA								
	BRANCA			NEGRA			AMARELA/SEM DECLARAÇÃO		
	TOTAL	MASC.	FEM.	TOTAL	MASC.	FEM.	TOTAL	MASC.	FEM.
<b>● Pública</b>									
noturno (N)	322.863	195.377	127.486	134.780	82.195	52.584	2.076	430	1.646
total (T)	2.826.189	1.447.533	1.378.656	1.022.324	550.278	472.046	59.319	28.007	31.312
% (N/T)	11,4%	13,5%	9,2%	13,2%	14,9%	11,1%	3,5%	1,5%	5,3%
<b>● Particular</b>									
noturno	38.505	23.431	15.074	10.956	6.785	4.171	0	0	0
total	338.856	168.022	170.834	30.386	16.168	14.218	16.257	9.901	6.356
% (N/T)	11,4%	13,9%	8,8%	36,0%	42,0%	29,3%	0%	0%	0%
<b>● Total</b>									
noturno	361.368	218.808	142.560	145.736	88.981	56.755	2.076	430	1.646
total	3.165.045	1.615.555	1.549.490	1.052.710	566.446	486.264	75.576	37.908	37.668
% (N/T)	11,4%	13,5%	9,2%	13,8%	15,7%	11,7%	2,7%	1,1%	4,4%

Fonte: *Tabulações especiais da PNAD de 1982.*

ou as necessidades específicas da clientela (o turno noturno e o curso supletivo), desenvolve mecanismos que diferenciam e dificultam a educação da população pobre, em particular, da população negra.

Finalmente, é necessário destacar que o fato de a população negra contar com uma proporção maior de alunos freqüentando o turno noturno (que, por sua vez, apresenta maiores taxas de perda de alunos) explica, em parte, os maiores índices de reprovação e exclusão do sistema de ensino observados neste segmento da população.<sup>4</sup>

### Horas diárias de aula

A escola freqüentada pelo aluno negro pertencente a famílias mais ou menos pobres, seja ela pública ou particular, diurna ou noturna, é de pior qualidade do que aquela freqüentada pelos alunos brancos e amarelos, pois que seus cursos provêem um menor número de

horas diárias de aula. A partir deste indicador – horas diárias de aula – é possível afirmar que as escolas provêem um ensino de qualidade diferente? Lia Rosenberg, no estudo citado, assim assinala as características de funcionamento da escola associadas ao tempo de duração dos cursos:

“A duração maior da jornada não significa simplesmente que o aluno permanece por mais uma hora na escola; na verdade, há uma superposição entre a duração da jornada, o número de turnos e o tamanho da escola. E todos esses aspectos influem na qualidade da escola, seja por facilitar a administração, o que redundará numa escola mais organizada com evidentes vantagens para professores e alunos, seja por permitir maior flexibilidade à direção no que se refere a remanejamentos, reavaliações e replanejamentos efetivos.” (Rosenberg, 1981, p. 119.)

A seqüência de tabelas apresentada a seguir evidencia que, mesmo quando ocorre o con-



trole de variáveis importantes, como rede de ensino a que pertence a escola, rendimento médio das famílias dos alunos, ou turno do curso, são sempre os alunos negros que freqüentam em maior proporção as escolas que oferecem cursos com menor número de horas.

A Tabela 4 informa sobre o número de horas diárias e o tipo de rede. Nela notamos que os amarelos constituem o segmento racial que freqüenta mais intensamente escolas que organizam cursos com mais de quatro horas de duração (33,5%); por outro lado, são os negros que freqüentam em menor número tais escolas (13,2%). Na rede pública, freqüentam escolas que mantêm cursos com mais de quatro horas de duração:<sup>5</sup> 26,2% dos amarelos; 19,6% dos brancos e 12,8% dos negros. Na rede particular, as porcentagens seguem o mesmo padrão: 60,5% dos amarelos, 43,6% dos brancos e 28% dos negros freqüentam escolas que provêem mais de quatro horas diárias de aula. Mais uma vez observamos que mesmo a rede

particular apresenta variações quanto a indicadores de qualidade, encontrando-se menor proporção de negros em escolas particulares com jornadas mais longas.

A Tabela 5 informa sobre rendimento familiar e horas diárias de freqüência à escola. Af notamos que, mesmo entre os alunos mais pobres (até três salários mínimos), encontra-se maior proporção de brancos freqüentando escolas que mantêm cursos com mais de quatro horas de duração. As diferenças são nitidamente mais acentuadas quando se passa para o nível de rendimento mais alto, onde 25% dos brancos e apenas 13,7% dos negros freqüentam cursos com mais de quatro horas de duração. Ou seja, a população pobre freqüenta escola pobre, os negros pobres freqüentam escola ainda mais pobre.

Com base no estudo já citado de Lia Rosenberg (1981), e diante das informações contidas nesta tabela, é possível sugerir como hipótese que a distribuição dos segmentos raciais

TABELA 4  
Pessoas de 7 anos ou mais que freqüentam o curso regular de 1º grau  
por número de horas diárias de curso e raça, segundo o tipo de rede de ensino  
(São Paulo - 1982)

NÚMERO DE HORAS/RAÇA	REDE DE ENSINO		TOTAL (-SEM DECL.)
	PÚBLICA	PARTICULAR	
● Branca	2.826.189	338.024	3.164.213
até 3 horas	2,8%	3,1%	2,8%
de 3 a 4 horas	78,5%	53,2%	75,0%
mais de 4 horas	19,6%	43,6%	22,2%
● Negra	1.022.324	30.386	1.052.710
até 3 horas	4,0%	4,1%	4,0%
de 3 a 4 horas	83,1%	67,8%	82,7%
mais de 4 horas	12,8%	28,0%	13,2%
● Amarela mais s/decl.	59.319	16.257	75.576
até 3 horas	0,7%	0,0%	0,6%
de 3 a 4 horas	73,1%	39,4%	65,9%
mais de 4 horas	26,2%	60,5%	33,5%
● Total	3.907.832	384.667	4.292.499
até 3 horas	3,1%	3,0%	3,1%
de 3 a 4 horas	78,9%	53,8%	76,6%
mais de 4 horas	18,9%	43,1%	30,2%

Fonte: Tabulações especiais da PNAD de 1982.

não se faz de forma homogênea pelo Estado de São Paulo, concentrando-se em regiões e sub-regiões mais pobres que dispõem, provavelmente, de equipamentos educacionais em menor número e de pior qualidade.<sup>6</sup>

A Tabela 6 contém dados sobre a relação entre o número de horas diárias do curso e

o turno (diurno ou noturno). Os dados mostram que, no turno diurno, os negros frequentam menos intensamente escolas que oferecem cursos com mais de quatro horas de duração (14,8% dos negros e 24,6% dos brancos). Quando, porém, analisamos a frequência ao turno noturno, notamos que as diferenças

TABELA 5  
Número de horas diárias de curso, por rendimento médio mensal familiar, segundo a raça (São Paulo - 1982)

NÚMERO DE HORAS DIÁRIAS/RAÇA	RENDIMENTO	
	ATÉ 3 S.M.	MAIS DE 3 S.M.
• Branca	936.544 (100%)	2.204.707 (100%)
até 3 horas	3,1%	2,7%
mais de 3 a 4 horas	81,3%	72,3%
4 e mais horas	15,6%	25,0%
sem declaração	-	-
• Negra	460.744 (100%)	583.089 (100%)
até 3 horas	3,8%	4,2%
mais de 3 a 4 horas	83,4%	82,1%
4 e mais horas	12,8%	13,7%
sem declaração	-	-

Fonte: Tabulações especiais da PNAD de 1982.

TABELA 6  
Pessoas de 7 anos ou mais que frequentam o curso regular de 1º grau por número de horas diárias de curso e raça, segundo o turno (São Paulo - 1982)

NÚMERO DE HORAS/TURNO	RAÇA	
	BRANCA	NEGRA
• Diurno	2.802.845	906.974
até 3 horas	2,0%	2,7%
de 3 a 4 horas	73,4%	82,5%
mais de 4 horas	24,6%	14,8%
• Noturno	361.368	145.736
até 3 horas	9,0%	12,2%
de 3 a 4 horas	86,9%	84,1%
mais de 4 horas	4,1%	3,7%
• Total	3.164.213	1.052.710
até 3 horas	2,8%	4,0%
de 3 a 4 horas	75,0%	82,7%
mais de 4 horas	22,2%	13,2%

Fonte: Tabulações especiais da PNAD de 1982.



raciais são mais acentuadas nos cursos que oferecem até três horas de duração, onde alunos negros aparecem em maior número que os brancos. Ou seja, mesmo no turno noturno, alunos negros tendem a freqüentar, em maior proporção que os brancos, cursos de pior qualidade. A impressão que se tem é que toda vez que o sistema de ensino propicia uma diferenciação de qualidade, nas piores soluções encontramos uma maior proporção de alunos negros.

Para finalizar essa discussão, acho necessário reproduzir algumas das associações observadas por Lia Rosenberg (1981) entre características do alunado e condições de funcionamento da escola. Tais observações, ao complementarem a descrição do contexto aqui analisado, permitem-nos entender o porquê dos atrasos e das repetências entre negros. Analisando o desempenho escolar – avaliado através de aprovações e média de pontos na disciplina de português –, o nível sócio-econômico da clientela e a qualidade de funcionamento da escola, Lia Rosenberg (1981, p. 110-6) assinala que os índices de aprovação das “escolas carentes apresentam diferenças significativas, em comparação com as escolas não-carentes. Estas diferenças são mais acentuadas nas séries iniciais que nas finais.” Continua a autora:

“Nestas, há quase um equilíbrio entre as porcentagens de aprovação (...). Tais dados sugerem que o papel de mediação da escola é mais evidenciado nas 4 primeiras séries. Depois delas, há uma alteração tanto na composição sócio-econômica da clientela, como na organização curricular, que se reflete num abrandamento da influência das condições escolares sobre o sucesso ou fracasso de seus alunos (...).”

Lia Rosenberg, portanto, destaca o impacto da escola sobre o aproveitamento do aluno. Neste sentido, alunos de mesmo nível sócio-econômico, mas que freqüentam escolas diferentes (consideradas carentes ou não-carentes), apresentam níveis de rendimento escolar diversos.

“Estes dados confirmam a hipótese de que não é apenas a origem social do aluno que determina seu rendimento. Há um peso específico das condições escolares oferecidas aos alunos e que podem alterar significativamente o destino escolar da clientela de nível sócio-econômico mais baixo.” (Rosenberg, 1981, p. 116.)

À luz de tais observações, analisemos agora duas informações sobre a escolaridade de negros em São Paulo: primeira, a um mesmo nível de rendimento, a incidência de atraso escolar é maior entre alunos negros; segunda, a um mesmo nível de rendimento, alunos negros freqüentam escolas que oferecem cursos provendo menor tempo de aulas diárias (Rosenberg *et al.*, 1986).

Apesar de os dados obtidos não associarem, numa mesma tabela, atraso escolar e tipo de escola freqüentada por brancos e negros, considero possível levantar a hipótese da intermediação da qualidade da escola no processo de fabricação de insucesso escolar entre alunos negros. Em relação à grande parte do alunado negro, proveniente de famílias mais pobres, a tentativa de compreensão dos mecanismos de produção do insucesso escolar pode terminar aqui. Resta, porém, tentar entender por que, a um mesmo nível sócio-econômico, crianças negras tenderiam a freqüentar escolas de pior qualidade, tanto nos turnos noturno quanto no turno diurno, seja nas redes pública seja na particular.

Apelemos para a hipótese de Hasenbalg (1983), Nelson do Valle Silva (1983) e Telles (1990) de que ocorreria, no Brasil, uma segregação espacial da população negra. É possível que famílias negras tendam a residir em áreas mais pobres, onde os equipamentos sociais sejam de pior qualidade. Seria necessário investigar, também, se dentro de uma mesma área geográfica não existem equipamentos sociais, em especial escolas, de melhor ou pior qualidade. Surge como hipótese a ocorrência de uma segregação espacial na escola paulista: as escolas com uma clientela predominantemente branca, de melhor nível sócio-econômico, e apresentando melhores condições de funcio-

TABELA 7

**Pessoas de 7 anos ou mais que freqüentam o curso regular de 1º grau, por sexo e raça,  
segundo turno e número de horas diárias de curso  
(São Paulo – 1982)**

Nº DE HORAS/TURNO	RAÇA											
	BRANCA			NEGRA			AMARELA/SEM DECLARAÇÃO			TOTAL		
	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M
● Manhã e/ou tarde	2.802.845	1.395.915	1.406.930	906.974	477.465	429.509	73.500	37.478	36.022	3.783.319	1.910.858	1.872.461
até 3 horas	2,0%	2,3%	1,8%	2,7%	2,6%	2,9%	0,6%	1,2%	0,0%	2,2%	2,4%	2,0%
de 3 a 4 horas	73,4%	74,0%	72,8%	82,5%	83,7%	81,1%	65,5%	62,4%	68,6%	75,4%	76,1%	74,6%
mais de 4 horas	24,6%	23,7%	25,4%	14,8%	13,7%	15,9%	33,9%	36,4%	31,4%	22,4%	21,4%	23,3%
● Noite	361.368	218.808	142.560	145.736	88.981	56.755	2.076	430	1.646	509.180	308.219	200.961
até 3 horas	9,0%	9,7%	7,8%	12,2%	14,3%	8,9%	0,0%	0,0%	0,0%	9,8%	11,0%	8,0%
de 3 a 4 horas	86,9%	86,2%	88,0%	84,1%	84,3%	83,8%	80,3%	100,0%	75,2%	86,0%	85,7%	86,7%
mais de 4 horas	4,1%	4,1%	4,1%	3,7%	1,4%	7,3%	19,6%	0,0%	24,8%	4,0%	3,3%	5,2%
● Total	3.164.213	1.614.723	1.549.490	1.052.710	566.446	486.264	75.576	37.908	37.668	4.292.499	2.219.077	2.073.422
até 3 horas	2,8%	3,3%	2,3%	4,0%	4,4%	3,6%	0,6%	1,1%	0,0%	3,1%	4,0%	2,6%
de 3 a 4 horas	75,0%	75,6%	74,2%	82,7%	84,8%	81,4%	65,9%	62,8%	68,9%	76,6%	77,4%	75,8%
mais de 4 horas	22,2%	21,0%	23,4%	13,2%	12,0%	14,9%	33,6%	36,0%	31,0%	20,2%	19,0%	21,6%

Fonte: Tabulações especiais da PNAD de 1982.

Obs.: Foram excluídos os casos em que não havia declaração sobre o número de horas por turno.



namento tenderiam a privilegiar a matrícula de alunos brancos em detrimento de negros. Segundo, também, no intuito de compreender os mediadores da discriminação racial no sistema escolar, a possibilidade de que atuem, por vezes, mecanismos inversos aos que se encontram habitualmente no discurso de educadores: não seria a condição econômica que nivelaria a população negra, mas a pertinência racial que, na ótica do branco, nivelaria as oportunidades de acesso e permanência no sistema de ensino. Desta forma, a população negra seria tratada indistintamente como os pobres dentre os pobres, mesmo que alunos negros previassem de famílias com melhores rendimentos.

Tal hipótese encontra suporte nos estudos sobre discriminação racial no Brasil que apontam que os brancos não reconhecem como iguais (portanto, discriminam) pessoas negras que ascenderam socialmente (Fernandes, 1965; Hasenbalg, 1983). É o caso de escolas particulares que, a despeito da Lei Afonso Arinos, não dispõem de vagas para crianças negras (Barbosa, 1983); de clubes sociais, restaurantes, casas de espetáculo e prédios que impedem a frequência de negros; de profissionais liberais que não reconhecem como pares profissionais da raça negra.

É possível também que, diante da discriminação a que estão submetidas, famílias negras de melhor nível sócio-econômico tendam a viver em áreas mais pobres (Rohnik, 1989), ou a se servirem de equipamentos sociais utilizados por famílias brancas de nível sócio-econômico inferior. Esse tipo de convívio poderia, em princípio, diminuir tensões provenientes do

enfrentamento racial, pois não só a chance de encontrar famílias e clientela negras são maiores, como também as diferenças sócio-econômicas poderiam, em parte, amenizar a discriminação racial.

Parece-me que a hipótese de segregação espacial proposta pode fornecer importantes pistas para a compreensão e correção dos mecanismos de discriminação racial. Para tanto seria necessário que se dispusessem de análises sobre a distribuição espacial e a utilização de equipamentos escolares (em termos quantitativos e qualitativos) pelos segmentos raciais.

Finalizando, devo enfatizar as possíveis repercussões cumulativas de trajetórias escolares diversas entre o aluno branco e negro. Este acúmulo de experiências educacionais diversas não apenas redundam em maior probabilidade de sucesso ou fracasso escolar, mas também em vivências (não apenas cognitivas) diversas. Se a creche de pobres e negros oferece sucata como material pedagógico; se na pré-escola por eles frequentadas a atividade pedagógica se desenvolve não em sala de aula, mas nos chamados "espaços ociosos da comunidade"; portanto, improvisados; se nas 1<sup>as</sup> séries do 1º grau suas escolas não dispõem de biblioteca e conhecem uma alta rotatividade de professores; se no 2º grau estes mesmos alunos frequentam o supletivo e no curso superior faculdades em que tenham maiores chances de aprovação; provavelmente na pós-graduação este alumnado carrega o peso do esforço que despendeu para prosseguir os estudos e o acúmulo de semi-experiências, de um ensino de segunda mão.

## NOTAS

1. Estes dados, obtidos junto ao Departamento de Indicadores Sociais (DEISO) da FIBGE, provêm de tabulações especiais do Suplemento Econômico da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1982.
2. Na verdade, um em cada 3,7 alunos.
3. Agradeço a Tereza Roserley N. da Silva (Rose) e Elba Sá Barretto a participação que tiveram na interpretação deste dado.
4. A PNAD de 1982 informa que 38,4% dos alunos reprovados na 1ª série do 1º grau no Estado de São Paulo eram negros.
5. A maior porcentagem, para todos os segmentos raciais, de frequência a cursos de três a quatro horas de duração indica que, na rede pública, eram exatamente estes os cursos mais frequentes. As exceções são as escolas que

oferecem cursos com menos de três ou mais de quatro horas, exceções que possibilitam o aparecimento das discriminações raciais e econômicas.

6. Alguns poucos estudos brasileiros vêm se preocupando em detectar a segregação residencial dos segmentos raciais. Cf. Telles (1990).

## BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, Irene Maria F. (1983), *Socialização e relações raciais: um estudo de família negra em Campinas*. São Paulo, FFLCH/USP.

FERNANDES, Florestan, (1965), *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Dominus/EDUSP, 2 vol.

FRANCO, Maria Laura P. B. (1983),

GATTI, Bernadete A. e LAPEIZ, Sandra Maria (1985), *A implantação do Projeto de Reestruturação Técnico-Administrativa-Pedagógica do Período Noturno: avaliação do primeiro ano*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas.

GILBRAN e PRUKS (1982),

HASENBALG, Carlos A. (1983), "1976: as desigualdades raciais revisitadas". In *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*, Brasília, Anpocs, p. 179-97. Publicado também em *Ciências Sociais Hoje*, n. 2.

LEME, Hebe Guimarães. (1982), *Alguns apontamentos e reflexões acerca dos cursos noturnos de 1º e 2º graus da rede estadual de ensino*. São Paulo, Secretaria Estadual de Educação, Assessoria Técnica de Planejamento e Controle Educacional.

ROLNIK, Raquel. (1989), "Territórios negros nas cidades brasileiras". *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 17.

ROSEMBERG, Fúlvia *et al.* (1986), *Diagnóstico sobre a situação educacional de negros (pretos e pardos) no Estado de São Paulo*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas/Secretaria de Educação/Conselho da Comunidade Negra do Estado de São Paulo.

ROSEMBERG, Fúlvia. (1989), "2º grau no Brasil: cobertura, clientela, recursos". *Cadernos de Pesquisa*, n. 68, São Paulo, fevereiro, p. 39-54.

ROSENBERG, Lia. (1981), *Educação e desigualdade social: rendimento escolar de alunos de diferentes origens sociais*. São Paulo, PUC-SP.

SILVA, Nelson do Valle. (1983), "Cor e o processo de realização sócio-econômica". In *Movimentos sociais urbanos, minoria étnica e outros estudos*, Brasília, Anpocs, p. 198-219. Publicado também em *Ciências Sociais Hoje*, n. 2.

TELLES, Edward. (1990), *Race contact in urban Brazil: an analysis of residential segregation by race in Brazil's forty largest urban areas in 1980*. Comunicação apresentada no Seminário Internacional sobre *Desigualdade Racial no Brasil Contemporâneo*, Belo Horizonte, Cedeplar/UFMG/Fundação Ford.

## SUMMARY

### Spatial segregation in São Paulo schools

The article is part of a broader research study on the educational situation of the black in the São Paulo school system, based on analysis of data from the 1980 census and from the Brazilian census bureau's 1982 sampling poll. The role of the school in forming the scholastic records of blacks and whites was investigated through use of three potential indicators of teaching quality: type of system (public vs. private);

school shift (day vs. night classes); and number of hours spent in school daily.

Each family's socio-economic origin was determined, based on average family income. Observations of the three indicators show that blacks attend poorer quality schools. In an effort to understand the dynamics that "push" blacks into poorer quality facilities, the hypothesis of spatial segregation is raised.



## RÉSUMÉ

### La ségrégation géographique dans les écoles de São Paulo

Cet article fait partie d'une ample recherche qui, se basant sur des tabulations spéciales du recensement de 1980 et du PNAD\* de 1982, analyse la situation éducative des noirs dans le système scolaire de São Paulo. L'auteur étudie la participation de l'école dans la production de la trajectoire scolaire des blancs et des noirs. Elle se sert pour cela de trois indicateurs susceptibles de servir à l'analyse de la qualité de l'enseignement: le type de réseau (public ou privé); le *tour*\*\* (diurne ou nocturne) et la quantité d'heures passées chaque jour à l'école.

Après avoir établi l'appartenance socioéconomique des familles en se basant sur leurs revenus moyen, l'auteur observe que les trois indicateurs cités mettent en évidence une tendance selon laquelle les noirs fré-

quentent les écoles de plus mauvaise qualité. Elle cherche à comprendre la dynamique par laquelle les noirs sont relégués dans les plus mauvais établissements, et pour cela, émet l'hypothèse qu'il existe une ségrégation géographique.

---

(\*) Recensement partiel fait chaque année à partir d'un échantillonnage de domiciles.

(\*\*) Au Brésil, du fait du manque de locaux scolaire, la plupart des écoles fonctionnent sur plusieurs *tours* qui accueillent chacun un groupe d'élèves entre trois et quatre heures chaque jour. Le tour nocturne, fréquenté surtout par des travailleurs, est généralement de plus basse qualité.





# MOVIMENTO NEGRO E ETNICIDADE

Regina Pahim Pinto\*

## Introdução

No início do século XX, começou a surgir na cidade de São Paulo uma elite negra<sup>1</sup> que se dedicou a formar associações visando congregar elementos da comunidade negra e, principalmente, proporcionar-lhes atividades de lazer, sobretudo na forma de bailes. Algumas dessas associações, no entanto, foram fundadas com objetivos mais amplos, dedicando-se a promover eventos de caráter cultural,<sup>2</sup> tais como a encenação de peças teatrais, sessões de declamação etc. Outras, ainda, chegaram a formar equipamentos culturais tais como bibliotecas e cursos. Estes eventos podiam se desenvolver ao lado de atividades de lazer, mas o objetivo principal destas associações era promover a cultura, e nesse sentido houve muito esforço por parte de seus diretores para que elas não se transformassem apenas em clubes de bailes.

Além dessas atividades, lideranças negras, ligadas ou não a essas associações, também publicaram jornais<sup>3</sup> voltados para a comunidade negra. O teor e o objetivo desta imprensa variaram conforme o grupo ou associação que representava. Alguns títulos se dedicaram eminentemente a noticiar acontecimentos sociais ou a dar espaço à expressão literária de pessoas da comunidade. Nestes, raramente se observam artigos de teor mais profundo, de natureza política ou de denúncia de acontecimentos envolvendo a comunidade negra.

Esta foi a dominante até a década de 20, quando, ao lado dessa imprensa menos compromissada, surgem jornais mais voltados para os problemas de natureza social e econômica da comunidade e, sobretudo, jornais de caráter político, na medida em que propugnavam soluções políticas para resolver os problemas que afetavam o negro. Além de tomar partido em acontecimentos que ocorriam na sociedade brasileira, de uma maneira incipiente e pouco organizada esta imprensa (ou parte dela) começou a dar forma a um projeto político e social para esta comunidade, conclamando-a seja a se educar, a se preparar para se integrar na sociedade, seja a competir em pé de igualdade com os brancos, entre os quais os imigrantes.

\* Pesquisadora do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas.



Estes eram tidos como modelos, uma vez que em pouco tempo conseguiam melhorar sua situação, mas também como inimigos, isto é, enquanto usurpadores dos lugares que, no entender dos negros, lhes competiam na sociedade brasileira.

Por outro lado, praticamente todos os jornais conclamavam o negro a se unir. Apenas através da soma de forças ele conseguiria alcançar os objetivos propugnados, quais sejam, integrar-se na sociedade brasileira e sair da situação de marginalidade e penúria a que fora relegado após a Abolição.

O teor político de que foram paulatinamente se revestindo as colocações, reivindicações e análises da conjuntura nacional formuladas pelos grupos negros que publicavam essa imprensa culminou com a formação da Frente Negra em setembro de 1931. Esta organização, embora se proclamando apolítica, chegou a se registrar como partido político, além de editar um jornal que se posicionava perante as ideologias políticas que se digladiavam na época.

A Frente Negra permaneceu ativa até o advento do Estado Novo, em 1937, quando foi fechada juntamente com os demais partidos e entidades de caráter político. Encerrava-se, assim, uma etapa importante da luta do negro,<sup>4</sup> o qual, segundo alguns estudiosos, nunca mais conseguiu atingir o nível de organização e mobilização alcançado no período da Frente Negra.

### Movimento negro e etnicidade: algumas considerações teóricas

Esses acontecimentos, dos quais tracei um rápido panorama, já foram analisados por estudiosos do negro seja de uma perspectiva macro-sociológica, como fatores importantes para o processo de integração do negro na sociedade de classes (Fernandes, 1964), seja centrando-se em aspectos deste processo, como a imprensa negra (Batiste, 1951; Ferrara, 1981), as associações negras (Moura, 1980) etc.

Apesar de os estudiosos do negro considerarem essa mobilização, via imprensa e as associações, um movimento social — o movimento negro —, tanto nos trabalhos citados como em outros que focalizaram diferentes momentos do movimento negro<sup>5</sup> não se observa uma reflexão do ponto de vista teórico sobre as características específicas desse movimento social.

Neste sentido, as reflexões que vêm sendo desenvolvidas no campo da antropologia social sobre etnicidade, mais especificamente sobre o seu caráter político, podem se constituir numa via fecunda para se abordar o movimento negro, pois, embora não esgotem o seu entendimento, certamente desvendam aspectos importantes dessa mobilização.

Esse enfoque que privilegia o caráter mobilizador e organizador da etnia, e que tem sido considerado um marco neste campo do conhecimento antropológico, foi desenvolvido principalmente por Abner Cohen e Frederick Barth, embora muitas das suas idéias já se encontrassem subjacentes em trabalhos anteriores (Cunha, 1985).

Frederick Barth (1970) parte de uma crítica à maneira como a antropologia social aborda a variedade de culturas. Segundo ele, esta ciência tende a vê-las como descontínuas, ou seja, como agregados de pessoas que partilham de uma cultura comum e que se distinguem uns dos outros. Como consequência, sendo a cultura uma maneira de descrever o comportamento humano, o raciocínio que se segue é que há grupos discretos de pessoas, isto é, unidades étnicas correspondendo a cada cultura. Além disso, a antropologia tem dado mais atenção às diferenças entre as culturas, às suas fronteiras históricas e conexões, do que à constituição dos grupos étnicos e à natureza do limite entre eles.

Para Barth, a concepção corrente na antropologia sobre grupo étnico,<sup>6</sup> embora próxima de muitas situações empíricas e servindo, portanto, aos propósitos de muitos antropólogos, não possibilita o entendimento do fenômeno e do seu lugar na sociedade. Propondo-se construir um tipo ideal, tal concepção implica, no entanto, uma visão preconcebida quanto aos

fatores significativos na gênese, estrutura e função de tais grupos, além de supor que a manutenção das fronteiras não é problemática, sendo resultante do isolamento devido às diferenças raciais e culturais e às barreiras sociais e de linguagem, bem como da animosidade espontânea e organizada. Assim cada grupo cultural tenderia a desenvolver seu perfil cultural e social em relativo isolamento e, principalmente, em resposta a fatores ecológicos, através de uma história de adaptação pela invenção e empréstimos seletivos.

A participação em uma cultura comum, fator a que essa visão atribui importância central, é considerada por Barth mais um resultado do que uma característica fundamental da organização de um grupo étnico. Neste sentido, então, grupo étnico não é definido em termos culturais,<sup>7</sup> mas como um tipo de organização social cujo ponto crítico é a característica de auto-atribuição e atribuição pelos outros de uma identidade étnica, isto é, a identidade mais geral, presumivelmente determinada pela origem e antecedentes. Assim, na medida em que os atores usam a identidade étnica para caracterizarem<sup>8</sup> a si próprios e aos outros, para propósitos de interação, eles formam grupos étnicos no sentido organizacional.

O caráter contrastivo da identidade étnica sugerido por Barth foi também apontado por Roberto Cardoso de Oliveira ao formular a noção de "identidade étnica contrastiva", considerada mais adequada para dar conta do processo de identificação. Segundo Oliveira (1976), o caráter contrastivo da identidade étnica, isto é, a afirmação do nós diante dos outros, em oposição aos outros, é a essência dessa identidade. Ou seja, a identidade étnica jamais se afirma isoladamente.<sup>9</sup>

Essa maneira de perceber a etnicidade tem consequências metodológicas na abordagem dos grupos étnicos. O foco de investigação desloca-se dos conteúdos para as fronteiras étnicas que definem os grupos, fronteiras eminentemente sociais, embora possam ter uma contrapartida territorial. Neste contexto, adquirem relevância na análise a questão da manutenção da identidade étnica dos grupos em

contato, os critérios para assinalar a participação e exclusão dos membros de um grupo étnico, bem como os processos de validação e expressão desses grupos.

Outra consequência importante é que, de acordo com esta concepção, as fronteiras étnicas organizam a vida social e as relações sociais. Assim, a identificação de uma pessoa como membro de um grupo implica sua participação em critérios de avaliação e julgamento comuns ao grupo, enquanto a identificação de outros como estranhos ao grupo implica o reconhecimento de limitações na participação de entendimentos comuns, diferenças nos critérios de julgamento de valor e performance, bem como restrições de interação a setores com os quais se mantém interesse mútuo. São justamente estes sinais de identificação e, sobretudo, a estruturação da interação, isto é, o conjunto de regras que governam as relações interétnicas, que permitem a manutenção das diferenças culturais.

Portanto, essas abordagens colocam em relevo a questão da atribuição da identidade étnica, a importância de se considerar os grupos como uma forma de organização social, as distinções étnicas como fundamento sobre o qual são construídos sistemas sociais abrangentes e, ainda, a cultura, mais como o resultado da constituição de um grupo étnico do que como uma característica fundamental para a sua organização.

Segundo Seyferth (1983), essa nova perspectiva sobre a etnicidade, que toma como base a noção de identidade étnica, surge em função do recrudescimento, após a Segunda Guerra Mundial, da consciência étnica em todo o mundo. Grupos étnicos aparentemente assimilados reafirmam a sua identidade usando valores muitas vezes simbólicos, tomados de uma "cultura supostamente tradicional", colocando em questão a utilização dos conceitos de aculturação e assimilação para a abordagem de casos concretos, especialmente nos contextos em que a identidade étnica é assumida e manipulada.

As teorias anteriores sobre assimilação, de um certo modo, supunham o desaparecimento



dos grupos étnicos, que seriam incorporados ao grupo majoritário. No entanto, esses grupos persistiram apesar das pressões para se assimilarem, constituindo-se também como grupos de interesse. É justamente este aspecto da etnicidade, ou seja, a sua importância como base para reivindicações de várias ordens, inclusive políticas, que será trabalhado por Aban Cohen na sua obra *Custom and politics in urban Africa* (1974), publicada em 1969.

A exploração da etnicidade na articulação de interesses políticos tem sido uma prática em grupos pertencentes a categorias étnicas diferentes envolvidos em situações de disputa de poder dentro de um sistema político formal. Neste processo, mitos, valores, símbolos e cerimônias religiosas passam a ser manipulados pelos membros destes grupos, que Cohen denomina grupos de interesse,<sup>10</sup> a fim de articular uma política informal de organização que é então usada como arma na luta. Com o correr do tempo, o mesmo grupo pode mudar de um princípio articulador para outro em consequência de mudanças no sistema político em que ocorre a disputa. Entretanto, a maioria dos grupos étnicos de interesse usa uma combinação de princípios "usualmente sob uma ideologia integradora para este propósito".

De acordo com esse esquema teórico, as características culturais e sociais visíveis, que muitas vezes são arroladas como definidoras de um grupo étnico, perdem, em grande parte, sua importância conceitual. Os grupos étnicos não só são diferentes mas também ocupam posições diferentes nas sociedades das quais fazem parte. O que está em jogo são as diferenças étnicas (sejam elas rotuladas de culturais, nacionais ou raciais) manipuladas no sentido de organizar as relações sociais. Na maior parte dos casos, aquilo que é chamado de "étnico", ao nível da manipulação, serve como símbolo para justificar outras diferenças sociais (Seyferth, 1983, p. 3)

Essas abordagens da etnicidade não só constituíram um passo importante para relativizar ou mesmo superar a visão culturalista da etnia, bem como as teorias sobre aculturação, como também conseguiram penetrar nas es-

truturas cruciais do contato interétnico. Segundo Cunha (1985), percebeu-se que a identidade é construída de forma situacional e contrastiva, constituindo-se numa resposta política a uma conjuntura e numa resposta articulada a outras identidades com as quais forma um sistema. A identidade faz das diferenças sinais diacríticos, pois se constrói pela tomada de consciência das diferenças e não pelas diferenças em si. Refere-se a algo específico, à sua origem histórica, que se afirma através da cultura. Neste contexto, o que há de importante é que a história é uma caução para aquilo que marca a identidade étnica, ou seja, a "tradição" e a "cultura".

Nesse processo, ao mesmo tempo em que há a formação de uma cultura, há também a constituição simultânea da comunidade que se utiliza desta cultura. Essa cultura, que Cunha denomina "cultura da diáspora", é resultado de uma seleção elaborada de traços culturais. A seleção de alguns traços e o esquecimento de outros não são atitudes arbitrárias<sup>11</sup>, e sim comandadas pela relevância daqueles no novo sistema; isto é, dependem das categorias comparáveis disponíveis, com as quais se poderão contrapor. Há, portanto, uma alteração de sua utilização, pois mesmo que todos os traços de uma cultura de origem sejam utilizados, a ela foi acrescentada outra dimensão, outra função, a de servir como afirmação de identidade. Nesse processo, há uma busca constante de semelhança absoluta, de fidelidade ao modelo, que, não podendo se realizar de modo pleno, se faz através da reinvenção das tradições, ou seja, pela adequação do passado ao presente.

A constituição de uma etnia opera, então, uma descontinuidade de planos, pois, ao contrário da produção cultural, em que há uma inovação constante, uma ênfase na continuidade, aqui há uma descontinuidade real e uma ênfase na "instabilidade aparente no produto".

Ainda de acordo com essa nova concepção, a identidade não é mais algo imutável que caracteriza um grupo, mas sim uma variável cujo valor depende das outras variáveis com as quais interage dentro de um sistema.<sup>12</sup> Para expressar melhor esta idéia, Cunha usa uma imagem de Simmel, que compara a identidade

a uma variável numa equação: "embora se trate sempre da mesma variável, seu valor muda em função dos valores dos outros fatores" (*apud* Cunha, 1985).

Com base nesta proposta teórica, da qual explicitarei alguns pontos, focalizarei na próxima seção alguns acontecimentos que configuram um momento da mobilização do negro na cidade de São Paulo – o período que se estende do início do século até o final da década de 30,<sup>13</sup> quando ocorre o fechamento da Frente Negra e o movimento sofre uma relativa retração. É importante salientar que estas reflexões integram um estudo mais amplo que venho desenvolvendo sobre o movimento negro e cujo objetivo é comparar sua atuação nestas três primeiras décadas do século com o período que se inicia após a década de 70, quando o movimento se articula novamente.<sup>14</sup> Deste modo, sempre que necessário, e à guisa de comparação, farei referência aos problemas que o movimento enfrenta neste período mais recente.

### De categorias étnicas a um grupo étnico, uma trajetória iniciada mas não terminada<sup>15</sup>

Os negros escravos que vieram para o Brasil eram originários de diferentes nações africanas, cada qual com sua cultura e tradições, não formando, portanto, um grupo culturalmente homogêneo. Além disso, cruzamentos, no plano biológico, de negros entre si e destes com outros grupos raciais deram-se também no plano da cultura, configurando-se, assim, um primeiro obstáculo entre os muitos que os negros viriam a enfrentar na sua luta para se organizar enquanto grupo étnico, pois a homogeneidade cultural, ainda que não seja a determinante, é certamente um fator importante neste processo. Cohen nos lembra que quanto mais culturalmente homogêneo um grupo, maior a sua possibilidade de se organizar para a ação política (Cohen, 1974, p. 3).

Pode-se perceber essa heterogeneidade também no campo religioso, pois os cultos afro-brasileiros, apesar de semelhantes, for-

mavam unidades religiosas independentes – em geral, rivais entre si. Estes cultos não se agrupavam sob um poder central e defendiam rigorosamente essa independência, permanecendo ligados às tribos de origem e suas dissensões (Queiroz, 1989).<sup>16</sup>

Neste contexto, é importante perguntar até que ponto essa configuração, que, segundo Queiroz, talvez tenha contribuído para que não ocorressem rebeliões frequentes na época da escravidão, continuou presente nas primeiras décadas de século e, sobretudo, qual a sua influência na capacidade de organização do negro.

Do ponto de vista psicológico a situação não era melhor. A condição de "mercadoria" do escravo e a legislação discriminatória em vigor durante o período colonial impediram que os negros e mestiços livres fossem considerados iguais aos outros cidadãos. Apesar da revogação gradativa desta legislação ao longo do século XIX, persistiu o estigma do negro inferior (Seyferth, 1983).

Neste sentido, existe uma vasta literatura que desvenda essa conotação negativa associada ao negro em nossa sociedade nos mais diferentes campos de atividade, desde manifestações artísticas, como a literatura, a música, o cinema, a propaganda, o folclore, até a produção intelectual e, mesmo, as próprias decisões políticas. Estudos nas áreas da psicologia e psicanálise têm desenvolvido reflexões a respeito dos efeitos negativos que essas representações causam ao negro, e que vão desde o desânimo à sensação de inutilidade na luta pela vida, até a própria negação da condição de negro.

Esta última questão é um dos problemas mais sérios enfrentados pelo movimento negro e tem a ver com as características do modelo plurirracial brasileiro. A miscigenação e a ausência de uma rígida linha de cor podem explicar as opções pessoais de indivíduos mestiços de se identificarem com o segmento branco. Daí a estratégia do movimento negro de agrupar numa única categoria – negro – a população preta e parda, numa tentativa de aumentar o contingente populacional não-branco e,



conseqüentemente, os aliados para a luta. O significado ideológico desta estratégia é evidente: o negro passa de minoria à categoria de grupo majoritário.

Essas representações a respeito do negro, por sua vez, mesclam-se com as representações negativas sobre a sua cultura, ou sobre o que é considerado cultura negra, reforçando-se reciprocamente. Segundo Queiroz (1989), os cientistas sociais que desde o século XIX vinham se dedicando a refletir sobre os problemas da identidade cultural brasileira desvalorizavam profundamente tanto os costumes aborígenes como os africanos, considerados obstáculos à formação de uma identidade nacional e ao desenvolvimento econômico mais eficiente do Brasil.<sup>17</sup>

Apesar de essas idéias exercerem profunda influência nas camadas cultas da sociedade brasileira durante o século XIX e início do século XX, delinea-se por essa época em São Paulo uma linha de pensamento que valorizava a diversidade cultural brasileira e considerava, ao contrário da corrente de pensamento anterior, que a originalidade e a riqueza de nossa cultura provinham justamente da multiplicidade das suas raízes.<sup>18</sup> "A mistura profunda de elementos heterogêneos, em lugar de nociva e perigosa, é um fator importante para que o patrimônio cultural atinja elevado grau de excelência." (Andrade, *apud* Queiroz, 1989, p. 34).

Concomitantemente a essas concepções que se desenvolveram entre uma parte da intelectualidade burguesa, surge também, entre as camadas inferiores, principalmente de negros e mulatos de grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, um novo culto, a Umbanda, que reunia influências do catolicismo, do espiritismo e dos cultos afro e que, diferentemente destes, tinha tendência para formar federações sob a direção de um poder central.

É importante salientar que todas essas manifestações sobre o valor da heterogeneidade cultural brasileira se desenvolvem em função de circunstâncias específicas, entre as quais se destaca a ameaça de europeização cultural representada pelos imigrantes que começaram a entrar no Brasil desde o século XIX, estabele-

cendo com os brasileiros intensa competição devido à sua ascensão econômica, social e política na vida nacional.

É nesse contexto extremamente negativo, mas também ambíguo, que as lideranças negras, ou pelo menos uma parte delas, iniciam um processo de conscientização e arregimentação da massa negra, de reflexão sobre a situação do negro na sociedade e de denúncia das injustiças que ele vinha sofrendo.

Neste sentido, este processo reflete em grande parte essa ambigüidade. Ao mesmo tempo em que os jornais da comunidade negra proclamam a necessidade de o negro se unir em torno de projetos comuns, usam palavras de ordem com o objetivo de levá-lo a se reconhecer como negro, a se identificar com os seus, enfim, a somar forças para a resolução dos problemas que o afetam – o que denota o sentimento de pertencer a uma categoria e, eventualmente, o embrião da formação de um ego étnico, segundo definição de Barth (1970) –, nota-se também o vazio de identidade, ou pelo menos uma atitude ambígua em relação ao negro ou àquilo que é identificado com o negro. Assim, os jornais noticiam e mesmo organizam concursos para exaltar a beleza negra, mas também veiculam anúncios de cosméticos destinados a alisar os cabelos ou de salões profissionais especializados nesta técnica. A África, por sua vez, raramente ocupa o noticiário dessa imprensa negra e, nas poucas ocasiões em que isso ocorre, é mencionada de modo negativo, como um continente bárbaro, atrasado. Enfim, há um empenho em exaltar o negro, em assinalar os seus feitos nos diversos campos da atividade humana, principalmente esportes, música, literatura, concomitantemente a uma identificação extremamente negativa da palavra negro. Ou seja, não há da parte dos redatores e articulistas um cuidado em evitar as concepções negativas a ele comumente associadas.

Nota-se também, por parte desses jornais, a ignorância ou mesmo a desvalorização das manifestações culturais identificadas com o negro. Assim, as religiões africanas jamais são citadas; pelo contrário, a religião católica é que

é valorizada. São as datas e as manifestações religiosas católicas que ocupam o noticiário. O samba e outras danças negras da época, por sua vez, são criticados como atividades in-consequentes, que não trazem benefícios e não levam ao crescimento moral e intelectual do negro.

Por outro lado, estes jornais desenvolvem intensa campanha visando inculcar na população negra hábitos considerados positivos, como a disciplina, a economia, o empenho nos estudos e no trabalho. Veiculam artigos em que se ensina a etiqueta, a economia doméstica, a higiene; em que se valoriza a moral, a vida regrada, a família organizada, a orientação dos filhos; e que condenam veementemente o ócio, o culto ao baile, o hábito da bebida, enfim, a vida inconseqüente. Há, segundo Fernandes (1964), uma tentativa de "civilizar" e "educar" o negro em todos os sentidos.

Embora esta imprensa já denuncie o preconceito e o racismo, nota-se uma postura extremamente ambígua na sua abordagem. Assim, se há artigos que assumem a existência do preconceito, analisam-no, sugerem meios para combatê-lo, exaltam a luta do negro americano contra o racismo, outros dão a entender que isto não ocorre no Brasil, ou que aqui se manifesta de maneira muito mais branda do que em outros países, como os Estados Unidos, por exemplo. Neste sentido, lá é que existe racismo, e os linchamentos de negros americanos são tomados como exemplos da violência do preconceito americano, em comparação com o preconceito brasileiro. Ao lado destes, há ainda artigos que, embora admitam o preconceito, responsabilizam o negro pela sua manifestação, devido ao seu comportamento social inadequado. Enfim, há na ideologia transmitida por esses movimentos mais antigos um evidente vazio de identidade, uma quase tentativa de conciliação com as teorias do branqueamento, calcada na idéia de uma inferioridade social que pode ser superada. "Como se o preconceito e a discriminação pudessem desaparecer à medida que o negro se torna 'civilizado', 'educado', 'com um comportamento social adequado' etc." (Seyferth, 1983, p. 7)

Todos estes mostram as dificuldades, as hesitações daqueles que se sentiam ou lutavam para se sentir negros e se propunham, ao mesmo tempo, aumentar este contingente, ou seja, levar a população negra a aderir, a se identificar, a se articular em torno de uma causa negra.

Deste modo, pode-se dizer que nesse momento – as primeiras décadas do século XX – essas lideranças iniciaram o processo de formação da identidade étnica negra e até mesmo de um grupo étnico negro, no sentido que Barth e Cohen o concebem. Entretanto, o seu sucesso foi apenas parcial, por não conseguirem, ou terem conseguido apenas parcialmente, usar a etnia como linguagem, seja devido às ambigüidades em que elas próprias estavam mergulhadas, seja devido às próprias circunstâncias em que o negro vivia.

É importante assinalar que essas circunstâncias praticamente continuam atuando nos dias de hoje. Permanece uma ambigüidade muito grande no movimento negro contemporâneo em relação aos sinais diacríticos que devem ser utilizados para caracterizar o grupo negro e sua cultura.

É certo que há hoje um empenho em valorizar a cultura negra, o que diferencia o movimento negro atual daquele da época que estamos focalizando. No entanto, também há uma grande discussão entre as lideranças negras em torno do que valorizar, de quais sinais diacríticos seriam importantes para marcar distinções, para levar essa luta adiante, enfim, do que seria operativo para servir de contraste, para se contrapor a categorias disponíveis na sociedade mais ampla e, assim, se organizar em sistema.

As várias opções vislumbradas mostram não só as divergências como também a perplexidade das lideranças negras perante a sua cultura.<sup>19</sup>

Contra a visão de que a cultura do negro seria aquela que lhe é identificada historicamente, muitos argumentam que se estaria assim evocando aquilo que se quer justamente evitar, ou seja, as conotações negativas que impregnam a cultura negra na sociedade, uma cultura estigmatizada, identificada com o lazer



e a magia, "contraponto ao sério e ao racional da vida brasileira". Essas restrições advêm principalmente das lideranças negras provenientes das camadas médias, isto é, daqueles poucos negros que conseguiram ascender, sobretudo via educação, e que abominam aquilo que é estereotipadamente atribuído ao negro. Para estes, a alternativa seria recuperar as raízes africanas da cultura negra. No entanto, a exaltação do africanismo, embora tendo a seu favor o respaldo da respeitabilidade das novas nações africanas que estão conquistando a sua independência, teria também inconvenientes. Além da dificuldade de se determinar qual ou quais culturas africanas exaltar, poderia reforçar a imagem do exotismo comumente associado à cultura negra e que está no fulcro do seu processo de folclorização.

A última opção, que expressa as posições mais integracionistas, concebe a cultura do negro como a cultura brasileira, uma vez que o negro ajudou a construí-la.

Por fim, como elemento complicador, há uma parte das lideranças negras que equaciona o problema do negro sobretudo em função das estruturas da sociedade capitalista. Para elas, a solução estaria na superação da sociedade de classes. Como conseqüência, há um relativo desinteresse pela questão da cultura, embora estas posições estejam passando por uma revisão.

Não se pode deixar de lembrar que estas são preocupações de uma parcela mínima da população negra, isto é, das lideranças empenhadas nesse processo de construção e valorização da identidade negra. Ao homem comum, ocupado com problemas de sobrevivência, tais preocupações não se colocam.<sup>20</sup>

Estas considerações, por outro lado, apontam para a presença de um elemento que os estudiosos da etnicidade consideram uma força contrária à formação dos grupos étnicos (Epstein, *apud* Cohen, 1974, p. 193) e que, certamente no caso dos negros, tem se constituído num complicador neste processo de mobilização étnica: as diferenças de *status*, de estilos de vida da comunidade negra. Segundo Cohen, se as clivagens de *status* se manifestam no interior das divisões étnicas, certamente

emergem disputas de poder e as manifestações étnicas tendem a se enfraquecer. Ocorrendo o contrário, isto é, quando as diferenças de *status* coincidem com os grupos étnicos (na verdade, o autor usa a expressão grupos tribais), as diferenças culturais se acirram, a fim de expressar a luta entre os grupos de interesse (Cohen, 1974).

É certo que a quase totalidade da população negra se concentra nas camadas inferiores da sociedade e que apenas um pequeno contingente atingiu as camadas médias – posição, aliás, quase sempre precária, uma vez que sempre ameaçada de descensão. Há autores, inclusive, que vêem a situação de forma ainda mais dramática: poucos negros teriam conseguido superar a condição de penúria. No entanto, certamente há diferenças de escolarização, de estilos de vida, de interesses. Nesse sentido, as lideranças negras, quase sempre mais intelectualizadas, têm tido dificuldade em se fazer ouvir, em obter penetração na massa negra, enfim, em encontrar um elemento ou elementos capazes de aglutinar o negro, bem como os veículos adequados para que sua mensagem chegue ao alvo desejado. Aqui, não se trata apenas da escolha dos sinais diacríticos, mas também dos canais que devem ser utilizados para que o contato se estabeleça, para que o apelo se torne efetivo. A propósito, o estudo de Ubirajara Motta sobre *Jornegro*, jornal voltado para a comunidade negra que circulou em São Paulo no final da década de 70, se refere às dificuldades de sua aceitação entre a comunidade negra e chega a propor, como forma alternativa de comunicação, a produção de panfletos e cartazes, tendo em vista a sua grande penetração entre a comunidade negra, para veicular notícias de *shows*, bailes etc. Se isto ocorre mais recentemente, imaginamos como seria a situação no início do século.

Além da questão econômica existe também a questão política, um outro complicador nesse processo de formação de uma identidade negra e, conseqüentemente, de um grupo étnico negro, pois, como vimos, a identificação é um elemento essencial para a existência do grupo étnico.

Já nas primeiras décadas do século tornava-se evidente que um dos fatores que impediam a união do negro em torno de uma luta comum, de "interesses comuns", para usar a expressão de Cohen, eram justamente as divergências político-ideológicas. No confronto entre negros pertencentes a facções políticas rivais lançava-se mão inclusive da violência física. Os jornais negros da época estampam artigos que expressam claramente as divergências manifestas. Ainda nos dias atuais, as lideranças negras continuam apontando a política partidária como um empecilho para a união do negro.<sup>21</sup> Um reflexo dessa situação pode ser auferido pelo fraco desempenho que os candidatos negros vêm demonstrando nas eleições, contribuindo para reforçar o ditado de que o negro não vota em negro.<sup>22</sup>

Outro aspecto a ser considerado, dadas as circunstâncias vividas pela comunidade negra nas primeiras décadas do século na cidade de São Paulo, diz respeito à identidade étnica negativa, objeto da reflexão de vários estudiosos da etnicidade. Segundo Epstein, a identidade étnica possui várias expressões, situadas num *continuum* que vai de um pólo positivo a um pólo negativo. No extremo positivo, a identidade depende de conceitos internos baseados na importância do próprio grupo, enquanto no extremo negativo a identidade tem uma definição interna mínima e é essencialmente imposta de fora. Neste caso, a imagem do indivíduo é baseada na internalização da avaliação dos outros e ocorre, quase sempre, onde os grupos étnicos ocupam posição de inferioridade ou marginalidade na hierarquia social (Epstein, *apud* Seyferth, 1983, p. 2)

Como vimos, as representações negativas da sociedade abrangente acerca do negro e de sua cultura tiveram e têm conseqüências extremamente danosas para a sua identidade, levando-o a viver a condição de negro de maneira penosa e ambígua. Muitos chegam mesmo ao extremo de negá-la, configurando-se, assim, uma identidade extremamente negativa.

Neste contexto, cabe perguntar o que representou esta identidade negativa nesse momento em que o negro iniciava penosamente um incipiente processo de organização, em que

não havia elaborado ainda conceitos internos sobre a sua importância ou estava iniciando um processo de elaboração de conceitos sobre a importância de seu grupo. Embora Seyferth (1983) refira-se à importância desta dimensão da etnicidade, inclusive para mobilização política, nesta situação provavelmente ela exerceu um efeito muito mais deletério do que construtivo. E mesmo nos dias de hoje, em que o processo de formação do grupo étnico negro é uma realidade mais palpável, ela ainda se constitui num sério empecilho à organização do negro.

Mas, de qualquer modo, é importante que se tenha em mente que a identidade étnica não é estática. Valores e característica considerados negativos podem passar a ser considerados positivos, e é neste sentido que lutam os movimentos negros atuais. Valorizar o negro, o seu tipo físico, a sua cor e, principalmente, a sua cultura. Obviamente que esse processo não se faz sem dificuldade, pois, como já foi visto, o movimento negro contemporâneo enfrenta sérios problemas nesse esforço de criação de uma cultura de resistência capaz de aglutinar a comunidade negra em torno da luta pela sua efetiva emancipação.

Certamente, todos esses fatores adversos exerceram uma influência negativa nesse processo inicial de formação do grupo étnico. É o que explica o fato de o movimento de valorização da diversidade da cultura (incluindo a cultura negra) a que nos referimos linhas atrás, promovido por intelectuais burgueses nas primeiras décadas do século, não ter tido grande repercussão entre as lideranças negras. Pelos elementos de que disponho, é impossível ter uma idéia correta sobre o grau de conhecimento dos líderes negros a respeito das posições desses intelectuais. Sabe-se apenas que eles mantiveram algum tipo de relacionamento entre si.<sup>23</sup> Por essa época, os jornais de algumas associações negras desenvolveram intensa campanha em defesa do nacionalismo, embora não se saiba até que ponto influenciados por estes intelectuais, que também defendiam esta bandeira.

De qualquer modo, a ausência de repercussão deste movimento de valorização da di-



versidade cultural e, conseqüentemente, das nossas raízes africanas, que naquele momento poderia ter se constituído num fator aglutinador importante, denota que as influências negativas em relação à cultura negra talvez tenham sido mais fortes, fazendo com que o apelo dessas lideranças se desenvolvesse em torno de idéias que valorizavam o modo de vida da sociedade dominante e, em certa medida, assumisse as idéias que esta sociedade tinha a seu respeito, configurando-se, assim, uma identidade étnica negativa.

Embora este seja um ponto importante a ser ponderado, o raciocínio poderia ser invertido. Nesse momento, a cultura africana não foi usada como sinal diacrítico na medida em que estava sendo apropriada pela sociedade abrangente, ainda que por uma parte dela, os intelectuais. É importante lembrar que os grupos, para poderem se diferenciar, devem usar símbolos não só inteligíveis a todos os grupos que compõem o sistema de interação, mas também disponíveis, isto é, não utilizados pelos demais (Cunha, 1987c, p. 95)

Neste sentido, o crescente processo de apropriação e espoliação a que vem sendo submetido o patrimônio cultural do negro e a conseqüente perda da sua territorialidade simbólica têm sido denunciados tanto pelos estudiosos do negro como pelas próprias lideranças negras. Na raiz deste processo está a folclorização da cultura negra, ou seja, a sua utilização para o entretenimento e o lazer, o que, por sua vez, também contribui para que instituições que o negro vem construindo penosamente ao longo dos anos e que para ele têm um significado simbólico muito forte não sejam levadas a sério (Pereira, 1983).

Outro aspecto que não poderia deixar de ser discutido diz respeito ao papel desempenhado pelos imigrantes nesse processo inicial de formação de um grupo étnico negro que teve lugar na cidade de São Paulo no início do século. Não há qualquer estudo a respeito desta questão, mas entrevistas de líderes negros da época e artigos da imprensa negra que então se fazia mostram com bastante clareza a competição em que estavam envolvidos brancos e negros e, principalmente, como o sucesso

dos imigrantes, não só no plano econômico como também no político, fez com que o negro se colocasse contrastivamente em relação a este grupo, iniciando, assim, o seu processo de identificação enquanto grupo e sua conseqüente organização.<sup>24</sup>

Percebe-se que o negro se sentia preterido não só na competição direta com o imigrante por uma colocação no mercado de trabalho. Os próprios imigrantes, quando na condição de patrões, também os discriminavam, preferindo os seus patrícios ou elementos brancos. É interessante observar que a análise que os negros faziam da situação era bastante parcial, raras vezes conseguindo ir além da conjuntura do momento, em que a presença do estrangeiro era muito forte. Neste contexto, então, toda a culpa da situação era imputada aos imigrantes.

Paradoxalmente, entretanto, o imigrante, de um certo modo, serviu de modelo ao negro. Muitos artigos da imprensa negra, principalmente aqueles que procuravam inculcar no leitor a necessidade de o negro se unir, se organizar, citavam como exemplo os estrangeiros que, com sua capacidade de organização, iam obtendo todos os postos, progredindo, enquanto o negro, entregue a "disputas mesquinhas", não conseguia sair da situação de marginalidade. No próprio surgimento desta imprensa, bem como no das associações negras, parece que o imigrante desempenhou um papel importante. Os relatos de militantes negros na época, transcritos por Ubirajara Motta, mostram como as sociedades e os jornais mantidos por imigrantes despertaram no negro o desejo de criar iniciativas semelhantes (Motta, 1986).

Finalmente, não se poderia deixar de considerar, neste processo de mobilização do negro brasileiro nas primeiras décadas do século, outro fator muito importante que interfere na formação de "grupos de interesse", ou seja, o sistema de Estado prevalecente na sociedade. Como se sabe, há Estados mais tolerantes, que permitem um alto grau de pluralismo, inclusive a presença de grupos de interesse formalmente organizados; os que toleram apenas grupos informais; e aqueles que não permitem nem estes grupos. Considerando, entretanto, que o

grupo étnico é um grupo de interesse informal, pode-se supor que ele está em posição vantajosa, pois dificilmente um Estado logra suprimir costumes que dizem respeito a casamentos, crenças, cerimônias (Cohen, 1974, p. 3).

É neste sentido que se introduz a discussão dos limites de atuação de um grupo étnico numa sociedade brasileira. Pensando, por exemplo, em contextos institucionalizados, como o sistema educacional, pode-se perguntar até que ponto este sistema teria capacidade de absorver as críticas e introduzir as mudanças que têm sido reivindicadas pelo movimento negro contemporâneo, ou seja, o reconhecimento do negro, da sua cultura, especificidade, e até a introdução de cursos de cultura afro-brasileira como parte do currículo regular. João Batista Borges Pereira discute muito bem esta questão ao lembrar que, no nosso país, admitir identidades específicas de grupos étnicos, como o negro, é reconhecer a existência de uma questão racial, o que contraria o mito ou a tese da democracia racial. Além disso, a educação é justamente um dos mecanismos através do qual o Estado brasileiro, que tem se colocado como guardião da integridade cultural do país, executa uma política de assimilação do diferente, do outro. Política esta que inibe, quando não anula, qualquer tentativa de cultivo de alteridades culturais ou étnicas (Pereira, 1987).

A despeito de todos esses problemas, é negável, tendo em vista as iniciativas aqui descritas, que o negro iniciou um processo de distinção essencial para a sua formação enquanto grupo. Há um empenho, mesmo que débil e ambíguo, em afirmar-se enquanto negro, empenho que vai gradativamente se reforçando e que hoje se exprime, também, por esforço em valorizar a cultura negra. Ainda que de forma bastante tênue, iniciou-se também um processo de comunicação entre a comunidade negra tendo como base a etnicidade, a conscientização étnica nascente. Como nos lembra Cohen, referindo-se ao contexto africano, apenas a distinção não transforma uma categoria tribal em grupo tribal político. Este apenas pode desenvolver-se dentro de um sistema de comunicação entre as duas partes, essencial para

se criar uma política comum (Cohen, 1974, p. 205).

Percebe-se também na grande quantidade de associações que o negro tem formado ao longo do tempo, bem como nos contínuos apelos à sua união em uma entidade que congregue todas as facções,<sup>25</sup> uma tentativa de criar mecanismos que facilitem a tomada de decisões sobre os problemas concernentes ao negro. Falta, entretanto, ao negro condições para criar uma ideologia que dê sentido a todo esse projeto, haja vista as dificuldades de relacionamento entre as diferentes facções do seu movimento e a impossibilidade de criação e utilização de mitos, crenças, normas, valores e, principalmente, de um poder central capazes de exercer pressões e sanções para que o grupo não se desvie dos seus objetivos. A integração de todos estes elementos num sistema ideológico, numa ideologia política,<sup>26</sup> essencial para a organização de um grupo étnico, é um ideal que as lideranças perseguem ainda nos dias de hoje.

## Conclusões

Os acontecimentos aqui relatados sugerem que o negro morador da cidade de São Paulo, no processo de afirmação de sua identidade, vem buscando reverter uma identidade étnica negativa, configurada, no início do século, em uma identidade étnica positiva, ao mesmo tempo que tem investido também em sua organização enquanto grupo étnico. Pode-se dizer que, até o momento, o negro teve um sucesso apenas parcial, pois até hoje ele ainda luta para se conceber de modo positivo e se transformar em grupo étnico. Ainda que vários projetos de organização enquanto grupo étnico tenham sido encaminhados, nenhum pôde se concretizar, dadas as condições específicas em que esse processo ocorreu e os problemas que o negro enfrentou e vem enfrentando ainda hoje.

É difícil prever os rumos desse processo. Tudo depende da maneira como as lideranças negras o conduzirem, da resposta da população negra e, sobretudo, da reação da sociedade



brasileira às posições que o negro vier a tomar. O que se sabe de positivo até agora é que a ideologia da democracia racial, mito tão acarinhado pela sociedade brasileira, tem se constituído num fator de desmobilização do negro, desmobilização que provém, sobretudo, da desorientação que esta ideologia provoca.

Decerto, se a sociedade se mostrar receptiva e tiver sensibilidade para responder positivamente às colocações que o negro vem fazendo, provavelmente esse processo de mobilização tenderá a assumir um sentido construtivo: caso contrário, as posições poderão se radicalizar.

## NOTIAS

1. Uso a expressão elite negra no sentido de diferenciar da massa negra os elementos que demonstravam uma certa capacidade de organização.
2. É verdade que a maior parte destas associações se propunha desenvolver atividades culturais. A prova disso é que a palavra "cultural" quase sempre integrava seu nome. Efetivamente, no entanto, poucas alcançaram esse objetivo.
3. Segundo os estudiosos da imprensa negra, circularam na cidade de São Paulo entre 1900 e 1937 cerca de 24 títulos de jornais (Motta, 1986).
4. É importante deixar claro que a mobilização do negro iniciou-se séculos atrás, embora com outro caráter, através das inúmeras insurreições de escravos, da formação de quilombos e de irmandades. Após este período, essa mobilização prosseguiu, porém não com o mesmo grau de organização; ou seja, o negro continuou se manifestando através da criação de associações, da publicação de jornais, da realização de eventos, principalmente de caráter cultural, enfim, dedicando-se às atividades possíveis, segundo Nascimento (1981), referindo-se especificamente ao período pós-64. É somente no final da década de 70, com o ressurgimento dos movimentos sociais em todo o país, que o movimento negro adquire novo impulso.
5. Neste sentido, destaco o trabalho de Fernandes (1972), que retoma o tema estudado em 1964, analisando a reação de setores que mantêm o controle institucional e político da sociedade perante o protesto negro: o de Moura (1977), que empreende uma análise das condições econômicas e sociais em que emerge o protesto negro; o de Hasenbalg (1979), que analisa a origem, o funcionamento e as conseqüências dos próprios mecanismos que explicam o reduzido conflito inter-racial e a baixa mobilização do negro brasileiro; o de Cunha Jr. (1980), que articula o movimento negro com acontecimentos que o teriam influenciado, tais como a independência africana e o movimento negro norte-americano; o de Nascimento (1981), que focaliza a luta do negro brasileiro no contexto do nacionalismo e do pan-africanismo; os de Gonzalez (1982) e de Moura (s.d.), que traçam um panorama abrangente dos acontecimentos e iniciativas que configuram as manifestações da luta do negro na nossa sociedade; os de Pereira (1984) e Hasenbalg (1989), que se referem às hesitações e aos problemas que as lideranças negras têm enfrentado para mobilizar a raça. Destaco como exceção o trabalho de Giralda Seyferth "Etnicidade e cidadania: algumas considerações sobre as bases étnicas da mobilização política", publicado em 1983, em que a autora procura apontar a especificidade desta mobilização.
6. Barth reporta-se à concepção de Narro (1964), segundo a qual grupo étnico designa uma população que se perpetua biologicamente; participa de valores culturais fundamentais; constrói um campo de comunicação e interação; se identifica e é identificada pelos outros como uma categoria que se distingue das demais categorias de mesma ordem.
7. Segundo Barth, embora as categorias étnicas levem em conta as diferenças culturais, não existe uma relação linear entre unidades étnicas e similaridades e diferenças culturais. As características que são levadas em conta não são a soma das diferenças objetivas, mas apenas aquelas que os atores consideram significantes e que são usadas como símbolos das diferenças. Neste sentido, então, algumas diferenças são ignoradas e outras são negadas. Essas características, usadas para dicotomizar as etnias, são de duas ordens: os sinais ou traços diacríticos que as pessoas usam para mostrar sua identidade, como roupas, linguagem, estilos de vida; e os valores e orientações básicas, ou seja, os padrões de moralidade considerados relevantes para aquela identidade e que implicam a pretensão de ser julgada e julgar-se a si própria por eles.
8. É neste sentido que a etnicidade repousa numa taxonomia social, resulta de uma classificação (Cunha, 1985).

9. Este aspecto da identidade étnica, segundo Oliveira (1976), já estava sugerido em vários estudos sobre identidade e identidade étnica, como os de Goodenough (1963), Moerman (1965) e Lehman (1967).
10. Este tipo de agrupamento, desde o início da sua formação, tem a vantagem de possuir alguns dos requisitos mais essenciais para o desenvolvimento e expressão da sua organização política. Pois os membros de um grupo étnico se distinguem dos membros de outro grupo na medida em que partilham do que Smith chama de instituições compulsórias, como o parentesco e a religião, além de poderem se comunicar mais facilmente entre si (*apud* Cohen, 1974). Por outro lado, Cohen enfatiza o caráter informal desses grupos. Neste sentido, eles não fazem parte da estrutura oficial do poder econômico e político dentro do Estado. Desde que haja este reconhecimento formal, não se está tratando de etnicidade e sim de política nacional ou internacional.
11. O aspecto não-arbitrário, embora imprevisível, dos símbolos selecionados é desenvolvido por Cunha em outro artigo onde a autora se reporta à abordagem estruturalista, segundo a qual um sistema estruturado de significantes, embora confira sentido às formas culturais que o integram através de correlações, oposições, não as determina completamente (Cunha, 1987a).
12. É neste sentido que se diz que a identidade étnica não pode ser entendida isoladamente, pois ela só tem sentido em função do conjunto.
13. É importante deixar claro que essa mobilização, embora com outro caráter, já se iniciara séculos atrás, através das inúmeras insurreições de escravos e da formação de quilombos e irmandades.
14. Isto não significa que neste intervalo de tempo o negro tenha permanecido inativo. Ele continuou se manifestando através da criação de associações, da publicação de jornais e da realização de eventos, principalmente de caráter cultural. Enfim, continuou se dedicando às atividades possíveis, conforme atesta Nascimento (1981), referindo-se especificamente ao período pós-64.
15. Cohen (1974), reportando-se a Gluckman, distingue categoria étnica de grupo étnico. Apenas a manutenção da cultura pelos membros de um grupo cultural não o torna necessariamente um grupo político corporado. Ele se constitui numa categoria étnica, configurando-se em grupo étnico à medida que crescem a interação e a comunicação entre seus membros e em agrupamento político à medida que ele se torna um grupo de interesse e se envolve numa disputa de poder dentro de uma unidade social, seja este poder econômico ou político.
16. Roger Bastide (1951) também atribui à mentalidade tribal do afro-brasileiro as constantes dissensões entre os grupos de cultura, dança e beneficência que existiam no início do século.
17. A autora se refere principalmente às reflexões de Nina Rodrigues, Silvio Romero e Euclides da Cunha. Ainda no que diz respeito às concepções da intelectualidade brasileira sobre o negro, Moura (1983) mostra como os estudos e pesquisas que abordam a religião africana e, principalmente, a questão do sincretismo religioso partem de um referencial em que a religião cristã dominante é considerada superior. Juana Elbein dos Santos, por sua vez, denuncia a recusa por parte desta intelectualidade em atribuir o *status* de religião ao sistema místico legado pelos africanos e reelaborado por seus descendentes (*apud* Moura, 1983, p. 99-100).
18. Os intelectuais que cerravam fileira em torno destas idéias foram os organizadores da Semana de Arte Moderna em 1922.
19. Estas questões são discutidas detalhadamente por João Batista Borges Pereira em vários artigos (1982a, 1982b, 1983 e 1984), nos quais se baseiam as considerações que se seguem.
20. Oswaldo Camargo, em seu livro *O carro do êxito* (1972), sugere esse alheamento do povo a respeito desta questão.
21. Esta opinião foi externada por Francisco Lucrécio, militante negro histórico, em entrevista que me foi concedida no dia 6.7.1989.
22. O trabalho de Ana Lúcia Farah Valente (1984) discute muito bem esta questão.
23. Estas reflexões têm como base informações fornecidas por Francisco Lucrécio, em entrevista que me foi concedida no dia 23.5.1989. É necessário, no entanto, não superestimar o nível de conhecimento dessas lideranças negras, pois, excetuando-se umas poucas figuras de maior projeção, eram pessoas de precária escolaridade e cuja formação era quase praticamente autodidata.
24. Renato J. Moreira (s.d.) chama a atenção para um ato que confirma a importância do imigrante e do seu sucesso econômico nesse processo. Ele lembra que o movimento negro surgiu no Bexiga, bairro onde viviam muitos italianos e seus descendentes, e não na Barra Funda, onde havia um grande contingente de negros.



25. Embora frustradas, houve várias tentativas para criar uma organização que congregaria todas as associações negras, a Federação das Associações Negras (*A Voz da Raça*, 3 (54), junho, 1936, p. 1)
26. A ideologia política pode tomar formas diferentes, como a ideologia de parentesco, que tende a se desenvolver nos sistemas políticos segmentários, e a ideologia ritual, que se desenvolve principalmente nas sociedades centralizadas. onde a pressão no sentido de uma lealdade a um poder central ou nacional torna mais difícil a organização do grupo com base na etnicidade. Neste caso, em geral, a ideologia religiosa é que articula a organização política. Os estudos de Glazer e Moynihan mostram que nos Estados Unidos as instituições religiosas estão ligadas a diferentes etnias (Glazer & Moynihan, *apud* Cohen, 1974).

## BIBLIOGRAFIA

- AMSELLE, Jean-Loup e M'BOKOLO, Elikia. (1985), *Au coeur de l'éthnie: ethnies, tribalisme et Etat en Afrique*. Paris, Ed. La Découverte.
- BARTH, Frederik (ed). (1970), *Ethnic groups and boundaries. The social organization of culture difference*. Londres/Bergen-Oslo, George Sillen & Unwin/Universitets Forlaget.
- BASTIDE, Roger (1951), "A imprensa negra no Estado de São Paulo". *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Sociologia*, n. 2, São Paulo, p. 50-78.
- CAMARGO, Oswaldo de. (1972), *O carro do êxito: contos*. São Paulo, Ed. Martins.
- COHEN, Abner. (1974), *Custom & politics in urban Africa. A study of Hausa migrants in Youruba towns*. Londres, Routledge and Kejan Paul.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. (1985), *Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à Africa*. São Paulo, Brasiliense.
- . (1987a), "Etnicidade: da cultura residual mas irredutível". In M. C. da Cunha, *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*, 2ª ed., São Paulo, Brasiliense.
- . (1987b), "Parecer sobre os critérios de identidade étnica". In M. C. da Cunha, *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*, 2ª ed., São Paulo, Brasiliense.
- . (1987c), "Religião, comércio e etnicidade: uma interpretação preliminar do catolicismo brasileiro em Lagos no século XX". In M. C. da Cunha, *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*, 2ª ed., São Paulo, Brasiliense.
- CUNHA JR., Henrique. (1980), Abordagem dos movimentos negros no Brasil na década de 70. Trabalho apresentado no II Congresso das Culturas Negras das Américas, Cidade do Panamá, 17-24 de março.
- FERNANDES, Florestan. (1964), "A integração do negro à sociedade de classes". *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Sociologia*, n. 12, São Paulo.
- . (1972), *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo, Difel.
- FERRARA, Miriam N. (1981), A imprensa negra paulista (1915-1963): estudo monográfico. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- GONZALEZ, Lélia. (1982), "O movimento negro na última década". In Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg, *Lugar de negro*, Rio de Janeiro, Marco Zero.
- GOODENOUGH, Ward H. (1963), *Cooperation and change*. Nova Iorque, Russel Sage Foundation.
- HASENBALG, Carlos A. (1979), *Discriminações e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal.
- . (1989), "Movimento negro". In O retorno do ator França/Brasil - Movimentos sociais em perspectiva. São Paulo, Comunicação apresentada no seminário de 3-6 de julho.
- LEHMAN, Frederick K. (1967), "Ethnic categories in Burma and the theory of social systems". In Peter Kuntadter, *Southeast Asian tribes, minorities and nations*, Nova Jersey, Princeton University Press.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. (1970), *O pensamento selvagem*. São Paulo, Cia Ed. Nacional/EDUSP.

- . (1975), *Totemismo hoje*. Petrópolis, Vozes.
- . (1977), *L'identité. Séminaire interdisciplinaire dirigé par Claude Lévi-Strauss*. Paris, Quae/PUF.
- MOERMAN, Michael. (1965), "Ethnic identification in a complex civilization". *American Anthropologist*, n. 67.
- MOREIRA, Renato Jardim e LEITE, José Correia. (s/d.), *Movimentos sociais no meio negro*. Mimeo.
- MOTTA, Ubirajara D. da. (1986), *Jornegro, um projeto de comunicação afro-brasileira*. Dissertação de Mestrado, Instituto Metodista de Ensino Superior, São Bernardo do Campo, SP.
- MOURA, Clóvis. (1977), *De bom escravo a mau cidadão*. Rio de Janeiro, Ed. Conquista.
- . (1980), "Organizações negras". In Paul Singer e Vinícius Caldeira Brant, *São Paulo: O povo em movimento*. Petrópolis, Vozes/Cebrap.
- . (1983), "Sincretismo, acomodação, assimilação e luta de classes (nota prévia para reflexões epistemológicas)". *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 8-9, p. 98-106.
- . (s/d.), *A imprensa negra no Estado de São Paulo*. Mimeo.
- NASCIMENTO, Elisa Larkin. (1981), *Pan-africanismo na América do Sul: emergência de uma rebelião negra*. Petrópolis/São Paulo, Vozes/Ipeafro-PUC.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. (1976), *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo, Ed. Pioneira.
- PEREIRA, João Batista Borges. (1981), "Estudos antropológicos das populações negras na Universidade de São Paulo". *Revista de Antropologia*, n. 24, p. 63-74.
- . (1982a), "Aspectos do comportamento político do negro em São Paulo". *Ciência e Cultura*, 34 (10), São Paulo, p. 1.286-93.
- . (1982b), "Parâmetros ideológicos do projeto político de negros em São Paulo. Um ensaio de antropologia política". *Rev. Inst. Est. Bras.* n. 24, São Paulo, p. 53-61.
- . (1983), "Negro e cultura negra no Brasil atual". *Revista de Antropologia*, n. 26, São Paulo, p. 93-105.
- . (1984), *A cultura negra: resistência de cultura à cultura de resistência*". *Dédalo*, n. 23, p. 177-88.
- . (1987), "Criança negra: identidade étnica e socialização". *Cadernos de Pesquisa*, n. 63, São Paulo, novembro, p. 41-5.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. (1989), *Identidade cultural, identidade nacional no Brasil*". *Tempo Social*, 1(1), São Paulo, p. 29-46.
- SEYFERTH, Giralda. (1983), "Etnicidade e cidadania: algumas considerações sobre as bases étnicas da mobilização política". *Boletim do Museu Nacional*, n. 42, Rio de Janeiro, p. 1-16.
- VALENTE, Ana Lúcia Eduardo Farah. (1984), *Política e relações raciais: os negros e as eleições paulistas de 1982*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

## SUMMARY

### The black movement and ethnicity

Using analytical categories developed within the field of social anthropology, the article reflects on the black movement that took place during the first four decades of this century in the city of São Paulo. More specifically, it endeavors to uncover the ethnic bases of this mobilization, thus gathering subsidies for a broader understanding of the black movement in Bra-

zil, a movement that finds itself being articulated around ethnic identity and culture more and more.

Born from a criticism of conceptions that define ethnic groups in cultural terms, this interpretive theoretical approach perceives ethnics above all as an organizer of social life; ethnic distinctions, as the basis for the construction of extensive social systems;

culture, more as a result of the formation of an ethnic group than as a fundamental characteristic in its organization; and, above all, ethnicity, as a foundation for different orders of grievances, including political ones.

The analysis shows that at that moment blacks were initiating or intensifying their struggle to make ethnics the basis of their mobilization. An effort was undertaken to convert a negative ethnic identity into a positive one and to organize as an ethnic group. But

only partial success was attained since blacks did not succeed – or succeeded only partially – in using ethnics as a language, owing to the innumerable problems affecting blacks at that moment: ambiguity in relation to the question of culture and a consequent difficulty in choosing diacritical signs to characterize the black group and its culture; power struggles prompted by status differences within the black community; and even disagreements of a political nature, leading to the weakening of ethnic manifestations.

## RÉSUMÉ

### Le mouvement noir et l'éthnicité

Cet article a pour but de présenter une réflexion sur le mouvement noir de la ville de São Paulo au cours des quatre premières décennies du siècle. Il se base sur les catégories analytiques développées dans le domaine de l'anthropologie sociale. Son but plus spécifique est de révéler les bases ethniques de la mobilisation des noirs et d'obtenir par là des subsides permettant d'accéder à une large compréhension du mouvement noir au Brésil, un mouvement dont les articulations se situent de plus en plus au niveau de l'identité ethnique et de la culture.

Ce schéma théorique interprétatif est né d'une critique des conceptions qui définissent les groupes ethniques selon des critères culturels, qui voient avant tout dans l'éthnie un élément organisateur de la vie sociale, qui considèrent que les distinctions ethniques sont les fondements de la construction de systèmes sociaux amplifiés, qui conçoivent la culture comme le résultat de la constitution d'un groupe ethnique donné plus que comme une caractéristique d'importance fondamentale pour son organisation et qui en-

visent surtout l'éthnicité comme la base de divers types de revendications, y compris politiques.

L'analyse effectuée montre qu'actuellement les noirs engagent ou même intensifient une lutte visant à faire de l'éthnie la base de leur mobilisation. Ils s'efforcent de donner un sens positif à leur identité ethnique alors que jusqu'à présent celle-ci était vue de façon négative. Ils cherchent à s'organiser en tant que groupe ethnique mais leurs efforts ne sont que partiellement couronnés de succès: les noirs n'arrivent pas ou n'arrivent qu'en partie à utiliser leur éthnie comme un langage. Cela est dû aux innombrables problèmes qui les affectent actuellement: leur ambiguïté vis à vis de leur culture et, par conséquent, la difficulté qu'ils éprouvent à choisir les signaux diacritiques afin de caractériser la communauté noire et sa culture; des disputes de pouvoirs causées par les différences de status au sein de la communauté noire et même des divergences de nature politique, ce qui engendre l'affaiblissement des manifestations ethniques.



# MOVIMENTOS REIVINDICATÓRIOS NA ÁFRICA DO SUL: ESTRUTURA PARA UMA ANÁLISE COMPARATIVA\*

*Randolph C. Horn\*\**

## Questão de pesquisa

Tanto os Estados Unidos quanto a África do Sul têm experimentado mudanças nos padrões das relações raciais no século XX. O padrão sul-africano pode ser caracterizado como de crescente isolamento e penalização do grupo subordinado. Embora os negros nos Estados Unidos possam ainda vivenciar a discriminação, no todo eles desfrutam hoje em dia de muito mais liberdade que os da África do Sul. Na virada do século, contudo, os não-brancos da província sul-africana do Cabo podem ter tido mais liberdade. Que explica essa reversão? Na África do Sul, a segregação legal tem se tornado mais estrita durante os anos 80. Nos Estados Unidos, mais e mais liberdades foram asseguradas, com as alterações mais significativas tendo lugar no final dos anos 50 e início dos 60, em resposta ao movimento pelos direitos civis.

Um recente trabalho comparativo aponta a persistência de antagonismos raciais na África do Sul e nos Estados Unidos (Greenberg, 1980). O processo de modernização não erradicou os preconceitos "tradicionais", como se poderia esperar, e pode ter servido para agravá-los em ambos os países. Esse tipo de proposição certamente não é novo; Geertz (1963), Huntington (1968) e outros esposaram tais posições em outros trabalhos. A abordagem neomarxista de Greenberg vê interesses de classe antagonicos como a força propulsora da mudança e o Estado como a arena desse conflito; nas fases iniciais de desenvolvimento, é do interesse comum da mão-de-obra, dos fazendeiros comerciais e dos empresários brancos estabelecer um sistema racial. Mas, afirma Greenberg, na medida em que progride a penetração capitalista, os interesses comerciais começam a libertar o mercado de trabalho das restrições de um sistema político e trabalhista de base racial. Como outras contribuições recentes à literatura comparativa, Greenberg concentra-se na classe – ou, mais adequadamente falando, raça – dominante. No entanto, ele reconhece a importância da insurgência do

\* A tradução do original inglês "Plaintive movements in South Africa: a framework for comparative analysis" é de autoria de Carlos Alberto Medeiros.

\*\* Mestre e doutorando em ciência política pela Universidade da Flórida.

grupo subordinado em estimular a inclusão ou a reforma do sistema político:

"A persistência da ordem racial e a forma que ela assume dependem do vigor do desafio empresarial à hegemonia racial tradicional, mas também dos recursos e da coerência do Estado racial e, de modo crescente, do vigor do desafio do grupo subordinado, da violência em Soweto, Birmingham, Nazareth e Derry." (Greenberg, 1980, p. 28.)

Embora não esteja claro se a violência de que Greenberg está falando é a que emana da comunidade subordinada ou não, fica evidente que tal violência pode não ser um componente essencial ou efetivo da insurgência do grupo subordinado. Por exemplo, a campanha de Selma, Alabama — comprovadamente, a mais efetiva na era dos direitos civis americanos —, não envolveu violência da parte das fileiras dos insurgentes. A violência realmente desempenhou, contudo, um papel crucial. Os atos violentos dos supremacistas brancos contra os participantes brancos, foram fundamentais para atrair a atenção da mídia nacional, o apoio popular e ações do Executivo e do Judiciário. Isso não quer dizer que os atentados a bomba por parte do Congresso Nacional Africano ou outras ações dessa natureza na África do Sul não possam ser efetivos ou servir de lembrança aos dominadores da seriedade dos insurgentes. Antes, o papel da violência varia de uma situação para outra.

Compreender o papel da oposição é fundamental para compreender o ritmo e o desenvolvimento dos eventos em ambos os países. Grande parte dos trabalhos comparativos recentes tem como foco a ideologia ou formação de classe do grupo dominante, sem um tratamento mais aprofundado da resistência encontrada por esses grupos da parte de seus subordinados. Os grupos dominantes não atuam num vácuo. Uma exploração mais detalhada do papel exercido pelo grupo subordinado é necessária para que se apontem as complexidades dos dramas desempenhados em ambos

os países e como base para a construção de uma teoria.

Nos dois países, os não-brancos se organizaram para proteger seus interesses e tentar ampliar os direitos civis. Na África do Sul, petições e protesto conjugaram-se a uma crescente subjugação através do século. Ações similares nos Estados Unidos, embora frequentemente sob violenta repressão, originaram a queda da segregação em instalações públicas (sancionada sob as leis chamadas "Jim Crow") e o retorno do direito de voto a uma parcela significativa da população. Ambos os movimentos usaram técnicas semelhantes e espousaram objetivos parecidos, ainda que de efetividade variada. Explicar essas diferenças é o objetivo de longo prazo da minha pesquisa. Este *paper* tem como foco esclarecer assuntos relevantes, desenvolver uma estrutura para a análise comparativa e estabelecer alguns dados delimitadores a partir dos quais futuros estudos se mostrem frutíferos e nos dêem alguma indicação preliminar quanto ao valor dessa estrutura para o estudo comparativo. Mais especificamente, este *paper* vai examinar o ambiente e as atividades dos movimentos reivindicatórios na África do Sul desde a formação do governo da União, em 1910, até o incidente de Sharpeville, em 1960. Essa era não representará o único foco de minha pesquisa mais recente, mas um certo conhecimento básico de eventos, tendências e orientações políticas do período é necessário para que se compreendam os fenômenos de interesse mais geral.

A essa luz, o estudo não se pretende exaustivo. Antes, representa o ponto de partida para um projeto mais amplo. O trabalho subsequente aplicará a estrutura abaixo delineada a períodos mais recentes da história sul-africana num esforço para explicar a longa ascensão dos movimentos de oposição e os altos e baixos da atividade no interior desse processo mais amplo. Esses altos e baixos neste século podem ser agrupados em quatro períodos.

O primeiro é o que antecede a Primeira Guerra Mundial ou a ascensão do Partido Nacional. O fim da Primeira Guerra e a subida dos nacionalistas representam símbolos poderosos, ainda que contraditórios, para os orga-

nizadores da oposição, bem como para suas fileiras. Depois desses marcos, os eventos encaixam-se em três períodos do pós-guerra: 1948 a 1960, 1960 a 1976 e 1976 até os dias de hoje. O primeiro período do pós-guerra revela um alto nível de atividade tanto da parte do governo quanto da oposição. O governo implementou com sucesso o cerne do programa do *apartheid*, ou desenvolvimento em separado, e a oposição lançou sua campanha mais difundida até então. O segundo período detalha as atividades desde Sharpeville até o incidente de Soweto. Depois de Sharpeville, o endurecimento do governo e a desilusão no seio do movimento causaram uma calmaria na atividade deste último durante a maior parte dos anos 60. Entretanto, é importante notar que, durante esse período de inatividade, a oposição se reagrupa e se reorganiza antes da explosão do conflito em Soweto. O terceiro período, de Soweto até o presente, representa o mais alto nível de atividade neste século. Cada período corresponde a um estágio distinto em termos do desenvolvimento e do caráter do movimento. Antes de entrar na complexa conexão de fatores que caracteriza o desenvolvimento do movimento de oposição, vamos primeiro delinear uma ótica pela qual possamos ver com mais eficiência os processos que nos interessam.

## Uma perspectiva teórica

A literatura sobre movimentos sociais, encontrada basicamente em textos de sociólogos, reflete dois campos principais: a mobilização clássica e a mobilização por recursos. Doug McAdam (1982), em seu estudo do movimento americano dos direitos civis, freqüentemente citado, critica essas perspectivas e oferece um modelo mais refinado. A teoria clássica sustenta que alguma espécie de tensão estrutural no interior da sociedade cria um estado psicológico de ruptura entre os indivíduos, os quais enfrentam essa tensão engajando-se num movimento social. Os pesquisadores que apóiam esse modelo tendem a focar o fenômeno

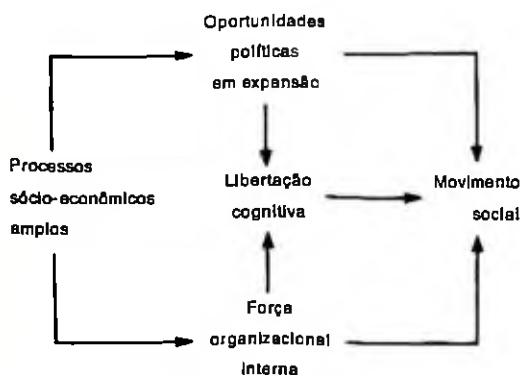
psicológico, mesmo que a tensão estrutural seja a variável causal. Os indivíduos tornam-se as unidades de análise e seu comportamento é visto como um desvio reflexo, resultante da tensão psicológica, mais que dos interesses racionais de atores politicamente motivados.

Os teóricos da mobilização por recursos sustentam que os grupos deficientes em recursos políticos são excluídos da arena política. Os movimentos ocorrem quando um grupo excluído acumula recursos vindos de uma força externa e tenta entrar na arena. Colocando a questão de modo mais concreto, o grupo em desvantagem com ressentimento político só é capaz de agir quando algum grupo da elite lhe provê recursos políticos sob a forma de fundos, reconhecimento ou legitimidade, mão-de-obra ou outros recursos materiais e não-materiais de qualquer tipo. Esse modelo pode ser visto como um aperfeiçoamento do modelo clássico porque reconhece os grupos como a unidade de análise, reconhece os movimentos como um fenômeno político, mais do que psicológico, considera os efeitos causados por grupos externos e reconhece que os movimentos têm necessidade de recursos. Um grande problema em relação a essa escola está na sua falta de especificidade. Os componentes da teoria são definidos de modo tão amplo que se pode adequadamente questionar seu valor explanatório.

A contribuição de McAdam, o modelo do processo político, vai além das simples formulações do tipo *input-output* dos modelos de mobilização clássica e mobilização por recursos devido à utilização de uma análise mais histórica dos fatores tanto internos quanto externos aos movimentos sociais. A gênese dos movimentos sociais é atribuída a uma confluência de fatores: "oportunidades políticas em expansão; a mobilização de recursos do próprio país; e a presença de certas percepções compartilhadas no interior da comunidade minoritária" (McAdam, 1982, p. 61). Ao citar a mobilização de recursos do próprio país como elemento importante na geração de um movimento, McAdam não está ignorando a relevância dos recursos externos num momento



posterior da história do movimento. Em vez disso, afirma que tais recursos só são aplicados, e efetivos, depois de o movimento estar formado: os recursos externos não causam os movimentos, apenas ajudam a sustentá-los. O modelo básico de movimentos emergentes é o seguinte (McAdam, 1982, p. 51):



Alguns elementos da força organizacional interna incluem a habilidade de recrutar membros de outros grupos, os incentivos à participação, a capacidade de comunicação, a liderança e assim por diante. O conceito de McAdam de libertação cognitiva inclui tanto a visualização de um melhor *status* quanto a forma de obtê-lo. Uma série de variáveis secundárias amplia esse modelo básico para explicar o crescimento e o declínio dos movimentos existentes. Essas variáveis que se reforçam mutuamente incluem o “nível de insurgência”, o “nível de controle social” e a “designação coletiva”. McAdam testa o seu modelo contra os modelos clássico e de mobilização de recursos, e ele se sustenta bem.

Desde McAdam, muitos estudiosos dos movimentos sociais têm reformulado suas posições, embora não necessariamente em resposta ao trabalho dele. Algumas dessas abordagens serão consideradas a seguir. Teóricos das mobilizações por recursos como Zaid e McCarthy (1977) parecem sugerir que a gênese dos movimentos sociais depende apenas da disponibilidade de recursos, como se um número infinito de causas latentes pudesse ser

mobilizado através da injeção de recursos. Formulações mais recentes apresentam maiores *nuances* e se parecem com o modelo de McAdam, embora a maioria delas ignore ou subenfatize a importância da conscientização no interior do movimento. A atenção a essa variável pode estar aumentando. Vale notar o tratamento que Schuurman dá à conscientização. Para ele, os movimentos sociais tendem a ter objetivos orientados para um consumo de curto prazo e carecem de uma conscientização de classe suficiente para levá-los adiante depois de terem sido atingidos esses objetivos. Essa noção é compatível com a afirmação de Glazer e Moynihan (1963) de que todos os movimentos que buscaram a reforma estrutural basearam-se na classe, enquanto os movimentos étnicos tendem a buscar a inclusão no processo de tomada de decisões existente. Ambas as perspectivas desconsideram o poder das solidariedades raciais sobre as comunidades étnicas ou de consumo. Em outras palavras, da mesma forma que a raça pode fornecer um critério para a discriminação que supera as clivagens étnicas e de classe, podem também fornecer um eixo para a organização e a mobilização.<sup>1</sup>

Alguns dos que se colocam no campo da mobilização por recursos construíram estruturas para facilitar a análise transcultural. Notadamente, Castells (1985) e Pickvance (1985) esclareceram uma série de variáveis relevantes. Schuurman resume seus esforços:

- As características do processo de urbanização (rapidez, relação entre variáveis econômicas e demográficas etc.).
- O papel do Estado (em provocar demandas populares e respondê-las).
- O contexto político (existência de um movimento político mais abrangente, capacidade das instituições políticas formais de expressar o conflito político).
- O desenvolvimento da classe média (seu papel de liderança no movimento social urbano através da capacidade de mobilizar recursos...).
- As condições econômicas e sociais gerais (que podem levar a uma crise de hegemonia

incorporada em diversos tipos de movimentos sociais)." (Schuurman e Van Naerssen, 1989, p. 20.)

Essa estrutura é semelhante à de McAdam, embora sejam evidentes algumas diferenças de terminologia e não se considere a conscientização dos insurgentes. A despeito das diferenças entre essas abordagens, as similaridades parecem reforçar a relevância das áreas de concordância. Da mesma forma, há uma consonância entre os tipos de variáveis escolhidos por McAdam e aqueles usados pelo modelo de Ted Gurr (1971) de explicação de revoluções, embora a metodologia de Gurr difira significativamente daquela aqui proposta.

A variável de McAdam "contexto de oportunidades políticas" inclui "o papel do Estado" e "o contexto político" acima mencionados. O tratamento que dá ao papel do Estado é multifacetado. Afirmações do Executivo e do Judiciário são vistas como tendo enorme importância simbólica, bem como sendo capazes de mudar as regras do jogo. Por exemplo, a decisão *Brown* de 1954 fez mais do que permitir que alguns negros frequentassem uma determinada escola para brancos. Ela mudou a visão dos negros em toda parte, aumentando esperanças, expectativas e sentimentos da eficácia. De modo semelhante, a inação e a morosidade por parte do governo federal contribuíram para arrefecer, mais que estimular, o crescimento do movimento; isso resultou dos efeitos tanto simbólicos quanto reais da atuação do Estado e do contexto político. Obviamente, a diferença em matéria de tradições jurídicas entre a África do Sul e os Estados Unidos significa que os sistemas reagem diferentemente ao protesto e que a capacidade das instituições políticas formais de expressar o conflito político é algo que varia. Em outras palavras, o modelo pode acomodar o fato crucialmente importante de que as regras do jogo são diferentes em cada ambiente.

O modelo do processo político mostra sensibilidade a outros elementos do contexto político no modo de tratar as interações entre diferentes tipos e tamanhos de grupos e mo-

vimentos. Por exemplo, no caso americano, as maiores campanhas e demonstrações foram produzidas conjuntamente por muitas organizações do movimento. Depois do final dos anos 50, na verdade, poucas campanhas de porte não foram esforços cooperativos. De modo semelhante, o conjunto dos membros das organizações maiores foi extraído das menores. Os participantes dos grupos políticos tendiam a ter sido membros de outras organizações. O trabalho de Inghart (1977 e outros) apóia esse aspecto importante. Ele descobriu que a participação em grupos ou organizações era um dos melhores indicadores da participação política. McAdam leva essa noção um passo além e na verdade rastreia a afiliação organizacional de muitos líderes do movimento de direitos civis, descobrindo que as organizações mais amplas e mais politicamente orientadas eram alimentadas por outras menores e, freqüentemente, menos motivadas politicamente. Isso implica que o conjunto dos membros de um grupo não apenas prediz a participação, mas pode explicá-la; as redes estabelecidas dentro e fora dos grupos servem para canalizar as preocupações e o vigor organizacionais a partir dos quais podem florescer a conscientização, as estruturas e o talento para organizar e mobilizar atividades de protesto em grande escala.

McAdam trata o desenvolvimento da classe média diferentemente de outros teóricos dos movimentos sociais. Ele dirige sua atenção para ações pertinentes à geração e à sustentação do movimento que podem fluir da classe média subordinada. Dizer que um movimento social emergente requer recursos financeiros e uma liderança instruída é diferente de dizer que a classe média os fornece. Em outras palavras, a liderança instruída e os recursos financeiros podem vir de outras fontes que não a classe média. Além disso, o fato de se formar uma classe média não garante que ela vá fornecer recursos para o movimento emergente.

O modelo de McAdam funciona particularmente bem ao explicar o movimento dos direitos civis nos Estados Unidos. Como ele o caracteriza, o fracasso da economia algodoeira

sulista depois da Primeira Guerra Mundial levou a um crescimento da migração para outras regiões, e também da urbanização. Os negros que migraram para o Norte tornaram-se parte importante do eleitorado em âmbito nacional; em resultado, as ações e afirmações do Executivo e do Judiciário reverteram as tendências políticas do período anterior. No Sul, pela primeira vez os negros estavam suficientemente concentrados para formar grandes grupos, basicamente igrejas. Essas igrejas conseguiram atingir um calibre mais elevado em matéria de liderança. Ao mesmo tempo, as faculdades negras ganharam um influxo em termos de fundos e alunos. Na medida em que os símbolos nacionais e locais se tornaram mais positivos, cresceu o grau de conscientização dos negros. Todos esses fatores contribuíram para a gênese do movimento dos direitos civis nos anos 50 e 60.

A metodologia de McAdam é ao mesmo tempo quantitativa e histórica. Coerentemente, ele testa e contesta os relatos de incidentes usando operacionalizações quantitativas caracterizadas pela criatividade e rigorosos métodos estatísticos. Dados equivalentes ou complementares não são prontamente disponíveis no caso da África do Sul. Há, no entanto, uma série de histórias que fornecem valiosas informações sobre movimentos, igrejas, ideologia e educação. Mesmo sendo impossível aplicar os mesmos testes usados por McAdam, pode-se utilizar o modelo como ferramenta histórica para classificar e selecionar dados a partir da ampla gama de informações fornecidas em trabalhos históricos narrativos. Isso não quer dizer que só essas variáveis sejam importantes ou que não se percam informações ou nuances usando-se essa estrutura. Em vez disso, o modelo funciona tão bem na explicação de um caso que sua aplicação a outro tem o potencial de (1) ampliar a compreensão que se tem do caso e (2) testar a capacidade de generalização do modelo. Antes de uma explicação mais detalhada da operacionalização e aplicação do modelo aos movimentos negros de oposição na África do Sul neste século, mostrar-se-á instrutivo rever o amplo quadro político do estabelecimento do *apartheid*.

## Dados preliminares

### *A fundação do 'apartheid'*

Como primeiro passo, é importante compreender o processo sócio-econômico mais amplo que forjou o *apartheid* e moldou o contexto em que cresceram os movimentos de oposição. Recentemente apareceram duas importantes monografias, de autoria de George Fredrickson (1981) e John Cell (1982), que comparam as relações raciais nos Estados Unidos e na África do Sul. Tanto Cell quanto Fredrickson preferem focalizar os detentores do poder branco em vez dos que a eles se opõem. Mas esses autores dão realmente descrições perceptivas sobre a construção do *apartheid* que refletem os mais recentes e profundos esforços da historiografia. A natureza comparativa de seus trabalhos obriga a um certo nível de abstração e análise que ajuda a esclarecer variáveis relevantes. Ademais, eles fornecem um conciso pano de fundo dos períodos a serem examinados com maiores detalhes.

Os holandeses estabeleceram um ponto de apoio no Cabo para servir de posto de reabastecimento para seus navios com destino ao Oriente. Na medida em que cresceu o número de colonos brancos no Cabo e no Cabo Oriental, cresceram também o contato e o conflito com os povos locais. Nem a Companhia Holandesa das Índias Orientais, nem os posteriores administradores britânicos tiveram interesse em intervir em favor dos colonos, o que levou ao desenvolvimento entre os bóeres de uma ideologia de perseguição e independência.

De início a terra era tão abundante que qualquer um podia tomar posse de um trecho inabitado e dele tirar a mera subsistência; isso tornou difícil conseguir mão-de-obra assalariada e criou uma pressão por formas mais coercitivas de servidão. Os khoikhoi, de quem os holandeses há muito compravam gado, simplesmente migravam para longe quando seus arranjos comerciais eram insatisfatórios, embora muitos deles trabalhassem sazonalmente



para os habitantes dos burgos. A escassez de mão-de-obra local levou à proliferação da servidão por termo de contrato e à introdução de escravos importados da África Oriental e da Ásia. Inicialmente, os escravos batizados acabavam ganhando a liberdade, mas essa tradição caiu por terra na medida em que o cristianismo se foi popularizando entre os escravos. Com o passar do tempo, a ascendência pagã gradualmente substituiu o paganismo como critério para a servidão perpétua, e a raça logo substituiu a ascendência pagã.

Lutas seccionistas contra uma autoridade nacional centralizada figuram no período formativo da África do Sul contemporânea e influenciam as ideologias e as estruturas institucionais da supremacia. Para os bóeres, as lutas contra a metrópole holandesa e mais tarde contra os britânicos resultaram, primeiro, na Longa Jornada para fora da Colônia do Cabo e, depois, nas duas Guerras Anglo-Bóeres. Na União Sul-Africana, que emergiu da segunda dessas guerras, os africanos obtiveram a maioria e mais tarde tomaram o controle do Estado, a despeito de terem sido derrotados.

O período de reunificação subsequente à Segunda Guerra dos Bóeres trouxe a tentativa de se estabelecer no Cabo um sistema jurídico e político cego à cor. As primeiras tentativas de reforma obtiveram sucesso inicial e garantiram as franquias democráticas aos *colored* proprietários no Cabo. Mais tarde, a implementação de regulamentos mais rígidos, com base na propriedade, para os eleitores do Cabo restringiu a capacidade dos não-brancos de terem um peso político significativo. O *Group Registration Act*, de 1887, por exemplo, estendeu as franquias democráticas a uma área maior do Cabo, mas eliminou as terras tribais como base para satisfazer as qualificações com base na propriedade. A passagem do *Native Franchise Act* em 1892 acionou uma onda crescente de exigências quanto à propriedade e à alfabetização que gradualmente alijaram os não-brancos de qualquer participação significativa (Walshe, 1971, p. 2-7). Em Natal, usava-se um teste de cultura para determinar o direito de voto; teoricamente, os não-brancos

assimilados podiam obtê-lo, mas nenhum conseguiu. Foi nesse período, as duas últimas décadas do século XIX, que emergiu a noção de desenvolvimento em separado. Isso justificava a exploração da mão-de-obra não-branca sob o argumento de que era o fardo do homem branco ajudar as raças "inferiores" a atingirem o nível de desenvolvimento que lhes fosse possível, no seu próprio ritmo; entretantes, era apropriado utilizar sua força de trabalho. Em 1910, com a formação do Governo da União, os liberais do Cabo foram incapazes de estender as franquias democráticas aos não-brancos das outras províncias. A influência política dos *colored* foi-se erodindo até 1961, quando desapareceram os derradeiros vestígios do liberalismo no Cabo.

Embora Fredrickson enfatize cuidadosamente as contribuições dos fatores econômicos e demográficos às diferentes equações da segregação nos Estados Unidos e na África do Sul, ele afirma que uma diferença simbólica subjacente pode ter tido o efeito mais poderoso. A Guerra Civil americana não produziu coisa alguma que se parecesse a um compromisso com a igualdade racial, mas de fato estabeleceu uma nova ordem em que os negros podiam vender livremente a sua força de trabalho e colher os benefícios de seus esforços, ainda que essa nova ordem tenha deixado de sancionar o relacionamento inter-racial, o sufrágio universal ou a igualdade de acesso a instalações públicas. Inversamente, a imposição da abolição na África do Sul pelos britânicos, em 1834, não resultou em nada parecido. Na verdade, "a idéia de que os negros tivessem certos direitos mínimos nunca se instilara na consciência coletiva ou na moralidade oficial da comunidade branca" (Fredrickson, 1981, p. 238). Essa diferença ideológica entre os dois casos, bem como as diferenças em termos das estruturas institucionais, ou das regras do jogo, talvez sejam o mais impressionante de todos os fatores relevantes considerados. Com a visão acurada proporcionada pela distância temporal, vê-se que, caso os brancos sul-africanos tivessem sustentado a noção de direitos para os negros, poderia ter havido maior opo-

sição ao estabelecimento da segregação e do *apartheid*.

A formação da União em 1910 permitiu ao Estado formado pelos colonos, livre da intrusão britânica em sua vida doméstica, criar uma política nacional de segregação. Essa política tinha dois objetivos:

- impedir que os africanos acumulassem suficientes recursos materiais e intelectuais para ameaçar o Estado da minoria branca; e
- fornecer a esse Estado da minoria branca um suprimento constante de mão-de-obra barata.

A criação da União em 1910 tornou possível garantir um amplo regime estatal de segregação que era mais estrito do que a mera codificação da estrutura de relações raciais de fato. A política de segregação na África do Sul tornou-se progressivamente mais restritiva desde o *Native Areas Act*, de 1913, e foi implementada através de órgãos oficiais do Estado.

Para Fredrickson, a segregação é a culminação das tendências econômicas, políticas e culturais acima delineadas. Embora veja a segregação como um passo importante, ele afirma que as forças que a moldaram foram basicamente contínuas. A visão de Cell da origem da segregação caracteriza-se pela descontinuidade. Ele vê a segregação como um fenômeno moderno e uma ideologia política altamente desenvolvida. Para Cell, a segregação foi planejada e trazida à luz quando os modelos anteriores de organização social se tornaram obsoletos. Ele argumenta que a segregação está associada às forças da modernização: urbanização, industrialização, comunicações modernas e sistemas políticos altamente desenvolvidos. Desse modo, a segregação é mais que um vestígio de uma divisão agrária da mão-de-obra, uma ideologia arcaica ou uma tradição cultural. A segregação é uma mistura em que mutuamente se reforçam a dominação de classe, estruturas jurídicas e políticas e uma ideologia flexível, autolegitimadora e mistificadora construída por moderados com o propósito de equilibrar forças políticas rivais e

encontrar soluções para tensões raciais crescentes. Nesse ponto o argumento de Cell é mais convincente: se a segregação, e posteriormente o *apartheid*, apenas codificou o *status quo*, a codificação não teria sido necessária nem particularmente notável.

Tanto Cell quanto Fredrickson sustentam que o *apartheid* é mais que o mero reflexo das realidades sócio-econômicas de um momento – trata-se de um fenômeno político. Isso não quer dizer, é claro, que os fenômenos políticos sejam divorciados dessas realidades, mas sim que não são totalmente determinados por elas. Ambos sugerem que nem as explicações puramente políticas, nem as puramente econômicas são adequadas. Ver o quadro inteiro exige que se considerem a cultura, os símbolos e as ideologias que definem os mundos em que vivem os responsáveis pelas políticas públicas, assim como os atores econômicos. A partir do modelo do processo político, podemos recordar a afirmação de McAdam de que os processos sócio-econômicos influenciam as oportunidades políticas e as possibilidades organizacionais. Esses fatores, por sua vez, e através das variáveis intervenientes da libertação cognitiva, definem aqueles que contribuem para a mobilização dos movimentos sociais. Embora altamente exaustiva, a próxima seção iluminará algumas dessas variáveis no período anterior à Segunda Guerra Mundial na África do Sul.

### Variáveis do processo político

Operacionalizar as variáveis listadas no modelo de McAdam apresenta uma dificuldade. Em lugar algum se encontra um livro de referência que contenha um índice anual das oportunidades políticas, do vigor organizacional nativo, da libertação cognitiva ou do nível de insurgência oposicionista. De modo semelhante, há poucos equivalentes sul-africanos dos dados utilizados por McAdam quando operacionalizou seu estudo. O modelo – ou talvez mais propriamente a teoria – mostra o poder como teoria pura. O teste do modelo

por McAdam junta-se a essa solidez discursiva. Embora possa ser desejável, não é prático neste ponto operacionalizar quantitativamente muitas dessas variáveis. Mais prático é usar os conceitos gerais como um guia na leitura crítica da história. Aqui, tendências e fenômenos, padrões de comportamento, mudanças jurídicas e eventos e influências intelectuais internacionais selecionados podem ser extraídos da literatura histórica para compor um retrato impressionista do ajuste do modelo. Nesse sentido, a leitura de textos históricos deveria fornecer a base para se criticar o modelo ou constituir um corpo de evidências em seu favor. Ao mesmo tempo, eventos e detalhes específicos são registrados a fim de se construir um corpo de dados para uso em testes mais quantitativos num momento posterior.

O que se segue não é uma tentativa de escrever uma história sistemática de uma parcela particular do movimento de oposição, mas a reconstrução sistemática do quadro mais amplo a partir de esforços historiográficos mais particulares. De muitas maneiras, este *paper* representa um trabalho em curso; na medida em que se acrescentam detalhes, o quadro mais amplo se altera e, ao que se espera, se torna mais claro. Os dados apresentados não se destinam a contar toda a história ou pintar todo o quadro, mas servem de índices intersticiais da viabilidade do modelo ou da ótica. O âmbito do projeto e o fato de os dados serem esparsos exigem um estudo mais extenso. Além de completar quadro mais amplo, a leitura sistemática da história serve como missão desbravadora para operacionalizar uma série de variáveis, esclarecendo que tipos de dados estão disponíveis.

### Processos sócio-econômicos

Pode-se facilmente estabelecer conexões intuitivas entre a natureza dos macroprocessos econômicos e demográficos e a mudança social e política. Nos Estados Unidos, por exemplo, segundo o argumento de McAdam, o colapso

da economia algodoeira – ele próprio um reflexo das tendências econômicas internacionais – representou o ponto de partida para mudanças fundamentais nas estruturas políticas e sociais tanto no Sul quanto no Norte. Mais especificamente, o deslocamento do algodão, com suas lavouras menos intensivas em mão-de-obra, e a mecanização da agricultura sulista nos anos iniciais deste século eliminaram a necessidade de uma ampla força de trabalho negra nas fazendas da região. Ao mesmo tempo, as restrições à imigração europeia efetivamente abriram aos negros as portas dos empregos industriais no Norte. Entrementes, meios negros migravam de áreas rurais para centros urbanos no Sul e no Norte. No Norte, tornaram-se parte importante do eleitorado nacional. No Sul, as concentrações recém-formadas de trabalhadores assalariados negros tiveram oportunidade de formar igrejas e outras organizações que teriam sido impossíveis na fazenda, fosse por causa de mecanismos de controle social ou devido à questão da proximidade. Como nos Estados Unidos, os processos e tendências sócio-econômicos mais amplos são cruciais para se compreender os requisitos da geração de movimentos sociais na África do Sul. Vamos agora examinar as mudanças lá ocorridas durante este século.

### Tendências e recursos econômicos

Antes de citar dados específicos, examinemos o grande quadro do desenvolvimento econômico sul-africano. Como observamos acima, a economia sul-africana foi de início dominada por preocupações relacionadas à agricultura. A descoberta de diamantes em 1867 e a de ouro cerca de 15 anos depois mudaram drasticamente a estrutura econômica e as exigências de mão-de-obra dessa até então esforçada colônia. Tais exigências de mão-de-obra levaram ao desenvolvimento de um sistema de trabalho barato.<sup>2</sup> Em meados deste século o setor manufatureiro começou a crescer, fenômeno que Omer-Cooper e outros



atribuem à escassez de bens manufaturados importados durante a Segunda Guerra Mundial. As exigências de mão-de-obra do setor manufatureiro exigiram uma força de trabalho mais estável e qualificada do que a do setor da mineração. Hindson (1987) insiste em que essas exigências estimularam a urbanização e a proletarização do suprimento de mão-de-obra do setor manufatureiro, a despeito dos controles de influxo formais.

Uma das mais importantes variáveis singulares na compreensão do movimento americano pelos direitos civis é a urbanização. Foi principalmente nas áreas urbanas que a organização foi possível e bem-sucedida; a natureza do trabalho alugado e assalariado no Sul dos Estados Unidos tornava as pessoas tão espalhadas que impedia a formação de grandes organizações sociais. Apesar do *African Areas Act*, de 1913, a África do Sul testemunhou uma significativa urbanização dos africanos durante o período entre as guerras. Em 1911 a população africana nos centros urbanos europeus era de cerca de 500 mil pessoas, enquanto em 1946 ela havia chegado acima de 1.750.000; à altura de 1950 esse número atinge dois milhões (Marquard, 1952, p. 47). Poder-se-ia supor que a maioria dessas pessoas era de trabalhadores contratados – trabalhadores por curto prazo não parecem capazes de se organizar. Mas Marquard (1952, p. 47) revela que uma crescente proporção dos africanos urbanizados era de mulheres, 19,2% em 1911 e 36% em 1950. Gerhart (1978, p. 27) dá números ligeiramente diferentes – 19% em 1912 e 36% em 1936 –, mas a tendência é parecida. Isso significa que as populações africanas se tornaram mais permanentes durante esse período; as famílias começaram a representar uma proporção maior da população africana urbana, fenômeno cuja relativa permanência tenderia por si mesma a incrementar a solidariedade institucional. Embora Marquard não revele quantos dos residentes eram permanentes, sua descrição do crescimento das *townships* revela que parte significativa da população urbana era mais ou menos permanente (Marquard, 1952, p. 49 e *passim*).

A descrição que Alan Paton (1948) faz de Johannesburg nos anos 40 revela um conjunto semelhante de observações. Nesse relato fático há uma série de aspectos que impressionam. A comunidade não-branca que Paton descreve é permanente. O comportamento na área urbana é marcadamente diferente daqueles da área rural: os modos e formas tradicionais de organização foram amplamente deixados de lado. Paton chama a atenção para uma série de organizações políticas florescendo nas “locações”. Finalmente, é realçado o papel do clero e da Igreja como catalisadores da organização comunitária.

A população urbana africana continuou a crescer através dos anos 40 a 50, apesar de uma chuva de novas leis de controle do influxo destinadas, ostensivamente, a prevenir tal fenômeno. Hindson aponta que a média de crescimento anual da população urbana africana foi de 6,6% entre 1946 e 1951 e de 4,5% entre 1951 e 1960 (Hindson, 1987, p. 52). Assim, durante os primeiros 60 anos deste século houve uma significativa tendência à urbanização entre a população africana. Essa tendência foi influenciada – provavelmente determinada – pela mudança das necessidades de mão-de-obra na África do Sul. Os efeitos da urbanização são multifacetados. Em primeiro lugar, a concentração de pessoas com interesses comuns, embora não garanta o reconhecimento, cria um ambiente em que esses interesses comuns podem ser reconhecidos. A urbanização provê oportunidades para a formação de estruturas e organizações em torno de novas linhas de interesse; Marquard observa que os padrões de organização nas *townships* pareciam seguir interesses funcionais em lugar de solidariedades tribais ou étnicas. A urbanização fornece a oportunidade para o desenvolvimento de melhores lideranças; os líderes que emergem de novas e mais amplas organizações urbanas têm mais oportunidades de afiar seus instrumentos de liderança.<sup>3</sup> Ademais, as oportunidades educacionais aumentam nas áreas urbanas. Referindo-se ao padrão americano, McAdam afirma que a organização urbana teve a capacidade de formar igrejas

maiores e contratar pregadores melhores e mais habilitados. Decerto, isso vale também para a África do Sul; muitos líderes do movimento inicial, e também hoje, vieram das fileiras do clero. Dessas e de outras maneiras, a urbanização contribuiu para o desenvolvimento do vigor organizacional dos nativos.

### Vigor organizacional dos nativos

Marquard (1952, p. 52) aponta para os padrões de organização social que floresciam no ambiente urbano, “distintos da vida tribal e amplamente modelados pela vida social européia”. Ele está falando do estabelecimento de igrejas, tanto missionárias quanto independentes, escolas, clubes desportivos, sociedades funerárias e clubes de debates. A essas novas organizações ele atribui a quebra das solidariedades tribais e o estabelecimento de valores mais europeus. Essas organizações também detinham as sementes da organização política. Gerhart (1978, p. 24) aponta que o processo de urbanização foi traumático; esse trauma pode ter contribuído para o desenvolvimento de novas estruturas de apoio, a despeito do fato de “as políticas oficiais [serem] direcionadas contra a estabilização de comunidades africanas urbanas” (David Welsh, cit. in Gerhart, 1978, p. 24).

A barreira da cor na indústria provocou uma crescente atividade entre os sindicatos negros nos anos 20 e 30. Embora o governo relutasse em responder favoravelmente às suas reivindicações, a legislação discriminatória não chegava a ser sufocante. Como observa Greenberg (1980), a mão-de-obra não-branca começou a se beneficiar da competição entre os empresários e os trabalhadores brancos. Por exemplo, durante a expansão industrial iniciada no princípio dos anos 30 as necessidades de mão-de-obra aumentaram grandemente. Embora os brancos sempre recebessem tratamento preferencial e salários mais altos, a demanda por mão-de-obra era tão grande que

muitos africanos obtiveram posições qualificadas e semiquilificadas que eram oficialmente exclusivas dos brancos (Roux, 1964, p. 208). Através desses avanços e das greves, os salários aumentaram um pouco nesse período, embora nunca tenham sido iguais aos dos brancos. Os aumentos de salários são um recurso de que se valem igrejas, sindicatos e organizações políticas incipientes. Hindson salienta que o salário médio dos africanos cresceu cerca de 50% durante a Segunda Guerra Mundial, decresceu em seguida mas nunca caiu abaixo dos níveis do período anterior à guerra (Hindson, 1987, p. 68).

Tal como na Primeira Guerra Mundial, os industriais sul-africanos aproveitaram a oportunidade ensejada pelo alistamento dos brancos para preencher as vagas com mão-de-obra africana mais barata. A demanda por mão-de-obra resultou na migração maciça para as cidades. Essa migração foi facilitada por um relaxamento das leis de passe. Os trabalhadores africanos aumentaram em número e no tipo de posições ocupadas no emprego; mais africanos assumiram posições qualificadas e semiquilificadas (Omer-Cooper, 1987, p. 185). Durante a Primeira Guerra Mundial os salários dos africanos foram mantidos baixos pelo padrão-ouro; a dependência sul-africana em relação ao padrão-ouro manteve artificialmente baixos os lucros da indústria de mineração e subsequentemente impediu que se aumentassem os salários dos africanos. À altura da Segunda Guerra, o padrão-ouro fora abandonado, mas os salários dos africanos eram, mais uma vez, mantidos artificialmente baixos. Nesse momento o Estado interveio estabelecendo pesadas taxas sobre os lucros da indústria de mineração; as rendas geradas desse modo foram usadas para subsidiar a agricultura, que sofrera uma perda de mão-de-obra durante a migração e o desenvolvimento industriais. De modo semelhante, o Estado instituiu a proibição de encontros reunindo mais de 20 trabalhadores das minas para prevenir a organização e as greves por melhores salários (Omer-Cooper, 1987, p. 185).



À altura do final da guerra as restrições do governo às atividades organizacionais foram até certo ponto relaxadas, mas os salários permaneceram baixos (Omer-Cooper, 1987, p. 186).

Apesar das restrições à atividade sindical devido à guerra, a filiação a essas organizações aumentou. Por exemplo, em Witwatersrand, 23 mil trabalhadores eram membros de 20 sindicatos em 1940. Em 1945, os números haviam crescido para 80 mil e 50, respectivamente. Os sindicatos lutavam por melhores salários e obtiveram sucesso, embora não conseguissem superar a linha da pobreza (Omer-Cooper, 1987, p. 187).

O controle da mídia, ou o acesso a ela, representa importante indicador do vigor organizacional no interior de um grupo. O primeiro jornal banto foi fundado em 3 de novembro de 1884 – o *Imvo Zabantsundu* (*Opinião dos Nativos*) era um semanário impresso em inglês e *xhosa* na cidade de Kingwilliamstown por Tengo Jabavu. Este acabou intimamente envolvido na política do Cabo e mais tarde seu filho se tornou figura importante no Congresso Nacional Africano (CNA). Jabavu afirmava que “o jornal pretendia instruir os nativos a estabelecerem laços de contato entre eles mesmos e entre seu povo e os europeus” (Roux, 1964, p. 56). Em outro trabalho, Jabavu foi citado como tendo dito que fundara o jornal “‘mais para criar um desejo do que para realizá-lo’ e ‘para abrir os olhos dos nativos quanto a seus próprios direitos’” (Walshe, 1971, p. 4). Obviamente, o editor pretende que seu jornal sirva como instrumento de radicalização. Os jornais independentes podem servir a essa função ideológica e a outra, igualmente importante, que é a de transmitir detalhes logísticos pertinentes tais como, onde e quando se realizarão manifestações de protesto. Como observa Lodge (1983), os jornais e o público leitor proliferaram através do século, embora a repressão à imprensa – particularmente após 1960 – tenha reduzido um pouco sua efetividade.

## Educação

O papel da educação encaixa-se no esquema da organização de movimentos sociais de duas maneiras. Primeiro, serve como bloco de construção para o vigor organizacional nativo. Isso ocorre de pelo menos dois modos. Os que estão nos bancos escolares podem ser vistos como tendo oportunidades de desenvolver as habilidades necessárias para serem líderes efetivos; aprender leitura e matemática constitui um benefício, apesar do conteúdo ideológico dos currículos da educação banta. Ademais, o processo de freqüentar uma escola pode ser visto como algo que aumenta a capacidade dos alunos de agir em cooperação. Em segundo lugar, da mesma forma que a aquisição de habilidades cognitivas representa um instrumento de liderança, também representa um passo adiante rumo à libertação cognitiva. Os mais rudimentares elementos da educação, tais como a iniciação à gramática e a matemática, contêm em si os elementos básicos do pensamento crítico e lógico que podem ajudar o indivíduo a reconhecer os interesses que tem em comum com seus companheiros subordinados.

Antes da Primeira Guerra Mundial, o nível da educação africana começou a ascender de maneira meteórica. Na década de 1850, havia cerca de nove mil alunos africanos, número que cresceu para 100 mil em 1900 e 170 mil em 1990 (Walshe, 1971, p. 7). O número de escolas aumentou no período. Em 1946, havia 232 escolas mantidas pelo Estado e 4.335 escolas missionárias com ajuda do Estado, com cerca de 650 mil alunos (Marquard, 1952, p. 186). As verbas alocadas pelo Estado em tais escolas cresceram igualmente. Vale notar que as verbas do Estado vinham do imposto *per capita* cobrado aos africanos. Apesar dos esforços dos brancos para sabotar a educação dos africanos, as escolas missionárias continuaram a instruir e socializar os não-brancos (Gerhart, 1978, p. 33).

A maioria das escolas africanas limitava-se à educação primária. Metade das crianças africanas que freqüentavam escolas estava nas sé-

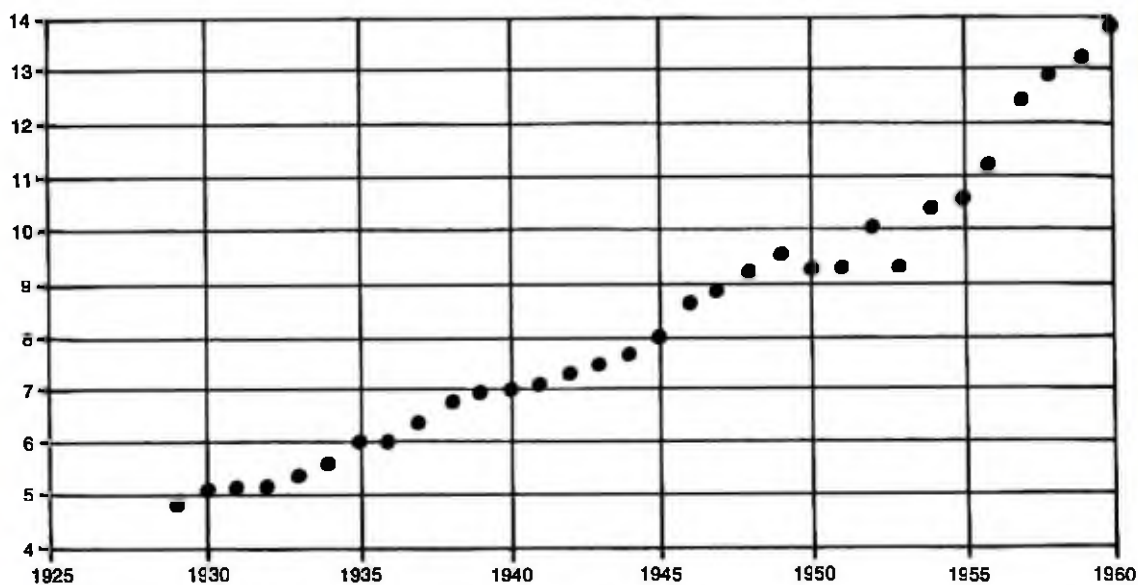
ries inferiores e apenas 4% recebiam educação pós-primária (Marquard, 1952, p. 186). Cell relata que uma das medidas tomadas para implementar a barreira da cor na área industrial foi exigir o diploma de segundo grau para os candidatos a funções qualificadas e semiquali-ficadas. Marquard salienta que a educação dos *colored* fica em algum lugar a meio caminho entre a dos africanos e a dos europeus em matéria de verbas e de qualidade. O mesmo currículo era usado para os *colored* e para os europeus, mas as escolas destinadas aos primeiros recebiam apenas uma fração dos gastos por estudante garantidos às escolas européias (Marquard, 1952, p. 191-2).

Apesar dos muitos obstáculos ao melhora-mento da educação, fez-se progresso no pe-ríodo entre as guerras. Por exemplo, uma fa-culdade para não-brancos, Fort Hare, diplo-mou seu primeiro bacharel em 1923. À altura de 1941, ela gerava cerca de 30 bacharéis por ano. Cerca de 1.200 diplomas de bacharel e pouco menos de 700 de pós-graduação foram concedidos antes de 1959 (Gerhart, 1978, p. 33).

Embora possa parecer intuitivo que essas habilidades poderiam desenvolver-se mesmo no contexto de um currículo para a educação banta ideologicamente orientado, não podemos estar certos de que é esse o caso. O que po-demos dizer com maior grau de certeza é que o número de alunos educados em escolas missionárias cresceu no período que nos inter-essa. Os que foram educados em tais escolas ainda eram sujeitos a currículos com orienta-ções ideológicas, mas se pode argumentar que o conteúdo ideológico das escolas missionárias era menos estrito que o das escolas estatais; inversamente, pode-se esperar que a educação das escolas agrícolas instile atitudes mais sub-servientes do que a das escolas do Estado. Além disso, a proporção da população africana nas escolas primárias e secundárias cresceu significativamente durante 1951. Desde esse ano a proporção aumentou com maior rapidez (ver gráfico). É interessante notar que essa aceleração da freqüência à escola ocorreu nos nove anos que antecedem Sharpeville.

Deve-se evitar a conclusão de que há uma correlação direta entre a educação elementar e

**Porcentagem da população africana nas escolas primárias e secundárias**



Fonte: South African Bureau of Statistics, 1968.

a mobilização em torno de Sharpeville. Alguns argumentariam que o CNA e outras organizações tiveram dificuldade em recrutar crianças em idade escolar durante os anos 50, em oposição aos anos 70, quando estas representavam uma ampla parcela das fileiras do movimento. Ademais, o fato de a proporção de alunos africanos haver crescido não garante que todos eles tenham recebido uma educação de boa qualidade ou duração. No entanto, vale notar que uma proporção maior da população africana estava recebendo algum tipo de educação e se pode inferir que isso tivesse um efeito na medida em que aqueles que deixavam a escola se incorporavam à força de trabalho e ao movimento.

### Organizações políticas

Foi durante as preparações para o estabelecimento da União que o Congresso Nacional dos Nativos Sul-Africanos (o proto-CNA) realizou seu primeiro encontro (Walshe, 1971, p. xi). Walshe afirma que a organização floresceu em meio a um crescimento geral da consciência política entre os não-brancos e em reação à legislação mais restritiva associada à formação do governo da União (Walshe, 1971, p. 40). A organização esposava objetivos nacionalistas e não-racialistas. A liderança inicial previu, com otimismo, "o crescimento da interdependência e da cooperação entre os vários grupos da população dentro de uma única ordem política e econômica" (Walshe, 1971, p. 15). A dedicação a ideais não-raciais, em vez do nacionalismo negro, pode ser atribuída à reação das elites ao racismo bruto incorporado ao nacionalismo africânder (Walshe, 1971, p. 25).

Em 1919, uma importante organização sindical, o Sindicato dos Trabalhadores Industriais e Comerciais da África (STIC), formou-se com o objetivo de obter melhores salários e tratamento para os empregados das docas. O STIC "veio a perder seu caráter estritamente industrial e se tornou um partido político de massa tendo como propósito a emancipação

nacional" (Roux, 1964, p. 153). O STIC nasceu nas docas da cidade do Cabo sob a liderança de Clements Kadalie, da Niasalândia. Por volta de 1923, com seu âmbito ampliado, penetrou nas províncias do Norte e do interior, organizando greves políticas e econômicas (Roux, 1964, p. 157). A despeito de numerosas campanhas bem-sucedidas, o STIC nunca desenvolveu uma ideologia coerente (Walshe, 1971, p. 94). Caiu presa de disputas de facções internas iniciadas por volta de 1927 e à altura de 1930 já se havia dissolvido. No entanto, permaneceu como um símbolo para os africanos de que a organização de massa era possível e podia ser bem-sucedida (Roux, 1964, p. 175-97).

O retrato que Omer-Cooper faz das atividades do movimento durante a guerra difere do de Roux. Este sustenta que nenhuma atividade política importante ocorreu no período. Embora seja verdade que as atividades organizacionais estavam restringidas, alguns eventos significativos de fato ocorreram. Por exemplo, em 1942 formou-se a Liga da Juventude do CNA. Esse braço da organização compunha-se de jovens professores e estudantes universitários e continha a futura liderança da organização. Os objetivos e táticas esposados pela liga diferiam drasticamente daqueles sustentados pela liderança mais antiga. Os jovens tinham uma ideologia mais radicalmente africanista e buscavam orientar o confronto com as autoridades através de demonstrações não-violentas que serviriam de veículo para a reforma. A velha liderança baseara-se em petições e delegações, métodos civilizados que refletiam seus objetivos, enumerados pelo credo de Cecil Rhodes – direitos iguais para todos os homens civilizados. O relato de Omer-Cooper de que o CNA organizou uma marcha anti-passe com 20 mil participantes, a formação da Liga da Juventude e os boicotes aos ônibus de Alexandra revela que o período da guerra apresentou algumas atividades políticas importantes.

O número de organizações politicamente expressivas cresceu no período do pós-guerra, refletindo fracionamento, coalizão e gênese.



A proliferação de organizações parece indicar um aumento geral da mobilização oposicionista. O número de membros do CNA aumentou de 5.517 em 1947 para sete mil em 1951, um crescimento significativo (Lodge, 1983, p. 25 e 43). Alguns problemas metodológicos são dignos de nota. Primeiro, as listas oficiais das organizações podem não representar um indicador fidedigno do número de membros. Como observa Lodge (1983, p. 73), muitos simpatizantes e ativistas não pagavam as mensalidades e portanto não aparecem nas listas. Apesar disso, as listas oficiais do CNA, de fato, cresceram durante os anos 50 e, embora os números oficiais tendam a subestimar o quadro de membros, servem como um indicador do crescimento da participação e da estabilidade financeira.

### Temas específicos e conscientização

Um dos pontos de virada na conscientização dos africanos resultou das rebeliões contra o imposto do voto ocorridas na primeira década deste século. A mais famosa delas foi a Rebelião Bamabata em Natal. O que Roux e outros chamam imposto do voto conota algo diferente daquilo que os americanos geralmente associam a tal expressão; em vez de uma taxa cobrada pelo voto, o imposto era semelhante a uma taxa por cabeça, e pesada. Antes dessas rebeliões, as lutas africanas eram tribalmente orientadas, mas a partir daí passou a predominar a orientação por temas específicos (Roux, 1964, p. 87).

Gerhart (1978, p. 30) afirma que as primeiras organizações no Cabo eram mais preocupadas com questões do tipo *pão-com-manteiga* do que com "abstrações" políticas. Claro que as questões *pão-com-manteiga* podem ser tão importantes para catalisar a mobilização de massa e os movimentos sociais quanto ideais abstratos; por exemplo, o boicote aos ônibus de Montgomery surgiu de algo menor que uma questão *pão-com-manteiga*, mas ganhou maior importância política e inspirou milhares à ação.

No Cabo, desde 1892 os brancos começaram a tornar mais restritiva as exigências relativas ao voto dos não-brancos, com a passagem do *Native Franchise Act* (Roux, 1964, p. 64). As escolas missionárias tendiam a instilar em seus ex-alunos a dedicação aos valores liberais e ao domínio da lei (Gerhart, 1978, p. 39). Muitos dos membros das antigas elites do Cabo opunham-se à mobilização das massas como tática para exigir a ampliação dos direitos civis. O que buscavam era a manutenção das franquias limitadas, mesmo com as exigências de propriedade e "alfabetização" (Roux, 1964, p. 59). A liderança política não-branca tinha interesse na reforma moderada, não na ação radical (Walshe, 1971, p. 2-5).

Uma série de influências ideológicas exógenas pode ser encontrada nas primeiras organizações. Garvey, Washington e DuBois tiveram todos eles seus devotos na África do Sul. Cell chama a atenção para suas influências entre as igrejas etíopes. Hill e Pirio afirmam que o *garvelismo* tinha influência entre a liderança do STIC. Seu prestígio era menor entre o clero, talvez mais impressionado com DuBois e Washington, e se acreditava que o CNA fosse mais influenciado por Washington (Hill e Pirio, 1987, p. 224-8). Dois fatores são importantes aqui. Primeiro, os sul-africanos estavam cientes das influências da intelectualidade negra internacional e expostos a elas — suas realizações e idéias constituíam poderosos símbolos de esperança para sua luta emergente. Em segundo lugar, o conteúdo das idéias importadas serviu para instilar ainda mais nos não-brancos o sentido de nacionalismo africano e a consciência ativista necessários para a organização contra a minoria branca.

No período do pós-guerra, a orientação para questões específicas vira-se mais para reformas políticas com base nas massas, embora continuando a enfatizar temas do tipo *pão-com-manteiga*. Lodge salienta que, em alguns casos, as ações focalizadas em temas *pão-com-manteiga* tinham mais sucesso e mais apoio. No entanto, encontra-se uma evidência mais forte de uma identificação e uma solidariedade de base racial do que no período ante-

rior, embora essa orientação não fosse tão generalizada quanto viria a ser na era da consciência negra de fins dos anos 60. A natureza racial da orientação para temas específicos, ou o nível de consciência racial, é uma importante variável a se considerar. A repressão política, econômica e cultural era enfrentada com um critério racial. Sem dúvida, outros critérios tinham força, mas a raça constitui uma compressão de oportunidade nessas arenas.

Trabalhos recentes de Omi e Winant (1989), teóricos dos movimentos sociais, têm como foco a raça. Eles rastreiam a racialização da ideologia popular e a vêem como o fator-chave na compreensão do movimento dos direitos civis nos Estados Unidos e da recente reação branca. Apresentam uma visão da raça como uma característica maleável, mais que biológica. A ampla literatura sobre miscigenação apóia esse ponto de vista. Por exemplo, na década de 1880 levantou-se um debate sobre que linhas poderiam demarcar a cultura branca européia; os europeus do sul foram incluídos, enquanto outros povos mediterrâneos, fenotipicamente semelhantes, se viram excluídos. A raça, nesse exemplo, foi redefinida para refletir a ordem política desejada.

De modo semelhante, argumentam eles, ocorreu uma mudança de paradigma na forma como a raça era vista pelos líderes e pelos membros comuns da comunidade negra durante o movimento dos direitos civis nos Estados Unidos. O movimento construiu um novo paradigma e apresentou um desafio à ordem racial existente incorporada ao Estado. Ao focalizarem essa mudança, eles apontam um importante fator que influenciou a força do movimento. Embora se possa considerar uma falha o fato de haverem subenfocado as condições materiais, eles de fato dão evidência à significação da consciência racial para a energia do movimento.

O retrato feito por Gerhart da conscientização negra no movimento sul-africano aponta para diferentes níveis de racialização, para usar o termo de Omi e Winant, em diferentes estágios da vida do movimento. Por exemplo, no período pré-guerra os objetivos

do movimento eram caracterizados por elites negras procurando o mesmo tratamento das elites brancas, embora houvesse um florescente movimento sindical. O período do imediato pós-guerra mostra uma orientação mais voltada para as massas, com uma ideologia negra ou africanista procurando enraizar-se. Depois de um breve período de dormência nos anos 60, a consciência negra fincou raízes com a ajuda de Stephen Biko e outros.

Embora sem querer *jogar fora o bebê junto com a água do banho*, deve-se ter cautela e evitar a superênfatização dessa variável. Conquanto seja verdade que o desenvolvimento da consciência racial acompanhou os períodos mais ativos do movimento de oposição negra tanto nos Estados Unidos quanto na África do Sul, ela não tem necessariamente uma relação causal nem é a variável mais importante. O fato de formas similares de consciência racial terem aparecido nos estágios iniciais de desenvolvimento do movimento parece indicar a importância de outras variáveis. Uma série de fatores nacionais e internacionais teve influência em ambos os países. O *garveísmo*, a renascença do Harlem, o movimento da negritude e o pan-africanismo foram todos esforços importantes na redefinição do paradigma racial. Isso pode indicar que o *timing* da introdução, a receptividade por parte das fileiras, o nível de organização e o contexto político influenciam, todos, a capacidade do movimento insurgente seja de adotar uma nova definição de ordem racial, ou de com ela apresentar um desafio.

## Liderança

Gerhart (1978, p. 30) salienta que era difícil para os antigos trabalhadores africanos gerar uma liderança de alta qualidade a partir de suas próprias fileiras. Uma fonte de liderança, vigor organizacional e nacionalismo estava nas igrejas. A partir da década de 1880, uma série de igrejas independentes ou etíopes começou a florescer nas comunidades africanas. Roux descreve o movimento como tendo origem na frustração causada pela tática bar-

reira da cor na hierarquia missionária e, "por trás disso tudo, ademais, (...) a crescente consciência nacional e a revolta cada vez maior contra os brancos, não apenas nas questões religiosas, mas em tudo" (Roux, 1964, p. 78). De modo semelhante, Walshe sustenta que a maior parte da liderança política competente no período pré-guerra veio das escolas missionárias (Walshe, 1971, p. 1); dado o virtual monopólio que as escolas missionárias mantinham sobre a educação dos africanos, seria surpreendente se a liderança política não tivesse sido treinada nelas. As igrejas etíopes devem ser vistas como tendo um efeito de elevação do grau de consciência em termos tanto de sua estrutura organizacional, que fornecia um campo de treinamento para líderes não-brancos, quanto do fornecimento de ideologias mais progressistas. Não é mera coincidência que muitos dos fundadores do CNA fossem clérigos.

As igrejas não eram as únicas forjas da liderança nacionalista. Os líderes eram extraídos também de outras organizações. Embora as organizações que inicialmente floresceram nas *townships* ou localidades possam não ter tido implicações políticas diretas, de fato serviram como mecanismos de recrutamento para aquelas mais politicamente orientadas. McAdam afirma que o mesmo é válido para o movimento dos direitos civis americano e numerosos estudos ligam a participação em grupos à participação política.

## Indicadores de oportunidades políticas

A visão de McAdam sobre a natureza das oportunidades políticas pressupõe uma relação positiva entre as ações ou declarações do Estado e o nível de insurgência. Por exemplo, no caso americano, afirma ele que o nível de insurgência elevou-se em resposta a pronunciamentos positivos da parte do Executivo e do Judiciário. De modo semelhante, tais símbolos tiveram um efeito direto sobre a conscientização. Entretanto, o caso africano parece indicar a necessidade de um tratamento mais nuança-

do do contexto político. Por exemplo, no período anterior à década de 60 o efeito das mudanças de orientação política sobre a mobilização do movimento foi variado. Em alguns casos, importantes atividades de protesto, assim como greves, resultaram da decretação de políticas "negativas", ou repressivas. O caso sul-africano indica uma adição ao modelo. Em muitos casos, ações do Estado tiveram efeitos diretos sobre o vigor organizacional dos insurgentes. Por exemplo, o banimento de mais de 150 líderes do movimento serviu para paralisar seu vigor organizacional nos anos 50 (Lodge, 1983, 76). Avaliemos agora alguns dos indicadores.

A liderança de Mohandas Gandhi na resistência dos indianos às leis do passe, na primeira metade do século, serviu como um poderoso símbolo do potencial de êxito dos não-brancos em face da opressão do grupo dominante e como um manual tático para os nacionalistas africanos no período do pós-guerra (Roux, 1964, p. 101-8). Tristemente, o sucesso de Gandhi deveu-se a ter apelado às altas autoridades britânicas. Os britânicos estavam menos inclinados a interferir nos assuntos nativos ou domésticos após a formação da União, em 1910 (Roux, 1964, p. 111). As mulheres africanas, contudo, foram capazes de organizar com êxito uma campanha de resistência passiva entre 1913 e 1920, voltada contra a extensão a elas das leis do passe (Roux, 1964, p. 117). Os esforços dos homens africanos em favor de seus direitos como súditos britânicos tiveram menos sucesso. Esses fracassos serviram para frustrar e desiludir os ativistas africanos (Walshe, 1971, p. 19 e 34).

Os não-brancos do Cabo perderam o direito de voto em 1936. O efeito dessa legislação representou mais uma "de muitas ondas sucessivas de desilusão [que] passaram pela sociedade africana de classe média, empurrando a opinião africana, como um todo, por um pequeno mas perceptível passo para longe da norma liberal" (Gerhart, 1978, p. 37). No entanto, a maioria da classe média africana manteve uma atitude liberal durante um bom tempo no pós-guerra (Gerhart, 1978, p. 38).



Desde o período entre as guerras e prosseguindo no pós-guerra, “o Governo continuou a apertar as várias leis e regulamentos pelos quais propunha suprimir a agitação entre os africanos” (Roux, 1964, p. 206). Ademais, Roux sustenta que “não houve movimentos políticos de grande escala no período da Segunda Guerra Mundial” (Roux, 1964, p. 317). Essa avaliação provavelmente resulta de uma definição mais estrita do que seja político do que aquela normalmente empregada.<sup>4</sup> Os meios de expressão política estiveram fechando-se rapidamente através do período entre as guerras, na medida em que o governo se tornou mais sofisticado em sua capacidade de impedir as ações do movimento e derrubou, por meio de legislação, o direito de voto dos não-brancos.

O ambiente político nos anos 40 foi severamente limitado. Nos anos em torno do final da guerra, foram proibidas as greves dos sindicatos negros e cresceu a desilusão entre os líderes africanos em razão dos limitados meios de expressão política. Paul Mosaka, do Conselho Representativo dos Nativos, foi citado como tendo dito: “Pediram-nos para colaborar com um telefone de brinquedo. Estivemos falando com um aparelho que não pode transmitir sons e em cujo fim da linha não há ninguém para receber a mensagem. Como crianças, tivemos prazer em ouvir o som de nossas próprias vozes” (Omer-Cooper, 1987, p. 187). De modo semelhante, nos anos 50 o movimento foi confrontado por medidas mais e mais repressivas da parte do Estado, na medida em que o Partido Nacional implementava seu programa de *apartheid*.

Apesar do ambiente político crescentemente limitado dos anos 40 e 50, e possivelmente por causa dele, o movimento testemunhou sua campanha mais efetiva e generalizada, a Campanha de Desafio de 1952. O CNA organizou-a em respostas a seis novas leis (por exemplo, o *Bantu Authorities Act*, o *Groups Areas Act* etc.) consideradas injustas. Depois de se dar às autoridades de Pretória seis meses para revogar as leis, a campanha foi lançada. Começou no dia 26 de junho em três cidades e ao arrefecer, em novembro, havia atingido 36

cidades e resultado em 8.326 prisões (Lodge, 1983, p. 46). Embora ostensivamente organizada pelo CNA, a campanha representou o esforço cooperativo de muitas organizações, inclusive o Congresso Indiano Sul-Africano, a Comissão de Ação pelas Franquias e outras (Lodge, 1983, p. 40-7). Lodge fornece estudos de caso das duas cidades mais ativas na campanha. Vale a pena examiná-los de perto.

### Um estudo de caso resumido

Port Elizabeth, com 2.007, teve mais prisões que qualquer outra cidade (Lodge, 1983, p. 46). Essa cidade caracterizava-se por ter uma economia avançada para a época e uma população africana permanente de 60 mil pessoas, metade das quais era mulher. A comunidade africana tinha uma língua comum – 95% falavam *xhosa* – e nenhum de seus membros vivia em ambientes controlados, como os campos de alojamentos (Lodge, 1983, p. 48). A cidade experimentara um rápido crescimento da população africana, que dobrou entre 1936 e 1951, e uma taxa baixa de desemprego devido à expansão industrial. As indústrias automotivas e outras lá localizadas exigiam mão-de-obra qualificada e baixo *turnover*. As coisas começaram a mudar em Port Elizabeth por volta de 1948. O rápido crescimento da população causou um excesso de aglomeração e a intervenção das autoridades brancas, resultando na erosão das liberdades da população africana (Lodge, 1983, p. 49). O aspecto final observado por Lodge é que havia uma história de atividade sindical e uma significativa interpenetração da liderança dos sindicatos e das organizações políticas (Lodge, 1983, p. 50).

Lodge contrasta Port Elizabeth com o caso mais parecido, o de East London. Esta registrou 1.322 prisões (Lodge, 1983, p. 46). Tal como Port Elizabeth, East London abrigava um amplo setor industrial. Não tinha campos de alojamentos nem uma relação de um para um entre homens e mulheres (Lodge, 1983, p. 55). A população africana de East London

também se caracterizava pela homogeneidade lingüística. As duas cidades diferiam numa série de aspectos importantes. Os controles de influxos foram implementados em East London desde os anos 30. A população africana da cidade mantinha laços próximos com sua área rural de origem, o Ciskei, tanto que grandes parcelas dela faziam peregrinações regulares nos fins de semana (Lodge, 1983, p. 55).<sup>5</sup>

Antes de avaliar as diferentes características das duas comunidades, deveríamos indagar se o número de prisões é realmente diferente. Lodge compara essas características sob o pressuposto de que Port Elizabeth teve um nível mais alto de atividade na Campanha do Desafio. Não leva em consideração a diversidade de tamanho das comunidades. Dividindo a população pelo número de prisões em Port Elizabeth, encontramos cerca de uma prisão para cada 29,89 pessoas. Há dois números diferentes para a população de East London, 40 mil no Censo de 1951 e 55 mil numa pesquisa de 1955. Se o número mais baixo for mais preciso, o nível de atividade é muito semelhante ao de Port Elizabeth, com uma prisão para cada 30,2 pessoas. Se o número verdadeiro estiver mais próximo do último dado, a taxa de prisões será mais próxima de 41,60.<sup>6</sup> Lodge de fato questiona a precisão do Censo de 1951 e atribui maior confiança aos dados de 1955. Até uma estimativa mais conservadora quanto à população parece indicar que o nível de atividade, se o número de prisões for de fato uma boa medida, foi pelo menos ligeiramente mais alto em Port Elizabeth.<sup>7</sup>

As diferenças entre as duas cidades parecem assemelhar-se a algumas das variáveis do modelo de processo político. Por exemplo, em Port Elizabeth, a interpenetração da liderança sindical e política, e igualmente entre os participantes comuns dessas áreas, parece indicar um alto nível de desenvolvimento organizacional. Port Elizabeth teve uma série de greves e boicotes bem-sucedidos no final dos anos 40, talvez indicando um espaço político substancial. A solidariedade mostrada nessas ações pareceria indicar o desenvolvimento de uma consciência política. Lodge (1983, p. 55) sus-

tenta que em Port Elizabeth "a política popular transcendia as usuais ansiedades quanto à subsistência que predominavam na vida diária". Estabilidade econômica no grupo subordinado, organizações nativas, oportunidades políticas – evidenciadas por ações bem-sucedidas antes da Campanha do Desafio – e consciência política parecem caracterizar Port Elizabeth.

East London, embora não exatamente um exemplo contrastante, de fato oferece interessantes contrastes. As autoridades de lá eram tradicionalmente menos receptivas às ações políticas, e sua implementação dos controles de influxos e outras restrições tais como o toque de recolher reduziram a capacidade de seus habitantes de se organizarem. Os laços com o Ciskei podem ter atrofiado o desenvolvimento de organizações comunitárias; se uma importante parcela da população se identificava com o seu lar rural, pode ter tido pouco incentivo para construir organizações sociais na cidade. A liderança do CNA em East London estava cheia de membros da Liga da Juventude, cuja ideologia africanista pode ter atraído a população rural, mas cuja formação de elite pode tê-los distanciado de alguns ativistas em potencial; no todo, Lodge dá-lhes crédito como organizadores competentes. O Ciskei, segundo Lodge, foi a única área rural em que o CNA conseguiu penetrar. A região sofreu secas de 1945 a 1951; dados os estreitos laços com o setor rural, isso parece ter causado uma importante instabilidade econômica. O suposto baixo nível de mobilização em East London pode ser explicado por seu baixo nível de estabilidade econômica, menos espaço político, organizações mais fracas e consciência política menos desenvolvida.

O modelo do processo político parece ir bem quando aplicado a esses casos. Embora os casos não representem diferenças muito grandes, o modelo parece enfatizar diferenças que intuitivamente apoiam sua utilidade. Um estudo mais detalhado de tais casos seria útil para testar a qualidade do modelo em explicar a variação de nível local, e pode credenciá-lo para ser usado em nível nacional.

## Conclusão

Observar as principais tendências sócio-econômicas deste século na África do Sul através dos tipos de variáveis acima delineados parece corroborar pelo menos partes do modelo de McAdam. A urbanização levou à proliferação de organizações nas *townships* e ao aumento da estabilidade econômica dos cidadãos. O vigor organizacional nativo cresceu durante o período. As escolas produziram mais e melhores alunos. As igrejas forneceram um campo de treinamento para líderes e serviram como fonte de suprimento de ideologias liberais, no caso das igrejas missionárias, ou nacionalistas, no caso das igrejas etíopes. Os africanos ganharam acesso à mídia, primeiro por meio do *Imvo* e depois através de uma série de publicações sindicais e independentes. Mas os objetivos do movimento militaram contra as ações radicais, antes e depois da Segunda Guerra Mundial.

O modelo de McAdam realiza um grande avanço ao considerar muitos dos fatores exigidos para a gênese de movimentos nacionalistas incipientes. O que não vemos, porém, é a expansão das oportunidades políticas para os não-brancos. Se tanto, tais oportunidades foram sendo cada vez mais limitadas no correr do período. Isso pode explicar o motivo por que todos os elementos da maré nacionalista emergente tiveram sua atividade reduzida durante a Segunda Guerra Mundial e depois da repressão ligada a Sharpeville. Embora talvez não seja possível explicar aqui o sucesso ou a falta dele no que se refere aos primeiros movimentos reivindicatórios, podemos ver que os fundamentos para movimentos maiores e mais amplos foram lançados nesse período. A era pré-1960 contém as sementes do vigor organizacional e da consciência cognitiva que mais tarde agitariam uma maior mobilização de massas. Algumas dessas sementes começariam a brotar com o advento da consciência negra.

## NOTAS

1. Embora varie a força ou a relevância desses objetivos de consumo. Por exemplo, muitas das ações de maior êxito da oposição sul-africana nos anos 50 giraram em torno de questões de salário e moradia, enquanto muitas ações politicamente orientadas encontraram menos apoio. Isso quer dizer que ações importantes podem resultar de movimentos baseados no consumo. No entanto, deve-se ter o cuidado de reconhecer que tais questões de consumo ou de classe não são as únicas em torno das quais se organizam movimentos. O nível de insurgência associado ao boicote de ônibus de Montgomery ou à campanha de Selma, nos Estados Unidos, serve para demonstrar que as questões de classe ou de consumo não são os únicos critérios para a organização ou mobilização dos subordinados. De modo semelhante, o protesto de crianças de escola contra a imposição de um currículo em africânder, em meados dos anos 70, serve para sustentar esse ponto de vista.
2. Na literatura sul-africana, *mão-de-obra barata* representa uma expressão antes de tudo técnica. Refere-se a um sistema em que os custos da reprodução da mão-de-obra não são pagos pelo empregador, mas subsidiados pelo trabalho feito pelo trabalhador ou sua família nos setores informais ou tradicionais da economia. Assim, por exemplo, os africanos que trabalham nas minas não ganhavam o suficiente para sustentar suas mulheres e famílias. Esse custo era coberto por lavouras familiares e pela manufatura doméstica. Na medida em que os negros foram sendo alienados de suas terras tradicionais, essas verbas extras tornaram-se difíceis de obter, seja porque eles se mudassem — ou fossem removidos — para terras inferiores ou porque partissem para cidades onde havia pouca chance de complementar a renda familiar com a lavoura.
3. Observe-se que os das áreas rurais são incapazes de desenvolver tais habilidades. Basta lembrar a impressionante articulação de Shaka Zulu para dissipar tal noção. Em vez disso, há um conjunto específico de habilidades exigido para se operar numa sociedade dominada por europeus.
4. Na verdade, houve várias atividades ligadas ao movimento no período da guerra. O boicote aos ônibus de Alexandra não foi a menos importante (Lodge, 1983, p. 12). Apesar do fato de a ação ter surgido em resposta a um aumento de tarifas, ainda pode ser considerada política. Num certo sentido, os residentes de Alexandra estavam exigindo ser consultados em assuntos que os afetavam ou, em outras palavras, o direito de participar do pro-



cesso de tomada de decisão. Também se deve observar que, embora o número de ações exclusivamente políticas possa ter sido pequeno, o progresso econômico feito no tempo da guerra força a que se veja esse período como um todo como de relativo avanço.

5. É interessante notar que é nesse contexto que Lodge insiste sobre as atitudes daqueles com diferentes níveis de escolaridade. Ele sustenta que os que têm maior escolaridade paradoxalmente manifestam sua identidade e o desdém pela cultura branca.

6. Usar os dados de 1951 produz uma diferença insignificante em termos das proporções, enquanto os de 1955 originam uma diferença importante.

7. Se ambos os números são precisos e se presume que o aumento da população é igual para cada ano entre 1951 e 1955, tomando de 43.750 habitantes a população de East London em 1952, então a diferença é significativa no nível 0,05.

## BIBLIOGRAFIA

- ADAM, Heribert. (1973), "The rise of black consciousness in South Africa". *Race*, 15(2), p. 149-64.
- ANDREWS, G.R. (1987), "Comparing the comparers: white supremacy in the United States and South Africa; review essay". *Journal of Social History*, n. 20, p. 585-99.
- APPELGRYN, E.M. e NIEWORDT, J.M. (1988), "Relative deprivation and ethnic attitudes of blacks and Afrikaans speaking whites in South Africa". *Journal of Social Psychology*, n. 128, junho, p. 311-23.
- BEINHART, W. e BUNDY, C. (1987), *Hidden struggles in rural South Africa: politics and popular movements in the transkei and Eastern Cape, 1890-1930*. Berkeley, University of California Press.
- CALDWELL, D. W. (1988), "Attitudes in South Africa". *Public Opinion*, n. 10, janeiro-fevereiro, p. 55-9.
- CELL, J.W. (1982), *The highest stage of white supremacy: the origins of segregation in South Africa and the American South*. Nova Iorque, Cambridge University Press.
- CHAFE, W.H. (1980), *Civilities and civil rights: Greensboro North Carolina, and the black struggle for freedom*. Nova Iorque, Oxford University Press.
- DAVIS, S.M. (1987), *Apartheid rebels: inside South Africa's hidden war*. New Haven, Yale University Press.
- FATTON, R. Jr. (1986), *Black consciousness in South Africa: the dialectics of ideological resistance to white supremacy*. Nova Iorque, State University of New York Press.
- FEIT, E. (1967), *African opposition in South Africa: the failure of passive resistance*. Stanford, The Hoover Institution.
- FREDRICKSON, G.M. (1981), *White supremacy: a comparative study in American and South African history*. Nova Iorque, Oxford University Press.
- GEERTZ, C. (1963), "The integrative revolution". In C. Geertz (org.), *Old societies and new states*, Nova Iorque, Free Press, p. 105-57.
- GERHART, G.M. (1978), *Black power in South Africa: the evolution of an ideology*. Berkeley, University of California Press.
- GLAZER, N. e MOYNIHAN, D.P. (1963), *Beyond the melting pot*. Cambridge, The MIT Press.
- GREENBERG, S.B. (1980), *Race and state in capitalist development: comparative perspectives*. New Haven, Yale University Press.
- GURR, T. (1971), "A casual model of civil strife: a comparative analysis using new indices". In J.C. Davies (org.), *When men revolt and why: a reader in political violence and revolution*, Nova Iorque, Free Press.
- HILL, R.A. e PIRIO, G.A. (1987), "'Africa for the Africans': the Garvey movement in South Africa.

- 1920-1940". In M. Schula e S. Trapido (orgs.), *The politics of race, class and nationalism in twentieth century South Africa*, Nova Iorque, Longman Press.
- HINDSON, D. (1987), *Pass controls and the urban African proletariat in South Africa*. Johannesburgo.
- HUGHLEY, M.W. (1987), "Chosen people, chosen races: religion and the structure of race relations in the United States and South Africa". *International Journal of Politics, Culture and Society*, 1(1), p. 23-46.
- HUNTINGTON, S.P. (1968), *Political order in changing societies*. New Haven, Yale University Press.
- . (1982), "Reform and stability in South Africa". *International Security*, 6(4), p. 3-25.
- INGLHART, R. (1977), *The silent revolution: changing values and political styles among Western republics*. Princeton, Princeton University Press.
- KARIS, T.G. e CARTER, C.M. (orgs.), (1973), *From protest to challenge: a documentary history of African politics in South Africa 1882-1964*. Stanford, Hoover Institution Press.
- LAITIN, D.D. (1987), "South Africa: violence myths and democratic reform". *World Politics*, n. 39, janeiro, p. 258-79.
- LEWIS, G. (1987), *Between the wire and the wall: a history of South African 'coloured' politics*. Nova Iorque, St. Martin's Press.
- LODGE, T. (1983), *Black politics in South Africa since 1945*. Johannesburg, Raven.
- MARKS, S. (1987), "White supremacy: a review article". *Comparative Studies in Society and History*, 29(2), p. 385-97.
- . (1990), *Entrevistas*, n. 189, março, Gainesville, Flórida.
- MARKS, S. e TRAPIDO, S. (orgs.). (1987), *The politics of race, class and nationalism in twentieth century South Africa*. Nova Iorque, Longman Press.
- MARQUARD, L. (1952), *The people and policies of South Africa*. Nova Iorque, Oxford University Press.
- McADAM, D. (1982), *Political process and the development of black insurgency 1930-1970*. Chicago, University of Chicago Press.
- McKEAN, D. (1986), "The UDF and the anti-apartheid struggle". *TransAfrica Forum*, 4(1), p. 31-46.
- OMER-COOPER, J.D. (1987), *History of Southern Africa*. Londres, Heineman Press.
- OMI, M. e WINANT, H. (1989), *Racial formation in the United States*. Nova Iorque, Routledge and Kegan Paul.
- PATON, A. (1948), *Cry the beloved country*. Nova Iorque, Scribner.
- PICKVANCE, C. (1985), "The rise and fall of urban movements and the role of comparative analysis". *Society and Space*, n. 3, p. 33-53.
- POMEROY, W.J. (1986), *Apartheid, imperialism and African freedom*. Nova Iorque, International Publishers.
- ROBERTSON, J. (1971), *Liberalism in South Africa 1948-1963*. Oxford, Clarendon Press.
- ROUX, E. (1964), *Time longer than rope: a history of the black man's struggle for freedom in South Africa*. Madison, University of Wisconsin Press.
- SCHUURMAN, F. e VAN NAERSEN, T. (orgs.). (1989), *Urban social movements in the Third World*. Nova Iorque, Routledge and Kegan Paul.
- SORIN, G. (1987), "South Africa and the American South". *Dissent*, n. 34, p. 28-9.
- SOUTH AFRICA: Time running out. (1981), *Relatório do estudo da comissão sobre a política americana com relação à África do Sul*. University of California Press.
- WALSHE, P. (1971), *The rise of African nationalism in South Africa: the African National Congress 1912-1952*. Berkeley, University of California Press.
- . (1983), *Church versus state in South Africa: the case of the Christian Institute*. Maryknoll, Orbis Books.

- WELSH, D. (1984), "Constitutional changes in South Africa". *American Sociological Review*, 83(331), p. 147-62.
- WILSON, F. e RAMPHELE (1989), *Uprooting poverty: the South African challenge*. Nova York, Norton.
- ZALD, M.N. e McCARTHY, J.D. (1977), "Resource mobilization and social movements: a partial theory". *American Journal of Sociology*, 82(6), p. 1.212-41.
- . (1979), *The dynamics of social movements: resource mobilization, social control, and tactics*. Cambridge, Winthrop Publishers.

## SUMMARY

### Plaintive movements in South Africa: a framework for comparative analysis

In this paper the author seeks to develop a framework for the comparison of black opposition movements in South Africa and the civil rights movement in the United States with an emphasis on the specific conditions necessary for such movements to form. The author expands upon a model developed by Doug McAdam (1982) which proves more comprehensive than previous models in the social movements literature. Classical and resource mobilization models maintain that psychological dysfunction or the collection of material and non-material resources are the requisites of movement genesis. The model adopted here stresses change in mode of production, opportunities for expression provided by prevailing political structures, movement organization, and cognitive liberation as key factors in the generation of movements. Adding to the model, the author stresses the direct interaction between political opportunities and the level of movement organization.

Once developed, the model is then used as an optic for viewing the broad landscape of twentieth century opposition movement activities in South Africa. Examples from the United States are frequently used to clarify points and underscore the usefulness of the approach for comparative research. Rising levels of education among black Africans and nationalist churches are seen as enhancing consciousness and organizational capabilities of opposition movements. Similarly, the growth of the manufacturing sector after World War Two and its need for a stable labor source is thought to have increased available resources and organizational strength. While these factors spurred movement development, increased state repression served to thwart opposition movements, eventually forcing a period of dormancy in the early 1960s. As a summary, the author uses the model to compare differing levels of insurgency in two South African cities during a major African National Congress campaign.

## RÉSUMÉ

### Les mouvements revendicatifs en Afrique du Sud: cadre pour une analyse comparée

L'auteur de ce travail cherche à établir un cadre permettant de comparer les mouvements d'opposition noirs en Afrique du Sud et le mouvement des droits civils aux Etats-Unis. Il souligne en particulier les conditions nécessaires à l'écllosion de tels mouvements. Il utilise un modèle mis au point par Doug McAdam (1982) qui se révèle plus global que les modèles mentionnés antérieurement par la littérature sur les mouvements sociaux. Les modèles classiques et les modèles de mobilisation des ressources affirment qu'une dysfonction psychologique ou que le rassemblement des ressources matérielles et non matérielles constituent des pré-conditions à la genèse de tout mouvement. Le modèle ici adopté souligne que des facteurs-clé dans la genèse des mouvements sont: des

changements dans le mode de production, la possibilité de s'exprimer par le truchement des structures politiques prédominantes, l'organisation du mouvement et la libération cognitive. Outre le modèle, l'auteur souligne l'interaction directe qui unit les opportunités politiques et le niveau d'organisation du mouvement.

Une fois développé, le modèle est utilisé comme un biais permettant de visualiser le vaste paysage des activités des mouvements d'opposition au vingtième siècle en Afrique du Sud. Il est fréquent de voir utilisés des exemples tirés du cas américain pour éclairer certains points et souligner l'importance de cette approche pour la recherche comparée. La conscience et le pouvoir d'organisation des mouvements d'opposi-



tion sont visiblement plus grands quand on observe des niveaux croissants d'éducation parmi les noirs africains et la présence d'églises nationalistes. De même, la croissance du secteur manufacturier après la deuxième guerre mondiale ayant rendu nécessaire l'existence d'une source stable de main d'oeuvre a probablement augmenté les ressources disponibles et le pouvoir d'organisation. Alors que ces facteurs sti-

mulaient le développement du mouvement, une répression croissante de l'Etat servit à contrecarrer les mouvements d'opposition, les obligeant occasionnellement à se mettre en veilleuse au début des années 60. En résumé, l'auteur utilise le modèle pour comparer les différents niveaux de rébellion dans deux villes Sud-Africaines durant une des principales campagnes du Congrès National Africain.

# A ÁFRICA DO SUL E SEUS VIZINHOS: ESTRATÉGIAS REGIONAIS EM CONFRONTAÇÃO\*

Thomas Ohlson\*\*

\* Trabalho apresentado no simpósio Desenvolvimento, Relações Internacionais e Integração Regional na África Austral, promovido pelo IEEI/Centro de Estudos Africanos (CEA), da Universidade Eduardo Mondlane, em Lisboa, 23-26 de outubro de 1989.

\*\* Pesquisador do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane - Maputo, Moçambique.

*Pretória pretende o colapso de Moçambique como entidade nacional, destruir o Estado, impedir a formação da nação e colocar o nosso país à mercê da sua hegemonia.*  
(Samora Machel.)

*"Moçambique não se pode tornar num país de refugiados vivendo em centros de apoio e alimentando-se de donativos do exterior."*  
(Joaquim Chissano.)

## Introdução

Há cerca de 15 anos a África do Sul vem desenvolvendo uma guerra não-declarada contra os seus vizinhos independentes, em defesa do sistema do *apartheid*. Esta guerra afeta seriamente os processos sócio-econômicos de desenvolvimento nos países vizinhos, já prejudicados por heranças coloniais, estruturas econômicas inadequadas e desastres naturais. Em lugar nenhum isto é mais evidente do que em Moçambique, atacado por Pretória no que diz respeito à sua soberania, em seu processo de independência nacional e de construção como nação-Estado.

O objetivo básico deste artigo é analisar certos aspectos das estratégias regionais aplicadas pela África do Sul e seus vizinhos.<sup>1</sup> Especial atenção é dada ao relacionamento entre a África do Sul e Moçambique, devido a sua intensidade e aos efeitos particularmente devastadores, neste último país, da política de destabilização implementada pela África do Sul. A uma descrição resumida da estratégia regional da África do Sul na sua totalidade e de como ela se tem adaptado às mudanças nos contextos interno e externo seguem-se algumas observações sobre os objetivos estratégicos e ações conjuntas dos outros Estados da África Austral. Em outra seção, o artigo debruça-se sobre a estratégia, intenções e instrumentos específicos da ação destabilizadora da África do Sul em Moçambique, bem como sobre o impacto da destabilização neste país. Um breve debate relacionando a atual situação de emergência em Moçambique com a questão da sobrevivência, em vários níveis, é o tema seguinte. A penúltima seção descreve o desa-



fio enfrentado por Moçambique e as estratégias adotadas pelo Partido Frelimo e pelo governo moçambicano para fazer face a esta situação e a seção final sumaria os fatos, analisa o equilíbrio regional de forças e apresenta alguns cenários regionais a curto prazo, num período “pré-pós-apartheid”.

## A estratégia regional da África do Sul

Os objetivos básicos da estratégia regional da África do Sul têm sido consistentes ao longo do tempo: a preservação do domínio da minoria branca e a manutenção da dominação regional na África Austral. Esta estratégia tem procurado consistentemente defender as estruturas e instituições básicas do *apartheid*, concentrando-se em esmagar a oposição interna e em manter a luta de libertação o mais afastada possível da África do Sul. No passado, o objetivo principal era apoiar – inclusive através da ajuda militar – os regimes coloniais na região. Agora, depois da libertação de Angola, Moçambique e Zimbábwe, o intuito é manter a África do Sul do *apartheid* como potência regional, rodeada por um cinturão de Estados subjugados servindo de mercados para seus produtos e de fornecedores de mão-de-obra, matérias-primas e, quando necessário, serviços de transporte.

A fim de alcançar os objetivos centrais da sua estratégia regional, Pretória tem procurado estabelecer e manter uma hegemonia econômica, política, ideológica e estratégico-militar em relação aos outros Estados ou territórios da África Austral. Enquanto os objetivos se têm mantido constantes, os meios e estratégias para alcançá-los têm variado de acordo com as mudanças na correlação de forças nos níveis interno e regional. Há, contudo, uma nítida tendência para a militarização do Estado sul-africano e para o uso crescente da força militar.<sup>2</sup>

Este processo de militarização e a natureza inerentemente violenta e agressiva do sistema do *apartheid* são pontos de partida fundamentais para uma percepção do comporta-

mento atual e futuro de Pretória na região. Um outro importante ponto de partida é se precaver contra dois perigos na análise da África do Sul. Um é ignorar a natureza sistêmica do *apartheid* e supor que as mudanças surgirão simplesmente através da boa vontade dos dirigentes mais esclarecidos dentro do Partido Nacionalista, munidos de uma diplomacia astuta. O outro é analisar mecanicamente o sistema como um monólito, ignorando-se completamente suas contradições internas e recusando-se a tomar iniciativas destinadas a libertar e encorajar as forças para uma mudança.

## Causas da militarização

Há três explicações básicas e inter-relacionadas para justificar a tendência para a militarização e a violência na África do Sul.

Primeiro, o *apartheid* é essencialmente um sistema com características coloniais, não só porque se trata de um governo de minoria racista e de controle da maioria da população, como também em termos da sua estrutura econômica. O tipo específico de acumulação de capital na África do Sul, dependente de um nível elevado de coerção e controle pelo Estado, exige um sistema que force a maioria da população a fornecer mão-de-obra barata e ao mesmo tempo impeça a sua mobilização social e política. Estes fins só podem ser alcançados através da ação conjunta de uma estrutura política/ideológica que justifique essa forma de explorar a mão-de-obra e de um aparelho militar/policial com meios tecnológicos e humanos para exercer o controle sobre essa maioria.

Segundo, e em acréscimo à referida falta de apoio da maioria da população nacional, a África do Sul precisa igualmente de um forte efetivo militar para tentar controlar e dominar a região do ponto de vista militar. Um dos paradoxos inerentes à questão da segurança regional tem sido, tradicionalmente, a simultânea força militar e fraqueza político-ideológica da África do Sul. Por exemplo, Pretória tem sido várias vezes forçada a aceitar que a

credibilidade das suas tentativas de “reformular” o *apartheid* tem pouco ou nenhum peso para os países vizinhos – este é o resultado óbvio da contínua repressão interna e agressão externa por parte da África do Sul. Deste modo, o poder militar é visto pelo regime do *apartheid* como uma compensação necessária para a fraqueza ideológica-normativa da África do Sul em comparação com os seus vizinhos. Semelhantemente, a destabilização e a diplomacia coerciva são em parte consideradas instrumentos de ação a longo prazo para aumentar a aceitação de pelo menos partes da política sul-africana.

Terceiro, a África do Sul integra um pequeno grupo de países muitas vezes referidos como “Estados párias”. As características comuns dos Estados párias é que eles, por uma variedade de razões, ocupam uma posição isolada no sistema internacional. Uma definição mais politizada sublinharia que, ainda que algumas vezes tendam a adotar políticas e estratégias que possam ameaçar os amplos interesses estratégicos de potências mundiais ou do capital internacional, trata-se de Estados periféricos, nos quais a classe ou o grupo dirigente só pode sobreviver através de alguma forma de aliança com interesses-chave no centro. Simultaneamente, as políticas internas ou o comportamento externo dos Estados párias não raro geram ações contra eles próprios, tais como boicotes ou embargos de pelo menos parte da comunidade internacional. Dado que o seu ostracismo internacional tem desta maneira aumentado, estes Estados tendem a sentir uma necessidade crescente de aperfeiçoar as suas capacidades militares no geral. De igual modo, o uso da violência tende cada vez mais a tornar-se o método exclusivo para a resolução de conflitos.

Estes são os fatores intrínsecos e sistemáticos que determinam e exigem o surgimento e desenvolvimento de um processo de militarização. A eles, e relacionado com o segundo fator mencionado, dever-se-á acrescentar o que podemos chamar de fatores situacionais. Um primeiro exemplo deste tipo de fator surge na seqüência da nova correlação regional de

forças que surgiu na segunda metade dos anos 70. A resposta sul-africana a esta mudança manifestou-se através da chamada estratégia total.

## A estratégia total

As vitórias dos movimentos de libertação em Angola e Moçambique e o rápido colapso do regime fascista português e seu império colonial não só significaram a perda para a África do Sul de dois Estados tampões, como também deram um impulso moral e material aos movimentos de libertação na Rodésia, Namíbia e dentro da própria África do Sul. Isto deu origem a uma mudança significativa na correlação regional de forças. O governo de Vorster vinha reforçando há algum tempo a sua capacidade de ação militar no exterior, embora tenha tentado de início advogar uma espécie de “détente” regional. Estas tentativas falharam e a elas se seguiram as invasões a Angola em 1975-76, o massacre de Soweto em 1976 e o embargo obrigatório de armas pelas Nações Unidas em 1977. O equilíbrio estratégico de Pretória desintegrou-se, tanto regionalmente como no interior da África do Sul. O governo de Vorster foi severamente criticado nos círculos militares e financeiros sul-africanos pela sua incapacidade de tomar resoluções adequadas à nova dimensão dos problemas internos e externos do país. Como resultado, ele foi substituído em 1978 pelo governo de Botha, tecnocrata e sob a orientação da segurança.<sup>3</sup>

Os principais estrategistas militares que primeiramente formularam a *estratégia total* no “Defense White Paper” de 1977 viram a necessidade de reorganizar a capacidade do Estado do *apartheid* para fazer intervenções militares na região. Argumentavam que a mobilização de todos os recursos disponíveis – econômicos, políticos, sócio-psicológicos e militares – era essencial para a defesa e avanço dos interesses do Estado tanto no nível interno como no regional. O Estado do *apartheid*, segundo eles, estava ameaçado por uma insurreição geral, uma estratégia orquestrada pelos



soviéticos para dominarem toda a região. Quando Botha assumiu o poder em 1978, a estratégia total foi adotada como política oficial do Estado. Isto fez com que a política regional fosse reestruturada em pelo menos três aspectos importantes, com vistas a adaptar-se à nova conjuntura.<sup>4</sup>

a) *Mudança dos objetivos estratégicos.* Perante a nova situação regional, Botha relançou e concretizou o velho e de certo modo vago conceito de Vorster da “Constelação de Estados” (Consas) – uma aliança regional econômica e de segurança tendo a África do Sul como poder regional dominante –, de forma a neutralizar a influência do “marxismo” na região. Através de projetos econômicos conjuntos e de pactos de segurança, a superioridade do capitalismo sobre o socialismo e o marxismo seria demonstrada. Em outras palavras, a estratégia total não era só – ou mesmo principalmente – relacionada ao uso direto do poder militar. Um importante papel estava reservado à cooperação econômica e ao nível da segurança. Isto vem ao encontro da opinião frequentemente veiculada pelos advogados da estratégia total de que a solução para o problema da África do Sul é 20% militar e 80% política.

Este objetivo principal falhou em grande parte devido ao resultado da luta de libertação na Rodésia e à subida ao poder do governo Zanu de Mugabe no Zimbabwe em 1980. Por sua vez, os outros países da sub-região criaram a Southern Africa Development Coordinating Conference (SADCC) para promover a cooperação econômica regional e reduzir a dependência em relação à África do Sul. Isto teve duas grandes implicações para este país. A primeira foi que essa co-opção dos seus vizinhos teve de ser substituída pela coerção e destabilização; a segunda, a de que outros objetivos secundários sul-africanos passaram a ser os mais importantes, nomeadamente:

- que os Estados regionais não autorizem os movimentos de libertação a operar a partir dos seus territórios e tomem medidas para impedi-los de atuar clandestinamente;

- que os Estados regionais moderem a sua posição anti-*apartheid*;

- que os Estados regionais não se transformem em economias fortes e independentes, com capacidade de se defenderem militarmente;

- que os Estados regionais não desenvolvam laços fortes, especialmente de caráter militar, com os países socialistas;

- que os Estados regionais mantenham e aumentem os seus laços econômicos e de dependência com a África do Sul.

Com base nestes objetivos, Angola e Moçambique foram definidos como os principais adversários na região, devido às suas vitórias sobre o colonialismo, ao seu exemplo socialista e às suas rotas de transporte. A política de destabilização então implementada devia tornar inviável a existência de sociedades e Estados organizados e estáveis em Angola e Moçambique.

b) *Criação de novos instrumentos para atingir os objetivos.* Estes instrumentos são constituídos por uma mistura de ferramentas militares e econômicas, algumas sob a forma de “cenouras”, outras sob a forma de “cacetes”. Após 1980 pode-se observar uma preferência pelos cacetes econômicos e militares sobre as cenouras econômicas, especialmente no que respeita aos membros da SADCC pertencentes à Linha da Frente. Mais importante ainda, a South African Defense Force (SADF) foi reestruturada e transformada numa força convencional para ser usada contra os países vizinhos; a produção de armamento nacional aumentou; as forças policiais e militares foram reforçadas para também melhorarem a sua capacidade de combater uma guerra de contra-insurreição. O orçamento militar oficial (que exclui quantias substanciais para despesas de segurança, escondidas em qualquer outro lado do orçamento) triplicou no período de dez anos, 1977/78-1987/88.<sup>5</sup>

Em acréscimo a este reforço geral, foram também desenvolvidas certas capacidades específicas para a agressão aos países vizinhos. Nelas estão incluídos *os comandos de reconhecimento e outras forças especiais* para operações de tipo relâmpago; *os batalhões étnicos* estacionados junto às fronteiras e compostos de soldados negros pertencentes ao

mesmo grupo cultural e lingüístico das populações do Estado vizinho (prontos para fazer *raids* no interior desses territórios e para apoiar forças de oposição); *forças fantoches*, tais como a Unita, o MNR, a LLA e a “super-Zanu”, que apanham recrutas no país respectivo mas são abastecidas, treinadas e dirigidas pela SADF, particularmente pela *Direção de Tarefas Especiais* (Directorate of Special Tasks), pertencente ao Departamento de Inteligência Militar (DMI) da SADF. Estas forças fantoches são os mais importantes dos novos instrumentos militares. O impacto estratégico das suas ações torna-as altamente rentáveis do ponto de vista de Pretória. Elas oferecem também a possibilidade de uma “forma de negação plausível”, isto é, são uma opção bastante segura face ao perigo de se expor abertamente o seu patronato sul-africano.

No que diz respeito às ferramentas econômicas, elas são basicamente de dois tipos. Na terminologia dos estrategistas sul-africanos, os laços econômicos foram considerados como capazes de serem usados quer como cenouras (técnicas de persuasão ou alavancas incentivadoras), quer como cacetes (técnicas de coerção ou alavancas desincentivadoras). A mistura precisa entre cenouras e cacetes econômicos tem sido em larga medida determinada pela boa vontade demonstrada pelo país em agir de forma conducente aos cinco objetivos mencionados.<sup>6</sup>

c) *Restruturação do processo de tomada de decisões.* Nos últimos anos do governo de Vorster surgiram muitas lutas burocráticas entre os vários ministérios, repartições do Estado e setores do aparelho militar e de segurança, lutas internas que foram também frequentes em governos anteriores. Estes desentendimentos diziam respeito a vários aspectos da estratégia e política regionais e culminaram com a chamada crise “Muldergate” e a queda de Vorster. Daí a necessidade de maior coesão e a subsequente elaboração da “estratégia total” pelos militares em 1977.

O governo de Botha decidiu, assim, pôr fim às lutas internas e à forma incoerente e *ad hoc* da tomada de decisões dentro do Partido Nacionalista através da reestruturação do pro-

cesso político de tomada de decisões. Os aspectos mais notáveis desta reorganização foram, primeiro, uma forte centralização do poder nas mãos do primeiro-ministro e, após 1984, do presidente executivo do Estado e a correspondente redução das funções desempenhadas pelo Gabinete e Parlamento. Segundo, a criação de uma estrutura governamental extraparlamentar dominada pelos militares, o Sistema Nacional de Administração de Segurança (NSMS), paralela, em todos os níveis, à estrutura governamental mas, em termos práticos, a ela superior. À frente desta estrutura paralela está o Conselho de Segurança do Estado (SSC), principal órgão de tomada de decisões na África do Sul.<sup>7</sup>

O significado disto não deve ser subestimado: na prática, significa que nenhuma decisão importante pode ser tomada na África do Sul sem o consentimento dos militares, ao passo que estes podem, independentemente, tomar decisões e implementá-las sem terem de se preocupar com o consentimento do Gabinete. Em suma, a estratégia total foi elaborada pelos militares e representou sua ascendência ao poder. Portanto, em relação a muitos aspectos importantes, a África do Sul pode ser considerada um Estado militarista.<sup>8</sup>

### *A síndrome de Cuito-Cuanavale*

Mudanças drásticas na correlação regional de forças ocorreram em 1974-75 (a libertação de Angola e Moçambique) e em 1980 (como resultado do processo de independência no Zimbabwe e criação da SADCC). Do ponto de vista do governo sul-africano, ambos os acontecimentos tiveram consequências graves para o contexto de segurança nacional na África do Sul e provocaram mudanças de ênfase na estratégia regional. Parece provável que os anos 1989-90 marcarão uma terceira mudança importante na equação regional do poder, principalmente devido à descolonização da Namíbia. Uma das razões que explicam este processo é a melhoria das relações entre os EUA e a URSS e os seus mútuos esforços no sentido de encontrarem soluções políticas para



os conflitos regionais no Terceiro Mundo, o que está relacionado com as mudanças estruturais a longo prazo no sistema internacional. Uma outra razão é a alteração na correlação de forças militares após a batalha de Cuito Cuanavale e outros eventos militares no sul de Angola em 1988. Uma terceira razão poderá ser o aumento de contradições no seio do governo de minoria branca na África do Sul.

“Janela de vulnerabilidade” é uma expressão popular em estudos de estratégia contemporâneos. Muito esforço é despendido para se identificar janelas de vulnerabilidade. É claro que a idéia é fechar a sua própria janela e explorar a do adversário. Após a tentativa abortada da “Operação Savannah” na invasão de Angola, imediatamente antes da declaração de independência em 1975, a SADF identificou um número de vulnerabilidades graves na estrutura do seu exército. Elas ficaram bem patentes nas subseqüentes experiências da SADF em Angola, na segunda metade dos anos 70. Isto conduziu a vários grandes projetos, tais como os canhões G-5 e G-6, o tanque Oliphant, o carro blindado de combates Ratel e o lançador múltiplo de roquetes Valkiri. Todos estes sistemas de armamento foram utilizados no sul de Angola em 1987-88, porém, uma vez mais, novas janelas de vulnerabilidade se abriram. É, contudo, necessário referir o ponto de vista errôneo e ilusório de que a SADF sofreu derrotas decisivas e irreversíveis no campo de batalha e que agora está destruída e humilhada, fugindo pela porta de trás para lamber as suas feridas, enquanto os políticos ficam com a tarefa desagradável de negociar os termos de rendição com os representantes angolanos e cubanos vitoriosos.

Isto não é verdade. A SADF não sofreu uma derrota decisiva. Tampouco tornou-se de repente militarmente fraca no sentido mais lato do termo. O “triumfalismo” implícito no ponto de vista acima referido serve apenas para obscurecer a importância real, assim como o significado restrito dos reveses militares sofridos pela SADF. Objetivamente falando, poder-se-á argumentar que, dentro das circunstâncias, a SADF obteve sucessos no sul de Angola. Ao fim e ao cabo, ela nunca teve mais

de nove mil homens dentro de Angola, embora fontes sul-africanas afirmem não terem estes passado de três mil. Isto é apenas uma fração do que teoricamente a SADF pode pôr em campo, e apesar de tudo isso eles lutaram bem contra as Fapla e as tropas cubanas numericamente superiores. Afinal, pela primeira vez desde a sua participação na Segunda Guerra Mundial a SADF confrontava-se com um exército convencional verdadeiro, utilizando a sua força máxima, bem-equipado e endurecido no campo de batalha.

Mas o fato é que a SADF não conseguiu derrotar este exército, apesar de fazer uso total dos *armamentos e equipamentos qualitativamente mais sofisticados que teve ao seu dispor*. Portanto, Cuito Cuanavale foi essencialmente um revés militar com amplas implicações políticas: além de revelar os perigos inerentes que podem advir para a África do Sul ao tentar alcançar vitórias políticas através de meios militares na atual conjuntura, teve impacto na reputação dos militares dentro do Estado do *apartheid* em geral.

Podemos distinguir dois diferentes tipos de vulnerabilidade. O primeiro diz respeito ao que podemos de um modo geral denominar de *fatores humanos e de efetivos*. De grande importância aqui é a alta sensibilidade à perda de tropas brancas. Segundo os seus próprios números, a SADF perdeu mais de 50 soldados brancos em Angola – número substancialmente mais elevado segundo Luanda. É evidente que a idéia de um grande ataque de infantaria a Cuito Cuanavale foi rejeitada pelos políticos de Pretória, principalmente porque isso representava o perigo de perder perto de 300 brancos. O fato de este nível de baixas ser considerado inaceitável é um indicador importante de quão sensível é a África do Sul à perda de brancos (obviamente, em outras circunstâncias, este nível poderá variar, para cima ou para baixo). No início de agosto de 1988, 143 recrutas brancos recusaram-se publicamente a aceitar o chamamento da SADF (*Weekly Mail*, 5-11.8.1988). Também em agosto, uma sondagem à opinião pública conduzida pelo South African Institute for International Affairs (SAIIA) demonstrou que

57% dos brancos sul-africanos adultos acreditavam que o governo de Botha poderia negociar diretamente com a Swapo na Namíbia. Mesmo entre os agregados familiares brancos de baixo rendimento – a principal base de apoio político do Partido Conservador –, mais de 50% apoiavam estas negociações. Mais ainda: três entre cada quatro brancos adultos opunham-se ao aumento das despesas militares (*Southscan*, 10.8.1988). Obviamente, um grande número de fatores influenciou os resultados desta sondagem à opinião pública, mas experiências de outras guerras, por exemplo, no Vietnã e Afeganistão, mostram que a opinião pública – e, portanto, também aqueles que tomam as decisões políticas – é bastante influenciada pelo número de baixas.

De forma a evitar um maior número de perdas de brancos em futuras guerras em grande escala, a África do Sul podia ou tentar recrutar mercenários estrangeiros em número maior do que o atual, ou integrar mais negros à SADF. A primeira alternativa é bastante dispendiosa e de qualquer forma seria improvável que conseguisse um número suficiente de recrutas. A segunda alternativa já demonstrou ser, senão contraprodutiva, pelo menos potencialmente problemática. Os vários protestos de tipo motim surgidos entre os soldados negros na Namíbia no final de 1987 e a tentativa de golpe de Estado no Bophutatswana ilustram bem o problema de dar aos negros a tarefa de defender o sistema do *apartheid* (*Weekly Mail*, 20-26.11.1987). Em suma, a sensibilidade às baixas de brancos é uma importante janela de vulnerabilidade. Mais ainda, uma janela que se mostrará difícil de fechar tanto a curto como a longo prazos.

O outro grupo de vulnerabilidades está relacionado com *armamento e equipamento*. Diz respeito, essencialmente, à perda de superioridade aérea. Há uma série de aspectos complementares a acrescentar a esta perda de superioridade aérea. Primeiro, a questão dos aviões de combate. A África do Sul possui um número limitado de Mirages de combate relativamente modernos ou modernizados. Devido ao embargo de armamento ordenado pelas Nações Unidas em 1977, o país não pode aberta-

mente adquirir novos aviões de combate no estrangeiro; tampouco chegou a dominar a tecnologia de fabrico do Mirage-3, Mirage F-1 ou qualquer outro avião de combate moderno. A Força Aérea Sul-Africana (SADF) é, pois, extremamente sensível a perdas quando se trata dos seus mais sofisticados jatos de combate. Segundo, à África do Sul falta um outro componente essencial na guerra moderna, os helicópteros de ataque. Terceiro, as defesas aéreas da SADF são vulneráveis. O acesso a mísseis antiaéreos modernos e aos respectivos sistemas de radar atualizados é limitado. Quarto, a SADF há anos vem tentando, sem sucesso, substituir os seus obsoletos aviões de reconhecimento Shackleton. O reconhecimento aéreo a longa distância é um aspecto essencial na guerra moderna. Quinto, a África do Sul tem um acesso bastante limitado à maioria dos modernos sistemas C3I (comando, controle, comunicações e inteligência). Também não possui tecnologia atualizada relacionada a contramedidas eletrônicas, contra contramedidas e guerra eletrônica (ECN, ECCM, EW), tão vitais para a proteção da aviação e para ataques aéreos a bases de mísseis defensivos e outros alvos protegidos por radar ou por mísseis, tais como depósitos de armamento, nós rodoviários ou ferroviários, centrais de energia, pontes etc.

A maioria destes fatores pode ser explicada à luz do embargo de armas. Apesar de fugas significativas, o embargo continua a ter um impacto. As fraquezas acima descritas não eram decerto desconhecidas dos estrategistas sul-africanos e dos escalões militares superiores, mas suas implicações práticas não foram sentidas até que os angolanos e os cubanos introduzissem na linha da frente da batalha o moderno equipamento de origem soviética. Este equipamento era basicamente idêntico àquele fornecido aos sírios pela União Soviética no início dos anos 80. É o mesmo equipamento que foi praticamente varrido pela força aérea israelita no Vale Bekaa na Guerra do Líbano em 1982. Os israelitas conseguiram isto através da combinação da utilização máxima de equipamento eletrônico de alta tecnologia e de sistemas de armamento avançado



lançados de modernas plataformas de armamento. Seis anos mais tarde, sobretudo como resultado do embargo de armas, a SADF não conseguiu repetir a vitória de Israel.

Em suma, a África do Sul sofreu uma série de reveses militares no sul de Angola no período 1987-88. Isto revelou algumas vulnerabilidades fundamentais. Será difícil compensar as fraquezas relacionadas com fatores humanos e de efetivos. Por outro lado, as fraquezas respeitantes a armamento e tecnologia, embora já conhecidas, ficaram bem patentes com a experiência de Cuito Cuanavale. Grandes esforços para corrigir tais fraquezas – com considerável ajuda externa, principalmente das principais potências ocidentais e de Israel – vêm sendo feitos há alguns anos. A análise destas importantes ligações com a tecnologia militar estrangeira, contudo, está fora do âmbito deste artigo. O principal a referir aqui é que os reveses em Angola – combinados com a existência de uma economia doméstica forçada e com as mudanças no clima internacional – provocaram, novamente, uma mudança na situação estratégica da África do Sul, e que isto levou a posteriores modificações na formulação e conduta da estratégia regional sul-africana.

### *Condições internas e a equação segurança-rentabilidade*

Como vimos, numa situação estratégica de aumento de crise interna e isolamento internacional, os “securocratas” em Pretória assumem um importante papel, determinando tanto as linhas gerais das políticas interna e externa como os métodos operacionais a serem usados na sua implementação. Contudo, apesar de o NSMS ter racionalizado a definição e a execução de diretivas políticas, não se criou um monólito nem se eliminaram todas as contradições no seio da minoria branca. A tendência para a escalada de agressão e destabilização contra os Estados independentes da região revelou algumas contradições no seio do grupo governante.

Primeiro, e de maior importância, existem as contradições entre o capital monopolista e o regime do *apartheid*. Em 1984, as relações eram mais do que cordiais: o Acordo de Nkomati e o programa interno do “*apartheid* reformado” trouxeram a revitalização e maior expansão do capital monopolista sul-africano, internamente e ao nível da região. Estas tendências desvaneceram-se em meados de 1986, após a rejeição popular ao sistema de Autoridades Locais Negras (BLA), e posterior levante popular de protesto contra o sistema do *apartheid*, o famoso “Discurso do Rubicão”, de P.W. Botha, o fracasso do Grupo de Pessoas Eminentes da Commonwealth em pressionar o governo a iniciar um processo de verdadeira democratização e a declaração do estado de emergência.

O programa de reformas económicas voltadas para a privatização recentemente lançado pode ser em parte interpretado como uma iniciativa do regime visando melhorar essas relações.<sup>9</sup> Parece correto concluir que, apesar de o capital monopolista ser muitas vezes crítico em relação à política do governo, não há uma “separação” enquanto tal. Mais propriamente, os monopólios vacilam entre aproximarem-se da posição do governo, quando sentem que ele é capaz de garantir condições favoráveis para a acumulação de capital e uma situação económica relativamente estável, e dela se afastarem, quando sentem que o governo não lhes dá essas garantias.<sup>10</sup> Atualmente, os monopólios participam ativamente na fuga às sanções, e alguns deles há longo tempo vêm obtendo lucros substanciais com as guerras na região, devido a seu envolvimento na indústria de armamento.

Segundo, existem diferenças entre as simplesmente chamadas “facção do Ministério dos Negócios Estrangeiros” e a “facção da SADF/Inteligência Militar”, frequentemente denominadas de diferenças entre “falcões” e “pombos”. Estas diferenças são muitas vezes mal interpretadas. É importante sublinhar que os adeptos da primeira facção aceitam e apóiam os objetivos básicos de manutenção de um governo de minoria branca e da hegemonia regional da África do Sul. Eles apóiam tam-

bém os objetivos mais a curto prazo da “estratégia total”, não rejeitando sequer a ação militar como um dos meios para alcançar esses objetivos. As diferenças estão na escolha ou na *nuance*: referem-se à mistura e momento precisos da agressão militar e de ações diplomáticas e econômicas, e não a quando ou se a agressão militar e econômica deve ser aplicada.

Uma linha de raciocínio semelhante deve ser aplicada à questão de “reformatar” o *apartheid*. Neste campo, as “facções” são muitas vezes denominadas “*verligte*” e “*verkrampte*”. Aqui, também, deve-se salientar que não há contradições fundamentais no seio do governo. Poderá haver diferenças quanto à rapidez e ao nível de abolição de alguns aspectos do *apartheid*, mas elas não chegam a pôr em questão os objetivos básicos de manutenção de um governo de minoria branca e de garantia de uma hegemonia regional.

Algumas das formas, limites e dinâmicas das contradições internas no seio da elite branca governante no contexto da política regional podem ser retratadas através das negociações para a independência da Namíbia em 1988. O processo que levou à assinatura do Protocolo de Brazzaville, a 13 de dezembro, e à sua posterior ratificação em Nova Iorque, a 22 de dezembro, é de certo modo paradoxal. Inicialmente, os políticos sul-africanos ordenaram a invasão de Angola com o intuito de salvar a Unita e ao mesmo tempo fortalecer a posição da África do Sul em futuras conversações. Os militares tentaram obter a derrota rápida das forças angolanas e cubanas mas fracassaram. Isto deu origem a uma situação em que a principal preocupação dos militares era sair de Angola. Os políticos, por outro lado, viram-se atolados num pântano de desaires militares e de pressões diplomáticas externas com vistas à independência da Namíbia. Assim, Cuito Cuanavale foi um revés para os “seurocratas” e tornou o projeto dos “pombos” – diplomacia para ganhar tempo – mais viável.

Isto afetou o equilíbrio interno de forças no seio da minoria branca governante. A comunidade de negócios, tanto de origem inglesa co-

mo *afrikaner*, mostrou-se provavelmente a favor da solução “estrada de cima”, que promoveria a paz e estabilizaria a situação de segurança regional, aumentando assim as possibilidades de expansão de suas atividades econômicas na região.<sup>11</sup> Os funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros e muitos oficiais superiores militares, cientes das implicações políticas ao nível global resultantes de uma contínua ação militarista na região, provavelmente também favoreceram uma solução negociada mas cautelosa, de forma a não comprometer a segurança nacional da África do Sul. Pelo menos alguns setores do aparelho militar e de segurança viram a independência da Namíbia como uma “traição”, responsável pela profunda deterioração da situação de segurança da África do Sul. Aqueles que tomaram as decisões finais sobre a posição da África do Sul nas negociações tiveram, portanto, que equilibrar os dois objetivos regionais de “segurança do *apartheid*” e “rentabilidade do *apartheid*”, tendo em conta ao mesmo tempo as pressões internacionais financeiras e políticas, assim como examinar cuidadosamente o impacto das alternativas possíveis sobre a instável cena política interna.

Se projetarmos as posições destas facções para o contexto mais amplo da estratégia regional da África do Sul como um todo, daí emergirão dois principais “grupos de opção” para a política regional sul-africana a curto e médio prazos.<sup>12</sup> O primeiro baseia-se na *détente* e na reestruturação da estratégia regional, favorecendo um comportamento sul-africano mais “suava”. As vantagens da “cenoura” econômica em oposição aos “cacetes” militares e econômicos são realçadas. Os seus adeptos destacam a importância da cooperação econômica regional e das relações pacíficas entre os vários países da África Austral. Partem do princípio de que a destabilização já serviu aos seus propósitos e que agora é a vez de reintroduzir a estratégia total tal como foi originalmente concebida, juntamente com uma versão melhorada do projeto Consas. Considera-se que esta é a melhor forma de garantir o objetivo comum de ambas as facções: a continuação do governo de minoria branca (com

ou sem *apartheid*) e do domínio regional. Considera-se, também, tal comportamento necessário para acalmar a comunidade internacional e afastar a ameaça das sanções. A outra opção principal assenta sobre uma mistura englobando a continuação do comportamento "confrontacionista" e o fundamentalismo nacionalista *afrikaner*. Advoga o aumento de um governo de força, buscando apoio na típica mentalidade "*laager*" do *afrikaner* e na noção de que a "segurança do *apartheid*" é muito mais importante que a "rentabilidade do *apartheid*". Existe, decerto, uma terceira opção possível para o governo do PN, qual seja, seguir simultaneamente as vias de détente e de confraternização, como parece ser atualmente o caso do relacionamento África do Sul-Moçambique, que examinaremos mais adiante.

É no contexto destas opções estratégicas que as diferentes posições aqui mencionadas sobre a mistura e o momento das "cenouras e cacetes" têm o seu significado: em momentos de profunda crise econômica, política e de segurança e/ou quando as diferentes facções têm atrás de si importantes forças internas ou internacionais, tais diferenças podem assumir uma maior importância. Isto é particularmente verdadeiro numa situação onde o espaço de manobra do governo é constantemente reduzido. O resultado do processo de independência da Namíbia e as próximas eleições só para brancos fornecerão alguns indicadores sobre o equilíbrio de forças no seio do governo de minoria branca e, conseqüentemente, sobre futuras estratégias.

### Considerações finais

A análise acima apresentada sobre a natureza fundamental e os objetivos regionais do governo sul-africano leva-nos a uma série de importantes conclusões:

- Os objetivos básicos e consistentes da estratégia regional da África do Sul são preservar o governo de minoria branca e manter a hegemonia sobre toda a África Austral. As táticas para alcançar estes objetivos têm variado

consoante as mudanças no equilíbrio regional de forças.

- O sistema do *apartheid* tem uma tendência inata para a agressão e o uso da violência. Este sistema está na raiz dos conflitos e da instabilidade verificados na região.

- O elemento básico da estratégia regional é não permitir a estabilidade política e o desenvolvimento econômico nos países vizinhos que criticam abertamente o sistema do *apartheid* e/ou seguem estratégias destinadas a oferecer alternativas concretas a uma dependência econômica unilateral em relação à África do Sul.

- O desprezo pela opinião mundial tem sido até agora acompanhado pela busca de soluções militares "rápidas" para os problemas regionais, particularmente com respeito a Angola e Moçambique. Devemos esperar, contudo, que o atual processo diplomático, tornado possível pela nova correlação de forças, traga alguns resultados positivos.

- A minoria branca governante na África do Sul perdeu a iniciativa estratégica na região. A maioria dos sul-africanos rejeitou o programa do "*apartheid* reformado" e o conceito da Consas foi rejeitado pelos países vizinhos e, implicitamente através do apoio à SADCC, por partes (embora certamente não por toda) da comunidade mundial. A estratégia da África do Sul é de fato uma contra-estratégia em defesa de um sistema obsoleto.

- Ao mesmo tempo, há indicações de uma convergência gradual entre as estratégias e objetivos das principais potências ocidentais e aqueles da África do Sul no que respeita à região da África Austral. Uma espécie de "*pax pretoriana*" na região - bastante similar ao conceito original da Consas - é aparentemente mais aceitável para o Ocidente agora que a África do Sul concordou em implementar a Resolução 435 sobre a Namíbia.

- O governo da África do Sul, embora unido em torno dos objetivos políticos regionais, tem duas opções básicas quanto aos instrumentos políticos que deve usar no futuro: détente ou confrontação. A escolha pela últi-



ma ou por uma combinação das duas dependerá do tipo de pressão externa que será aplicado.

● As perspectivas para a paz e genuíno desenvolvimento sócio-econômico na região são limitadas enquanto durar o *apartheid*.

## As estratégias dos países vizinhos

As metas, objetivos e estratégias dos países vizinhos da África do Sul compõem a outra parte do mapa do conflito regional. A finalidade desta seção é identificar as áreas de cooperação estratégica entre os Países da Linha de Frente (PFL) e os países da SADCC, a natureza desta cooperação e em que parâmetros ela se processa. A análise é breve e centrada em torno das questões estratégicas. Em primeiro lugar, analisamos a estratégia comum e a base geral da cooperação regional face à África do Sul do *apartheid*. Em seguida, descrevemos alguns dos aspectos políticos, diplomáticos, econômicos e militares da cooperação estratégica na região.

### *Parâmetros da cooperação PFL-SADCC*

Os objetivos da África do Sul ao nível regional – hegemonia política, econômica e militar – não são aceitos pela maioria dos demais Estados da região. Estes possuem uma conceituação sobre como devem ser estruturadas as relações regionais intrinsecamente diferente da da África do Sul.

A linha de base é, como referimos acima, que o sistema do *apartheid* seja considerado a causa principal do conflito na região. Além disso, pelo menos na proclamação política dos Estados dos PLF-SADCC, a independência é mais do que independência política – ela é também a liberdade de formular e executar independentemente uma estratégia de desenvolvimento sócio-econômico. Desenvolvimento é mais do que crescimento econômico – é também a redução das desigualdades e injustiças entre e no seio das nações. Paz é mais do que ausência de violência física e guerra – é tam-

bém ausência de violência estrutural e exploração dentro e entre os Estados. Finalmente, segurança é mais do que a capacidade militar de afastar ameaças externas aos valores fundamentais nacionais – inclui também a visão mais ampla de que subdesenvolvimento, má utilização de recursos, polarização das riquezas dentro e entre as nações, violações dos direitos humanos, analfabetismo, subnutrição, doenças e outros aspectos não-militares da segurança contribuem para gerar tensões, conflitos e insegurança. Ou seja, a segurança nacional é vista no contexto mais amplo de segurança coletiva ou comum, e as medidas de segurança nacionais que ameaçam a segurança a estes níveis mais amplos são consideradas ilegítimas.

Com base nisto é lógico concluir, como muitos observadores, que a África do Sul do *apartheid* e os seus vizinhos não poderão a longo prazo continuar a viver lado a lado mantendo intactos os seus diferentes objetivos e metas. A luta na região é, pois, de sobrevivência. No caso da África do Sul, a sobrevivência do *apartheid* e da hegemonia regional; no caso dos membros dos PLF-SADCC, a sobrevivência do seu conceito de segurança, desenvolvimento e cooperação baseado na paz.

Os objetivos gerais enumerados dão garantias necessárias, mas não suficientes, para a cooperação atual. O principal fator unificador – e também aquele que permitiu o funcionamento da cooperação regional – é a antipatia comum contra o governo de minoria branca: o *apartheid* é considerado o maior obstáculo regional a uma maior aproximação ao modelo preferido acima descrito. O empenho na verdadeira independência dos restantes Estados e territórios de dominação branca na África Austral funciona, assim, como um substituto para uma ideologia comum entre os vizinhos da África do Sul. Por outro lado, há vários impedimentos para uma cooperação regional. Um é a posição subordinada da região dentro da divisão internacional do trabalho e as estruturas e dependências econômicas herdadas do colonialismo. Outro é o papel dominante, nos planos econômico e militar, da África do Sul na região e a hostilidade óbvia deste país

em relação a quaisquer tentativas para reduzir a sua posição regional. O terceiro é a heterogeneidade política e econômica dos Estados independentes da África Austral.

Deste modo, a cooperação estratégica entre os Estados-membros dos PLF-SADCC situa-se num complexo contexto de forças impulsoras e inibidoras. Eles constituem um grupo de Estados recém-independentes, economicamente fracos e politicamente diversos tentando seguir em conjunto uma estratégia difícil – incluindo elementos diplomáticos, políticos, econômicos e militares – contra um conjunto de contínuas e crescentes ameaças externas à sua estabilidade política e econômica.

### *Formas de cooperação*

A *cooperação diplomática e política* no seio do grupo de países agora conhecidos como países da Linha da Frente (PLF) data das primeiras tentativas para unificar a luta pela libertação da Rodésia. Em 1974 – e na sequência da reação regional aos cenários de “détente” propostos pelo primeiro-ministro Vorster –, os presidentes Kaunda, da Zâmbia, Khama, do Botswana, Machel, da Frelimo, e Nyerere, da Tanzânia, iniciaram discussões informais dentro do “Grupo dos Quatro Presidentes”. Eles se encarregaram de tentar unificar os vários movimentos de libertação na Rodésia. Durante o primeiro ano e meio, esta função de resolução de crises teve apenas a aprovação nominal da Organização da Unidade Africana (OUA). A autorização de fato da OUA aos PLF (assim foi o grupo chamado a partir de inícios de 1976) com vistas à busca de uma solução para o problema rodesiano foi dada em junho de 1976 na reunião do Comitê de Libertação para a África (CLA) da OUA (Jaster, 1985 p. 93). Houve pelo menos três razões para isto: a proximidade geográfica do local do conflito e os contatos estreitos entre os líderes dos PLF e líderes nacionalistas na Rodésia; a falta de unidade na OUA sobre a linha a ser seguida; e a necessidade de elaborar uma resposta coletiva para as propostas de paz de Kissinger (as quais foram apresentadas em

Lusaka, indicando um reconhecimento tácito dos Estados Unidos do papel central desempenhado pelos presidentes dos PLF).

O *modus operandi* da colaboração dos PLF existente neste período inicial – cimeiras (reuniões de cúpula) *ad hoc* de natureza funcional, em vez da constituição de secretariados permanentes e outras estruturas fixas – continua até hoje como método prevaLENcente de cooperação. É provável que seja o único método funcional de atuar, dados os fatores inibidores mencionados. Desta forma, cada presidente dos PLF pode prosseguir a política externa do seu país, ao mesmo tempo que a modalidade de cimeiras permite flexibilidade, pragmatismo e rapidez nas respostas coletivas às questões de importância vital para os objetivos comuns. O *modus operandi* definido para a questão da Rodésia continuou ao longo das negociações de Lancaster House e foi transplantado para três outras questões principais em que os PLF estavam diplomaticamente ativos, nomeadamente a Namíbia, a guerra em Angola e o problema das sanções contra a África do Sul.<sup>13</sup>

A *cooperação militar* é um outro aspecto importante na interação estratégica regional. Tal cooperação remonta aos princípios dos anos 60 e ao início da luta armada de libertação nas colônias portuguesas. A Zâmbia e a Tanzânia forneceram bases de retaguarda e treino para os movimentos de libertação. Houve também cooperação direta entre os movimentos de libertação, como, por exemplo, o programa de treino de guerrilha e o apoio logístico dado aos combatentes da Zanu dentro de Moçambique em meados dos anos 70, altura em que a Frelimo ainda considerava a Zapu seu aliado político dentre os movimentos de libertação rodesianos (Martin e Johnson, 1981, p. 21-34). Mais tarde, Moçambique já independente e outros Estados-membros dos PLF ofereceram um apoio crucial à Zanu (PF) na fase final da guerra – por exemplo, além do apoio logístico, Moçambique teve cerca de 500 soldados lutando lado a lado com os zimbabueanos em 1978-1979. Após a África do Sul ter iniciado a destabilização em larga escala de Moçambique em 1980, o Zimbabue e a Tanzânia forneceram treino militar às forças

armadas moçambicanas. A partir do mesmo ano – em parte como resultado do *raid* da SADF ao subúrbio da Matola em janeiro de 1981 – passou a vigorar um acordo entre Moçambique e Zimbabwe sobre troca de informação e inteligência para as áreas de defesa e segurança.<sup>14</sup> Em inícios de 1982, aproximadamente, tropas zimbabweanas vieram para Moçambique para lutar contra o MNR. A sua presença aumentou a partir de meados de 1985, e a elas se juntaram as tropas tanzanianas.

Devido à natureza delicada do assunto, poucos são os detalhes conhecidos sobre as modalidades da cooperação militar. Parece, contudo, que tal cooperação é mais de natureza bilateral do que a maioria da atividade diplomática incluída no âmbito dos PLF. Por outro lado, isto poderá ser o resultado de uma política intencional dos PLF – elaborada pelo seu comitê de defesa interestatal – segundo a qual os países mais capazes e atingidos dariam ajuda militar direta, enquanto os outros Estados dos PLF contribuiriam da melhor forma que pudessem com diversos tipos de apoio não-lethal.

A *cooperação econômica* é a última mas não menos importante forma de cooperação estratégica contra as aspirações hegemônicas da África do Sul na região. O plano Consas, como referimos atrás, foi destinado a (1) travar o avanço do “marxismo” na região, (2) aumentar a dependência econômica da região em relação à África do Sul, apesar das mudanças políticas ocorridas, e (3) bloquear ou limitar as atividades da Swapo e do ANC. Este plano era inaceitável para a maioria dos vizinhos da África do Sul. As experiências provenientes da cooperação política desenvolvida no âmbito dos PLF mostraram a necessidade da cooperação econômica, tanto contra a dependência em relação à África do Sul como para o desenvolvimento econômico nacional e regional.

A cooperação econômica entre os PLF evoluiu a partir de um pequeno secretariado criado em Gabarone, Botswana, em princípios de 1979 e as linhas de orientação da SADCC foram adotadas em Arusha em julho do mes-

mo ano. A criação formal da SADCC teve lugar a 1<sup>o</sup> de abril de 1980 em Lusaka, tendo as suas expectativas melhorado bastante com o resultado da luta de libertação na Rodésia e a vitória da Zanu nas eleições. Na cimeira de Lusaka, entre os chefes de Estado dos seis membros dos PLF, Lesotho, Malawi e Swazilândia, foram formulados os seguintes quatro princípios básicos da SADCC (1980):

- 1) redução da dependência econômica, em particular mas não só da África do Sul;
- 2) estabelecimento de laços para criar uma integração regional genuína e equilibrada;
- 3) mobilização de recursos para promover a implementação de políticas nacionais, interestatais e regionais;
- 4) ação concertada para garantir a cooperação internacional no contexto de uma estratégia para a libertação econômica.

A SADCC identificou cerca de 500 projetos com um valor total de aproximadamente 6,5 bilhões de dólares americanos. Cerca de 40% deste valor foram garantidos por doadores extra-regionais, em particular, Comunidade Econômica Europeia (CEE), países individuais da CEE, países nórdicos, Canadá, EUA e Banco Mundial (US Information Agency Seafit, 1988). Como seria de esperar, a SADCC e os doadores externos deram prioridade máxima ao setor de transportes. Cerca de dois terços dos recursos financeiros provenientes do exterior destinaram-se à comissão de transportes e comunicações (SATCC), com sede em Maputo. O setor de transportes tem uma importância chave para o sucesso da SADCC. O grau de independência da rede sul-africana de transportes, portos e navegação é determinado pelo grau de operacionalidade que os corredores e saídas alternativas de transportes regionais puderem atingir, apesar dos esforços da África do Sul em torná-los inoperantes.

Tal como os PLF, a SADCC procura minimizar as burocracias interestatais e optou antes por esforços concretos e descentralizados em áreas de importância econômico-estratégica comum. Cada Estado-membro é responsável por uma área particular do programa da SADCC – este método é frequentemente



apelidado de "programação setorial". Nenhuma instituição da SADCC pode tomar decisões que comprometam os membros individuais ou a região como um todo. A idéia é, antes, maximizar a cooperação em áreas de interesse comum, tendo como ponto de partida os interesses nacionais.

### *Considerações finais*

Durante os últimos 15 anos, em termos de diplomacia e política internacional, os PLF têm tido um peso considerável em fóruns mais amplos tais como a OUA, a Commonwealth, o Movimento dos Não-Alinhados e as Nações Unidas. Eles desempenharam um papel chave nas negociações para a independência do Zimbabue, colaboraram no processo quase simultâneo que levou à adoção, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, da Resolução 435 sobre a independência da Namíbia, e tiveram uma importante atuação como influenciadores da opinião pública e dos dirigentes políticos do Ocidente em relação às sanções contra a África do Sul. A credibilidade dos PLF sem dúvida contribuiu também para que a SADCC obtivesse apoio financeiro externo na sua fase inicial. No seio dos próprios PLF, é verdade que tem havido alguns casos de iniciativas descoordenadas, de falta de cumprimento das decisões tomadas, e até mesmo graves desentendimentos em casos onde os interesses nacionais e coletivos colidiram, como a independência de Angola, o apoio militar à Zanu e à Zapu, a abertura de rotas comerciais através da Rodésia pela Zâmbia, a participação dos PLF em sanções contra a África do Sul e a questão do diálogo com o regime do *apartheid*.

Todavia, tais diferenças foram ultrapassadas e a flexibilidade adquirida através das cimeiras e ações conjuntas dos PLF é uma grande vantagem. A cooperação política dos PLF deu origem a um pensamento "coletivo" bem forte, o qual tem suportado a aliança em seus momentos difíceis e que será importante para a cooperação futura na região.

Avaliar a cooperação militar é mais difícil. Não há dúvida de que esta forma particular de

cooperação estratégica foi fundamental na luta de libertação do Zimbabue e que a ajuda militar do Zimbabue e Tanzânia tem sido valiosa para a luta de Moçambique pela continuidade da sua soberania territorial e independência nacional. É de duvidar se é justo esperar muito mais em termos de ação militar conjunta ou bilateral, face às estreitas ligações entre os militares e os valores nacionais (em oposição a supranacionais) que estes têm a tarefa de defender. A cooperação militar pode, certamente, tomar muitas outras formas menos visíveis. Parece provável que muito teria a ganhar com, por exemplo, um aumento da troca de informações militares e uma maior coordenação na procura de armamento. Isto seria importante não só na atual conjuntura como também no contexto de futuros acordos regionais de segurança.

Finalmente, os sucessos e fracassos da SADCC não podem ser analisados separadamente da correlação de forças económicas na região e da posição subalterna desta face à divisão global do trabalho. Tendo em conta este pano de fundo, os objetivos da SADCC não são nada modestos. É fácil argumentar que o Ocidente e as suas instituições financeiras têm apoiado a SADCC – e, em particular, projetos no setor privado – como forma de salvar as aparências perante a sua recusa em tomar ações mais duras contra a África do Sul, sob a forma de sanções económicas totais. Desta maneira o Ocidente tem conseguido reforçar a capacidade de importação e consumo nos países da SADCC, apesar dos efeitos económicos devastadores da destabilização, ao mesmo tempo que tem aumentado a sua influência sobre os Estados da SADCC, incluindo a pressão para impedir uma confrontação violenta e imprevisível na África do Sul. Alguns observadores referem também que a maioria dos projetos da SADCC é não só de financiamento externo e de natureza económica, mas também de um carácter bastante nacionalista. Isto pode ser interpretado como uma forma de despolíticação da SADCC, algo que promovesse mais as relações bilaterais Norte-Sul do que a integração regional (Amin *et al.*, 1987, caps. 1 e 9).

Além disso, a dependência em relação à África do Sul não tem sido reduzida, nem mesmo no setor crucial dos transportes, em que o país manuseou 21% do comércio externo dos Estados da SADCC em 1988 (*Notícias*, Maputo, 2.6.1989). A mesma porcentagem foi registrada em 1981. Apesar de tudo, isto implica um grande esforço por parte da SADCC, dadas as tentativas da África do Sul de fechar-lhe as rotas comerciais alternativas, especialmente através de Moçambique, durante os anos 80. A produção industrial e o comércio interno na SADCC são outras áreas onde se verificaram poucos avanços. Por outro lado, a SADCC tem tido sucessos em mobilizar grandes apoios internacionais para o seu programa. Ela convenceu o mundo de que uma economia regional ditada pelas necessidades da África do Sul do *apartheid* é inaceitável, e até certa medida estimulou o tipo de pensamento coletivo que surgiu da cooperação dos PLF. Todavia, a reestruturação das relações econômicas dentro de cada um dos Estados-membros da SADCC, a reestruturação das relações entre si, e entre si e a economia mundial continuam a ser metas distantes. Os avanços em direção a estas metas são cada vez mais considerados pelos Estados dos PLF/SADCC como dependentes da paz na região e do afastamento gradual do governo de minoria branca na África do Sul.

### **A estratégia da África do Sul em relação a Moçambique**

Conforme referimos atrás, Moçambique é uma das duas grandes vítimas da política de destabilização da África do Sul. Torna-se portanto útil analisar mais detalhadamente as estratégias e contra-estratégias aplicadas no relacionamento Moçambique-África do Sul. Esta seção abordará três questões: primeiro, as principais metas e os objetivos estratégicos que explicam a destabilização de Moçambique pela África do Sul; segundo, os instrumentos-chave para alcançar estes objetivos; terceiro,

as principais consequências disto para Moçambique.

### ***Principais metas e objetivos***

É importante compreender por que Moçambique tem sido um dos principais alvos da destabilização sul-africana. Quatro razões básicas podem ser identificadas. Primeiro, Moçambique está, moral e diplomaticamente, do lado da luta de libertação na África do Sul e na Namíbia. Segundo, Moçambique é dirigido por um partido empenhado no estabelecimento de um Estado não-racial e na justiça social e econômica. Terceiro, Moçambique está empenhado em promover a integração e cooperação regional e política através dos PLF e da SADCC. Quarto, os portos e caminhos de ferro moçambicanos oferecem uma alternativa à dependência das rotas de transporte sul-africanas para os seis Estados-membros da SADCC situados no interior do continente. Em suma, Moçambique não só constitui um desafio ideológico em termos de oferta de uma alternativa ao capitalismo do *apartheid*, mas também põe em xeque todos os objetivos regionais a curto prazo de Pretória.

Os objetivos da África do Sul alteraram-se um pouco durante os 15 anos de independência de Moçambique. Embora provavelmente preocupada com todos os quatro fatores acima referidos, o quarto – posse de linhas férreas e portos – representa o desafio mais direto para as ambições da África do Sul. A questão-chave aqui é que, enquanto os caminhos de ferro e portos moçambicanos estiverem abertos e funcionando, *eles constituem uma ameaça para o domínio econômico da África do Sul na região*. Nenhum outro Estado-membro da SADCC tem acesso a um instrumento tão potencialmente valioso no contexto da luta regional. Se, por outro lado, as rotas de transporte através de Moçambique e os portos de Maputo, Beira e Nacala forem fechados – ou o escoamento de mercadorias for mínimo –, então toda a região ficará à mercê dos desejos sul-africanos. Partindo desta perspectiva, verifica-se que a África do Sul não está destabilizando o governo da Frelimo apenas devido à



sua orientação socialista; a África do Sul atuaria de alguma forma contra *qualquer governo* em Moçambique capaz de manter abertas as rotas de transportes, *se* isto implicasse para a África do Sul um desvio de receitas, o fortalecimento da SADCC e a redução do domínio sul-africano na região.

Tendo em vista a presente situação, é útil identificar, em primeiro lugar, o que a África do Sul atualmente não quer em Moçambique. A África do Sul não quer colocar o MNR no poder. Um Moçambique com a Frelimo outra vez fazendo guerrilha no mato causaria muito mais problemas para a África do Sul do que causa atualmente. Por exemplo, um governo do MNR seria impopular e considerado ilegítimo para a maioria da comunidade internacional. Isto implicaria um corte quase total no fornecimento de ajuda financeira e seria por conseguinte bastante dispendioso para a África do Sul mantê-lo no poder. A solução mais adequada do ponto de vista de Pretória tem sido sempre, provavelmente, uma espécie de partilha do poder entre a Frelimo e os bandidos.

Longe de atingir este objetivo, a África do Sul pretende atualmente instalar o receio, lançar a destruição e criar o caos em Moçambique, até que o país se torne efetivamente ingovernável, de modo a limitar seu campo de ação e reduzir ao mínimo a oposição que possa manifestar contra as ambições internas e regionais do *apartheid*. Dado que Pretória não pode decidir quem deve governar em Moçambique, tenta em vez disso forçar a Frelimo a seguir uma política mais submissa aos desejos de Pretória. Em outras palavras, o objetivo de Pretória é antes de mais nada modificar o comportamento político da Frelimo sem alterar a estrutura política de Moçambique. A destabilização serve, assim, de instrumento para manter um estado de ingovernança, de modo a impedir uma remodelação drástica dos padrões básicos de dependência econômica na região. É também uma forma de diminuir a credibilidade de Moçambique perante os olhos dos doadores estrangeiros e das instituições financeiras internacionais. O objetivo da destabilização é a criação e perpetuação de uma

terra arruinada e ingovernável. Por outras palavras, o MNR constitui precisamente aquilo que Pretória pretende: terrorista debaixo do seu controle. Esta é a razão por que Pretória acolheu o MNR do regime de Smith na Rodésia e transformou-o naquilo que ele hoje é.<sup>15</sup>

Atualmente, as atividades do MNR destinam-se especialmente a impedir a recuperação econômica de Moçambique e a tornar inviável a cooperação econômica regional. A atividade dos bandidos no sul do país desde o início de 1987 é elucidativa. Ela concentrou-se em quatro tipos de alvos: grandes ataques e massacres a aglomeramentos populacionais e aldeias indefesas, tais como Homoine, Manjacaze, Guijá e Moamba, juntamente com a destruição de infra-estruturas sociais como escolas e centros de saúde; ataques similares a colunas rodoviárias e comboios, principalmente na Estrada Nacional nº 1, estrada para a Suazilândia e linha férrea de Ressano Garcia; ataques a unidades de produção tais como plantações e fábricas; ações de sabotagem feitas com perícia (envolvendo provavelmente comandos sul-africanos) dirigidas a infra-estruturas essenciais, tais como pontes ferroviárias e linhas de transporte de energia.

Estes ataques servem a vários objetivos estratégicos sul-africanos: ameaçam confinar as atividades de governo às grandes vilas e capitais provinciais; ameaçam isolar a capital, Maputo; dificultam o transporte interno e regional de mercadorias; provocam a deslocação de grande parte da população; impedem a população rural de produzir para a sua subsistência e para o mercado; destroem setores vitais da rede sócio-econômica, tais como postos de saúde, escolas, lojas rurais e a administração local; impedem a troca de mercadorias entre o campo e a cidade, afetando também, deste modo, o desenvolvimento da indústria nacional; impedem as operações de socorro e os programas de desenvolvimento/reabilitação; provocam um processo de urbanização involuntária, dando origem a grandes grupos de camponeses, mulheres e crianças sem meios de subsistência, num contexto em que os atuais habitantes da cidade já sofrem com a subida de preços e das rendas de casa e assim por diante.

## Instrumentos

Os instrumentos de destabilização usados pela África do Sul contra Moçambique são uma mistura de coerção econômica e agressão militar. Isto difere da situação em Angola. A muito pouca interação econômica entre a África do Sul e Angola faz com que a ação destabilizadora do governo sul-africano contra este país se limite à ação militar.

Têm sido dois os principais meios de coerção econômica usados contra Moçambique. Um é reduzir o número de trabalhadores imigrantes moçambicanos recrutados para a indústria mineira. Dos cerca de 65 mil mineiros que trabalhavam legalmente nas minas sul-africanas quando da imposição de restrições, em 1986, cerca de 50% foram despedidos no início de 1988 e a maioria dos restantes devia ser despedida em favor dos mineiros locais sul-africanos até meados dos anos 90. Contudo, o processo diplomático em curso entre os dois países desde 1988 poderá retardar, parar ou mesmo inverter este processo. Já em novembro de 1988 a África do Sul anunciou formalmente que todas as restrições sobre o recrutamento de trabalhadores moçambicanos para as indústrias mineira e agrícola tinham sido levantadas. Nessa altura, trabalhavam na indústria mineira 47 mil moçambicanos (*SABC External Service News*, 15.11.1988; *Notícias*, Maputo, 16.11.1988). Este trabalho migratório tem uma grande importância para a balança de pagamentos moçambicana: o pagamento diferido e os valores remetidos e transferidos para Moçambique constituem grande parte dos lucros em divisa do país.

O outro é reduzir o volume total e o valor por unidade das exportações e importações sul-africanas despachadas através do porto de Maputo. Enquanto em 1987 houve um aumento de 25% do tráfego com o Zimbábue, a Zâmbia e o Malawi através do corredor da Beira, o tráfego mais importante em termos de volume entre a África do Sul e Maputo foi um terço abaixo do nível de 1986. O tráfego de cargas através de Maputo foi de 14,2 milhões

de toneladas em 1973, a maioria delas provenientes da África do Sul. Segundo as estatísticas mais recentes para 1988, a quantia total de mercadorias que passou através do porto de Maputo foi um pouco abaixo de dois milhões de toneladas, das quais cerca de um quarto representaram cargas em trânsito para e da África do Sul.

Um aspecto peculiar da situação atual é que a África do Sul oferece também as chamadas "alavancas incentivadoras", isto é, as cenouras econômicas. Pequenos investimentos têm sido feitos no porto de Maputo e na agroindústria e já foram propostos para outras áreas, incluindo exploração de gás e turismo. Foi fornecida ajuda militar não-letal às forças armadas moçambicanas para a defesa das linhas de transporte de energia de Cahora Bassa. Isto pode ser interpretado como um exemplo das contradições no seio da minoria branca na África do Sul. Aqueles que favorecem a *détente* gostariam de aumentar a cooperação com Moçambique, mas as forças a favor da confrontação atuam por conta própria e fora do controle político. Uma outra interpretação é que este comportamento aparentemente estranho é de fato uma *estratégia internacional* - em analogia com a técnica interrogatória do "bom tipo ou mau tipo", na qual o objetivo de ambos os interrogadores é quebrar a vontade do prisioneiro. Apoio para esta interpretação pode ser encontrado na anterior descrição da estratégia total, nos objetivos específicos da destabilização sul-africana em Moçambique e suas razões subjacentes, no papel e composição do Conselho de Segurança do Estado etc.

A agressão militar toma também duas formas. Uma é a ação militar direta por elementos da Força de Defesa Sul-Africana (SADF). São os bombardeamentos aéreos e as ações dos comandos contra aquilo que eles chamam de alvos do ANC em Moçambique. São as ações especializadas de sabotagem contra alvos econômicos, tais como centrais de energia, pilares de transporte de energia, depósitos de combustível e pontes ferroviárias. Um outro tipo de ação direta é o apoio logístico à infil-



tração das tropas do MNR e o fornecimento de material, a partir da África do Sul, por ar, terra ou mar.

O principal da destabilização é, contudo, levado a cabo pelas forças do MNR. O MNR é um instrumento confortável: além de oferecer uma forma de negação plausível, o governo sul-africano não tem que se preocupar com a morte de brancos sul-africanos em Moçambique. Quase sem custo para a África do Sul, o MNR está espalhando a destruição em praticamente todas as regiões de Moçambique. Existem provas irrefutáveis de que o MNR é treinado, equipado e comandado pela África do Sul e de que este processo tem continuado sem decréscimo e até com maior intensidade, após a assinatura do Acordo de Nkomati em 1984 (CEA, 1988-1989).

As táticas do MNR sofreram algumas alterações durante os últimos anos. Se no passado eles preferiam atuar em pequenos grupos, em operações-relâmpago contra alvos civis e sócio-econômicos, atualmente a situação tornou-se mais complicada. Tais operações em pequena escala, próprias do banditismo, continuam ainda por todo o território. O elemento novo é aquilo que podemos chamar de terrorismo em grande escala, fundamentalmente uma característica dos atuais ataques no sul de Moçambique, iniciados em abril de 1987. Estes ataques, por sua vez, são em parte resultado das derrotas sofridas pelo MNR nas províncias do centro depois da invasão do MNR a partir do Malawi em 1986. São realizados por grandes grupos – 100 a 500 bandidos, muitas vezes melhor equipados que as FPLM, as milícias e as forças locais de autodefesa – contra aldeias, sedes de distritos e colunas. A destruição, os massacres, as matanças e a pilhagem são mais objetivos e “disciplinados” do que no passado, dirigidos, muitas vezes, por competentes e bem-treinados “chefes de bandidos”. Esta mudança de tática ilustra os três objetivos básicos sul-africanos: tornar Moçambique ingovernável; impedir a cooperação regional no âmbito da SADCC; e desencorajar os esforços de ajuda externa.

## Resultados

Os resultados e conseqüências desta destabilização têm sido registrados em relatórios nacionais e por organizações nacionais e internacionais e ONGs. Apresentamos em seguida um resumo de alguns dos resultados mais importantes:

- Pelo menos cem mil moçambicanos foram mortos como resultado direto desta guerra. Calcula-se que mais 600 mil morreram devido a conseqüências indiretas, principalmente doenças e fome.

- Quase metade da população, cerca de seis milhões de moçambicanos, não tem um abastecimento alimentar garantido. Menos de 10% das necessidades básicas em cereais podem ser fornecidos por Moçambique. O resto tem de ser importado.

- Cerca de 2,7 milhões de pessoas estão deslocadas, quer como refugiados no seu próprio país quer nos países vizinhos. Alguns outros milhões deslocaram-se para a relativa segurança de Maputo e das capitais provinciais, mas não são contados como refugiados.

- Cerca de um terço da rede de saúde primária foi destruída. Aproximadamente 850 centros rurais de saúde foram destruídos ou tornados inoperantes.

- A mortalidade infantil (morte antes de um ano de vida) é calculada em perto de 250 em cada mil. A mortalidade de crianças (morte antes dos cinco anos de vida) é calculada em 325-375 em cada mil.

- A rede comercial rural foi quase toda destruída.

- Perto de três mil ou cerca de 40% das escolas primárias do país foram destruídas.

- O valor total das exportações em 1986 foi apenas 28% do verificado em 1981. Mais ainda, a percentagem das exportações em relação às importações diminuiu de 35% em 1981 para 14% em 1986. Do mesmo modo, a percentagem das exportações em relação ao pagamento da dívida total diminuiu de 81% em 1981 para 14% em 1986.

● Devido à guerra, Moçambique gastou na defesa cerca de 40 a 45% do orçamento estatal em meados dos anos 80. Esta enorme soma poderia ter sido gasta mais utilmente em outros setores se não fosse a guerra.

● O prejuízo total para a economia moçambicana resultante dos efeitos diretos ou indiretos da destabilização está calculado em cerca de 15 bilhões de dólares americanos, ou cerca de três vezes o total da dívida externa de Moçambique.

Finalmente, é importante examinar alguns dos vários caminhos abertos para a África do Sul caso ela decida intensificar ou alargar as suas ações de destabilização em Moçambique. Primeiro, ela pode reduzir ainda mais o transporte de mercadorias em trânsito para e da África do Sul via Maputo. Ela pode também fazer um uso maior da sua política de jogo de preços e porcentagens contratuais especiais, de modo a desviar mais tráfego dos portos moçambicanos, especialmente produtos de exportação provenientes dos países situados no interior da região. Em segundo lugar, ela pode causar maiores e substanciais danos às sete rotas ferroviárias tão vitais para a rede de transporte moçambicana e regional. Em terceiro lugar, ela pode impedir o comércio sul-africano com Moçambique, particularmente a exportação de produtos nacionais. Quarto, ela pode manipular o fornecimento de energia a Moçambique, em especial para Maputo e a zona sul do país. Quinto, ela pode reintroduzir o repatriamento de mineiros moçambicanos ou pode unilateralmente decidir reduzir o pagamento diferido ou as taxas oficiais dos valores remetidos. Ela pode também decidir expulsar outra mão-de-obra migratória atualmente trabalhando, legal ou ilegalmente, na África do Sul. Sexto, ela pode facilmente aumentar o poder combativo do MNR de tal forma a poder pelo menos acompanhar os melhoramentos materiais e organizacionais dentro das forças armadas moçambicanas.

O aspecto importante a realçar neste contexto é que, mesmo que a África do Sul possa realmente aumentar desta forma a destabilização em Moçambique, todas as seis medidas

acima descritas trarão – embora por vezes apenas marginalmente – consequências negativas, econômicas e políticas, também para grandes e poderosos interesses tanto dentro como fora da África do Sul. Isto poderá aumentar as contradições entre os que na África do Sul são da opinião – ligada à opção “détente” de que Moçambique já foi suficientemente destabilizado e que agora é hora de aumentar a cooperação para benefício mútuo, e aqueles que argumentam que a destabilização deve continuar a fim de garantir a subordinação de Moçambique aos objetivos regionais da África do Sul. Consequentemente, se Moçambique puder aguentar as atuais pressões sul-africanas e aliviar os piores efeitos da destabilização e terror, isto não irá beneficiar apenas Moçambique como tal. Irá igualmente aumentar os custos de manutenção do *apartheid* e aumentar as possibilidades de democratização na África do Sul.

### **A atual situação de emergência em Moçambique e a questão da sobrevivência**

A razão principal que está na origem da atual situação de emergência em Moçambique é, portanto, a destabilização dirigida pela África do Sul. Os principais instrumentos desta destabilização são a agressão militar e a coerção econômica. A gravidade da situação resultante desta destabilização é tal que se torna necessário dizer algumas palavras acerca da questão básica da sobrevivência.

Teoricamente, a sobrevivência em Moçambique é, no momento atual, ameaçada em três diferentes níveis: individual, institucional e nacional. Quando falamos de nível institucional, neste contexto, referimo-nos a mecanismos e instituições criadas pela Prelimo com o fim de melhorar a qualidade de vida do povo moçambicano. A sobrevivência ao nível institucional é, pois, de extrema importância: a este nível ocorre a interação entre o Estado e o indivíduo. Se as instituições a este nível puderem satisfazer as exigências do indivíduo perante o

Estado, então tudo está bem. Caso contrário, haverá com certeza alguma forma de crise de legitimidade.

Moçambique sofre, à semelhança da maioria dos países africanos, situações de emergência constantes e extremamente graves resultantes de fatores naturais como secas e cheias. A guerra de destabilização contra Moçambique acrescenta duas características específicas à atual situação de emergência, tornando-a diferente da situação "tradicional" de desastre causada, por exemplo, por acidentes naturais. A primeira característica é que a guerra torna a situação de emergência realmente permanente, tanto em intensidade como em cobertura geográfica (ela cobre todo o território). Ela pode diminuir mas deve com certeza continuar por muitos mais anos. As conseqüências da destabilização a longo prazo não são eliminadas nem rápida nem facilmente, mesmo que a guerra termine ou diminua de intensidade. A segunda característica é a escolha intencional de alvos ligados a atividades e mecanismos específicos estrategicamente vitais para a sociedade moçambicana. Um ciclone ou uma cheia atuam de uma forma nitidamente *ad hoc*, ao contrário da guerra de destabilização sul-africana. Em outras palavras, a emergência é uma situação *estrutural*, e não um fenômeno transitório. Isto torna os tradicionais três R da gestão da emergência – socorro (*relief*), reabilitação e reconstrução – particularmente difíceis e complexos.

A descrição e análise feitas anteriormente a respeito da estratégia e intenções da África do Sul em relação a Moçambique mostram que aquele país, com o intuito de alcançar os seus objetivos básicos, pretende destruir as conquistas fundamentais alcançadas por Moçambique após a independência e, conseqüentemente, também a potencialidade para o futuro desenvolvimento sócio-econômico no país e na região. Torna-se, portanto, necessário reforçar estes setores, mecanismos e atividades estrategicamente vitais na sociedade moçambicana. Se eles são os alvos principais da destabilização sul-africana, então eles são também os setores que mais precisam de apoio. Em resumo, eles estão no centro do conceito de

sobrevivência. A questão que surge, então, é a seguinte: quais são as atividades de maior importância estratégica hoje em dia em Moçambique?

Primeiro, existem os representantes do partido e os administradores do governo ao nível de localidade e de distrito. Eles são os principais alvos dos ataques dos bandidos. Muitas vezes sem acesso a recursos básicos de infra-estrutura, a atuação desses elementos é dificultada pela falta de conhecimentos administrativos básicos e por métodos insuficientes de comunicação quer com as autoridades centrais quer com os seus constituintes locais. Segundo, há toda a área que pode ser chamada de tecido sócio-econômico de Moçambique, principalmente os sistemas de saúde e educação – até agora as duas conquistas mais notáveis do governo. Isto é de uma importância extrema: nenhum processo de verdadeiro desenvolvimento sócio-econômico pode surgir de forma coerente sem uma população razoavelmente escolarizada e saudável. Há também a rede de comércio rural e o sistema de troca de produtos entre as áreas urbanas e rurais.

Estes dois tipos de atividade são extremamente importantes: elas representam as instituições fundamentais que têm de sobreviver e, se o fizerem, serão também a chave para a sobrevivência nacional e individual. Esta é precisamente a razão por que o representante local da Prelimo, o trabalhador da saúde e o professor da escola são os alvos principais quando os bandidos do MNR atacam uma aldeia em Moçambique. Uma terceira função chave na sociedade moçambicana que tem sido fortemente atacada pela destabilização sul-africana é a área relacionada com o transporte nacional/regional e o fornecimento de energia.

A um nível um pouco diferente, tornou-se cada vez mais claro ao longo dos últimos anos que a destabilização – e por vezes mesmo as tentativas para o restabelecimento da normalidade – provoca efeitos laterais negativos para além dos efeitos diretos, os quais, caso não sejam atendidos de imediato, poderão provocar sérios problemas num futuro próximo. Um exemplo disto é o imprecendente processo de urbanização atualmente em curso em Moçam-



bique, em especial na zona de Maputo. Maputo é uma das cidades com maior crescimento no mundo até 1989 e a sua infra-estrutura urbana – em termos de estradas, água, esgotos, eletricidade e serviços sociais básicos – está totalmente incapacitada para enfrentar esta situação.

Um outro efeito lateral negativo, em parte relacionado com o processo de urbanização, é o rápido crescimento da taxa de desemprego, de distúrbios sociais e da criminalidade. Devido, em parte, aos processos de racionamento de mão-de-obra nas empresas privadas, instituições do governo e forças armadas, surgirá um grande número de desempregados. Além disso, há os refugiados vindos das zonas rurais sem meios de subsistência nas cidades e o repatriamento de mineiros e outros tipos de mão-de-obra migratória vindos da África do Sul. A situação de desemprego também parece ser particularmente aguda na zona de Maputo.

Os aspectos acima referidos mostram a necessidade de fortalecer o setor público em Moçambique, de modo a apoiar a sobrevivência institucional, manter as conquistas já alcançadas, aumentar a capacidade de resistência popular e diminuir os riscos de uma dissidência massiva popular. Isto é apenas lógico: se a estratégia sul-africana é tornar Moçambique ingovernável, então a contra-estratégia deve ser, em primeiro lugar, manter Moçambique como uma nação-Estado viável e governável.

## O desafio e a resposta moçambicana

A crise, o desafio e a resposta moçambicana constituem uma teia altamente complexa de interações, alternativas, limitações, escolhas e dinâmicas políticas. Não é possível num estudo geral como este analisarmos devidamente esta complexidade. O que aqui tentamos é retratar da melhor forma alguns dos principais aspectos envolvidos.

A situação de emergência acima descrita começou a ser gravemente sentida durante 1982-83. Por esta altura Moçambique foi levado ao estado de crise em que ainda permanece. A principal explicação para esta crise é,

como referimos, a guerra de destabilização, mas há também outros fatores envolvidos. Um é aquilo que podemos chamar de herança colonial de estruturas económicas distorcidas. Isto também inclui os problemas relacionados com a queda da economia colonial e o êxodo de técnicos portugueses e outros colonos. Um outro fator são as deficiências e os erros na implementação de políticas. De igual importância é o fato de que o espaço de manobra para substituir o sistema económico colonial por uma economia baseada na mobilização de massas provou ser mais estreito do que o previsto – e tornou-se ainda mais estreito devido à destabilização – e os obstáculos por vezes não foram ultrapassados. A estes fatores somem-se os custos altíssimos da implementação das sanções internacionais contra a Rodésia em 1976-80 e finalmente, os contínuos desastres climáticos. A interação dos fatores acima referidos provocou, assim, a crise profunda e estrutural descrita anteriormente.<sup>16</sup>

Deste modo, o desafio que Moçambique enfrenta é múltiplo e a estratégia da Frelimo tem sido elaborada de tal forma a abranger simultaneamente todos os cinco elementos desse desafio, quais sejam:

- evitar uma guerra de grandes proporções com a África do Sul;
- acabar com a guerra de destabilização desencadeada através do MNR;
- garantir a sobrevivência nacional, institucional e individual através de uma operação massiva de apoio à emergência;
- reabilitar a economia nacional e as populações e lançar as bases para o futuro desenvolvimento;
- realizar estas ações sem sobrecarregar ainda mais os pobres e sem sacrificar os princípios básicos da Frelimo e de Moçambique.

Além disso, tudo isto deve ser alcançado partindo-se de uma base extremamente desfavorável em termos económicos e dentro de um contexto de contínua agressão militar e económica interna e externa. O desafio é, portanto, múltiplo e monumental.

A resposta moçambicana a esse desafio ao longo destes quase cinco anos tem sido obvia-

mente de caráter múltiplo. Parece-nos útil, neste contexto, fazer a distinção entre os níveis global, regional e nacional. No nível *global*, a Frelimo adotou uma iniciativa diplomática com o objetivo de obter o máximo apoio político, diplomático e econômico da comunidade internacional. No nível da *região*, adotou duas linhas básicas de orientação política: a primeira, de estreita cooperação com os Estados da Linha de Frente nas áreas política e de segurança e com os Estados-membros da SADCC na área econômica; a segunda, de coexistência pacífica com a África do Sul. No nível *nacional*, temos as leis de anistia e perdão de 1987, baseadas na tradicional política de clemência da Frelimo. Além disto, há a reestruturação em curso das forças armadas moçambicanas, as FAM/FPLM, com o objetivo de aumentar as capacidades, em particular do exército, no campo da logística e do combate na guerra/contra-insurreição. Finalmente, há o programa para reabilitar a economia. Ele tem três componentes básicos e interdependentes: o programa de apoio à emergência, o programa de reabilitação econômica (PRE) e o programa de desenvolvimento.

Uma apreciação global dos sucessos e fracassos destas políticas é extremamente difícil e não o tentaremos fazer aqui. Isso exigiria uma análise muito mais profunda das relações regionais e da política externa moçambicana; exigiria um cuidadoso estudo da economia; exigiria entrar dentro de questões como dinâmicas de formação de classes e alianças de classes e daí por diante. Além disso, o processo está ainda em curso. O objetivo mais restrito aqui é simplesmente fazer algumas considerações preliminares relacionadas com aquilo que aqui chamamos de resposta moçambicana.

Primeiro, a iniciativa ao nível global pode ser considerada em parte um sucesso. A Frelimo conseguiu obter um amplo apoio internacional no Ocidente e no Leste, no Norte e no Sul. Este apoio manifestou-se num rápido e crescente afluxo de ajuda econômica e em certos casos também militar dos países do Ocidente. Esta injeção de ajuda é necessária devido à insuficiente acumulação de capital na

economia moçambicana. A diplomacia hábil da direção da Frelimo, o empenho internacional contra a *apartheid* na África do Sul e a extrema brutalidade do MNR são fatores que explicam essa evolução positiva. Em particular, a aceitação da cláusula de Berlim em 1982, o Acordo de Nkomati em 1984 e os acordos com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional no mesmo ano abriram caminho para a concorrência de ajuda bilateral que se seguiu. Contudo, a ofensiva diplomática para obter o apoio do Ocidente, combinada com a falta de alternativas viáveis, também resultou na adoção de políticas econômicas altamente submissas às intenções e interesses destas instituições financeiras internacionais. Além disso, a Frelimo não conseguiu – assim como também mais ninguém – convencer importantes atores ao nível mundial de que era necessário não só apoiar os Estados-membros da Linha de Frente e da SADCC, mas também tomar medidas punitivas contra o regime do *apartheid* na África do Sul, como sanções econômicas totais. Mais propriamente, muito da ajuda a Moçambique e aos Estados da Linha de Frente é usada pelos doadores *como uma desculpa para não tomarem tais ações punitivas contra a África do Sul*.

Segundo, ao nível regional Moçambique procurou, com sucesso, obter ajuda militar direta da Tanzânia e do Zimbábue. Moçambique teve também um papel fundamental ao desmascarar o Malawi como um cúmplice declarado da África do Sul e do MNR, reduzindo assim as incursões do MNR a partir deste país. Toda a SADCC tem contribuído, de uma ou outra forma, para a reabilitação dos corredores de transporte através de Moçambique. Os sacrifícios moçambicanos durante os últimos anos da década de 70 estão, assim, sendo “pagos de volta”. Ao mesmo tempo, como referimos acima, é de interesse nacional para todos os Estados-membros da SADCC que os corredores de transporte funcionem.

A coexistência pacífica com a África do Sul tem sido com certeza mais problemática. Moçambique tem sido consistente ao manter esta política, mas até agora ela vem sendo cumprida apenas unilateralmente. A guerra de

destabilização, as secas e as cheias puseram a economia moçambicana de rastros no final de 1983. No início de 1984 o país suspendeu os pagamentos da dívida externa e viu-se forçado a pedir o reescalonamento aos credores ocidentais. Em março de 1984 Moçambique e a África do Sul assinaram o Acordo de Nkomati de não-agressão e boa vizinhança. Moçambique pretendia evitar um confronto militar em larga escala com a África do Sul, pôr fim ao terror do MNR e tomar algumas medidas modestas para a recuperação da economia, em parte através do aumento da cooperação econômica com aquele país. A África do Sul pretendia expulsar o ANC de Moçambique e impedir o aumento do número de equipamentos militares soviéticos e de pessoal militar estrangeiro no país, de modo a evitar uma situação semelhante à de Angola e assim afastar a situação potencialmente perigosa de combate em duas frentes. A África do Sul estava também ansiosa por quebrar o seu isolamento internacional e alcançar um reconhecimento político do seu papel de potência regional capaz de servir como uma porta aberta econômica para os investimentos estrangeiros na sub-região.

O resultado é bem conhecido. Moçambique cumpriu a sua parte do Acordo, a África do Sul não.<sup>17</sup> É de duvidar se Pretória alguma vez teve a intenção de cumprir as cláusulas do Acordo de Nkomati. A assinatura do Acordo foi, assim, uma experiência desanimadora para Moçambique: a destabilização militar e econômica continuou, enquanto a cooperação econômica com a África do Sul aumentou muito pouco. Contudo, Moçambique foi forçado a entrar em acordo com a África do Sul, principalmente porque a sua sobrevivência como nação-Estado estava sendo ameaçada. Não possuindo o necessário poder militar, a única saída era tentar ganhar a batalha no campo das opiniões. Afinal, todos os atos de não-implementação e todas as violações do Acordo de Nkomati por parte da África do Sul mostram ao mundo que este país é o agressor. Cada acordo de paz renegado enfraquece ainda mais a legitimidade do Estado do *apartheid*.

Este foi o resultado positivo do Acordo de Nkomati para Moçambique. Foi um "segundo melhor" resultado, mas pelo menos logrou conseguir apoio político e ajuda econômica da comunidade internacional. Por outro lado, alguma desta ajuda não teria sido necessária caso a África do Sul tivesse cumprido o Acordo. O encontro de setembro de 1988, no Songo, entre os presidentes Chissano e Botha demonstra a persistência da política da Frelimo em defender uma coexistência pacífica e sugere que Moçambique está tentando fortalecer a facção dos "detentistas" dentro da África do Sul. A intensificação das ações do MNR no sul de Moçambique após o encontro do Songo mostra, ao mesmo tempo, que tais esforços podem ser em vão, tal como sucedeu em 1984.

Finalmente, ao nível nacional é particularmente difícil fazer considerações, mesmo que preliminares. Muitas das políticas moçambicanas apenas agora começam a ser implementadas. O PRE poderá, em termos macroeconômicos, estancar a queda vertiginosa da economia. Mas o impacto na formação de classes, atitudes e comportamentos sócio-econômicos, resultados industriais e agrícolas, produtividade, distribuição de riquezas, balança de pagamentos etc. não pode ser avaliado nesta altura. Tem havido também algumas melhorias na situação de segurança na zona central de Moçambique. Cerca de três mil bandidos do MNR renderam-se às autoridades no âmbito da lei de anistia etc. Contudo, tal como no caso da economia, a situação de segurança continua extremamente grave.

Em suma, deve-se destacar que os vários componentes da estratégia moçambicana refletem uma compreensão do desafio e uma perspectiva pragmática, se bem que a longo prazo, quanto à forma de responder a ele. A questão é, certamente, se isto é o suficiente. A resposta moçambicana automaticamente dá origem a novos desafios para além dos anteriores. Em princípios de 1989, Moçambique tinha perto de 150 agências de ajuda internacionais, governamentais e não-governamentais, trabalhando no país, todas elas tentando realizar os seus próprios projetos e planos. A corrupção, um fenómeno quase totalmente



inexistente em Moçambique pós-independência, está se tornando um grave problema. O banditismo armado é atualmente complementado com o banditismo econômico e social. O papel crescente das instituições financeiras internacionais em Moçambique cria novas dinâmicas, mentalidades e dependências, colocando novos desafios à coerência e espaço de manobra da Frelimo.<sup>18</sup> Toda ajuda tem sempre um preço. O futuro mostrará em que medida Moçambique é o dono do seu próprio destino. Mas o futuro depende das ações de hoje. Os dirigentes políticos moçambicanos sabem ainda aonde pretendem chegar. A questão é se e em que termos a comunidade internacional está preparada para ajudar.

### Conclusões e cenários a curto prazo

À guisa de conclusão, é importante abordar três questões centrais. Primeiro, quem tem a iniciativa na confrontação estratégica regional e por quê? Segundo, quando e por que ocorreram mudanças decisivas no equilíbrio de forças regional? Terceiro, quais são os cenários prováveis num futuro imediato?

O conflito na África Austral deve ser, em primeiro lugar, analisado dentro do contexto geral da atual ordem econômica capitalista mundial. Esta ordem é impulsionada pela necessidade constante de acumulação de capital e caracterizada por trocas desiguais, quase sempre desfavoráveis para os que se situam na periferia do sistema. Nesta perspectiva, a luta na região faz parte da luta mais ampla por uma nova ordem econômica, na qual, espera-se, uma maior cooperação Sul-Sul e uma maior autoconfiança coletiva contribuam para uma redistribuição da produção e comércio mundiais, rumo a um mundo mais estável, seguro e rico.

Na África Austral este conflito torna-se imensamente mais complicado pela existência do racismo institucionalizado e do governo de minoria branca. A África do Sul pretende preservar o governo de minoria racista e o domínio regional através do poder militar e do domínio econômico. Os Estados da Linha de

Frente, por outro lado, procuram acabar com o governo de minoria racista e lutar pelo seu conceito de paz, desenvolvimento e segurança na região.

A posição da iniciativa estratégica na região baseia-se nas dimensões destes dois conflitos e na sua interação. O sistema do *apartheid* e o governo de minoria branca estão condenados tanto pelas forças objetivas da evolução histórica como também pelos acontecimentos específicos e políticas nos Estados vizinhos independentes. Nesta perspectiva, todas as estratégias e manobras táticas da África do Sul – diplomáticas, políticas, econômicas e militares –, desde pelo menos inícios dos anos 60, têm sido constituídas por iniciativas restritivas e defensivas com o intuito de impedir ou retardar a derrubada do sistema do *apartheid*. A estratégia regional da África do Sul deverá assim, mais corretamente, ser chamada de *contra-estratégia*. Contudo, esta *contra-estratégia* tem sido principalmente ofensiva, e não defensiva. Tem sido militarista e agressiva, e não pacífica e conciliatória. As principais potências ocidentais têm apoiado a África do Sul na execução desta estratégia não porque explicitamente apóiem o sistema do *apartheid*, mas porque querem assegurar o capitalismo na África do Sul e na região. Elas receiam implicações resultantes de uma África do Sul pós-*apartheid*, revolucionária, e de uma região dominada por Estados socialistas e marxista.

Apoiada direta e indiretamente pelas principais potências ocidentais, a África do Sul usou o seu poder econômico e militar na região seguindo o princípio “o ataque é a melhor defesa”. Se o espaço de manobra para a África do Sul do *apartheid* foi firmemente reduzido pelas dramáticas mudanças na correlação de forças regional, a política sul-africana de desestabilização teve um severo impacto nos Estados vizinhos recém-independentes. As perspectivas para uma reestruturação das relações econômicas regionais fora do contexto neocolonial e dirigida para uma maior liberdade de ação econômica foram deste modo restringidas – em total acordo com as intenções das principais potências ocidentais. O cansaço da guerra e a incapacidade dos governos dos dois países

mais destabilizados, isto é, Angola e Moçambique, em garantir a todos os seus cidadãos a segurança e os níveis mínimos do bem-estar sócio-económico fizeram com que a derrubada do *apartheid* e a paz na região se tornassem os objetivos fundamentais, enquanto a transição para o socialismo foi posta de lado. A este respeito, portanto, a destabilização obteve sucessos.

Por outro lado, no que diz respeito à derrubada do *apartheid* e do governo de minoria branca, a iniciativa estratégica está do lado dos Estados-membros da Linha da Frente. Quatro acontecimentos, em particular, relacionados com a luta travada duramente os últimos 15 anos justificam esta afirmação. Primeiro, a queda do governo colonial português em Angola e Moçambique, privando a África do Sul de partes importantes do seu "cordão sanitário" contra a luta de libertação. Segundo, as consequências do processo de independência zimbabweano e a subsequente constituição da SADCC como uma alternativa ao plano Conzas da África do Sul. Terceiro, a enorme perda da legitimidade internacional do regime do *apartheid* durante o período 1984-86, devido à intensificação da luta dentro da África do Sul, ao "Discurso do Rubicão", de P.W. Botha, ao não-cumprimento do Acordo de Nkomati por parte da África do Sul e à intensificação da destabilização, a *raids* abertos a várias capitais dos PLF, ao fracasso do grupo de pessoas eminentes da Commonwealth e à declaração do estado de emergência. Quarto, os reveses militares em Cuito Cuanavale no início de 1988, em combinação com uma economia em deterioração, e a ação conjunta por parte dos EUA e URSS com vistas à implementação da Resolução 435 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a Namíbia. Também o encontro do Songo, em Moçambique, entre os presidentes Chissano e Botha assinalou um restabelecimento cauteloso da política de *détente* e do "espírito de Nkomati".

Todavia, o afastamento atual da destabilização é, na melhor das hipóteses, limitado e parcial. Através da combinação de três fatores, nomeadamente, a continuação da destabilização (com a "forma de negação plausível"),

a utilização máxima da atual boa vontade internacional (após o Acordo sobre a Namíbia e a substituição de P.W. Botha por F.W. de Klerk como presidente do Estado) e a pressão diplomática crescente por parte dos países de fora da região para se alcançar alguma forma de "solução negociada" para a guerra, a África do Sul está atualmente usando manobras diplomáticas e económicas para ganhar apoio táctico para três dos seus objetivos políticos regionais mais importantes no momento: romper o isolamento internacional através da aceitação do seu papel político "construtivo", como lutadora pela paz na região; ganhar um maior acesso aos mercados regionais pela sua autopromoção como potência económica regional, através da qual a região pode ser economicamente "reestabilizada"; e ganhar apoio para o novo programa de "reforma interna" do NP.

Não existe qualquer futuro inevitável para a região da África Austral. Existem, antes, vários cenários possíveis que estão sendo disputados pelas diferentes forças. Qual deles se materializará na prática, isso dependerá das estratégias seguidas pelas várias forças nacionais, regionais e extra-regionais envolvidas. À frente de todas as forças que podem influenciar o desenrolar dos acontecimentos estão os Estados independentes da África Austral. A forma como os Estados-membros da Linha da Frente e da SADCC atuarem na luta pela libertação da África Austral nos anos vindouros influenciará significativamente na determinação do cenário que surgirá na prática para a região.<sup>19</sup>

O leque dos vários cenários possíveis é determinado em grande medida pelo equilíbrio de forças na principal luta regional - a luta entre o *apartheid* e as forças de independência, libertação e paz na região. A nova conjuntura na África Austral, surgida principalmente devido aos acontecimentos em Angola/Namíbia, alargou em leque ainda mais. Contudo, a África do Sul do *apartheid* continua a ser uma poderosa força económica e militar na região. Mais ainda, a transição para uma fase de relações regionais envolvendo algum diálogo entre Pretória e os seus vizinhos abriu um novo campo de ação, com certas possibilidades para

o regime de reabilitar a sua imagem perante as principais potências ocidentais. Estes fatores têm também de ser tomados em conta ao se considerar o leque de alternativas possíveis para a região num futuro próximo.

Para especificar as várias possibilidades a curto prazo, será útil, em primeiro lugar, identificar dois cenários extremos que parecem improváveis de acordo com o atual equilíbrio de forças.

O primeiro é que a nova dinâmica na região criada por Cuito Cuanavale levará automaticamente, sem mais lutas ou pressões, à eliminação do *apartheid*. Isto é uma utopia. É verdade que a transição para a nova conjuntura regional colocou o governo sul-africano debaixo de uma maior pressão. É também possível que a luta anti-*apartheid* na África do Sul possa ser positivamente influenciada de várias formas, particularmente com a independência da Namíbia. Contudo, o potencial não tem um único caminho. Pretória viu também o envolvimento dos seus diplomatas nas várias negociações como uma forma possível de obter algum reconhecimento por parte da região e da comunidade internacional, em compensação à falta de legitimidade nacional das suas propostas de "*apartheid* reformado". A nova conjuntura regional afetou, assim, o campo de ação da luta dentro da África do Sul, mas não garantiu de modo algum que o resultado seja a rápida eliminação do *apartheid*.

O segundo cenário improvável é que os Estados regionais aceitem a hegemonia de Pretória e a sua proposta de constelação de Estados, a Consas. O período em que Pretória tinha esperanças de levar os Estados regionais a estabelecerem alianças consigo já passou há muito e até os estrategistas sul-africanos mais sofisticados não propõem mais objetivos tão ambiciosos. Além do mais, a SADCC está firmemente enraizada na região e faz parte também da planificação estratégica das principais potências ocidentais.

Identificar os cenários improváveis torna possível especificar com maior precisão os parâmetros daqueles que parecem mais prováveis. Em termos bastante gerais parecem exis-

tir três possibilidades "*pré-pós-apartheid*" a curto prazo:

1. O primeiro cenário possível surgiria se a África do Sul conseguisse utilizar as aberturas diplomáticas e econômicas criadas por Cuito Cuanavale para reduzir significativamente o seu isolamento internacional e obter certo grau de reconhecimento internacional para o seu programa do "*apartheid* reformado". Se estes objetivos forem alcançados, será de esperar uma maior convergência entre a política sul-africana e a ocidental quanto ao projeto que tenta "estabilizar" a região através da hegemonia sul-africana. Isto poderá levar o Ocidente a participar em empresas mistas (*joint ventures*) com a África do Sul, canalizando ajuda e investimento para projetos que tendam a fortalecer e não a diminuir os laços de dependência.

Ao nível da segurança, este cenário implicaria inicialmente a retirada de certas formas de destabilização. Contudo, dado que a crise do *apartheid* permaneceria essencialmente por resolver, continuaria a existir um forte impulso para tentar exportá-la para a região — especialmente nos momentos em que a crise interna do *apartheid* fosse sentida com maior intensidade. Um abandono completo e unilateral da "guerra por fantoches" pela África do Sul será extremamente improvável, embora possam surgir ciclos de altos e baixos em tal apoio. Qualquer redução mais permanente a este nível de destabilização continuará provavelmente a depender da aceitação, por parte de um Estado-vítima, de um tipo de "*pax pretoriana*". Isto é o mesmo que dizer que uma medida de paz (entenda-se, ausência de guerra) poderá ser alcançada, mas à custa de importantes concessões às exigências sul-africanas. O que implicaria graves reduções na capacidade de alcançar a verdadeira independência. Para a região, este cenário significaria também que o regime do *apartheid* poderia obter os meios necessários para ultrapassar as suas atuais vulnerabilidades militares e econômicas.

2. O segundo possível cenário resultaria de um colapso prematuro do atual programa de orientação diplomático-econômica de Pretória



na região. Se isto ocorrer, e se não houver pressão internacional suficiente para tornar os custos proibitivos, será de esperar um retorno rápido ao ciclo da escalada de agressão regional. Poderá haver, contudo, certas mudanças na seleção dos principais alvos de destabilização, passando o Zimbabwe e a Namíbia independente a receberem maior atenção. Para Moçambique, um cenário destes significaria não só a continuação da guerra pelos bandidos armados, mas também a possibilidade de o Zimbabwe se ver tão apertado com a destabilização no seu próprio país que seja obrigado a reduzir o seu apoio a Moçambique.

3. O terceiro possível cenário ocorreria se o desenvolvimento dos acontecimentos no Sudoeste da África continuasse a retrair os militaristas em Pretória, embora não capitulando perante as estratégias dos diplomatas da África do Sul nem permitindo que o *apartheid* vença o isolamento internacional. Tal cenário significaria manter a destabilização afastada, enfraquecendo ao mesmo tempo o *apartheid*. Para os Estados independentes da África Austral no seu conjunto, isto permitiria o avanço dos projetos da SADCC, atualmente bloqueados pela destabilização. Permitiria que a luta anti-*apartheid* tirasse os máximos benefícios da nova conjuntura regional, reduzindo ao mesmo tempo as possibilidades do governo sul-africano de ultrapassar as suas atuais vulnerabilidades económicas e militares. Excluindo o fim do *apartheid* este seria o melhor cenário possível para Moçambique, por acabar com a guerra em termos que não envolvessem concessões inaceitáveis com os bandidos ou seus mentores externos. Tal cenário possibilitaria não só o isolamento internacional dos bandidos como também permitiria manter uma

certa distância entre a África do Sul e o Ocidente.

Identificar o terceiro como o cenário preferido pelos PLF e Estados-membros da SADCC é uma posição um pouco linear. Ele é, contudo, a alternativa que requer uma diplomacia mais hábil e uma estratégia mais ativa e cuidadosamente formulada. Deve-se partir do princípio de que o seu sucesso depende da capacidade de forçar a África do Sul a responder às propostas da região ou de fora da região e não o inverso.

Esta formulação estratégica deve, quanto a mim, ter como base a noção de que o atual governo sul-africano é profundamente intransigente em relação à questão-chave: ele não está interessado em abandonar o governo de minoria branca nem está interessado em qualquer forma séria de partilha do poder. A oferta de cenouras é portanto tão contraproduziva agora quanto o era no passado. Um maior progresso depende do aumento, mais do que da diminuição da pressão.

A principal conclusão a tirar deste artigo é que a pressão firme é a chave para a resolução do conflito na África Austral. Tal pressão – sob a forma de destabilização militar e económica – tem sido usada pela África do Sul (e, indiretamente, por muitos Estados do Ocidente) para forçar os vizinhos independentes a desistirem do conflito ao nível económico (e a pagarem um preço extremamente alto em termos humanos e sócio-económicos no processo). A responsabilidade de influenciar de forma decisiva o resultado do conflito ao outro nível e de eliminar o racismo institucionalizado na região recai principalmente sobre as potências ocidentais que têm os instrumentos para atuar nesse sentido.

## NOTAS

1. A definição de *estratégia* usada neste artigo ultrapassa a definição militar mais tradicional frequentemente utilizada e pode ser sintetizada como "a gestão total da influência e poder de controlar situações e processos com vistas a alcançar certos objetivos gerais definidos".

2. A *militarização* pode ser melhor descrita como um processo interativo para aumentar a influência dos militares em todos os níveis da sociedade. Pode-se distinguir um nível militar propriamente dito, no qual se pode medir o aumento de meios para realizar ações militares (tais como guerras); um nível económico, no qual se pode medir o aumento das despesas no setor militar; um nível ideológico/cultural, no qual uma maior importância é atribuída

aos valores militares ou aos valores relacionados com os militares (tais como nação, segurança, honra, lei e ordem) em toda a sociedade; e, finalmente, um nível político, no qual se verifica uma maior influência política dos militares. O conceito relacionado de *militarismo* representa um fenómeno estático composto de três elementos: (a) um conjunto de valores e atitudes (uma ideologia); (b) uma estrutura social e (c) um comportamento. Assim, o militarismo, na sua forma mais pura, pode ser descrito como um conjunto de atitudes e práticas sociais que consideram a guerra e a preparação para a guerra actividades normais desejáveis. Além disso, o militarismo implica uma tendência para favorecer ou procurar soluções violentas para problemas e conflitos.

3. Para uma análise mais completa, ver O'Meara (1984) e Geldenhuys (1984, *passim*).

4. Eu copiei esta forma de analisar a reestruturação da política regional de Robert Davies. Ver, por exemplo, Davies e O'Meara (1985).

5. Exemplos de despesas de segurança fora do voto da defesa incluem: despesas com as forças policiais, orçamento das prisões, subsídios para a Força Territorial do Sudoeste Africano (SWATF), inteligência militar, exércitos dos bantustões, construção de bases militares, edifícios e casas da defesa, parte dos salários dos recrutas, parte dos gastos militares na saúde, parte da investigação militar, subsídios para o desenvolvimento e intervenção.

6. Para uma lista completa das *cenouras* e *cacetes*, ver Geldenhuys (1981).

7. O NSMS é descrito em, por exemplo, Cawthra (1986, p. 31-8); *The Star*, 16.11.1988; *SA Barometer*, vol. 2, n. 22, 18.11.1988.

8. Só para dar um exemplo, observe-se as opiniões expressas pelo general da SADF sobre o poder desta num caso do Tribunal Supremo em 1988, em que se julgava um pedido para que a SADF fosse impedida de molestar a Campanha para Acabar com o Recrutamento (End Conscription Campaign - ECC). O ministro da Defesa, general Magnus Malan, disse que todas as ações realizadas pela SADF estavam fora da jurisdição do Tribunal porque a África do Sul estava engajada numa guerra. O advogado da ECC alegou que Malan tinha imposto a lei marcial através de uma declaração e depois tentou mantê-la secreta. O advogado do ministro concordou em que, de fato, a lei marcial existia na África do Sul, mas que não necessitava ser proclamada publicamente. Ver *Southern Africa Report*, vol. 6, n. 36, 9.9.1988.

9. Espera-se também que a privatização contribua para a actual estratégia do regime de "ganhar os corações e as mentes" através da criação de fundos que possam ser usados nos esquemas de melhoramento dos "townships" etc.

10. A indecisão do capital sul-africano assemelha-se às posições ambíguas tomadas pelo Ocidente em relação à África do Sul. Pode-se também estabelecer paralelos com a situação na Alemanha nazi antes da Conferência de Munique. O capital alemão assim como o exército criticavam severamente as políticas expansionistas e militares de Hitler, que para eles levariam inevitavelmente a uma derrota. Esta oposição foi eliminada com a passividade e aceitação geral da militarização da Alemanha e anexação da Áustria e, sobretudo, com a capitulação de Chamberlain e Daladier em Munique. Do mesmo modo, o capital sul-africano e as facções pragmáticas e realistas do regime têm sido enfraquecidos pela passividade do Ocidente, que por sua vez veio fortalecer os "securócratas".

11. Os cenários "estrada de cima/estrada de baixo" são descritos em Sunter (1987).

12. Quando se fala de facções dentro do regime de minoria, deve-se sublinhar a grande diferença entre tal "faccionalismo" sul-africano e o tipo e facções existentes em, por exemplo, um partido político na Europa ocidental. Ao contrário do caso europeu, a existência de facções dentro da minoria branca governante na África do Sul nem sempre significa que certas pessoas tomem posições firmes sobre determinado tipo de questão em todas as ocasiões. O uso frequente de termos como "verligte" e "verkrampste" ou "falcoes" e "pombos" pode conduzir a erros. Os objetivos de todos os representantes do actual regime são, como referimos, comuns. Contudo, o espaço de manobra para alcançar estas metas diminui constantemente. Isto geralmente significa que as circunstâncias - mais do que, por exemplo, a ideologia ou a convicção moral - podem ditar as posições tomadas. Portanto, enquanto uns podem ser consistentemente "verligte" ou "verkrampste", outros vacilam, tomando a posição que naquele momento preciso ou naquelas circunstâncias particulares consideram mais adequada para alcançar os objetivos globais.

13. Sobre o importante papel dos PFL nas negociações de Lancaster House, veja, por exemplo, Davidow (1979, *passim*) e Jaster (1985).

14. BBC, Summary of World Broadcasts (SWB), ME/6662/B/3, 2 de março de 1981, citado em Jaster (1985).

15. Um aspecto importante neste contexto particular é o grau de "indigenização" do MNR, assim como os objetivos diferentes e por vezes contraditórios entre as várias facções da chamada ala externa do MNR e seus respectivos apoiantes. A investigação feita neste campo mostra que o que é hoje conhecido como MNR só pode ser com-

preendido através de uma análise cuidadosa da interação de forças no passado e no presente feita em três níveis: forças no sistema internacional tentando impedir a transformação socialista em Moçambique; forças regionais defendendo o governo de minoria racista; e elementos nacionais que, por vários motivos, se opõem à Frelimo e são assim usados pelas forças dos outros dois níveis. Uma tal análise situa-se, contudo, fora do âmbito deste trabalho. O que nos preocupa aqui são os apoiantes *de princípio e no momento atual* do MNR, isto é o aparelho de segurança na África do Sul, e os objetivos que eles pretendem alcançar através do MNR.

16. A crise e as suas origens foram discutidas em profundidade durante o IV Congresso da Frelimo em 1983 e analisadas nos documentos da reunião do Comitê Central em 1988. Veja também *Rising to the Challenge*, CENE-DPCCN, Maputo, 1988. Para uma visão externa do problema, ver Hermele (1988).
17. Para uma análise profunda sobre vários aspectos relacionados com o Acordo de Nkomati, ver Davies (1985).
18. O PRE e os seus efeitos foram analisados recentemente, por exemplo, em Roesch (1988) e Wuyts (1989).
19. Estes cenários foram concebidos em conjunto com Robert Davies, cuja contribuição agradecemos.

## BIBLIOGRAFIA

- AMIN, S., CHITALA, D. e MANDAZA, I. (ed.). (1987), *SADCC. Prospects for disengagement and development in Southern Africa*. Londres, Zed Books.
- CAWTHRA, G. (1986), *Brutal force. The apartheid war machine*. Londres, IDAF.
- CEA (Centro de Estudos Africanos). (1988-1989), "Documented incidents of SADF action in Mozambique since the capture of Casa Banana, Gorongosa". *Southern Africa Dossier*, ns. 41 (nov. 1988), 42 (dez. 1988) e 46 (abril 1989), Universidade Eduardo Mondlane, Maputo.
- DAVIDOW, J. (1979), *A peace in Southern Africa. The Lancaster House Conference on Rhodesia*. Boulder, CO, Westview Press.
- DAVIES, R. (1985), "South African strategy towards Mozambique in the post-Nkomati period". *Research Report*, n. 73, Scandinavian Institute of African Studies, Uppsala.
- DAVIES, R. e O'MEARA, D. (1985), "Total strategy in Southern Africa: an analysis of South African regional strategy since 1978". *Journal of Southern African Studies*, vol. 11, n. 2, abril.
- GELDENHUYS, D. (1981), "Some strategic implications of regional economic relationships for the Republic of South Africa". *ISSUP Strategic Review*, University of Pretoria, janeiro.
- . (1984), *The diplomacy of isolation*. Johannesburg, Macmillan.
- HERMELE, K. (1988), "Varfor Svälter Mozambique? Kolonialt Arv och Utvecklingsmodell i Sydafrikas Skugga" [Por que há fome em Moçambique? A herança colonial e o modelo de desenvolvimento à sombra da África do Sul]. *Afrikagruppernas Skriftserie*, n. 17.
- JASTER, R. (1985), "A regional security role for Africa's frontline states". In R. Jaster (ed.), *Southern Africa. Regional security problems and prospects*, Londres/Nova Iorque, IISS/St. Martin's Press.
- MARTIN, D. e JOHNSON, P. (1981), *The struggle for Zimbabwe*. Nova Iorque/Londres, Monthly Review Press.
- O'MEARA, D. (1984), From "Muldergate" to total strategy: the politics of Afrikaner Nationalism and the crisis of the capitalist state in South Africa. Maputo, mimeo.
- ROESCH, O. (1988), Economic reform in Mozambique: notes on stabilization, war and class formation. Mimeo.
- SADCC. (1980), Southern Africa: toward economic liberation: a declaration by the governments of independent Africa made at Lusaka on the 1st April, 1980. Record of the Southern African Development Coordination Summit Conference, Lusaka, mimeo.
- SUNTER, C. (1987), *The world and South Africa in the 1990s*. Cape Town, Human & Rousseau and Tafelberg.
- WUYTS, M. (1989), Economic management and adjustment policies in Mozambique. Documento apresentado à conferência da UNRISD, Kingston, Jamaica, abril.



## SUMMARY

### South Africa and its neighbors: regional strategies in confrontation

For some fifteen years, South Africa has waged an undeclared war against neighboring states, especially Mozambique and Angola, with the intent of destabilizing these nations politically and seriously crippling their economies.

The chief goals behind this South African strategy are to preserve white minority rule in that nation and to maintain hegemony within the Southern African region. While strategic goals have remained constant, the means for implementing the strategy have varied in accordance with changes in the internal and regional correlations of forces. But, in any case, all tactics employed – military, economic and diplomatic – have been reactive and defensive, albeit extremely aggressive, as in the case of apartheid. South Africa's regional strategy should thus be considered a counter-strategy.

The major Western powers have essentially been accomplices to this strategy, not because they approve of apartheid but because they want to guarantee the preservation of capitalism in South Africa and in the region. They fear the implications of a revolutionary post-apartheid Africa in the heart of a region dominated by socialist and Marxist states.

In regional terms, as far as vanquishing apartheid and defeating the white minority government, the strategic initiative lies with neighboring Front Line

countries. Four events justify this affirmation:

a) When Angola and Mozambique gained independence in 1975, South Africa was deprived of important links in its sanitary cordon against the anti-apartheid struggle.

b) In 1980, Zimbabwe's independence and the creation of the Southern African Development Corporation's Conference once and for all thwarted any South African maneuver to co-opt its neighbors.

c) From 1984 through 1986, the South African government responded to anti-apartheid struggles inside the country with fierce repression, provoking not only international abhorrence but also a trend toward disinvestment. This situation worsened with the violation of the peace treaty signed with Mozambique in 1984.

d) In the 1989 Cuito Cuanavale battle in southern Angola, South Africa suffered military set-backs that marked the end of the supremacy of that nation's military air power in the region. This was followed by agreements with Angola and Cuba, which were intermediated by the US and which accelerated Namibia's process of independence.

The main conclusion to be drawn is that firm internal and international pressure on the South African government is the key to resolving the conflict in Southern Africa.

## RÉSUMÉ

### L'Afrique du Sud et ses voisins: une confrontation de stratégies régionales

Depuis près de 15 ans, l'Afrique du Sud mène une guerre non déclarée contre ses voisins, particulièrement le Mozambique et l'Angola. Cette guerre a pour but de les destabiliser sur le plan politique et de leur ôter tout viabilité sur le plan économique.

Cette stratégie de l'Afrique du Sud vise avant tout à assurer la préservation du pouvoir aux mains de la minorité blanche et à garantir son hégémonie sur toute l'Afrique Australe. Mais, si les objectifs de cette stratégie demeurent inchangés, les moyens de la mettre en oeuvre varient en fonction des changements affectant les rapports de force aussi bien sur le plan national que sur le plan régional. En fait, les tactiques utilisées pour cette mise en oeuvre, qu'elles soient militaires, économiques ou diplomatiques, se concrétisent avant tout par des actions réactives et défensives, quoique extrêmement agressives comme le veut la nature de l'*apartheid*. C'est pourquoi il faut voir dans la stratégie régionale de l'Afrique du Sud une contre-stratégie.

Les principales puissances occidentales sont, pour l'essentiel, complices de cette stratégie. Non qu'elles approuvent l'*apartheid* mais parce qu'elles veulent assurer la préservation du capitalisme en Afrique du Sud et dans la région. Elles redoutent les implications éventuelles du surgissement d'une Afrique du Sud post-*apartheid*, révolutionnaire et située au sein d'une région dominée par des Etats socialistes marxistes.

Sur le plan régional, l'initiative stratégique en vue du renversement de l'*apartheid* et du gouvernement de la minorité blanche appartient aux pays voisins, membres de la Ligne de Front, ce que confirment les événements suivants:

a) L'indépendance de l'Angola et du Mozambique, en 1975, a privé l'Afrique du Sud de plusieurs parties importantes du "cordon sanitaire" qui l'isolait des mouvements de lutte anti-*apartheid*.

b) L'indépendance du Zimbabwe et la création de la SADCC en 1980 mirent un point final aux ma-

noeuvres par lesquelles l'Afrique du Sud tentait de coopter ses voisins.

c) Les luttes anti-*apartheid* à l'intérieur du pays, entre 1984 et 1986, ont été combattues par une féroce repression du gouvernement sud-africain qui provoqua une répulsion internationale et un mouvement de désinvestissement. Le tout fut aggravé par la violation du traité de paix signé avec le Mozambique en 1984.

d) Les défaites militaires auxquelles l'Afrique du Sud se vit infligée lors de la bataille de Cuito Cuanavale, au sud de l'Angola, en 1989, qui marqua la fin de la su-

prématie du pouvoir militaire aérien sud-africain dans la région. Ces défaites eurent pour conséquence la signature d'accords avec l'Angola et Cuba, sur l'entremise des Etats-Unis, lesquels eurent pour résultat d'accélérer le processus d'indépendance de la Namibie.

La principale conclusion à tirer de ces faits est que la clef de la résolution du conflit en Afrique Australe consiste en une pression ferme sur le gouvernement de l'Afrique du Sud, aussi bien sur le plan interne qu'externe.





# AS RELAÇÕES ESTADOS UNIDOS-ANGOLA: ESTUDO DO PROCESSO DECISÓRIO NA CRISE ANGOLANA\*

Maria Guadalupe Moog Rodrigues\*\*

---

\* A tradução do original inglês "The US-Angola relations: decision-making processes in the Angolan crisis" é de autoria de Juarez Coqueiro.

\*\* Mestre em ciência política e relações internacionais pelo IUPERJ. Doutoranda em ciência política no Massachusetts Institute of Technology, com vista ao doutorado em relações internacionais. Pesquisadora licenciada do Centro de Estudos Afro-Asiáticos.

## Introdução

O objetivo deste artigo é explicar os principais fatores que condicionaram o processo decisório de três dos mais importantes atores da crise angolana:<sup>1</sup> os Estados Unidos, o governo de Angola, representado pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e o grupo guerrilheiro angolano União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita).

Desde a sua independência, Angola tem apresentado grandes desafios para as relações internacionais. Estes desafios são resultado da diversidade de interesses presentes na África Austral, onde Angola ocupa posição estratégica. Neste contexto, a opção de analisar apenas o processo decisório dos Estados Unidos, do governo angolano e da Unita obviamente limita este estudo. Ficam excluídos da análise atores cujo papel tem sido determinante no desenrolar dos conflitos políticos em Angola, tais como a União Soviética, Cuba e a África do Sul. Justificando o limite acima estabelecido está o pressuposto de que os três atores escolhidos podem ser considerados representantes típicos dos principais interesses que estiveram e permanecem em causa na crise angolana.

A abordagem da crise angolana a partir do estudo do processo decisório dos atores nela envolvidos merece uma explicação. Trata-se de um esforço no sentido de compreender a essência do processo decisório em política externa através de um estudo comparado. A partir da análise de três processos decisórios, em princípio totalmente diferentes entre si, se pretende identificar uma mesma estrutura básica. O processo decisório em política externa obedeceria, portanto, a uma lógica comum que pode ser definida da seguinte forma: o modo como os indivíduos responsáveis pela tomada de decisão em política externa percebem as relações internacionais exerce forte influência no processo de definição dos interesses a serem perseguidos por determinada política. Tais interesses, uma vez definidos, incorporam-se à estrutura cognitiva daqueles indivíduos, condicionando suas decisões.<sup>2</sup>

A verificação do processo acima descrito far-se-á em duas etapas. Na primeira delas serão estudadas as percepções individuais dos principais agentes formuladores da política externa dos Estados Unidos, do governo angolano e da Unita sobre as relações internacionais e, especificamente, sobre o contexto angolano. Em seguida, buscar-se-á estabelecer uma relação entre tais percepções e seus efeitos sobre a definição do interesse nacional (no caso da Unita, sobre a definição do interesse do movimento guerrilheiro).

As principais abordagens teóricas no campo das relações internacionais para o estudo do conceito de interesse nacional – idealismo e realismo – servirão de apoio para algumas inferências desenvolvidas neste estudo. A título de breve revisão, pode-se dizer que a corrente realista vincula o conceito de interesse nacional ao conceito de poder (Morgenthau, 1951). Já o idealismo preocupa-se com a visão ética e legalista das relações internacionais, vinculando a definição de interesse nacional à idéia de cooperação (Henkin, 1970).

Na história recente da política externa americana, perspectivas realistas e idealistas têm, alternadamente, influenciado a percepção do interesse nacional. Entretanto, no caso dos atores angolanos, o esforço de análise do interesse nacional a partir do arcabouço teórico fornecido quer pelo realismo, quer pelo idealismo, torna-se mais complexo.

Uma primeira dificuldade está relacionada com o conceito de interesse nacional e por quem ele pode ser definido no caso de Angola. Desde 1975 o país vem enfrentando uma guerra civil que o mantém dividido entre duas grandes forças. O governo do MPLA controla a capital e a maior parte do território nacional. Já a Unita, proclamando-se verdadeira representante do povo angolano, controla atualmente parte do planalto central angolano e a região sudeste, o que totaliza quase um terço do território.

Neste cenário parece ser natural perguntar qual o poder que representa a nação angolana, podendo, portanto, definir o interesse nacional. Na prática das relações internacionais,

esta questão tem significância restrita a certos grupos de expressão transnacional e limitado número de nações que consideram a Unita legítima representante dos interesses do povo angolano. Porém, para todos os efeitos legais Angola é representada frente à comunidade internacional pelo MPLA.

Um segundo problema refere-se à dificuldade de definição do interesse nacional representado pela Unita. Sem uma proposta nacional nítida, o movimento guerrilheiro limita seus interesses a metas militares e estratégicas e/ou às ambições pessoais do líder Jonas Savimbi.

Apesar das dificuldades é possível argumentar que a perspectiva realista exerce forte influência sobre o processo de definição do interesse nacional angolano como ele é percebido pelo MPLA. Isto significa dizer que as decisões tomadas por este ator são o resultado de avaliações em que o aumento do poder nacional ocupa papel central. Tais avaliações seriam consequência da percepção de que a sobrevivência do Estado angolano está permanentemente ameaçada. Contudo, como será visto adiante, as perspectivas realista e idealista não são suficientes para explicar os processos de definição de interesses e de tomada de decisão dos principais atores políticos angolanos. Percepções pragmáticas e ideológicas precisam ser incorporadas à análise.<sup>3</sup>

No esforço para analisar o processo decisório dos três atores selecionados neste estudo, é importante dar atenção à natureza do conflito angolano. Além de outras considerações, este pode ser encarado como um conflito periférico, em que as superpotências lutam para expandir suas áreas de influência. Assim, as percepções do conflito Leste-Oeste assumidas pelos Estados Unidos, MPLA e Unita têm sido cruciais em termos da influência que exercem sobre o processo decisório relacionado ao contexto.

O esforço de compreensão do processo decisório dos Estados Unidos, MPLA e Unita no que respeita à crise angolana é desenvolvido aqui em quatro seções. Na primeira discute-se o conceito de interesse nacional e suas defini-

ções de acordo com as correntes idealista e realista. Menciona-se também a teoria do poder como um valioso instrumento para a análise dos interesses e das decisões africanas.<sup>4</sup>

Na segunda seção faz-se uma resenha histórica da crise angolana. Nela estão resumidos os conflitos pós-independência que resultaram na guerra civil e no envolvimento de atores externos (Cuba, União Soviética, África do Sul e Estados Unidos). Especial atenção é dada ao papel dos Estados Unidos apoiando a Unita através de uma aliança tácita com a África do Sul. Os esforços para um acordo de paz na região são mencionados, em especial aqueles relacionados à Namíbia, à presença das tropas cubanas em Angola e ao fim da intervenção da África do Sul nos países vizinhos.

Na terceira seção investiga-se a evolução do processo decisório americano no que diz respeito ao conflito angolano. É feita uma comparação entre a administração Carter e a era Reagan que pretende mostrar como e por que a abordagem idealista, adotada pela primeira, foi superada pela perspectiva realista, que se tornou dominante na década de 80.

Finalmente, na quarta seção estuda-se o processo decisório em sua vertente angolana. Os principais interesses do MPLA e da Unita são analisados, bem como a percepção de cada um dos atores quanto à crise nacional. Um breve resumo da estrutura burocrática do MPLA auxiliará a análise. Para o caso da Unita, o argumento básico é que o processo decisório vincula-se diretamente aos interesses pessoais do Ilder Savimbi. Em algumas ocasiões este processo tem sido determinado pelas pressões dos aliados externos.

### **Realismo, idealismo e o conceito de interesse nacional**

Lidar com o conceito de interesse nacional tem sido um grande desafio para o campo das relações internacionais. Entretanto, apesar de todas as considerações, parece claro que sua definição tem fortes vínculos com o processo

decisório dos principais atores políticos dentro do Estado.

A idéia de sobrevivência do Estado é fundamental para a definição de interesse nacional (Wolfers, 1989). Qualquer objetivo deve estar subordinado a esta meta principal. Neste sentido, qualquer ameaça à sobrevivência do Estado ou até mesmo a mera percepção de uma ameaça é um importante fator condicionador das decisões das lideranças.

A percepção da realidade nas relações internacionais pode ser estudada através de duas correntes principais: realismo e idealismo. Na perspectiva realista, não só a sobrevivência do Estado mas todos os demais interesses da nação estão relacionados com a necessidade de se adquirir poder. Contrariamente, a perspectiva idealista visa à cooperação internacional, encarada como o melhor caminho para se atingir estabilidade e progresso. Vejamos algumas das principais características das duas abordagens.

O idealismo acredita que os Estados, na sociedade das nações, buscam interesses que só podem ser alcançados através da cooperação internacional. Esta se resume à aceitação universal de um conjunto de regras e princípios gerais que "determinam" a interação entre os Estados. Algumas dessas normas são tacitamente aceitas enquanto outras têm sido codificadas em convenções, tratados e acordos. Em seu livro *How nations behave?*, Henkin (1970, p. 6-7) defende o argumento de que a lei é uma importante força na sociedade internacional. A evidência desta força é, justamente, o fato de que as normas internacionais são raramente transgredidas. Henkin vai mais longe e assevera que o propósito principal de todas as nações é garantir a legislação internacional, já que, sob sua égide, as nações perseguem seus objetivos internos e internacionais. Para os idealistas não há lugar na comunidade internacional para a emergência de potências hegemônicas, uma vez que o mundo é um espaço onde competidores semelhantes (os Estados) estão dispostos a cooperar para alcançar seus interesses. Ainda de acordo com a perspectiva idealista, a legislação internacional seria o resultado de princípios morais compartilhados universalmente (Henkin, 1979, p. 267).



Os conceitos básicos do realismo foram bem definidos por Morgenthau em suas obras *In defense of the national interest* e *Politics among nations*. Para essa corrente, a sociedade internacional é governada por forças que podem ser definidas como oposição de interesses, conflitos entre atores e permanente luta pelo poder. Portanto, para entender o comportamento de um Estado, deve-se olhar para suas atuais fontes de poder, para os meios através dos quais tal poder foi conseguido e para a estratégia usada pelo Estado no sentido de obter futuramente mais poder. Como foi assinalado por Morgenthau (1978, p. 3-29), o principal objetivo dos Estados na política mundial é obter a hegemonia sobre o sistema.

O realismo não ignora os dois conceitos básicos do idealismo – lei e moralidade –, mas os incorpora sob uma perspectiva diferente. Para os realistas a submissão à lei em política externa tem de ser um processo de escolha racional. Uma das principais idéias na obra de Morgenthau (1978, p. 144) é que “a obrigação legal deve submeter-se ao interesse nacional”. Subentende-se, a partir desta afirmação, que, se a lei deve sempre refletir a realidade, uma vez alterada a realidade política a lei deveria ser alterada.<sup>5</sup>

A moralidade nas relações internacionais não é rejeitada, mas os princípios realistas atribuem aos princípios morais um papel subordinado quando se trata de circunstâncias concretas. Pode-se dizer que numa situação extremamente ameaçadora os princípios morais não devem ser mais importantes que o princípio da sobrevivência nacional. Entretanto, para o realismo, nenhum outro princípio pode ter mais legitimidade moral que a defesa do interesse nacional. Segundo Morgenthau, em *In defense of the national interest* (1951), a escolha não é entre princípios morais *versus* interesse nacional, mas entre princípios morais divorciados da realidade política *versus* os princípios derivados da realidade política. A principal indagação colocada pelo autor em sua crítica ao idealismo pode ser resumida da seguinte forma: é moral, da parte dos governantes de uma nação, dar prioridade aos prin-

cípios universais e à observância da lei, beneficiando a comunidade internacional, ainda que pondo em risco o interesse nacional; ou a moralidade consiste em priorizar o interesse nacional, ignorando os efeitos da decisão sobre a comunidade?

Nas seções seguintes será analisada a influência exercida pelas correntes idealista e realista no processo decisório dos principais atores dirigentes nos Estados Unidos e em Angola. Será possível observar que, enquanto algumas decisões são resultado da síntese entre essas abordagens, outras decisões irão refletir percepções que não podem ser facilmente classificadas quer como realistas, quer como idealistas.

## Realismo e idealismo na política externa americana

No caso dos Estados Unidos, nos últimos 44 anos, a preocupação principal tem sido a de manter sua posição de ator hegemônico na política mundial. As estratégias para responder às responsabilidades derivadas dessa posição têm sido inspiradas, alternadamente, pelas perspectivas idealista ou realista.

Para os estadistas americanos comprometidos com a visão moralista/idealista das relações externas, a busca do interesse nacional está baseada na cooperação entre as nações. Através da observação, propagação e defesa de um conjunto de valores morais, os Estados Unidos poderão desempenhar seu papel de liderança mundial.

Para aqueles que acreditam na abordagem realista das relações internacionais, o interesse nacional americano somente pode ser definido em termos de poder e hegemonia. Apenas através da garantia de sua posição como a mais poderosa nação no mundo, ou de uma situação de equilíbrio com a URSS, é que os Estados Unidos podem implementar e defender seus interesses em qualquer situação e contra todas as ameaças.

Durante a administração Carter (1977-1980), a visão moralista e a percepção regio-

nalista do interesse nacional dos Estados Unidos predominaram na Casa Branca, apesar de terem sido sempre contestadas pelos defensores da *realpolitik*. Por volta do fim de 1979, entretanto, esse cenário começou a mudar, e durante a era Reagan a corrente realista se tornou dominante nas relações exteriores dos Estados Unidos.

### **Realismo e idealismo na política externa dos atores angolanos**

Na África, a realidade e os atores são bastante diferentes se comparados com os Estados Unidos. Um aspecto importante, sublinhado por Zartman (1987), é o de que, de um modo geral, a sobrevivência dos Estados africanos não está assegurada. Em vista disto, a busca de poder é condição básica para a sobrevivência nacional. Sob esta perspectiva, parece adequado utilizar a abordagem realista – na sua versão para os estudos africanos denominada de teoria do poder – para a análise das relações internacionais na África (Ojo, Orwa e Utete, 1985). A questão principal aqui é que, para a maioria dos países africanos, o poder não pode ser obtido só com recursos internos. Ele deve ser buscado também através de alianças externas. Os padrões básicos para estas alianças não são necessariamente ideológicos, morais ou legais, mas pragmáticos.

A exceção interessante para essa regra nas relações africanas é um dos atores deste estudo. O MPLA, apesar de sua orientação pragmática em algumas áreas de ação, tem sido um exemplo notável de um ator africano fortemente comprometido com o papel da ideologia na formação de alianças políticas.

Já a Unita tem buscado seus interesses seguindo o padrão pragmático africano. Em toda história do movimento guerrilheiro, a ajuda externa foi recebida como resultado dos compromissos oportunistas firmados pelo líder Jonas Savimbi (que, no entanto, manipula argumentos de impacto ideológico com competência). Em relação à Unita, uma importante observação deve ser feita: apesar de se apresen-

tar como o representante legítimo do povo angolano, o movimento pode ser questionado no que respeita à sua capacidade de representar “o interesse nacional”. Os interesses defendidos pela Unita são aqui analisados como aqueles veiculados por um movimento de oposição ao governo angolano sem expressão legal junto ao sistema.

Um breve resumo da história das relações entre Estados Unidos e Angola nos últimos dez anos é apresentado na seção seguinte. A partir dos episódios descritos será desenvolvida, mais adiante, a análise das principais decisões dos atores visados neste artigo.

### **A crise angolana: uma resenha histórica**

A crise angolana tem sua origem no processo de independência que pôs fim a quase cinco séculos de domínio colonial português. As manifestações anticoloniais remontam ao início da ocupação portuguesa mas o ano de 1961 pode ser considerado um marco do início da guerra de libertação. Neste ano, distúrbios nacionalistas na capital angolana, Luanda, e na fronteira nordeste do país foram severamente reprimidos pelas forças armadas portuguesas. Os principais movimentos nacionalistas em Angola eram então o MPLA e a Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA). Só mais tarde, em 1966, foi fundada, por um grupo de dissidentes da FNLA, a Unita.

Com exceção da luta contra o governo colonial português, os três movimentos nacionalistas não tinham muito em comum. Na verdade, eles sempre estiveram em um permanente estado de oposição recíproca, visto que o objetivo principal de cada um deles era o de ser reconhecido como o verdadeiro representante do povo angolano. As divergências étnicas, ideológicas e regionais, bem como a polarização derivada das fontes de apoio externas, contribuíram também para aumentar as diferenças entre os movimentos, como se pode verificar pela descrição que se segue.

O MPLA foi fundado por um grupo de intelectuais urbanos angolanos (a maioria dos quais mestiços). Pretendia organizar uma frente nacional ampla que se opusesse a toda espécie de racismo e viesse a estabelecer uma sociedade socialista em Angola. O MPLA conseguiu de imediato forte apoio popular nas principais áreas urbanas do país, mas encontrou dificuldades para se firmar no interior. O movimento recebeu apoio material e político dos países escandinavos, do Leste Europeu, da União Soviética, de Cuba e de alguns grupos liberais da Europa Ocidental.

A FNLA, por outro lado, tinha sua base de apoio entre os camponeses bakongo, o grupo étnico dominante no norte e no nordeste de Angola. Originalmente, tinha alguns objetivos separatistas, superados logo após sua fundação, tendo em vista melhorar as chances de obtenção de apoio externo ao movimento.<sup>6</sup> Esse apoio foi concedido pelo Zaire e, de modo irregular, pelos Estados Unidos, que consideravam a FNLA uma opção para o estabelecimento de um governo pró-ocidental em Angola na eventualidade da independência.<sup>7</sup> O terceiro grupo nacionalista, a Unita, foi fundado por Savimbi após sua dissidência da FNLA. Decidido a lutar pela libertação de Angola a partir de bases estabelecidas dentro do território nacional (enquanto os demais movimentos o faziam a partir de bases no exterior), Savimbi fixou-se no centro-sul de Angola. Esta não foi uma decisão casual, já que a região é habitada pelos ovimbundus, o maior grupo étnico de Angola, do qual o próprio Savimbi faz parte. Devido às suas origens, a Unita sempre teve uma grande necessidade de se diferenciar da FNLA. Em oposição à tendência pró-ocidental deste último, a Unita se proclamou um movimento nacionalista e anti-imperialista, tendo já o próprio Savimbi se autodefinido como maofista. A Unita recebeu apoio da China, da Coreia do Norte, da Romênia, da Índia e, a partir do desmantelamento da FNLA, do Zaire e dos Estados Unidos.

Em 1974, após 13 anos de guerra colonial, o golpe do Movimento das Forças Armadas (MFA) em Portugal acelerou a independência

de Angola. Neste mesmo ano foi assinado o Acordo de Alvor entre Portugal e os três movimentos de libertação angolanos, estabelecendo que um governo quadripartite deveria ser formado para dirigir o país durante o período de transição que antecederia a independência, após a qual seriam realizadas eleições gerais.

O Acordo de Alvor foi ineficaz diante das circunstâncias que se seguiram à sua assinatura. Durante todo o ano de 1975 as tensões entre os três movimentos de libertação angolanos aumentaram. Em julho, o MPLA expulsou a Unita e a FNLA de Luanda e, em outubro, o país foi invadido pela África do Sul. As razões da invasão permanecem ainda obscuras. Na época, a África do Sul alegou a necessidade de combater o movimento guerrilheiro da Namíbia, a Organização do Povo do Sudoeste Africano (Swapo), cujas bases estariam estabelecidas em território angolano. Com a invasão, a Unita teve a oportunidade de reestruturar suas forças através de uma aliança com as forças sul-africanas em marcha contra Luanda. Para enfrentar a ameaça representada pelas tropas da Unita, apoiadas pela África do Sul, o MPLA pediu o apoio de tropas cubanas, que chegaram a Angola a tempo de controlar o avanço das forças de oposição. Em 11 de novembro de 1975, Angola se torna independente, ingressando na comunidade internacional dividida por uma guerra civil.

Um dos primeiros problemas enfrentados pelo MPLA foi a necessidade de ser reconhecido internacionalmente como o legítimo representante do governo de Angola. Mesmo a Organização da Unidade Africana (OUA) estava dividida sobre a questão. Um significativo número de membros exigia a formação de um governo nacional de coalizão em Angola, negando a legitimidade do MPLA. O que finalmente decidiu a questão foi a insólita aliança entre a Unita e a África do Sul. É preciso que se compreenda que uma das "regras de ouro" nas relações internacionais africanas é o pressuposto de que qualquer aliança com o regime do *apartheid* deve ser repudiada. Por sua vez, o apoio cubano ao governo do MPLA não foi



censurado pelos países africanos. Este foi encarado pela OUA como um recurso válido na defesa contra um ataque externo.

Os Estados Unidos se recusaram, desde o princípio, a reconhecer o governo do MPLA. Rejeitando a interpretação do conflito angolano feita pela OUA, consideraram que as tropas cubanas em Angola representavam uma força de ocupação estrangeira na região. A ajuda ostensiva da CIA à Unita foi intensificada. Este envolvimento provocou uma reação imediata da sociedade americana. A crise angolana foi identificada como "um outro Vietnã" e o repúdio popular à iniciativa do governo traduziu-se em medidas concretas. Em fevereiro de 1976, o Congresso americano aprovou a emenda Clark, uma emenda constitucional que proibia toda e qualquer forma de ajuda do governo americano aos grupos rebeldes angolanos.

Em 1977 Carter assumiu a Presidência dos Estados Unidos. Um dos pontos mais fortes da sua campanha presidencial foi a ênfase no papel do país na defesa dos direitos humanos em todo o mundo. A oposição ao racismo e ao colonialismo tornou-se o princípio básico da política americana para a África, de um modo geral, e para a África Austral, em particular. Andrew Young, o embaixador dos Estados Unidos nas Nações Unidas, manteve-se fortemente comprometido durante toda a sua gestão com uma visão regionalista das relações Estados Unidos-África. Young identificava como um dos principais interesses americanos na África Austral a solução pacífica das disputas regionais. Em sua concepção a paz traria estabilidade e desenvolvimento econômico à região, beneficiando, em última instância, as relações econômicas entre os Estados Unidos e a África Austral. Como meio para atingir tais objetivos, recomendava três estratégias: o aumento das pressões sobre a África do Sul para pôr fim ao *apartheid*, o fortalecimento dos laços diplomáticos entre os EUA e os Estados africanos governados por maioria negra e o apoio americano ao fim do colonialismo na Namíbia e na Rodésia.

Em 1977 a questão da Namíbia passou a ocupar um lugar de destaque na política exter-

na internacional. Um grupo reunindo Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, França e Alemanha Ocidental (*Contact Group*) foi formado com o objetivo de buscar um caminho para solucionar a questão namibiana. Entretanto, a intransigência da África do Sul conseguiu anular os esforços do grupo e a iniciativa de maior efeito neste período acabou sendo a Resolução 435/78 da Assembleia Geral das Nações Unidas, que condenou a ocupação da Namíbia pelas tropas sul-africanas.

Em Angola a situação continuava problemática. A guerra civil persistia e o MPLA enfrentava divisões internas. Em maio de 1977 Nito Alves, membro da cúpula dirigente do MPLA, liderou um golpe contra o presidente da República, Agostinho Neto. O golpe foi reprimido e o sistema tendeu para a radicalização. Em dezembro deste mesmo ano o MPLA organizou o seu primeiro congresso ordinário. As principais resoluções do congresso foram a definição do MPLA como um partido marxista-leninista, rebatizado com o nome de MPLA - Partido do Trabalho ou MPLA-PT, e a decisão de conduzir o país pelas vias do socialismo.

O ano de 1979 foi um ano de mudanças, tanto em Angola como nos Estados Unidos. No primeiro caso, o ano foi marcado pela morte de Agostinho Neto e por uma transição pacífica do poder para José Eduardo dos Santos. Dos Santos iniciou a flexibilização do regime e adotou uma postura pragmática de procurar estabelecer melhores relações com o Ocidente. Nos Estados Unidos, porém, a mudança na política não beneficiou as relações com Angola. O envolvimento soviético e cubano no conflito etíope, a crise do Irã e a invasão soviética no Afeganistão abalaram a abordagem regionalista das relações internacionais da administração Carter, substituindo-a por uma perspectiva globalista, fortemente moldada pelas percepções do conflito Leste-Oeste.

Em 1980 Reagan assumiu a Presidência dos Estados Unidos e sob sua administração a perspectiva globalista foi consolidada. Todo e qualquer conflito no cenário internacional

passou a ser visto como uma manifestação regional de um conflito maior entre o expansionismo soviético e as democracias ocidentais. Seguindo esta perspectiva, a administração Reagan inaugurou uma nova era para as relações Estados Unidos-África.

No que diz respeito à África do Sul, o *apartheid* continuava a ser rejeitado. Entretanto, tal rejeição era atenuada pelo fato de o governo sul-africano continuar sendo considerado o principal aliado dos Estados Unidos na luta contra o comunismo na região. Em 1981, especialmente preocupado com a presença das tropas cubanas em Angola, o presidente Reagan tentou, sem sucesso, revogar a emenda Clark. Esgotadas as vias legais, o governo norte-americano reiniciou, extra-oficialmente, sua ajuda à Unita através da África do Sul.

Em decorrência do apoio externo, a Unita expandiu suas atividades em Angola. O alvo principal das ações do movimento continuou sendo o interior do país, onde o MPLA enfrentava as maiores dificuldades na assistência à população. Com o apoio do Zaire, a Unita estabeleceu bases na fronteira, facilitando seu acesso ao nordeste do país. Por sua vez, o MPLA continuava recebendo da URSS aproximadamente um bilhão de dólares em equipamento, mantendo-se capaz de resistir aos ataques da Unita. Um dado significativo é salientado por Bender (1988, p. 192): a partir de 1981 Angola já dispõe de infra-estrutura militar capaz de desafiar a supremacia da África do Sul na região. Considerando as tensões do contexto, não foi surpresa que as conversações sobre a Namíbia, que se realizaram neste período em Genebra, tenham fracassado.

Quando, em 1981, Chester Crocker assumiu o posto de assessor do secretário de Estado para os assuntos africanos, a teoria do *linkage*, de sua autoria, passou a ser considerada como a principal abordagem para o tratamento das questões na África Austral. Do ponto de vista desta abordagem, a independência da Namíbia passava a ser uma questão totalmente vinculada à retirada das tropas cubanas de Angola, ou seja, ambas deveriam acontecer

concomitantemente. Aceito o pressuposto da vinculação entre os problemas, as negociações que se processaram sobre a questão da Namíbia em 1982 trataram, fundamentalmente, da definição de um cronograma para a retirada paralela dos contingentes militares dos territórios angolano e namibiano.

O ano de 1983 foi marcado por grandes ofensivas da África do Sul e da Unita em Angola. As contínuas sabotagens à estrada de ferro de Benguela e os ataques da África do Sul a instalações econômicas em Angola tornaram evidentes a intenção de inviabilizar internamente a administração do MPLA.

Em 1984 os Estados Unidos empreenderam novos esforços para resolver os conflitos na África Austral. As negociações se processaram em torno das propostas do MPLA, resumidas sob o título de "Plataforma". Estas estabeleciam um período de três anos para a retirada total das tropas cubanas de Angola. O cronograma apresentado pelo MPLA foi rejeitado tanto pelos Estados Unidos como pela África do Sul; posteriormente, com a assinatura dos acordos de Lusaka, estabeleceu-se o prazo de um ano para a retirada paralela. Logo, porém, ficou claro que a África do Sul não estava disposta a cumprir suas promessas. O mesmo se dava com o MPLA, que, por sua vez, não tinha intenções de suspender o apoio à Swapo (dependente do armamento soviético e cubano fornecido via Angola).

Nos Estados Unidos, a reeleição de Reagan fortaleceu a tendência conservadora da política externa americana. Novas tentativas para revogar a emenda Clark foram feitas em 1985, sendo dessa vez bem-sucedidas. A revogação da emenda foi consequência também do impacto da doutrina Reagan no Congresso. A *doutrina* afirmava que os Estados Unidos tinham a obrigação de apoiar, de todos os modos possíveis, aqueles grupos que, em várias partes do mundo, estavam lutando pela liberdade e contra os regimes totalitários. Em 1985, os chamados "combatentes da liberdade" no Camboja, Afeganistão e Nicarágua já estavam recebendo, aberta e/ou camufladamente, ajuda dos Estados Unidos. Após a re-

vogação da emenda Clark, as portas do apoio militar americano se abriram para o conflito angolano.

É fácil entender, portanto, por que o MPLA não mostrou interesse na nova rodada de negociações proposta pelos Estados Unidos em março de 1986. No final deste ano, Savimbi foi a Washington para pressionar o Congresso e buscar apoio da sociedade ao seu movimento. Seus esforços foram bem-sucedidos e um pacote de 27 milhões de dólares foi concedido à Unita.

O apoio oficial dos EUA à Unita foi um duro golpe para a estabilidade do governo do MPLA, que já vinha enfrentando sérios problemas econômicos devido à queda do preço do petróleo no mercado internacional. O petróleo tem sido a principal fonte de receita do MPLA, que vem usando quase a metade do orçamento em gastos militares. Enfraquecido pelas pressões internas e externas, o governo de Angola decidiu reiniciar as negociações de paz no começo de 1987. A proposta inicial baseava-se novamente na "Plataforma". Num lance estratégico, dos Santos visitou Cuba e trouxe este país à mesa de negociação. Com a presença cubana, Angola tornou-se muito mais flexível no correr das conversações. Estas foram marcadas pelo entendimento comum entre os atores de que nem a Unita nem o MPLA conseguiram uma vitória militar em Angola. Segundo Bender (1988, p. 193), as negociações de 1987-88 basearam-se em três premissas:<sup>8</sup>

1) Tanto a África do Sul como Angola enfrentavam sérios problemas de segurança. O governo angolano enfrentava a ameaça permanente representada pelo controle militar sul-africano sobre uma faixa de aproximadamente cem milhas de seu território na região sul do país. Por sua vez, a África do Sul convivia com a ameaça representada pela presença das tropas cubanas em Angola, considerada como evidência da ambição imperialista soviética em estabelecer o comunismo na região.

2) Os cubanos estavam em Angola respondendo a um apelo do MPLA. Segundo o go-

verno angolano e o entendimento oficial da OUA, as tropas estrangeiras haviam entrado e permanecido em Angola com o único objetivo de proteger o país da invasão sul-africana.

3) O governo do MPLA não poderia se sentir seguro em Luanda enquanto a África do Sul mantivesse seu livre acesso à fronteira de Angola com a Namíbia.

Em meio às negociações de 1987-88, as tropas da África do Sul desfecharam um dos seus maiores ataques contra Angola desde 1975. Pela primeira vez as tropas cubanas se envolveram diretamente no combate.<sup>9</sup> A batalha de Cuito Cuanavale testou o poder militar de Angola, provando que este encontrava-se apto para combater com as forças da África do Sul. Daquele momento em diante, a hegemonia militar sul-africana na região foi posta em xeque. Essa realidade foi fundamental para reforçar as percepções dos atores acerca da impossibilidade de uma vitória militar em Angola.

Apesar das crescentes tensões no território angolano, as negociações de paz continuaram. Isto foi possível porque a principal preocupação dos atores não era o fim da guerra civil em Angola especificamente, mas sim a busca de soluções duradoras para os principais problemas da África Austral. Como a teoria do *linkage* afirmava, o ponto central das conversações era a independência da Namíbia. Entretanto, segundo esta mesma teoria, a independência e a retirada das tropas sul-africanas da Namíbia deveriam ocorrer simultaneamente à retirada das tropas cubanas de Angola. O principal problema era, então, o cronograma, ou seja, como definir um calendário que convencesse Angola e África do Sul de que a segurança de seus territórios não seria ameaçada. Angola, em particular, tinha razões para desconfiar das promessas que estavam sendo feitas. O "avalista" das negociações era novamente os Estados Unidos, que, além da política do "engajamento construtivo" que vinha norteando suas relações com a África do Sul, apoiavam abertamente a Unita.<sup>10</sup>

A desconfiança do MPLA foi superada através de uma experiente manobra diplomática-



ca americana que limitou o escopo das negociações de 1987-88 ao problema da retirada simultânea das tropas estrangeiras da Namíbia e de Angola; o problema da reconciliação nacional angolana receberia um tratamento específico posteriormente. Finalmente, a 22 de dezembro de 1988, os acordos foram assinados. Fixou-se em 5 de novembro de 1989 a data de realização de eleições livres na Namíbia. Seriam eleitos os candidatos para a assembleia constituinte, responsáveis também por preparar a independência.<sup>11</sup> Foi acordado que a retirada das tropas sul-africanas da Namíbia e cubanas de Angola começaria a ocorrer imediatamente após a assinatura dos tratados, sob a supervisão das Nações Unidas.

Entretanto, a guerra civil em Angola persistia. A ajuda americana para a Unita foi intensificada com o objetivo de pressionar o MPLA a negociar a paz e a formação de um governo de coalizão que incluiria Savimbi. Incitado pelos Estados Unidos, o presidente do Zaire, Mobutu Sesse Seku, assumiu o papel de mediador da paz em Angola. Em junho de 1989, Mobutu promoveu um encontro em Gbadolite para o qual foram convidados os chefes de Estado de todos os grandes países da África Subsaariana. O objetivo do encontro foi a discussão do plano da paz proposto pelo MPLA à Unita. O plano consistia de quatro pontos principais:

- 1) Savimbi deveria deixar o país, aceitando um exílio voluntário e temporário;
- 2) todos os outros membros da Unita seriam reintegrados à vida civil;
- 3) o governo daria anistia total a todos os presos políticos da Unita;
- 4) o cessar-fogo deveria ser imediato (isto é, em 6.4.89).

Os Acordos de Gbadolite foram assinados em 24 de junho de 1989. Aparentemente, Savimbi aceitara as condições impostas pelo MPLA. Os acordos foram amplamente publicados, mas a paz não se tornou uma realidade. Em 25 de agosto de 1989, o *Jornal de Angola* denunciava que os ataques da Unita continuavam, numa aberta violação ao cessar-fogo.

Apesar dos Acordos de Gbadolite, a guerra civil em Angola não parece estar perto do fim. Durante grande parte de 1989, a situação angolana ocupou uma posição secundária nos assuntos internacionais. Parece certo que a solução da questão namibiana terá alguma influência na questão angolana; contudo, ainda é cedo para avaliações mais concretas.

A seção seguinte apresenta um estudo do processo decisório dos Estados Unidos, do MPLA e da Unita em relação à crise angolana. O esforço de análise estará baseado na compreensão dos fatores que condicionaram as percepções dos responsáveis pelo processo decisório concernente à crise angolana.

### **O processo decisório dos Estados Unidos em relação à crise angolana: conflitos e contradições**

O objetivo desta seção é fornecer alguma informação sobre como e, especialmente, por que determinadas decisões que pautaram a política norte-americana na crise angolana foram tomadas. O período coberto por este estudo inclui os anos Carter (1975-1979) — especialmente os dois últimos, quando grandes mudanças começaram a ocorrer na política externa — e a chamada era Reagan (1981-1988). É fácil perceber uma clara divisão entre a orientação das administrações democrata e republicana, particularmente em relação à África Austral. Um dos aspectos principais dessa divisão de orientações pode ser resumido pelo conflito entre as perspectivas regionalista e globalista na formulação da política externa americana.

Um dos mais importantes motivos para a eleição de Carter foi o seu comprometimento com a defesa dos direitos humanos, considerando o princípio-chave da política externa de seu governo. A nomeação de Andrew Young para o posto de embaixador dos Estados Unidos na ONU significou que a administração Carter substitua a abordagem *realpolitik* de Kissinger no que respeitava os interesses nacionais por uma perspectiva de cunho idealista. Isso impli-

cava que durante o governo Carter as relações internacionais dos Estados Unidos não seriam dominadas pelo conflito Leste-Oeste. Pelo contrário, a diplomacia americana assumia uma perspectiva regionalista, objetivando uma estratégia de cooperação com os demais países e enfatizando interesses comuns.

Em relação à África Austral e especialmente à crise angolana, tanto Young como Cyrus Vance, o secretário de Estado americano, acreditavam que os Estados Unidos poderiam desempenhar um papel construtivo na região. Em primeiro lugar, ambos rejeitavam a interpretação de que a presença das tropas cubanas e a ajuda da União Soviética ao MPLA representavam uma ameaça aos interesses norte-americanos na região. A visão pessoal de Young sobre a situação angolana era a de que, se os Estados Unidos reconhecessem o governo de Agostinho Neto, Angola poderia se voltar para o Ocidente devido às suas necessidades econômicas. Tal quadro seria francamente favorável aos interesses americanos, visto que, além dos recursos naturais e dos interesses comerciais das corporações americanas em Angola (principalmente a Gulf Oil), o país está estrategicamente situado em uma importante rota de passagem para o petróleo do Oriente Médio em direção aos mercados ocidentais.

Ainda que não ocupando lugar central nas preocupações da administração Carter, a percepção da ameaça soviética persistia nas entrelinhas da formulação da política externa americana. A solução dos conflitos armados na África Austral tornava-se prioridade para os Estados Unidos na medida em que, só assim, seria possível controlar a proliferação de grupos apoiados pelo bloco soviético na região. A situação em Angola era especialmente importante, visto que os Estados Unidos reconheciam o papel estratégico do país na estabilidade política da área.

A perspectiva regionalista dominante no governo Carter não vinculava a crise angolana aos demais conflitos políticos na África Austral. Políticas específicas foram desenvolvidas para lidar com contextos diferenciados. A vinculação entre a guerra angolana e a ocupação

da Namíbia pela África do Sul, desenvolvida posteriormente pela teoria do *linkage*, ainda não fazia parte das percepções americanas para a crise angolana.

Entretanto, a perspectiva regionalista de Vance contrastava com a abordagem globalista da situação angolana sustentada pelo assessor para os assuntos de segurança nacional, Zbigniew Brzezinski, e compartilhada por importantes setores dentro da administração. Para a visão globalista, as crises na África Austral estavam fortemente relacionadas entre si e a presença das tropas cubanas em Angola era uma clara ameaça aos interesses estratégicos americanos. Ela representava a extensão da influência soviética na área, que alterava o equilíbrio de poder na região. Sob uma perspectiva globalista, a África do Sul era considerada um baluarte anti-soviético, devendo ser apoiada em seus esforços para conter a influência do comunismo na região.

Estas perspectivas conflitantes em relação aos interesses americanos quanto à crise angolana e à situação na África Austral em geral compuseram o cenário para o desenvolvimento do processo decisório na política externa durante os anos Carter. Tanto a perspectiva regionalista quanto a globalista tinham fortes defensores entre os principais líderes da burocracia governamental. Este conflito pode ser plenamente exemplificado através da análise de uma questão ainda pouco esclarecida na recente história das relações Estados Unidos-Angola: o não-reconhecimento do governo angolano pela administração Carter. Duas explicações parciais podem ser dadas para uma melhor compreensão das contradições implícitas neste episódio. A primeira não é explorada pela literatura tradicional sobre a matéria: trata-se do ritmo com que as decisões sobre a crise angolana foram tomadas no governo Carter. O não-reconhecimento do governo de Angola pelos Estados Unidos, numa época em que a política externa americana estava sendo gerida por uma abordagem regionalista, não deve ser interpretado como uma negação à legitimidade do MPLA. O episódio é melhor explicado pela falta de oportunidade propícia para o efetivo reconhecimento. Este prova-

velmente teria ocorrido caso, em 1979, a conjuntura mundial não tivesse sido alterada em prejuízo dos interesses americanos.

A segunda explicação para o não-reconhecimento do governo angolano durante o governo Carter está relacionada a eventos significativos para a política externa americana ocorridos em 1979.

Três acontecimentos tiveram influência marcante sobre as percepções dos responsáveis pelo processo decisório na política externa americana. O primeiro destes acontecimentos foi a interferência das tropas cubanas no conflito etíope. Mais que uma mera transgressão à lei internacional, a interferência foi considerada um sinal óbvio do expansionismo soviético-cubano na África. O segundo acontecimento, e provavelmente o que causou maior impacto na política externa dos Estados Unidos, foi a revolução iraniana. A queda do Xá, seguida pela radicalização dos preceitos islâmicos, fecharam para os Estados Unidos as portas do seu maior aliado no Oriente Médio. Finalmente, ainda em 1979, as tropas soviéticas invadem o Afeganistão, estabelecendo um governo "fantoche" em Cabul. Este último evento sepultou as expectativas dos postuladores de uma perspectiva idealista-regionalista da política externa americana de manter o conflito Leste-Oeste como uma variável subordinada no processo decisório. A perspectiva globalista defendida por Brzezinsky passa a ser dominante, reincorporando às percepções a noção de equilíbrio de poder mundial no tratamento de crises regionais.

Ottaway (1986) assinala três evidências da virada conservadora da administração Carter nas relações dos Estados Unidos com a África: a decisão de adiar indefinidamente o reconhecimento do governo angolano; de fornecer armas para o Marrocos na guerra contra a Frente Polisário; e de desempenhar um papel mais ativo no Chifre da África, com o objetivo de ter direito de acesso às facilidades navais e aéreas pelo menos em dois países (Quênia e Somália).

Em 1981 foi inaugurada a "era Reagan". A perspectiva globalista no tratamento das questões internacionais foi mantida e enfatiza-

da pela nova administração. No que diz respeito à África Austral, o interesse prioritário dos Estados Unidos era conter a influência soviética na região. Para tanto, duas questões eram fundamentais: a retirada das tropas cubanas de Angola e uma solução moderada para os conflitos raciais na África do Sul.

Proposta por Chester Crocker, a teoria do *linkage* fornecia suporte adequado às intenções americanas de afastar definitivamente a influência cubana de Angola. Já a política de "engajamento construtivo" orientava as relações americanas com a África do Sul. Identificada como uma potência anticomunista e pró-ocidental, a África do Sul era percebida pela administração Reagan como o único poder na África Austral capaz de fazer frente às intenções expansionistas soviéticas. Estas percepções tinham como consequência natural o apoio americano à África do Sul. A teoria do "engajamento construtivo" vinha dar legitimidade a este apoio, utilizando o argumento de que a ajuda americana contribuiria para a implementação de reformas no sistema do *apartheid* pela via pacífica.

Em 1984, com a reeleição de Reagan, a perspectiva globalista na política externa americana ganha novo ímpeto. É desenvolvida a "doutrina Reagan", com o objetivo de fornecer importantes argumentos para a intervenção americana em conflitos regionais. A "doutrina" defendia ser obrigação dos Estados Unidos apoiar em todo o mundo a democracia e a liberdade. A partir desse pressuposto, o país forneceria toda espécie de ajuda àqueles movimentos em luta contra governos autoritários apoiados pela União Soviética. A Unita foi incluída neste grupo.

A obrigação dos Estados Unidos de apoiar os "combatentes da liberdade" serviu de base para uma nova tentativa feita pelo Executivo americano, em 1985, para obter a revogação da emenda Clark. Os principais argumentos dos debates gerados pela questão estão reproduzidos a seguir. Eles devem ser analisados como uma luta entre as perspectivas globalista e regionalista dentro de um importante organismo do processo decisório americano.



A revogação da emenda Clark era justificada através dos seguintes argumentos: a Unita devia ser fortalecida com o objetivo de enfrentar o MPLA e forçar uma solução negociada do conflito (senador Symms, 14 de maio de 1985); a falta de apoio dos Estados Unidos até aquela data forçara a Unita a um "desconfortável casamento de conveniência" com a África do Sul (deputado Dornan, 10 de junho de 1985); era do interesse dos Estados Unidos estimular um programa de mudanças graduais no sistema do *apartheid* na África do Sul; um sucesso eventual da Unita na guerra civil de Angola poderia ser percebido pelo regime do *apartheid* como uma diminuição da ameaça comunista (senador Symms, 14 de maio de 1985). Havia ainda argumentos baseados em "princípios": é tradição dos Estados Unidos ajudar uma nação que está tentando se libertar da tirania - tratava-se de uma obrigação moral dar uma assistência mais eficaz aos "combatentes da liberdade" (deputado Pepper, 1º de outubro de 1985, e senador Symms, 14 de maio de 1985). O deputado Pepper sugeria que a emenda Clark fosse substituída por uma lei autorizando a concessão de verbas apenas para ajuda humanitária. Finalmente, numa típica percepção globalista da crise angolana, o deputado Siljander justificava a revogação da emenda argumentando que o volume da ajuda soviética para o MPLA tinha aumentado desde 1976 (10 de julho de 1985).

A defesa da emenda Clark estava baseada nos seguintes pontos:

- a intervenção dos Estados Unidos na guerra de Angola poderia prejudicar seu papel como mediador em qualquer possível solução negociada para a independência da Namíbia e a retirada das tropas cubanas de Angola e a comprometer a eficácia dos acordos já assinados (senador Proxmire, 6 de novembro de 1985, e senador Weiss, 10 de julho de 1985);

- a intervenção dos Estados Unidos poderia vir a dar certa legitimidade à presença soviética e cubana em Angola, visto que o fortalecimento do movimento de Savimbi aumentaria a dependência do MPLA das forças estrangeiras;

- o MPLA tem demonstrado uma forte inclinação em direção ao Ocidente ao definir os novos rumos da economia angolana;

- uma posição agressiva por parte dos Estados Unidos poderia interromper este movimento (senador Pell, 10 de junho de 1985).

Os perigos em confiar demasiadamente na perspectiva globalista na formulação da política externa dos Estados Unidos foram salientados pelo senador Kennedy: estaria claro para o mundo que os Estados Unidos baseavam sua política africana nas suas percepções do conflito Leste-Oeste, preocupando-se muito pouco com as necessidades e prioridades africanas (10 de junho de 1985). Esta "obsessão" dos Estados Unidos com o comunismo poderia criar obstáculos às futuras relações com os governos africanos (senador Weiss, 10 de julho de 1985). A intenção declarada dos Estados Unidos de desestabilizar o governo de Angola através da ajuda militar à Unita mostraria sua falta de consideração pelos esforços diplomáticos que vinham sendo desenvolvidos no sentido de proteger os interesses americanos na África Austral (senador Kennedy, 10 de junho de 1985). Um importante ponto foi apresentado pelo senador Weiss: o apoio dos Estados Unidos a Savimbi não fazia sentido, uma vez que a Unita já havia seqüestrado cidadãos americanos a serviço em Angola e o próprio Savimbi por várias vezes confessara ser socialista (marxista) e contrário ao "imperialismo americano" (Weiss, 6 de novembro de 1985).<sup>12</sup>

Os argumentos regionalistas foram derrotados e a emenda Clark foi revogada. Em 1986, o governo dos Estados Unidos começou a fornecer ajuda secreta e humanitária para a Unita. A decisão final do Congresso americano pode ser considerada uma vitória da "doutrina Reagan". Ela também leva a marca de Chester Crocker, na medida em que este assessor endossava o apoio americano à Unita, embora não pelas mesmas razões postuladas pela "doutrina Reagan". Crocker relacionava a crise em Angola com a independência da Namíbia. Em seu entendimento, uma Unita forte poderia aumentar as pressões sobre o MPLA, forçando-o a negociar.

A revogação da emenda Clark é um bom tema para a análise do processo decisório dos Estados Unidos. Ela evidencia pelo menos um aspecto deste processo, ou seja, a relação entre os dois grandes poderes da democracia americana – o Executivo e o Legislativo. A Constituição americana dá ao presidente o direito de definir a política externa. Por sua vez, a própria natureza do sistema americano permite ao chefe do Executivo desempenhar um papel significativo nas tomadas de decisão em assuntos externos. Entretanto, a atuação do presidente ainda se defronta com certos limites. Estes são postos, em primeiro lugar, pela máquina burocrática da administração. Devido ao tamanho e à complexidade desta máquina, o presidente não é capaz de controlá-la completamente. Assim sendo, muitas decisões são tomadas em diferentes níveis da burocracia, permanecendo alheias ao conhecimento e controle do presidente. O segundo e principal limite ao poder do presidente é o Congresso. Sem acesso direto ao processo decisório em política externa, o Congresso é, no entanto, capaz de interferir nesta área devido à sua capacidade de controlar as ações do presidente, principalmente através da distribuição dos recursos financeiros. O Congresso representa a participação da sociedade americana nos processos decisórios.

O caso da revogação da emenda Clark mostra a dinâmica existente por trás de algumas importantes decisões americanas relativas à crise angolana. No começo da crise, a emenda foi proposta e aceita, refletindo, em termos legais, a visão da sociedade e do governo americanos sobre o papel dos Estados Unidos nas relações internacionais. A emenda, coincidindo com o impacto causado pela derrota dos Estados Unidos no Vietnã, refletiu um consenso em torno de uma percepção mais idealista dos interesses nacionais americanos durante os anos Carter. A primeira tentativa feita por Reagan em 1981 para revogar a emenda marca o retorno da *realpolitik*. A tentativa foi uma reação óbvia da nova administração à percepção do expansionismo soviético. A revogação da emenda, em 1985, refletiu

a mesma tendência de outras importantes decisões da política externa americana durante a era Reagan: a definição do interesse nacional nos termos ditados pela abordagem realista decorrente de uma percepção globalista das relações internacionais.

É interessante salientar como o processo decisório nos Estados Unidos reflete, usualmente, a visão do presidente da República. Apesar de toda a institucionalização que cerca as tomadas de decisão nesse país, o papel do presidente é ainda decisivo. Como salientou Krasner (1989a), o presidente escolhe os jogadores. Estes, por sua vez, partilham com o presidente uma mesma estrutura de valores. O resultado é a formação de um ambiente onde a vontade e as percepções do chefe de Estado tendem a prevalecer, permeando os diversos níveis da administração.

Cabe, ainda, no final desta seção, um comentário sobre a abordagem adotada pela administração Bush nas decisões para os conflitos da África Austral. Em 1989, a questão namibiana foi resolvida em negociações patrocinadas pelos Estados Unidos. No correr de todo o processo, a perspectiva globalista pautou a atuação americana, determinando, portanto, os interesses do país na região. Estes interesses, ainda refletindo a preocupação americana com o equilíbrio de poder na região, podem ser resumidos da seguinte forma: as tropas cubanas deveriam começar sua retirada de Angola ainda em 1989; o *apartheid* deveria ser definitivamente extinto (através de um processo gradativo, sem ameaças ao capitalismo sul-africano); as relações econômicas dos países da região com os Estados Unidos deveriam ser incrementadas. Especificamente no que se refere ao conflito angolano, a administração Bush permanece apoiando a Unita sob a justificativa de com isso forçar o MPLA a negociar a paz.

A próxima seção analisa “o outro lado da moeda”. Será visto como os interesses e percepções dos atores angolanos – a Unita e o MPLA – condicionaram suas principais decisões durante a crise angolana.

## Os processos decisórios angolanos: os casos do MPLA e da Unita

Os processos decisórios na África diferem radicalmente daqueles nos Estados Unidos. Segundo a exposição de Jackson e Roseberg no livro *Personal rule in black Africa* (1982), dois aspectos são característicos das tomadas de decisão na África: em primeiro lugar, estas partem de líderes de Estados de constituição, em sua maioria, recente (criados após a Segunda Guerra Mundial). Em segundo lugar, o processo de tomada de decisão se dá em contextos sócio-políticos marcados por profundas clivagens de natureza étnica, ideológica e histórica, para citar apenas algumas.

De um modo geral, o processo decisório na África carece de uma estrutura institucionalizada. Por consequência, escolhas e interesses são definidos através de processos altamente personalizados. A vontade do líder ou suas percepções da realidade tendem a prevalecer sobre quaisquer outras considerações. Normalmente, quando limites são postos ao voluntarismo pessoal, estes são decorrentes, também, de mecanismos não-institucionais, tais como: acordos pessoais privados e tácitos, vínculos familiares e étnicos, relações de dependência pessoal.<sup>13</sup>

O aspecto personalista do processo decisório africano é apenas uma faceta da tendência autoritária registrada na maioria dos países do continente. A ausência de instituições, os sérios conflitos étnicos e problemas estruturais das regiões subdesenvolvidas contribuem para formar um ambiente propício à emergência de sistemas autoritários.

A exposição acima fornece o cenário para a continuação da análise do argumento desenvolvido neste artigo: o papel da percepção individual da realidade no processo de tomada de decisão em política externa. No estudo das decisões tomadas pelos líderes do MPLA e da Unita no que respeita à crise angolana será dada atenção especial à dinâmica do poder pessoal e à fragilidade (ou ausência) de instituições políticas mediando o processo.

## O MPLA como partido no governo

O caso do MPLA oferece uma interessante variação do padrão geral descrito nos parágrafos anteriores. O partido conseguiu estabelecer-se no seio da sociedade angolana como instituição sólida, política e ideologicamente bem definida, e, apesar de ter enfrentado conflitos internos, foi capaz de firmar-se independentemente de submissões a lideranças carismáticas. Desde sua constituição como um movimento de libertação contra o governo colonial português, o MPLA tem seguido uma tendência ideológica bem-definida. Em 1969, esteve presente na Conferência Internacional de Apoio aos Movimentos de Libertação das Colônias Portuguesas e da África Austral, apoiada pela União Soviética. A participação do MPLA no encontro fez com que este se unisse em uma ampla aliança com outros movimentos socialistas da África Austral, definindo publicamente suas tendências político-ideológicas.

Desde que assumiu o poder em Angola, o MPLA tem definido os interesses nacionais segundo as linhas estabelecidas pela escolha socialista do partido. No entanto, mais recentemente, é possível notar um esforço do governo em construir uma imagem não-alinhada de Angola junto à sociedade internacional, com o objetivo de prevenir a hostilidade ocidental (Somerville, 1986, p. 38).

É interessante observar que, ao contrário do estilo pessoal de governo definido pela maioria dos regimes africanos, o angolano tem sido exemplo de um sistema em que o papel do partido político é determinante. Isto significa que, apesar de delegar ao presidente amplos poderes, a Constituição angolana define limites. As principais decisões do chefe do Estado devem seguir fielmente as linhas ideológicas definidas pelo partido. Esta relação entre o presidente de Angola e o MPLA merece uma atenção maior.

O sistema político de Angola é, oficialmente, um sistema de partido único.<sup>14</sup> Segundo a Constituição, o partido MPLA-PT é o poder supremo no país (Somerville, 1986, p.



108-11). O poder político se concentra no *bureau* político do partido e no comitê central. Os membros de ambos os órgãos pertencem obrigatoriamente ao partido. O processo de filiação ao MPLA é rigoroso. Os requerimentos incluem a frequência obrigatória às escolas do partido. Estas foram criadas imediatamente após a independência de Angola com o objetivo de fornecer base ideológica e capacitação administrativa para os futuros membros do partido. A principal razão para a criação e manutenção desta exigência é a percepção do MPLA de sua escassez de "quadros" preparados para assumir funções na burocracia do país.

Dentro da estrutura do partido, o *bureau* político é, efetivamente, o corpo decisório. Entretanto, este encontra-se subordinado ao presidente de Angola, que acumula as funções de chefe de Estado e de presidente do partido. Em 1978, como consequência da tentativa de golpe de Estado liderada por Nito Alves, foi elaborada uma emenda constitucional que reorganizou a estrutura do governo, aumentando os poderes do presidente. Esta emenda aboliu os postos de primeiro-ministro e vice-primeiro-ministro, dando ao chefe de Estado controle direto sobre o Ministério. A medida demonstrou a força do poder pessoal de Agostinho Neto dentro da estrutura do MPLA. Além disso, o fato de enfrentar um *politburo* dividido deu a Neto maior espaço de manobra. Este aproveitou-se do faccionalismo de origem étnica e ideológica no interior do MPLA para firmar-se como pólo de consenso acima das divergências.

O poder do chefe de Estado angolano não tem sido suficiente para eliminar o faccionalismo no governo. As clivagens existentes no seio do MPLA permanecem sendo as principais responsáveis por permitir que as instâncias mais altas do partido ignorem as bases e as excluam dos processos decisórios. Apesar de suas postulações, o MPLA ainda não obteve êxito em incorporar a participação popular ao processo político. Abaixo do nível do *bureau* político, as estruturas partidárias limitam-se às funções de recrutamento de membros e apoio logístico ao governo.

## *O MPLA e a definição do interesse nacional*

Como foi mencionado, os principais interesses de Angola, segundo a percepção do MPLA, são o de sobreviver como Estado soberano e o de evitar uma invasão pela África do Sul. Para atingir essas metas, o governo do MPLA tem tomado suas decisões inspirado por uma abordagem realista das relações internacionais, isto é, buscando adquirir, a partir das circunstâncias, o máximo de poder possível. A teoria do poder explica a origem da prioridade, dada pelos Estados africanos, à permanente necessidade de aquisição de poder. Em primeiro lugar, o Estado africano precisa ser forte interna e externamente. Internamente, para fazer frente às ameaças de secessão decorrentes das profundas clivagens étnicas frequentes nos países do continente. Externamente, para preservar suas fronteiras contra os ataques de vizinhos expansionistas. O segundo motivo da preocupação prioritária com a aquisição de poder é a necessidade de cortar os vínculos de dependência com os antigos poderes coloniais.

Os desafios descritos acima se aplicam perfeitamente à realidade angolana sob o governo do MPLA: a guerra civil tem suas origens, entre outros fatores, nos conflitos étnicos; a África do Sul representa uma permanente ameaça à integridade do Estado angolano; a independência política de Portugal não extinguiu a dependência econômica que Angola mantém com relação à ex-metrópole.

Desde o início da crise angolana o MPLA percebeu que seus objetivos de incremento de poder não seriam alcançados mediante o auxílio das potências ocidentais. Os Estados Unidos, preocupados com seus interesses estratégicos nas ilhas Açores, haviam apoiado Portugal durante a guerra colonial. Além disso, ao final da guerra de libertação, aquele país tomou algumas iniciativas no sentido de apoiar o FNLA e a Unita, demonstrando clara intenção de se opor ao estabelecimento de um regime de orientação socialista, proposto pelo MPLA.

A decisão, portanto, do MPLA de solidificar seus vínculos com o bloco socialista pode ser interpretada como uma consequência de suas percepções sobre o conflito Leste-Oeste e dos efeitos deste na África Austral.

O MPLA, contudo, não deve ser considerado um governo "fantoche" ou "cliente" da União Soviética (Somerville, 1986, p. 46). Desde que assumiu a Presidência de Angola, Agostinho Neto esteve determinado a evitar qualquer tipo de controle por parte de forças estrangeiras. A difícil personalidade de Neto e seu papel dominante dentro do MPLA colocaram entraves para as relações Angola-URSS. A tentativa de golpe contra o presidente em 1977, aparentemente apoiada pela URSS, parece ter sido uma evidência do descontentamento soviético com o desempenho autônomo do MPLA.

A morte de Neto, em 1979, e a tranqüila transição do poder para José Eduardo dos Santos marcam um período de novas percepções entre os responsáveis pelas tomadas de decisão no governo angolano no que respeita à inserção do país nas relações internacionais. Uma abordagem mais flexível e pragmática foi implementada a partir da década de 80. A flexibilização do regime neste período esteve vinculada à percepção de Eduardo dos Santos sobre os interesses nacionais. Estes passaram a ser definidos como segurança, paz e recuperação econômica. Segurança, para Angola, significaria o fim das ameaças da África do Sul, materializadas pela presença de suas tropas tanto dentro de Angola como na fronteira com a Namíbia. Paz significaria o fim da guerra civil e a determinação de reconstruir o país. Aqui deve ser acrescentado que, nesta época, o MPLA já manifestava oficialmente uma forte preocupação com a ajuda encoberta dos Estados Unidos à Unita. O governo angolano via esta ajuda não só como uma agressão à Angola, mas também como um apoio deliberado à África do Sul e ao *apartheid*.<sup>15</sup> Finalmente, recuperação econômica significaria que Angola estava fortemente decidida a fortalecer seus vínculos com o Ocidente se isso produzisse, em retorno, investimentos externos e a estabilização da economia.

É interessante observar que o pragmatismo dos interesses econômicos angolanos e as tendências mais recentes parecem estar fortemente relacionados à visão pessoal de Eduardo dos Santos sobre as necessidades de Angola. Segundo Gilliam Gun (1988, p. 7), há alguma evidência de que o presidente tem sido capaz de controlar a elite ideológica do partido e está procurando uma resposta mais pragmática para os problemas econômicos.<sup>16</sup>

O papel desempenhado tanto por Neto como por Eduardo dos Santos no processo decisório em política externa em Angola pode ser visto com um exemplo da força da tradição africana de governo pessoal na política do país. Esta observação, porém, não invalida o ponto desenvolvido anteriormente sobre o papel das intuições partidárias nas tomadas de decisão em Angola.

### *O personalismo no processo decisório da Unita*

O segundo caso estudado nesta seção mostra de um modo mais evidente a força da liderança pessoal (ou carismática) na política africana. O processo decisório desenvolvido no interior da Unita é um exemplo externo de um processo totalmente controlado por um líder carismático. Na liderança do movimento guerrilheiro, Jonas Savimbi dispõe de recursos que não se limitam ao seu carisma pessoal. O líder conta ainda com uma certa legitimidade entre a população ovimbundo e com o apoio militar da África do Sul.

A chave para entender o poder de Savimbi dentro de Angola encontra-se em suas origens étnicas. Como membro da etnia ovimbundo, não foi difícil para ele conseguir apoio entre esta população quando, em 1966, a Unita instalou-se no interior de Angola. Desde a fundação da Unita, Savimbi tem sido capaz de manipular os símbolos e as tradições do povo ovimbundo, estratégia que lhe tem permitido construir um forte exército e uma organização administrativa capaz de oferecer apoio logístico à guerrilha.<sup>17</sup>

O argumento básico deste artigo é o de que o processo decisório em política externa é fortemente marcado pela percepção dos atores quanto à realidade das relações internacionais. De acordo com esta percepção são definidos os interesses nacionais e as políticas adequadas para atingi-los. Este argumento precisa ser ligeiramente modificado na análise do processo decisório no interior da Unita.

É problemático falar em um interesse "nacional" a ser definido pela Unita. Neste estudo, optou-se por considerar que a Unita é capaz de definir apenas os interesses de um segmento da população angolana. Todavia, é possível ser ainda mais específico e argumentar que os objetivos perseguidos pela Unita refletem apenas a vontade pessoal de Savimbi. Neste caso, a percepção das relações internacionais como base para a definição de interesses e políticas é elemento secundário nas avaliações da Unita. As percepções sobre as relações internacionais só são incorporadas à definição de interesses e políticas conjuntamente, isto é, na medida em que o contexto externo possa ser manipulado em prol dos objetivos pessoais de Savimbi.

A afirmação acima pode ser confirmada através de uma breve análise da trajetória de Savimbi na liderança da Unita. Durante a guerra de libertação contra Portugal, Savimbi assumiu um discurso antiimperialista, atacando, especificamente, a política externa norte-americana. Além disso, classificava a si mesmo como maofsta, tentando com isso definir uma identidade para a Unita que a diferenciasses da FNLA (pró-Occidente) e do MPLA (socialista). Com esta estratégia, Savimbi acabou obtendo o apoio da China, da Bulgária e da Coreia do Norte.

Depois da independência de Angola, a Unita foi reduzida a um grupo armado disperso, cujas ações limitavam-se ao sudeste de Angola (na região ovimbundo). A invasão de Angola pela África do Sul em 1975 ofereceu a oportunidade para que a Unita se recuperasse. A aliança com a África do Sul pareceu ser a opção natural para Savimbi, que rapidamente

substituiu sua retórica antiimperialista por um discurso anticomunista. O principal alvo passou a ser o regime socialista do MPLA, apoiado por Cuba e pelo bloco soviético. No começo da era Reagan, Savimbi iniciou uma série de visitas a Washington em busca de apoio, sempre definindo a Unita como a única opção para a liberdade e a democracia em Angola.

A transformação radical empreendida pela Unita no que tange a suas alianças externas e algumas outras poucas informações servem de base a inferências sobre o estilo do processo decisório do movimento.

Em primeiro lugar, a partir da análise da mudança radical de orientação ocorrida na Unita em 1975 é possível inferir a ausência de um fórum democrático para a tomada de decisões na organização do movimento. Se este existisse, seria pouco provável que tal mudança de orientação ocorresse sem consequências para a unidade do movimento. No entanto, assumindo a existência de uma estrutura fortemente centralizada na figura do líder carismático, é fácil entender que tais transformações não tenham enfrentado significativa oposição interna.

Em segundo lugar, a presença de vínculos clientelistas nas relações sociais africanas (e certamente entre os ovimbundos), contribuiu para criar um contexto propício ao surgimento de lideranças pessoais. O carisma de Savimbi, reconhecido unanimemente por todos aqueles que o conhecem pessoalmente, completa o quadro favorável à emergência de uma estrutura de poder altamente centralizada.

Finalmente, dissidentes da Unita em Portugal denunciavam a eliminação sistemática da oposição interna por meio de uma habilidosa estratégia de Savimbi. Manipulando antigas tradições ovimbundo, o líder promove acusações de feitiçaria contra os membros descontentes, espalhando o medo entre a população e, com isso, assegurando sua dominação (*O Expresso*, 6.5.89).

Os parágrafos acima deixam claro a ausência de qualquer espécie de institucionalização



no processo decisório da Unita. Além da vontade de Savimbi, só há um outro fator que pode influenciar as decisões tomadas dentro do movimento. Visto que a Unita depende, em grande parte, do apoio externo, as pressões dos seus aliados podem determinar suas escolhas. Isto foi especialmente verdadeiro no caso dos Acordos de Gbadolite, quando os Estados Unidos fizeram pressão sobre Jonas Savimbi para que ele participasse das negociações de paz em Angola.

Os casos do MPLA e a Unita mostram diferentes aspectos do processo decisório entre as principais forças políticas em Angola. O papel da liderança é fundamental em ambos os casos. Entretanto, a existência de um partido forte como é o MPLA-PT fornece um significativo grau de institucionalização ao processo decisório dentro do governo angolano. Ao contrário, a Unita pode ser considerada um exemplo clássico de um poder africano de base regional totalmente controlado pela vontade de um líder carismático.

## Conclusões

O estabelecimento de relações oficiais entre os Estados Unidos e Angola é hoje praticamente uma realidade. Esta realidade é o resultado, atrasado, de um complexo conjunto de decisões tomadas por atores em ambos os países no decorrer das décadas de 1970 e de 1980.

Neste artigo, estas decisões foram analisadas sob o ponto de vista da estrutura do processo decisório. O governo americano — assumido inicialmente pela administração Carter (1975-1979) e, em seguida, pelas sucessivas administrações Reagan (1980-1988) —, o MPLA e a Unita representam três modelos diferentes de tomada de decisão em política externa.

O estudo comparativo aqui desenvolvido indicou alguns paralelos interessantes. O mais

significativo destes paralelos é a confirmação da hipótese que norteou esta análise: o processo decisório em política externa é fortemente influenciado pela percepção dos atores quanto à realidade das relações internacionais. É a partir destas percepções que interesses (nacionais ou de facções políticas) são definidos e, em função destes, decisões são adotadas.

A percepção da tensão Leste-Oeste e suas conseqüências para a África Austral durante as décadas de 1970 e 1980 foi fator fundamental nas decisões dos Estados Unidos, MPLA e Unita. Cada um dos atores procurou implementar seus interesses na região de acordo com as avaliações de sua posição (e a dos demais) naquele contexto.

Um segundo paralelo interessante diz respeito à influência que o chefe da estrutura executiva (o presidente da República nos EUA, o presidente da República e líder do partido MPLA-PT em Angola e o líder da Unita, também em Angola) exerce sobre o processo decisório. Seja através de seu poder carismático, seja pelo poder que lhe é conferido pela Constituição ou pelo poder de escolher pessoalmente os responsáveis pelas decisões no interior da burocracia estatal, a percepção do chefe do Executivo quanto à política externa é dominante no processo de tomada de decisões.

Finalmente, foi possível observar que a mediação de instituições pode promover uma descentralização no processo decisório, tornando-o mais independente das percepções do chefe do Executivo.

O estudo que agora se encerra não pretendeu explicar o início e o complexo desenvolvimento da crise angolana. Tratou-se aqui, simplesmente, de empreender um exercício comparativo entre os processos decisórios de alguns dos atores envolvidos no contexto. É desnecessário apontar as inúmeras limitações que daí decorrem. No entanto, o maior conhecimento das percepções internas dos Estados Unidos, MPLA e Angola no contexto estudado poderá ser de alguma validade para análises futuras.

## NOTAS

1. A expressão "crise angolana" faz referência, neste artigo, à conjuntura política de Angola entre 1975 e 1989, quando os conflitos internos e as condições específicas da política mundial se somaram para transformar o país em peça estratégica do jogo de interesses das grandes potências na África Austral.
2. A análise desenvolvida neste artigo tem por inspiração o esquema proposto por Alexander George (1980). A partir de uma abordagem psicológica, o autor argumenta que o "código operacional" dos atores em política externa é determinado pelo modo como cada um deles percebe a realidade e, a partir dela, seus interesses.
3. O pragmatismo realista, enquanto uma das componentes desta abordagem, obedece à lógica da teoria. Já o pragmatismo no sentido a que me refiro no texto (destacado da perspectiva realista) diz respeito a um comportamento utilitário conjuntural que permeia a percepção dos atores independentemente de qualquer avaliação sistemática.
4. Zartman (1987) define a teoria do poder como uma variante do realismo aplicável às relações internacionais africanas.
5. Morgenthau traduz em terminologia moderna um princípio da antiga lei romana, *rebus sic stantibus*, que significa que o pacto é válido e deve ser observado só enquanto refletir a situação *de fato*.
6. Originário de dois movimentos anticolonialistas do norte de Angola, a FNLA visava, inicialmente, à libertação da população bakongo e à criação de um Estado livre na região norte, incluindo o enclave de Cabinda.
7. Os Estados Unidos apoiaram Portugal durante todo o período de guerra da libertação. Este apoio foi mantido mesmo depois de denúncias sobre a utilização do armamento da Otan para o combate contra os grupos nacionalistas. Só quando a independência se tomou um processo irreversível é que a CIA começou a apoiar a FNLA e, posteriormente, a Unita. Os dois movimentos eram vistos como opções mais favoráveis aos interesses americanos que o MPLA, um movimento socialista apoiado pela URSS.
8. De fato, Bender apresenta quatro premissas, que foram resumidas neste trabalho em três únicos pontos.
9. Oficialmente, antes de Cuito Cuanavale as tropas cubanas só forneciam apoio logístico para as Forças Armadas Populares para Libertação de Angola (Faplas) na luta contra a Unita e África do Sul, evitando um envolvimento direto nos combates.
10. A política americana para a África do Sul, conhecida como o "engajamento construtivo", visa fornecer apoio ao governo sul-africano em seu programa de reforma do *apartheid*.
11. As eleições ocorreram, de fato, em 7 de novembro de 1989.
12. As posições defendidas pelos congressistas americanos foram obtidas nos registros das seções publicados nos periódicos *Congress Digest* e *Congress Quarterly*.
13. É justo notar, porém, que, apesar do estilo personalista das lideranças africanas, existem na história dos países do continente inúmeros exemplos nos quais uma ampla visão do interesse nacional tem prevalecido sobre considerações particulares.
14. De fato, porém, existem no país duas grandes forças políticas: o MPLA e a Unita.
15. Numa entrevista ao *Africa Report*, jan.-fev. de 1986, José Eduardo dos Santos declarou: "Qualquer forma de apoio do governo americano à Unita pode significar também apoio ao governo da África do Sul, porque a Unita executa os objetivos da África do Sul em Angola, assim como a Renamo executa os objetivos da África do Sul em Moçambique."
16. A entrevista de dos Santos ao *Africa Report*, jan.-fev. de 1986, também confirma este ponto: "Portanto, através de sua política de diversificação econômica, Angola pode estabelecer relações com países ocidentais, com os países do Leste e países em desenvolvimento, protegendo sempre a realização de seus próprios interesses (...) A diversificação de nossa economia é uma parte importante da nossa política, porque somos um país não-alinhado e queremos salvaguardar nossa independência."
17. Segundo o estudo de Dror (1988), Savimbi pode ser classificado como um líder que usa visões simbólicas, isto é, que incorpora à sua retórica o simbolismo enraizado no conjunto de valores culturais da comunidade-alvo.

## BIBLIOGRAFIA

- BENDER, G. (1981), "Angola: left, right and wrong". *Foreign Policy*, n. 43, verão.
- . (1983), "The continuing crisis in Angola". *Current History*, março.
- . (1988), "Washington's quest for enemies in Angola". In R. Bloomfield, *Regional conflict and US policy: Angola and Mozambique*, World Peace Foundation.
- BLOOMFIELD, R. (1982), *The foreign policy process — a modern primer*. Prentice-Hall Inc.
- . (1988), "US policy: doctrine versus interests". In R. Bloomfield, *Regional conflict and US policy: Angola and Mozambique*, World Peace Foundation.
- CLOUGH, M. (1988), "Southern Africa: challenges and choices". *Foreign Affairs*, verão.
- COOPER, M. (1986), "Angola and the Reagan Doctrine". *Editorial Research Report*, 17.1.86.
- DADDIEH, C. e SHAW, T. (1984). "The political economy of decision-making in African foreign policy". *International Political Science Review*, vol. 5, n. 1.
- DROR, Y. (1988), "Visionary political leadership: on improving a risky requisite". *International Political Science Review*, vol. 9, n. 1.
- FREEMAN JR., Chas. W. (1989), "The Angola/Namibia Accords". *Foreign Affairs*, verão.
- GEORGE, A. (1980), *Presidential decision-making in foreign policy: the effective use of information and advice*. Westview Press.
- . (1989), "The 'operational code': a neglected approach to the study of political leaders and decision-making". In G. Ikenberry, *American foreign policy*, Boston/Londres, Scott, Foresman & Co.
- GEORGE, A. e KEOHANE, R. (1980), "The concept of national interests: uses and limitations". In A. George, *Presidential Decision-making in foreign policy: the effective use of information and advice*, Westview Press.
- GUN, G. (1988), Conference in the Joint Seminar on Political Development (JOSPOD), Harvard Faculty Club, 24 de fevereiro.
- HENKIN, L. (1970), *How nations behave? Law and foreign policy*. Nova Iorque, Praeger Pub.
- JACKSON, R. e ROSEMBERG, C. (1982), *Personal rule in black Africa*, Bukeley, University of California Press.
- JOHNSTON, W. (1972), "Namibia: forces and factions". *Africa Today*, vol. 26, n. 2.
- KORANY, B. (1984), "Foreign policy in the third World — an introduction". *International Political Science Review*, vol. 5, n. 1.
- KRASNER, S. (1989a), "Are bureaucracies important? (or Allison wonderland)". In G. Ikenberry, *American foreign policy*, Boston/Londres, Scott, Foresman & Co.
- . (1989b), "Policy making in a weak state". In G. Ikenberry, *American foreign policy*, Boston/Londres, Scott, Foresman & Co.
- LEGUN, C. (1976), *After Angola — the war over Southern Africa*, Nova Iorque, African Pub. Co.
- MARCUM, J. (1987), "The people Republic of Angola: a radical vision frustrated". In E. Keller e D. Rotchild, *Afro-Marxist Regimes*, Colorado, Lynne Rienner Pub, Inc.
- MORGENTHAU, H. (1951), *In defense of the national interest*, Nova Iorque, Alfred A. Knopf.
- . (1978), *Politics among nations — the struggle for power and peace*, Nova Iorque, Alfred A. Knopf.
- OJO, O. ORWA, D.K e UTETE, C.M.B. 1985, *African international relations*, Nova Iorque/Lagos, Longman.
- OTTAWAY, D. (1986), "Africa-US Policy Eclipse". *Foreign Affairs*, n. 58.
- . (1986), "Angola and the Reagan doctrine", in *Editorial Research Report*, 1.17.86.



- SOMERVILLE, K. (1986), *Angola – politics, economics and society*, Londres, Frances Pinter Ltd.
- THOMPSON, W.S. (1982), "US policy toward Africa: at America's service?". *Law and Diplomacy*, Tufts University, inverno.
- UTTLEY, G., "Globalism or Regionalism? United States policy towards southern Africa". *Adelphi Papers*, n. 154.
- WOLFERS, A. (1989), "Statenmanship and moral choice". In G. Ikenberry, *American foreign policy*, Boston/Londres, Scott, Foresman & Co.
- ZARTMAN, W. (1987), *International Relations in New Africa*. Nova Iorque/Londres, University Press of America.

## PERIÓDICOS

*África* (Portugal), ns. 24, 25, 28, 31.

*África Hoje* (Portugal), n. 32.

*África Report*: set.-out. 1981; nov.-dez. 1981; set.-out. 1982; março-abril, 1984; jan.-fev. 1986; set.-out. 1986; maio-jun. 1988; set.-out. 1988; nov.-dez. 1988; jan.-fev. 1989.

*Congress Digest*, abril de 1986.

*Congress Quarterly*, 8.2.86.

*Department of State Bulletin*: janeiro de 1979; outubro de 1979; julho de 1980; agosto de 1985; julho de 1986; setembro de 1986; fevereiro de 1989.

## JORNAIS

*Jornal de Angola* (Angola): 25.4.89; 22.6.89; 25.8.89.

*O Expresso* (Portugal), 5.5.89.

## SUMMARY

### US-Angola relations: a study of the decision-making process in the Angolan crisis

The article presents a comparative study of decision-making processes as adopted by the US government, by the Angolan government (the MPLA) and by the Angolan guerrilla movement (UNITA) from 1975 through 1989.

The basic argument is that in foreign policy, decision-making processes are heavily influenced by the actors' internal perception of the reality of international relations. Interests, and consequently the strategies for achieving goals, are defined in response to this perception.

The theoretical framework found in the idealistic and realistic approaches and in the theory of power is used in identifying the US' and Angola's national interests during successive phases of the Angolan crisis.

In a first stage, US government interests, perceptions, and strategies are analyzed. During the Carter Administration, policies on Africa and especially on Southern Africa were marked by a concern with the defense of human rights in that region. During the Reagan era, however, Southern Africa began to be viewed more as a strategic chess piece in the balance of power between the US and the USSR.

A two-phase analysis of the interests, perceptions, and strategies of Angolan actors completes this comparative study. The MPLA takes two key factors into account in defining its stances in the Angolan crisis: the party's ideological line and its strategic position in the East-West conflict. UNITA's interests and perceptions, on the other hand, are intertwined with the personal interests of the leader Savimbi.

## RESUMÉ

### Les rapports USA-Angola: une étude du processus de décision dans la crise angolaise

Cet article présente une étude comparative des processus de décision des Etats-Unis, du gouvernement angolais (le MPLA) et du mouvement de guérilla angolais (l'UNITA) au cours des années 1975-1989.

La thèse de l'auteur est qu'en politique extérieure, les processus de décision se trouvent fortement influencés par la perception interne que les acteurs ont de la réalité des rapports internationaux. C'est en fonction de cette perception que sont définis les intérêts, et, par conséquent, les stratégies destinées à les mettre en oeuvre.

A partir de grandes lignes théoriques offertes par l'idéalisme et le réalisme ainsi que par la théorie du pouvoir, l'auteur identifie les intérêts nationaux des Etats-Unis et de l'Angola au cours des phases successives de la crise angolaise.

Dans un premier temps, il analyse les intérêts, les

perceptions et les stratégies du gouvernement américain. Pendant l'administration Carter, la politique destinée à l'Afrique, et particulièrement à l'Afrique Australe, a été marquée par le souci de défendre les Droits de l'Homme dans la région. Tout au long de la période Reaganienne, au contraire, l'Afrique Australe a été considérée comme une pièce stratégique du maintien de l'équilibre du pouvoir entre les USA et l'URSS.

L'analyse des intérêts, perceptions et stratégies des acteurs angolais conclut cette étude comparative et porte sur deux phases.

Pour définir ses positions dans la crise angolaise, le MPLA prend considération deux facteurs-clés: la ligne idéologique du parti et sa position stratégique dans le conflit Est-Ouest. Les intérêts et perceptions de l'UNITA, par contre, se confondent avec les intérêts personnels de son chef, Savimbi.

# O NOVO CICLO DO INVESTIMENTO DIRETO JAPONÊS E O BRASIL

*Ernani Teixeira Torres Filho\**

---

\* Professor do Instituto de Economia Industrial e da Faculdade de Economia e Administração da UFRJ.

*Estudos Afro-Asiáticos* nº 19, 1990



A década de 1980 foi marcada por uma profunda transformação nas relações financeiras entre as principais nações mais desenvolvidas. Deste ponto de vista, o acontecimento mais importante foi o Japão ter, a partir de 1985, tomado o lugar dos Estados Unidos como principal credor líquido internacional.

Essa mudança ocorreu de forma muito rápida. Os ativos líquidos externos do Japão, que eram de menos de US\$ 30 bilhões no início de 1980, deverão ter alcançado no final de 1989 mais de US\$ 350 bilhões. A maior parte destes recursos destinou-se à aquisição de títulos. Entretanto, o investimento direto vem representando um mecanismo cada vez mais importante de aquisição ou constituição de ativos no exterior (Quadro 1).

### **A nova composição setorial do investimento direto japonês**

A aceleração dos investimentos externos japoneses foi acompanhada por uma mudança no padrão que havia prevalecido antes de 1980. Até então, a maior parte dessas inversões tinha sido direcionada, em termos setoriais, para o desenvolvimento de recursos naturais, principalmente mineração, para o estabelecimento de canais de comercialização no exterior e para alguns segmentos manufatureiros – como química, metais não-ferrosos, ferro e aço e têxtil (Quadro 2).

Tais investimentos tinham nitidamente um caráter complementar à estrutura industrial japonesa. Destinavam-se, de um lado, a garantir o suprimento de matérias-primas ou insumos básicos a um país extremamente dependente da importação de recursos naturais. De outro, serviram para constituir, no exterior, uma ampla e flexível rede de compras de bens primários e de venda de produtos manufaturados, as *trading companies*.

A indústria têxtil havia sido o único segmento relevante de bens finais no qual os japoneses haviam criado uma maior base de produção no exterior, para fazer frente à concorrência externa em seu próprio mercado.

Diferentemente das empresas norte-americanas que, de forma relativamente generalizada, haviam recorrido à internacionalização de sua produção como meio de responder à concorrência externa, as japonesas enfrentaram a situação a partir da sinergia de sua estrutura industrial, localizada em seu espaço nacional (ver Torres, 1988).

Esse padrão de investimentos diretos japoneses praticamente deixou de existir na década de 1980. A lógica "produtivista", centrada na complementaridade entre as bases de produção interna e externa, já não se fez mais tão presente. Como consequência, os investimentos em mineração e comércio deixaram de ter a expressão que tiveram no passado. O desinte-

QUADRO 1  
Japão – Tendências do investimento externo (US\$ bilhões)

ANO	MOV. LIQ. CAP. LP	INVESTIMENTO DIRETO	EMPRÉSTIMOS	AÇÕES (1)	TÍTULOS (2)	SALDO C.C. (2)
1982	-15,0	4,5	7,9	0,2	6,1	6,9
1983	-17,7	3,6	8,4	0,7	12,5	20,8
1984	-49,7	6,0	11,9	0,1	26,8	25,0
1985	-64,5	6,5	10,4	1,0	53,5	49,2
1986	-131,5	14,5	9,3	7,0	93,0	85,9
1987	-137,1	19,5	16,7	16,9	72,9	86,7
1988	-130,3	34,1	15,0	-	87,1	79,5

Fonte: Bank of Japan (1986 e 1988) e Tsuneta Yano Memorial Society (1989).

(1) Dados líquidos.  
(2) Conta corrente.

QUADRO 2  
Japão – Composição setorial do investimento direto externo

SETORES	1951-1979		1980-1988	
	US\$ BILHÕES	%	US\$ BILHÕES	%
Manufatura	10,9	34,3	38,9	25,2
Química	2,3	7,2	4,2	2,7
Metais <sup>1</sup>	2,1	6,6	5,6	3,6
Têxtil	1,5	4,7	2,3 <sup>2</sup>	0,5
Elétr. <sup>3</sup>	1,3	4,1	8,9	5,8
Transp.	0,8	2,5	6,2	4,0
Máq. geral	0,8	2,4	4,1	2,6
Mineração	6,5	20,4	7,4	4,8
Comércio	4,6	14,5	15,4	10,0
Finanças	2,1	6,5	39,9	25,8
Imobiliário	0,9	2,7	19,7	12,7
Outros	6,8	21,6	33,3	21,5
<b>Total</b>	<b>31,8</b>	<b>100,0</b>	<b>154,6</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Exim Review, maio de 1981, e World Financial Markets (1989).

(1) Inclui ferro e aço e não-ferrosos.  
(2) Dado de 1987.  
(3) Inclui elétrica e eletrônica.

resse pelos recursos naturais está relacionado, de um lado, ao menor incentivo ao desenvolvimento das atividades, devido à redução nos preços das matérias-primas e, de outro, à superação do cenário de escassez internacional. Já os investimentos destinados a criar bases de exportação no exterior eram mais específicos de um estágio inicial de internacionalização de empresas que já não caracteriza a situação japonesa. Além disto, tornou-se difícil expandir as exportações do Japão a partir de 1985, quando o iene se valorizou muito frente ao dólar.

As motivações de fornecimento de recursos naturais e de acesso a mercados externos foram, nos anos 1980, substituídas pelo maior interesse no setor financeiro e na compra de imóveis. O crescimento dos investimentos na área financeira refletiu a rapidez com que se vem procedendo à internacionalização das instituições japonesas. Tal processo envolveu a compra de participações acionárias em grandes *security companies* nos Estados Unidos e investimentos em subsidiárias neste país e na Inglaterra. Com isto, as instituições financeiras japonesas buscavam se organizar não só para suprir, no exterior, as necessidades de seus clientes japoneses como também para disputar, a partir da posição superavitária do Japão, um maior espaço nos mercados europeu e americano, então em processo de desregulação (Quadro 3).

O interesse imobiliário deveu-se, claramente, a uma estratégia das empresas do setor de diversificar suas carteiras. A combinação dos efeitos da valorização do iene com os altos preços da terra no Japão e o baixo retorno corrente explica a maior demanda por imóveis no exterior, especialmente nos Estados Unidos. Para se ter uma idéia do que se verificou em termos de valorização imobiliária no Japão, basta ver que, atualmente, se pode comprar todo o território dos Estados Unidos, uma área 28 vezes maior que o Japão, com a venda de apenas um terço do arquipélago japonês.

A aceleração do investimento direto na indústria foi um fato mais recente, posterior ao início do *boom* financeiro e imobiliário. Esse novo ciclo difere do que prevaleceu até 1980. Em lugar de ser direcionado para indústrias básicas e para o mercado japonês, foi voltado para segmentos mais modernos – automobilística e eletrônica – e para os mercados dos locais onde as filiais estavam se instalando (Quadro 2 e 4).

Essas escolhas foram decorrentes da ação de três fatores básicos. O primeiro é o aumento dos atritos comerciais do Japão com os Estados Unidos e com a Europa. As pressões norte-americanas e européias têm levado indústrias japonesas, especialmente das áreas automobilística e eletrônica, a realizar investimentos nestes países como meio de, pelo menos, não perder as posições de mercado que já

QUADRO 3  
Japão – Fluxo de investimento direto externo (US\$ bilhões)

SETORES	1983	1984	1985	1986	1987	1988	TOTAL 1951-88
Industrial	2,6	2,5	2,4	3,8	7,8	13,8	49,8
Financeiro	1,2	2,1	3,8	7,2	10,7	13,1	41,9
Imobiliário	0,4	0,4	1,2	4,0	5,4	8,6	20,6
Outros	4,0	5,2	4,8	7,3	9,5	11,5	74,6
<b>Total</b>	<b>8,2</b>	<b>10,2</b>	<b>12,2</b>	<b>22,3</b>	<b>33,4</b>	<b>47,0</b>	<b>186,9</b>

Fonte: Exim Review, março de 1987, e World Financial Markets (1989).



foram conquistadas. No caso europeu, a perspectiva de unificação dos mercados nacionais também tem estimulado as empresas japonesas a investir no Mercado Comum, para se precaverem de um possível aumento de restrições comerciais e de investimento a partir de 1993.

A motivação decorrente da redução dos atritos comerciais é, no entanto, anterior à aceleração verificada no investimento direto japonês a partir de 1985. Já nos anos 1970, empresas japonesas começaram a se instalar nos Estados Unidos para produzir TV a cores, como resposta aos acordos voluntários de restrição às exportações. Nos anos 1980, o mesmo se deu com relação à implantação de companhias japonesas na Europa. No caso europeu, há também uma relação direta entre as investigações anti-dumping abertas contra firmas japonesas e a instalação de suas fábricas no continente europeu.

O aspecto novo das tensões comerciais é a dimensão tomada pelo problema, com os megassuperávits japoneses, e a decisão de europeus e, principalmente, americanos de adotarem medidas mais drásticas. Os acordos de Plaza de 1985, que produziram o *endaka*, ou seja, a abrupta valorização do iene de 240 para quase 120 unidades frente ao dólar, foram um claro sinal disto. Os japoneses foram tomados de surpresa pela magnitude do ajustamento. A opinião dominante à época em Tóquio era a de

que dificilmente seria superada a barreira dos 170 ienes por dólar.

O segundo fator importante tem sido a busca de vantagens decorrentes do deslocamento de indústrias dos segmentos de menor valor agregado para outros países, especialmente do Sudeste da Ásia, onde os custos da mão-de-obra são muito inferiores aos do Japão. Tal movimento tem se acelerado nos últimos anos em decorrência do *endaka*. Indústrias mais intensivas em trabalho ou que se baseiam em tecnologias já difundidas têm se utilizado desse mecanismo para se manterem concorrenciais.

Ao lado dessas duas motivações de natureza defensiva, as empresas japonesas também têm se voltado a investir mais no exterior, devido à sua nova estratégia de globalização. Com esta nova política pretendem obter quatro tipos de efeitos positivos diferentes:

- aumentar globalmente suas vendas, uma vez que se espera que o faturamento ao nível local seja maior do que a substituição de exportações;
- obter reduções de custo em certos bens mediante uma certa especialização que se dará a partir da concorrência entre as filiais;
- compensar as flutuações cambiais com a existência de uma base de produção mais dispersa no mundo; e
- reduzir os atritos comerciais.

QUADRO 4  
Japão – Mercados de destinação das vendas de fábricas japonesas localizadas do exterior

LOCALIZAÇÃO DAS EMPRESAS		ÁREA (%)		
		ÁSIA	AMÉRICA DO NORTE	EUROPA
Mercados locais	1980	63,9	84,9	96,4
	1986	54,7	92,8	95,9
Japão	1980	9,8	7,8	0,3
	1986	15,8	3,3	1,2
Terceiros países	1980	26,4	7,3	3,3
	1986	29,5	3,3	1,2

Fonte: Industrial Bank of Japan (1989).

## A nova composição regional e os NICs

Os Estados Unidos absorveram a maior parte dos investimentos diretos japoneses registrados após 1980 (Quadro 5). O restante dos recursos se distribuiu de maneira relativamente equitativa entre América Latina, Ásia e Europa.<sup>1</sup>

QUADRO 5  
Japão – Investimento direto por principais áreas geográficas

ÁREAS	1951-1979	1980-1987
Ásia (NIC)	27,2 (10,0)	16,8 (8,0)
América do Norte	25,8	41,4
América Latina (NIC)	17,5 (11,2)	18,2 (3,1)
Europa	12,2	16,0
Outros	17,3	7,6
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Exim Review, maio de 1979 e março de 1989.

Trata-se de uma mudança importante na composição que havia prevalecido anteriormente a 1980. Os Estados Unidos eram, até então, a segunda maior área de concentração de investimentos japoneses no exterior, ficando aquém dos países asiáticos. Embora fossem o principal mercado para investimentos japoneses nas áreas de comércio, finanças e imóveis, o volume de recursos ali aplicados na indústria, apesar de expressivo, era inferior ao registrado para a Ásia e a América Latina. A partir dos anos 1980, porém, os Estados Unidos passaram a atrair grandes volumes de investimento direto do Japão em todas as suas principais formas. Para o país se dirigiu a quase totalidade das aquisições japonesas de bens imóveis no exterior, cerca de metade de suas inversões no setor manufatureiro e um terço de seus investimentos financeiros.

Na Europa, o interesse japonês sempre se voltou para as áreas financeira, comercial e de mineração. Entretanto, o processo de internacionalização dos bancos japoneses e a perspectiva de desregulamentação dos mercados financeiros europeus levaram o Japão a concentrar na Europa seus investimentos na área financeira, especialmente na Inglaterra e em Luxemburgo. Como base de produção industrial, só agora os japoneses vêm despertando para a importância da Europa.

A Ásia e a América Latina constituíram, historicamente, regiões de grande importância estratégica para o Japão. Até se concentrava a maior parte de seus investimentos externos em recursos naturais e na indústria. Os NICs asiáticos – Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Singapura – já eram, no início da década de 1980, áreas onde havia uma intensa divisão do trabalho manufatureiro com o Japão, especialmente na indústria têxtil. No caso da América Latina, havia uma grande concentração de inversões no México e, principalmente, no Brasil. O Brasil havia sido uma área de grande interesse japonês nos anos 70 e era, ao final da década, o terceiro maior país receptor de investimentos japoneses em todo o mundo, com metade de todos os recursos destinados à América Latina. Entretanto, diferentemente da Ásia, os NICs latino-americanos eram bases de exportação, para o Japão, de produtos primários e insumos básicos. Nos outros segmentos, as indústrias japonesas aqui instaladas eram voltadas para o mercado interno.

Podemos apontar duas razões para essa diferença na inserção dos NICs asiáticos e latino-americanos. A primeira, de natureza estrutural, é que os latino-americanos são países continentais, exportadores clássicos de produtos básicos ou semimanufaturados. Seus mercados nacionais sempre foram maiores que os asiáticos e sua estratégia de crescimento nunca foi voltada para a promoção de exportações. A outra, de caráter mais político, é que alguns países asiáticos, especialmente a Coreia, sempre foram muito restritivos à entrada de capitais estrangeiros em seus mercados, espe-



cialmente os provenientes do Japão. Na América Latina as restrições maiores se limitavam às importações e não ao investimento direto externo.

Na década de 1980, intensificou-se o interesse do Japão por uma maior divisão do trabalho com os NICs asiáticos. Após 1985, com a valorização das moedas coreana e taiwanesa e com os aumentos de salário ocorridos nestes países, os capitais japoneses ligados aos setores mais intensivos em mão-de-obra passaram a dirigir-se para os países da Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean) – Malásia, Indonésia, Tailândia, entre outros. Os investimentos em setores de maior valor agregado continuaram, no entanto, se dirigindo para os NICs, o que vem criando um sistema mais complexo de divisão do trabalho no âmbito da Ásia.

Uma particularidade do investimento manufatureiro japonês na Ásia, frente à Europa e aos Estados Unidos, é que uma parte substancial de sua produção é dirigida para a exportação (ver Quadro 4). Outro aspecto interessante é que, apesar de existirem dois centros financeiros internacionais entre os NICs asiáticos, a área não tem tirado proveito do *boom* de investimentos financeiros japoneses que estão ocorrendo em outras regiões do mundo.

No caso da América Latina, as mudanças foram dramáticas. O desinteresse pelo Brasil e pelo México levou a que os investimentos produtivos na região se tornassem absolutamente marginais. Para o continente como um todo, as perdas só não foram mais expressivas devido à existência de importantes centros financeiros – como o Panamá, Ilhas Cayman e Bahamas – que participaram ativamente do processo de internacionalização dos bancos japoneses. O Panamá também foi beneficiado pela decisão dos armadores japoneses de mudar a bandeira de boa parte de sua frota, que passou a ser registrada em paraísos fiscais. Estes dois fenômenos fizeram com que o Panamá absorvesse, entre 1980 e 1987, mais de US\$ 10,6 bilhões de dólares de um total de US\$ 19,5 bilhões que se destinaram aos países do continente,

tornando-se o principal país latino-americano em termos de capital japonês.

No caso dos NICs latino-americanos, especialmente Brasil e México, o fenômeno foi inverso: as indústrias supridoras de matérias-primas deixaram de ter a relevância estratégica do passado. Até meados da década de 1970, o Brasil figurou como espaço nobre de complementaridade em todos os planos japoneses de longo prazo; tanto o governo quanto as empresas se interessaram por programas de investimento, como Carajás e Cerrados, voltados para a exportação de bens primários. Além disto, considere-se que os mercados internos desses países se estagnaram, reduzindo a necessidade de investimentos nas filiais aqui instaladas nos anos 60 e 70. Ao mesmo tempo, não se conseguiu inseri-los na nova divisão internacional do trabalho das firmas japonesas.

Como resultado, os capitais japoneses reduziram substancialmente os investimentos nesses dois países. De certo modo, as filiais brasileiras foram deixadas “à própria sorte”. Se o Brasil ainda é o sexto principal país receptor de capital japonês no mundo, e não mais o terceiro como em 1979, isto se deve à dimensão do estoque aqui até então acumulado. Mesmo no México, onde foi instalada uma montadora de automóveis japonesa em 1986, os valores tornaram-se quase insignificantes (Quadro 6).

## Perspectivas para os anos 1990

Diante desse cenário, quais são as perspectivas dos NICs e, particularmente, do Brasil para os anos 90 no que se refere ao investimento direto japonês no setor manufatureiro?

Inicialmente, é preciso ter claro que essa nova onda de investimentos diretos japoneses no setor industrial está apenas se iniciando e deverá se manter ao longo dos anos 90. Trata-se, na verdade, de um dos aspectos de um processo de ajuste estrutural mais amplo que visa permitir que o Japão encaminhe sua economia para uma trajetória de crescimento baseada no dinamismo de seu mercado interno e no au-

QUADRO 6  
**Japão – Investimento direto na Ásia e na América Latina**  
**(países selecionados)**

(US\$ milhões)

PAÍSES	1985	1986	1987	1981-1987
Ásia	1.435	2.327	4.868	26.658
Taiwan	114	291	367	1.419
Coréia	134	436	647	2.765
Hong Kong	131	502	1.072	4.505
Singapura	339	302	494	3.065
NICs asiáticos	718	1.531	2.580	11.754
América Latina	2.616	4.737	4.816	25.189
Brasil	304	270	229	5.086
México	101	226	28	1.584
Argentina	8	17	15	191
NICs América Latina	413	513	272	6.861
Panamá	1.533	2.401	2.305	11.146
Cayman	1	270	229	5.089
Bahamas	97	792	734	1.981
Bermudas	29	16	36	653
Antilhas	66	66	699	575
Centros financeiros	1.726	3.035	3.503	19.444

Fonte: Exim Review, maio de 1979 e março de 1989.

mento do valor agregado de sua produção. Para tanto, é fundamental que se reduzam os megassuperávits que o Japão vem mantendo com seus principais parceiros comerciais e torna-se necessário aumentar seu ainda baixo coeficiente de importações de manufaturados, que, agora, tornou-se desfuncional.

Esse ajuste será feito sob controle e comando do capital japonês. O atual *boom* de investimentos diretos é parte desta estratégia. Espera-se que o estoque de capital japonês no exterior cresça a uma taxa anual de 14% até o ano 2000 e que este processo provoque, já em 1995, um impacto líquido negativo sobre a balança comercial de US\$ 46,8 bilhões, o valor do superávit japonês em 1985. Isso significa que as empresas japonesas deverão abocanhar a maior parte do futuro aumento das importações e redução das exportações do Japão.

A globalização das empresas japonesas já começa a apresentar seus primeiros resultados.

O *quantum* importado de manufaturados quase dobrou entre o início de 1987 e o de 1989 (ver EPA, 1989, p. 21) e o percentual de produção baseada no exterior também dobrou entre 1984 e 1988, se se desconsiderar o efeito resultante do *endaka* (IBJ, 1989, p. 14).

Mesmo assim, o Japão ainda possui uma base produtiva no exterior muito inferior, relativamente, à dos EUA e da Alemanha Ocidental.<sup>2</sup> Além disso, essas filiais encontram-se, muitas vezes, desintegradas da estrutura industrial do país em que se instalaram, gerando pressões de americanos e europeus para que se aumente o conteúdo local da produção.

Há, assim, um grande potencial de expansão para as indústrias japonesas no exterior, tanto pela expansão de suas operações finais quanto pela instalação de novas filiais voltadas para o fornecimento de partes e peças. Deve-se, no entanto, ter claro que as indústrias mais intensivas em tecnologia e os componen-



tes de maior valor agregado continuarão a ser produzidos no Japão. Há também planos para que produtos montados nos EUA, de menor valor agregado relativamente aos japoneses, venham a ser "importados reversamente" para o Japão. Esta é, por exemplo, a estratégia da Nissan para o futuro próximo.

Nesse movimento de globalização da economia japonesa já possuem lugar definido os Estados Unidos, a Europa e a Ásia. Estima-se que essas três áreas deverão responder por mais de 80% dos investimentos japoneses no exterior durante a primeira metade dos anos 90. Entretanto, dada a rapidez com que o processo vem ocorrendo, existem barreiras em cada uma dessas áreas que introduzem algumas limitações a que os japoneses avancem seu processo de globalização com a rapidez esperada.

No caso dos Estados Unidos, há fatores econômicos e políticos que recomendam uma estratégia mais *low-profile*. A enorme competitividade e a agressividade japonesa vêm criando um clima contrário à maior penetração do Japão. As empresas japonesas estão muito atentas a este fato. Um exemplo disto foi a crítica que os meios de negócio japoneses fizeram à decisão da Sony de comprar a CBS americana. Apesar de ter sido considerada estrategicamente acertada por parte da Sony, concluiu-se que a compra havia sido um erro do ponto de vista japonês, uma vez que, como se disse à época em Tóquio, "os americanos não gostaram de saber que seu herói nacional, John Wayne, é agora de propriedade japonesa".

Um outro aspecto das dificuldades presentes nas relações entre os EUA e o Japão é de natureza política e se refere à superioridade da tecnologia civil japonesa e à importância crescente do iene para a manutenção da estabilidade do dólar, como moeda internacional. Essa situação transformou, de forma indesejada para ambos os lados, o Japão em um parceiro relevante para as decisões estratégicas dos Estados Unidos, na qualidade de potência hegemônica.

No caso da Europa, a situação é ainda mais crítica. Em termos de *high-tec*, a meta dos

europeus é rivalizar com os japoneses, principalmente na área eletrônica. Para isto vêm lançando mão de ações de controle voluntário de exportações e de processos anti-*dumping*, o que tem sido um instrumento importante para levar as firmas japonesas a se instalarem no continente europeu. Entretanto, existe atualmente um movimento na Europa para que se mude, de país para empresa, o objeto de aplicação das penalidades estabelecidas na legislação anti-*dumping*. Assim, não seria taxada apenas a produção realizada em território japonês, mas todo e qualquer produto de empresas japonesas instaladas nos Estados Unidos, na Europa ou em qualquer outra parte do mundo, ou ainda de empresas de outras nacionalidades que façam uso "relevante" de partes e peças japonesas. O *dumping* passaria, assim, a ser usado diretamente como instrumento para se arbitrar a concorrência global entre empresas européias e japonesas no Mercado Comum.

Para os asiáticos, o que se pode esperar para os anos 90 é o aprofundamento das estratégias de especialização e divisão do trabalho que já vêm ocorrendo entre estes países, os Estados Unidos e o Japão. Os itens mais intensivos em trabalho, produzidos nos países da Asean, e os mais intensivos em tecnologia, produzidos no Japão, serão montados nos Estados Unidos, para a venda no mercado local, ou nos NICs, para exportação para a América do Norte.

Existem, no entanto, algumas dificuldades para a implementação dessa estratégia. Muitos dos vizinhos dos japoneses são seus inimigos históricos e ainda apresentam restrições a uma maior hegemonia do Japão na região, especialmente diante da possibilidade de enfraquecimento da presença americana. Outros, como a Coreia, sonham com uma trajetória autônoma, concorrente à que os japoneses desejam imprimir.

No caso da América Latina, não há, em princípio, nada que a leve a uma inserção automática no cenário de globalização das firmas japonesas. Pelo contrário, houve uma frustra-

ção das expectativas destas empresas em relação ao continente, especialmente ao Brasil, gerando uma enorme retração. Segundo uma pesquisa de opinião realizada em 1988 pelo Ministério da Indústria e do Comércio Exterior do Japão (Miti), a América Latina só foi considerada região prioritária para futuros investimentos diretos no setor manufatureiro por 2% das empresas consultadas, percentual menor que o conferido à África, que obteve 3,3%.

Nossas economias não possuem a dimensão e as perspectivas de crescimento de mercado observadas nas economias dos Estados Unidos e da Europa, a ponto de levar empresas japonesas a desejarem se instalar aqui a qualquer custo. Nem foram historicamente configuradas para promover exportações de manufaturados, como as asiáticas. Ao lado disto, fatores como a instabilidade macroeconômica e as "restrições ao capital estrangeiro" têm sido apontados por funcionários do governo e de empresas japonesas como obstáculos importantes.

Os benefícios de participar do processo de globalização japonês são, no entanto, bastante atraentes. O Japão é, cada vez mais, um centro relevante de difusão de tecnologias de ponta. É também o grande mercado de manufaturados que está se abrindo para o mundo e a economia industrializada e o que mais deve crescer nos próximos anos. O crescimento e a elasticidade de suas importações tendem, assim, a ser muito elevados.

Obter uma boa posição no mercado japonês será uma vantagem estratégica para países latino-americanos carentes de divisas e que dificilmente conseguirão aumentar suas vendas para os Estados Unidos, como fizeram nos anos recentes. Para isto é, no entanto, condição necessária participar da rede de relações que está sendo atualmente criada pelo processo de globalização das empresas japonesas.

Torna-se, assim, fundamental reverter o cenário pessimista para o investimento japonês na América Latina. Neste quadro, a estabiliza-

ção macroeconômica e a renegociação da dívida externa são passos importantes mas não cruciais. O mesmo se refere aos contenciosos. O mais importante é ter claro um projeto viável de desenvolvimento de maior prazo que contemple uma nova inserção com a economia japonesa.

Tal esforço iria ao encontro de inúmeras indicações de que novas oportunidades de investimento na América Latina continuam sendo analisadas pelos departamentos de acompanhamento internacional dos grandes conglomerados japoneses. Dada a rapidez de seu processo de globalização e os obstáculos existentes, o momento é de ampliar e não de reduzir horizontes de investimento.

É claro que as empresas com maior potencial de interesse encontram-se nos segmentos mais dinâmicos, como eletrônica e automobilística, e não nos setores maduros cujos mercados estão crescendo pouco ao nível internacional. O aço é um bom exemplo disto. Tradicionais investidoras no Brasil, as siderúrgicas japonesas não só estão atualmente se sentindo discriminadas pelo sócio brasileiro, o governo, como estão envolvidas em pesados investimentos de reestruturação de usinas norte-americanas. Neste sentido, como o mercado internacional de aço cresce muito lentamente e os japoneses conseguiram acumular uma vantagem tecnológica de três a cinco anos frente aos demais exportadores – Brasil, Coreia do Sul e Taiwan –, dificilmente o Brasil e outros NICs reúnem condições de ser objeto de investimentos voltados para o aumento da capacidade de produção dessas empresas.

Um outro aspecto importante que se deve ter claro é que os bancos japoneses já não são os interlocutores preferenciais para investimentos diretos externos. O aumento da liquidez das empresas no Japão reduziu a liderança que os bancos detiveram dos principais conglomerados até 1980. Neste sentido, os elos de negociação são o Estado e as grandes empresas dos setores mais dinâmicos.

Não será fácil nem rápido mudar o quadro atual. Dificilmente se conseguirá reeditar



o boom dos anos 70. Entretanto, não há nada que condene a América Latina e, em particular, o Brasil a ficarem completamente ao largo do processo de internacionalização da economia japonesa. Como afirmou recentemente um executivo de um grande banco japonês, "a eco-

nomia brasileira é caótica e continuará a sê-lo por muito tempo. Mesmo assim, existem grandes oportunidades de lucro para empresas japonesas no Brasil. Seria um erro adiar decisões para um momento posterior a uma estabilização. Talvez seja tarde demais."

## NOTAS

1. A Europa passou a ser a segunda principal área de investimentos japoneses a partir de 1985.
2. A participação da produção manufatureira baseada no exterior na produção industrial japonesa, de 5%, ainda é muito baixa quando comparada aos 20% dos EUA e aos 17% da Alemanha. Ver EPA (1989, p. 78).

## BIBLIOGRAFIA

BANK OF JAPAN (BJ). (1986, 1987, 1988 e 1989), *Economic statistics annual*.

ECONOMIC PLANNING ANNUAL (EPA). (1989), "White paper on Japanese economy".

INDUSTRIAL BANK OF JAPAN (IBJ). (1989), "Factors behind Japanese direct investment abroad". *Quarterly Survey*, n. 80.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO EXTERIOR DO JAPÃO (MITI). (1987), *The progress of Japan's structural adjustment and prospects for the industrial structure..*

TORRES, E. (1988), "Reestruturação industrial e política industrial no Japão pós-1973". *Anais da Anpec*.

TSUNETO YANO MEMORIAL SOCIETY. (1989), *Nippon: a charted survey of Japan 1989/90*.

WORLD FINANCIAL MARKETS. (1989), *Japan: the world's leading foreign investor*, novembro.

## SUMMARY

### The new cycle of Japanese investment and Brazil

In 1985, Japan became the world's top-ranking net creditor, stepping into a position traditionally held by the US. This phenomenon occurred very rapidly; standing at less than US\$ 30 billion at the beginning of 1980, Japan's net foreign assets had reached more than US\$ 300 billion by the end of 1989.

These funds were initially directed to the purchase of US government securities. As of 1986, however, a new cycle of direct investments in the manufacturing sector was observed. Under pressure from the US and Europe, its main trading partners, Japan reduced its sizeable trade balances. Japanese automotive and electronics companies began transferring their assembly plants to these nations. At the same time, the yen rose against the dollar, reducing the competitiveness

of Japanese manufactures of lower aggregate value. In response, a number of these industries began producing in Southeast Asian countries, where labor is cheaper than in Japan.

This process has only just begun. Direct foreign investment is expected to increase 14% per annum during the nineties, which will lead Japan to internationalize its productive base at the same time that the nation opens its domestic markets to exports.

Brazil has so far been completely ignored in this process. For the first time since the fifties, the Brazilian economy is not being considered an important opportunity on the Japanese investment horizon. Up until 1979, it was the third host to Japanese capital in the world. However, Brazil does not currently offer

the perspectives for market growth that the US and Europe do. Nor has the nation been historically shaped to promote the export and import of manufactures. In addition to these factors, the Brazilian economy faces growing instability.

The benefits of participating in the Japanese process of globalization are quite attractive. Japan is an important center for state-of-the-art technology. It

also represents a large market for manufactures, now opening up to the world. It is therefore essential to revert the currently prevailing pessimistic scenario concerning the outlook for direct Japanese investment in Brazil. Accomplishing this will neither be easy nor will it occur rapidly. However, there is nothing that condemns Brazil to forever remain detached from the process of globalization of the Japanese economy.

## RÉSUMÉ

### Le nouveau cycle des investissements japonais et le Brésil

À partir de 1985, le Japon est devenu le principal créancier liquide du monde, assumant par là une position traditionnellement détenue par les Etats-Unis. Ce phénomène a été très rapide. Les actifs liquides externes du Japon, qui étaient inférieurs à 30 milliards de dollars au début de 1980, avaient atteint une somme supérieure à 300 milliard de dollars à la fin de 1989.

Au départ, ces fonds se destinaient à l'achat de titres du gouvernement américain. Mais à partir de 1986, on observa le surgissement d'un nouveau cycle caractérisé par des investissements directs dans le secteur manufacturier. Pressionné par ses principaux partenaires commerciaux (les USA et l'Europe), le Japon a réduit ses importants soldes commerciaux. Il a commencé à transférer des lignes de montage de son industrie automobile et électronique dans ces pays. Parallèlement à ceci, le yen a été revalorisé par rapport au dollar, ce qui a réduit la compétitivité des produits fabriqués au Japon dont la valeur ajoutée était plus petite. Par contre, plusieurs de ces industries ont installé des lignes de production dans les pays du sud-est asiatique où la main d'oeuvre est relativement meilleur marché qu'au Japon.

Ce processus n'en est qu'à ses débuts. L'investissement direct externe devra croître de 14% par an au cours des années 90, amenant le Japon à internationa-

liser sa base productive et à ouvrir en même temps son marché aux importations.

Jusqu'à présent, le Brésil se trouve complètement en dehors de ce processus. Pour la première fois depuis les années 50, l'économie brésilienne ne signifie plus, aux yeux des investisseurs japonais, une occasion importante. Jusqu'en 1979, le Brésil détenait le troisième rang mondial pour les investissements japonais. Mais actuellement, les perspectives de croissance de son marché sont loin de s'égaliser à celles des Etats-Unis et de l'Europe. Il n'a d'ailleurs pas été prévu, au cours de l'histoire, que le Brésil joue le rôle d'exportateur ou d'importateur d'objets manufacturés. A cela, il faut ajouter l'instabilité économique croissante dont il souffre.

Participer au processus de globalisation japonais équivaut à obtenir des bénéfices assez attrayants. Le Japon est un centre important de technologie de pointe. C'est aussi un grand marché que s'ouvre aux produits manufacturés du monde entier. Il est donc fondamental de revoir le scénario pessimiste qui domine actuellement les perspectives d'investissement direct japonais au Brésil. Atteindre cet objectif ne sera ni facile ni rapide. Cependant, rien ne condamne le Brésil à rester définitivement éloigné du processus de globalisation de l'économie japonaise.

# O LEGADO DE MÁRIO DE ANDRADE

*José Maria Nunes Pereira\**

---

\* Pesquisador do CEAA e ex-membro da Casa dos Estudantes do Império.

*Estudos Afro-Asiáticos* n.º 19, 1990



“A liberdade morre no exílio”, assim dizia a manchete de um jornal português ao noticiar o falecimento num hospital londrino, em 25 de agosto deste ano, de Mário de Andrade, o primeiro presidente do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

Candido Mendes se referia a Mário de Andrade como “Simon Bolívar das colônias portuguesas”, por ele ter lutado pela independência de todas elas. Essa é uma história que começou nos anos 50 e que serve de exemplo para as novas gerações de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe.

Mário Coelho Pinto de Andrade nasceu em 21 de agosto de 1928, no Golungo Alto, a pouco mais de cem quilômetros de Luanda. Seu pai havia sido um dos fundadores da Liga Nacional Africana, na época um dos principais focos de irradiação do nacionalismo angolano.

Em 1948, Mário de Andrade partiu para Lisboa, a fim de cursar filologia clássica. Junta-se então a Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Marcelino dos Santos, Eduardo Mondlane, Vasco Cabral e mais alguns outros que ficaram na nossa memória como a “Geração dos Anos 50”. Mais tarde, Mário comentaria: “Foi uma geração que leu os mesmos livros, quero dizer, formou-se em torno dos mesmos problemas, das mesmas preocupações. Nós todos, já em 1948-49, seguíamos, evidentemente, o triunfo da revolução chinesa, os sucessos da União Soviética, o que se passava na América do Norte (todos nós lemos um livro sobre os negros da América). Estávamos atentos ao que se passava no Brasil e líamos os romances de Jorge Amado.”

Foi essa geração que criou na semiclandestinidadade, em Lisboa, em 1951, o Centro de Estudos Africanos e transformou a Casa dos Estudantes do Império num centro anticolonialista. Junto com o são-tomense Francisco José Tenreiro, Mário de Andrade editou, em 1953, a primeira *Antologia de poesia negra de expressão portuguesa*. Pouco depois, seguiu para a França, onde estudou sociologia na velha Sorbone, mas foi logo absorvido pelo nacio-

nalismo africano, que fervilhava então em Paris. E adere à Sociedade Africana de Cultura, que edita a famosa revista *Présence Africaine*, da qual Mário de Andrade foi secretário de redação entre 1954 e 1956.

Começam então os chamados “anos de brasa” da luta anticolonial. São criados, no mesmo ano de 1956, o Partido Africano da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e o MPLA. Mário de Andrade, à época na Europa, relembra: “As organizações nacionalistas da Guiné e de Angola estavam lá, enraizadas, mas precisavam de apoio externo, porque a repressão era grande (...), estavam afogadas na repressão, ninguém falava delas, portanto era preciso um movimento unitário.”

Mário e seus companheiros criam, ainda na Europa, em 1958, o Movimento Anticolonialista (MAC), que pouco depois se desloca para a África e se instala em Conacri. Aí esse movimento unitário se fortalece e se transforma na Frente Revolucionária Africana para a Independência (FRAIN), em 1960. Era o “Ano da África”, em que 16 países conquistam a independência.

É em Conacri, na República da Guiné, que o MPLA instala o seu comitê-diretor, presidido por Mário de Andrade e tendo como secretário-geral Viriato da Cruz – um dos maiores poetas angolanos, falecido na China em 1973. É a partir de Conacri que o MPLA envia ao governo português um documento propondo negociações que viabilizassem a independência de Angola. O governo de Salazar responde aprisionando mais nacionalistas em Luanda. Em 4 de fevereiro de 1961, inicia-se em Angola a luta armada pela independência. Em abril desse mesmo ano, em Casablanca, o movimento unitário dos nacionalistas cria a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP), presidida por Mário de Andrade.

Em 1962, Agostinho Neto foge de Portugal e vai juntar-se à direção do MPLA, que, entretanto, se transferira para Leopoldville (atual Kinshasa). Mário de Andrade abdica

então da presidência do Movimento em favor do Dr. Neto, a figura carismática mais expressiva do nacionalismo angolano. E Mário assume, então, a Secretaria de Relações Exteriores do MPLA.

Posteriormente, a discordância com o excessivo centralismo da direção do MPLA levou Mário e outros militantes descontentes a assinar, em 1974, um manifesto do qual resultou a chamada Revolta Ativa. A atitude de dissidente impede-o de permanecer na Angola independente.

Após um curto tempo em Paris, Mário de Andrade prossegue na sua vocação de Simon Bolívar: vai para a Guiné-Bissau, onde dirige o Conselho Nacional de Cultura, e, depois, assume o Ministério da Cultura e Informação até 1980, quando ocorre o golpe militar liderado pelo atual presidente Nino Vieira. Mário de Andrade muda uma vez mais de passaporte. Torna-se conselheiro especial do primeiro-ministro de Cabo-Verde, que ao mesmo tempo o encarrega de dirigir um programa de pesquisa. Estende então a sua ação a Moçambique, no Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane.

Mário de Andrade, mesmo no exílio, continua participando da vida política de Angola. Com mais dois dirigentes históricos do MPLA, Gentil Viana e Adolfo Maria, ele forma o Grupo de Reflexão, que se apresentou, no início de 1990, como uma genuína intermediação angolana à luta fratricida entre o governo do MPLA e a UNITA. Foi no desempenho dessa tarefa que a morte o levou. O governo angolano, numa inescapável homenagem a um ilustre Mais-Velho, faz transportar seu corpo até Luanda. Na missa de corpo presente, o cardeal de Luanda, Dom Alexandre Nascimento, testemunhou: “Mário Pinto de Andrade morreu sem ter deixado casa própria, nem conta bancária, nem passaporte angolano. Paz à sua alma. Amém!”

Nos países africanos de língua portuguesa, três grandes intelectuais se distinguiram: O primeiro deles, Amílcar Cabral, e os outros

dois: Aquino de Bragança e Mário de Andrade. Todos os três cumpriram seu papel de Simon Bolívar. Como saudosamente rememorava Marcel Peijú, de *Jeune Afrique*: "Agora, Amílcar foi assassinado, Aquino morreu num desastre de avião e Mário desapareceu. Era uma vez uma revolução..."

Mário de Andrade tornou-se conhecido dos intelectuais brasileiros quando, em 1956, sob o nome angolano de Buanga Felê, colaborou no jornal *Para Todos* com dois artigos de crítica ao luso-tropicalismo. Em 1961, uma entrevista sua sobre a luta em Angola, feita por Moacyr Werneck de Castro, foi publicada na *Ultima Hora*. No primeiro número da revista *Tempo Brasileiro*, de setembro de 1962, Jorge Amado

escreveu um comovente artigo intitulado "Conversa com Buanga Felê, também conhecido como Mário de Andrade, chefe da luta em Angola".

Contudo, por várias vicissitudes, Mário nunca veio ao Brasil. Para ser mais preciso, sim, ele passou uma vez pelo Rio, em 1984. Vinha de Caracas e a conexão para o vôo seguinte demoraria ainda algumas horas. Ele me telefonou e eu fui buscá-lo no aeroporto, trouxe-o ao "Afro-Asiático" e ele passou umas boas horas de saboroso papo com toda a equipe do CEAA.

Agora, Mário se foi, mas a sua vida fica para todos nós, junto com os seus livros, com a memória de suas conversas e com a luta, que continua. E, na saudade do nosso Mais-Velho, cantamos:

*Mon'etu Kavutuké  
Kalunga ua mu rié  
Aiué!*



## Aos colaboradores

- **Estudos Afro-Asiáticos** aceita trabalhos inéditos relacionados ao estudo das relações raciais no Brasil e na *diáspora* e às realidades nacionais e relações internacionais dos países da África e Ásia.

- A publicação dos trabalhos será decidida segundo pareceres de membros dos Conselhos Editorial e Consultivo, que avaliarão a qualidade do trabalho e sua adequação às finalidades editoriais da revista.

- Serão aceitos originais em torno de 30 laudas, datilografados em espaço duplo e em 1ª via. Os originais deverão conter um resumo do texto, de aproximadamente uma lauda, e a qualificação acadêmica e profissional do autor.

- Tabelas e gráficos deverão ser apresentados em papel branco, com as respectivas legendas datilografadas e indicação de sua localização no texto, além das unidades em que se expressam os valores e das fontes correspondentes.

- As notas de referência, numeradas correlativamente, deverão ser apresentadas observando-se a seguinte norma:

### *Para livro*

a) nome do autor; b) título da obra (sublinhado); c) número da edição, se não for a primeira; d) local de publicação; e) nome da editora; f) data da publicação; g) número da página.

Ex: FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo, Difel, 1972.

### *Para artigo*

a) nome do autor; b) título do artigo; c) nome do periódico (sublinhado); d) local de publicação; e) volume e número do periódico; f) número de páginas; g) data da publicação.

Ex: IANNI, Octávio. *Literatura e consciência*. **Estudos Afro-Asiáticos**. Rio de Janeiro, (15): 208-17, 1988.

- Não deve ser incluída bibliografia no final dos trabalhos. Todas as referências bibliográficas, assim como as demais notas, deverão ser incluídas nas notas de referência.

- Com a publicação do artigo, o autor receberá dez exemplares da revista.

- Os trabalhos devem ser enviados para:  
Editoria de Estudos Afro-Asiáticos  
Centro de Estudos Afro-Asiáticos  
Rua da Assembléia, 10 – sala 501  
20011 – Rio de Janeiro – RJ



estudos  
**AFRO-ASIÁTICOS**

**NÚMERO ANTERIOR**

Beleza negra

De festa também se vive: o centenário da Abolição

A temática racial no Carnaval carioca

Ritual e conflito: quando se canta para subir

O preconceito racial na escola

Raça e oportunidades educacionais no Brasil

O povo brasileiro mostra a sua cara

Estado e raça no Brasil

O turbilhão chinês e o mundo pós-Yalta

